episteme

filosofia e história das ciências em revista

ISSN 1413-5736 Suplemento Especial n.21 jan./jun. 2005

O mundo nas coleções dos nossos encantos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ILEA/ Grupo Interdisciplinar em Filosofia e História das Ciências

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS AVANÇADOS

GRUPO INTERDISCIPLINAR EM FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

episteme

filosofia e história das ciências em revista

Expediente: episteme é uma publicação do Grupo Interdisciplinar em Filosofia e História das Ciências. Programa de Apoio a Grupos Interdisciplinares (PROPESQ). **Capa de:** Carla Luzzatto. **Legenda da capa**: Objetos de coleções. **Tradução dos resumos para o inglês**: Hedy L. Hofmann. **Editoração eletrônica**: ComTexto Editoração Eletrônica. **CD-Rom *Verbi Gratia***: ver créditos no próprio CD em anexo. **Periodicidade**: semestral. **Tiragem:** 1.000 exemplares. **Forma de aquisição**: R$ 16,00 (ver "como adquirir" em http://www.ilea.ufrgs.br/episteme/ ou contatar endereço, telefone, fax ou e-mail abaixo).

Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500, Prédio 43 322 sala 104 - Campus do Vale, Porto Alegre, RS 91509-900 Brasil, Fax (51) 3316-7155 e 3316-7156, Fones (51) 3316-6941 e 3316-6945, E-mail: **gifhc@ilea.ufrgs.br;**
URL: **http://www.ilea.ufrgs.br/gifhc; http://www.ilea.ufrgs.br/episteme/**

Apoio:

O MUNDO NAS COLECÇÕES DOS NOSSOS ENCANTOS

PRIMEIRA PARTE: VASTO MUNDO

Epistémes das colecções

O *páthos* dos coleccionadores

Metáforas

Lógicas do Coleccionismo

SEGUNDA PARTE *VERBI GRATIA*

Presépios de todos os cantos e feitios

Material educativo na Escola Primária de Casa Branca

O MUNDO NAS COLECÇÕES DOS NOSSOS ENCANTOS

Movido pelo desejo de compreender de onde nasce a necessidade-paixão que origina a realidade-vivência das colecções, o processo[1] geral que subjaz a esta edição da *Episteme* recebeu bom acolhimento por parte de investigadores e de coleccionadores, a quem devemos uma colaboração preciosa.

Tendo sido importante estabelecer uma ordem entre os temas principais e os trabalhos, de molde a criar uma estrutura configurante de tipo integrador, foi nosso objectivo optar por uma sequência baseada numa perspectiva teórica e numa metodologia interdisciplinares.

Das quais e pelas quais fica claro que o título global releva como o conceito de mundo une a circunstância planetária à ideia de conjunto, num efeito com múltiplos encantos. De tal modo que a realidade em causa sempre beneficiará de ritmos explicativos capazes de deslocar implicações entre estes três vectores:

Colecção-Coleccionador-Coleccionar.

Coleccionador-Coleccionar-Colecção.

Coleccionar-Colecção-Coleccionador.

Seja, do objecto ao sujeito e ao gesto; como do agente à acção e ao produto; ou entre o dinamismo, a resultante e o energia dispendida.

Assim, partimos dos seguintes pressupostos mobilizadores: devido à abrangência e impacto, o fenómeno do coleccionismo moderno merece uma descrição histórica e uma reflexão actual, cuja complexidade exige ainda uma abordagem enriquecida pelo concurso de diferentes disciplinas, a qual implica também que o estudo outorgue um espaço especial para a manifestação dos afectos e dos sentimentos, por parte de coleccionadores, bem como uma proximidade a colecções concretas.

---

[1] Integrado em *Literacia científico-tecnológica e opinião pública: o caso dos consumidores dos Museus das Ciências*, projecto coordenado pelo sociólogo professor Pedro Andrade, e subsidiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Portugal.

PRIMEIRA PARTE – VASTO MUNDO

Assim sendo, este número de Episteme está organizado em duas partes cada qual com diversas sessões. A **primeira parte – vasto mundo**, possui quatro sessões. Na sessão denominada ***epistémes* das colecções**, encontram os artigos "Gabinetes, boticas e bibliotecas" de Ana Luísa Janeira, "Mapeando a natureza brasílica nas rotas dos mares" de Ana Luísa Janeira, Luísa Borralho e Mário Fortes; "Poder, saber e cais de intercâmbio à volta de *'interieur d'un negociant Bordelais au XVIII.e siecle*, de Ana Luísa Janeira e Antonieta Moellon; "Endémicas e exóticas nos jardins do Paço de Nossa Senhora da Ajuda e da Universidade de Coimbra", de Ana Luísa Janeira; "Andarilhos, comerciantes, espiões naturalistas e outros cientistas em saques, expedições e exposições", de Ana Luísa Janeira e Paulo Mendes Pinto; "A ciência na exposição do mundo português", de Estela Guedes; "Colectando com Margaret Mead pelo Pacífico Sul", de Alix de Carvalho; A amazónia&companhia importada para o público norte-americano", de Ana Luísa Janeira; "Entre ciências e etnociências" de Ana Luísa Janeira e Alexandra Soveral Dias; "Quando objectos de colecçâo falam das (tele)comunicações", de Alfredo Ramos Anciães; "A memória na comunidade científica e museológica moderna" de Ana Luísa Janeira; "Por que hacemos colecciones?", de Celina Lértora Mendoza.

Em **o *páthos* dos coleccionadores**, a segunda sessão, contactaremos com: "Memórias de um afeto: a coleção de Clara", de Rita de Cássia Marques; "Colecções", de Isabel Santa Clara; "Colecção *versus* biblioteca?", de Pilar Pereira; "As minhas colecções", de Isabel Maria Janeira; "Considerações de um colecionador", de Paulo Fonseca; "Tesouro e afectos em Harry Potter", de Manuela Gama.

Na terceira sessão da primeira parte, denominada de **metáforas**, encontraremos: "Coleção de artesanato de palavras", de Lucas Miguel; "Coleccionar, por quê?", de Manuela Ferreira; "Coleccionismo", de Maria Teresa Carreira; "Os objectos que coleccionavam sujeitos (estilo ou género de escrita: diálogos sociológicos)", de Pedro Andrade; "Outros", de Tete Moraes, XXXXX, Helena Langrouva, Jean-Marie Prescelti, Mário Fortes, Inês Bolinhas, Heloisa Domingues, Ana Maria Ribeiro de Andrade, Luísa Borralho, Elisa Maia, Angelina Costa e Marie-Paule Désaulniers.

Por fim, na última sessão da primeira parte, chamada de **lógicas do coleccionismo**, encontramos o artigo "Por que hacemos colecciones?", de Celina Lértora Mendoza, e uma síntese geral, acompanhada de extensa bibliografia, no artigo "Configurações epistémicas", de Ana Luísa Janeira.

SEGUNDA PARTE – *VERBI GRATIA*

A **segunda parte – *verbi gratia*** é formada por duas sessões, sendo as mesmas ilustradas por imagens que se encontram no ***CD verbi gratia***, em anexo a este Suplemento Especial. A sessão **presépios de todos os cantos e feitios**, incluindo "A ilustração do mundo", de Maria Johanna Krom; "Presépios – dispositivos e afectos", de José Augusto Mourão e José Filipe Rodrigues; "O presépio popular na colecção F. Canha da Silva – entrevista (setembro de 2004)", de Nunes Canha da Silva e Maria Johanna Krom; "Viajar e sonhar pela colecção", de Ana Luísa Janeira e Isabel Maria Janeira.

Como apreciaremos ainda na sessão **material educativo na escola primária de casa branca**: "Fazer a história da escola primária em Casa Branca: projecto de inventário e musealização (Montemor-o-Novo, 1999)", de Catarina Oliveira e Elisabete Alves; "Inventário da colecção de materiais educativos da Escola Primária de Casa Branca realizado entre 1999 e 2001" e "Inventariação e tratamento museográfico da Escola EB1 de Casa Branca", ambos de Cataria Oliveira e Elisabete Alves, possuem parte deles – as fichas de inventariação – , incluídas no *CD verbi gratia*; "Entroncamento de minas – caminhos de ferro e Escola", de Catarina Oliveira; "Coloridos de infância – fragmentos vividos na Escola Primária de Casa Branca", de Susana Lavado; "Restos de colecção, promoções no tempo, saldos pela história", de Ana Luísa Janeira.

Anote-se, ainda, as "Fotografias dos Presépios", são de Paulo Nuno Silva, e as do material didáctico da Escola de Casa Branca, de Tiago Fróis. Todas elas se encontram no *CD verbi gratia*.

A possibilidade deste Suplemento Especial do número 20 da Revista *Episteme*, sob a forma de uma co-produção entre o Grupo Interdisciplinar de Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, resulta de um intercambio transatlântico entre o Brasil e Portugal, que muito deve ao empenhamento obreiro do professor Rualdo Menegat, a quem ficamos eternamente reconhecidos.

Cabe-nos finalmente agradecer ao Vereador da Cultura João Marques toda a disponibilidade para viabilizar o apoio financeiro; e à Dra. Catarina Oliveira, a colaboração logística.

Rio de Janeiro, Julho de 2005

Ana Luísa Janeira
Co-editora especialmente convidada.

Advertência ao leitor brasileiro: neste Suplemento Especial de *Episteme*, os textos estão redigidos em português lusitano.

PRIMEIRA PARTE: VASTO MUNDO

Epistémes das colecções

Gabinetes, boticas e bibliotecas

A cartografia portuguesa mapeando a natureza brasílica

Poder, saber e cais de intercâmbios à volta
de *l'interieur d'un negociant bordelais au XVIII.e siecle*

Endémicas e exóticas nos jardins botânicos do paço
de Nossa Senhora da Ajuda e da Universidade de Coimbra

Andarilhos, comerciantes, espiões naturalistas e outros
cientistas em saques, expedições e exposições

A ciência na exposição do mundo português

Colectando com Margaret Mead pelo Pacífico Sul

A amazónia&companhia importada para o público norte-americano

Entre ciências e etnociências

Quando objectos de colecção falam das (tele)comunicações

A memória na comunidade científica e museológica moderna

GABINETES, BOTICAS E BIBLIOTECAS

Ana Luísa Janeira[*]

RESUMO

Gabinetes (Curiosidades, História Natural) Boticas (Conventos, Universidades) e Bibliotecas (Paços Reais, Academias) são espaços, os primeiros antigos, os segundos modernos, com proximidades – distâncias manifestas entre si. Têm em comum servirem para abrigar a recolha, a reserva, a manutenção e a projecção de um património material e de um legado espiritual. Têm de diferente, o tipo de utilidade operativa que lhes é atribuída. Emergem, porque as configurações epistémicas de onde saem precisam deles, e os vão deixar actuar nos limites do permitido – proibido, onde os conhecimentos dominantes sempre intervêm, num ou noutro caso. Ao longo dos tempos, sofreram mudanças e estas mudanças decorreram de algumas rupturas, até. Também por isso, importa determinar as mudanças epistemológicas que ocorreram entre estes espaços e as suas gentes.
Palavras-chave: gabinetes de curiosidade; mudança epistemológica; história natural.

CABINETS, APOTHECARIES' SHOPS AND LIBRARIES

Cabinets (Curios, Natural History), Apothecaries' Shops (Convents, Universities) and Libraries (Royal Palaces, Academies) are spaces, the former old, the latter modern, with proximity – a clear distance between them.
In common they have the fact that they are used to shelter the collection, the reserve, the maintenance and the projection of a material heritage and a spiritual legacy.
The difference is the type of operational usefulness assigned to them.

[*] Agregação em Filosofia das Ciências. Professora Associada do Departamento de Química e Bioquímica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Co-fundadora, primeira coordenadora e, actualmente, investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa (CICTSUL), Coordenadora, em Portugal, da Red de Intercambios de la Historia y la Epistemologia de las Ciencias Químicas e Biológicas, México, D.C. *E-mail:* janeira@fc.ul.pt e analuisajaneira@clix.pt

They emerge because the epistemic configurations whence they arise need them, and will let them act within the limits of the allowed-forbidden, where dominant knowledges always intervene in one or the other case.
Over time they have undergone changes, and these changes have resulted even from some breaks.
That is another reason why it matters to determine the epistemological changes that have occurred between these spaces and their peoples.
Key words: curio cabinets; epistemological change; natural history.

Que o gesto simbólico de guardar possa ter uma natureza primitiva, a cerâmica pré-histórica está aí para sugerí-lo.

Mas é por demais evidente que o gesto terá tomado contornos, formas e conteúdos bem diversificados, desde esse tempo até à Biblioteca e ao Museu, na Ilha de Faro.

Como também, até às bibliotecas de Cister, Upsala, Escorial, Mafra. Ou ainda às raridades mantidas por papas, reis e príncipes.

O hábito de guardar alimentos e sementes requeria pequenas taças incipientes ou ânforas mediterrânicas pomposas. Mas, a tendência para guardar códices, frascos, alambiques e balanças acabou por determinar a edificação de espaços, caves e sótãos com alguma volumetria.

Ao arrepio da destruição que as cruzadas e as guerras santas provocaram, a Idade Média soube criar mecanismos para enriquecer, por acumulação. À época, houve até quem criasse uma imagem perene – anões aos ombros de gigantes. Por isso, devemos a costumes medievais consagrados a conservação de testemunhos vindos mais de trás, devido às características da actividade intelectual desenvolvida pela elite, monástica e heráldica.

Na verdade, foram dez séculos de trevas sem trevas, onde operaram copistas meticulosos e gente curiosa, somando legados e anexando descobertas.

Apesar de ainda hoje estar longe de ser uma realidade acabada, a identidade inicial do território europeu esteve ligada à capacidade de desenvolver uma consciência orientada para a memória colectiva, através de objectos culturais e suas condições de preservação.

GABINETES DE CURIOSIDADES, BOTICAS E BIBLIOTECAS

Como consequência e por largo tempo, uma mesma configuração epistemológica marcou a estrutura construtiva que distribuía os recheios de bibliotecas, de gabinetes e até, calcule-se, de boticas. Pelo que a Biblioteca de

la Universidad de Salamanca se aproximava da Botica da Faculté de Médecine de l'Université de Montpellier e do *Wunderkammer* ou do *Kunstkabinet* (*Kunstkamer*) de um qualquer príncipe da Europa Central.

Assim sendo, nota-se que estes espaços correspondem não só a uma visão – do – mundo, ao serviço do modo como a elite o reconstrói dentro das paredes dos seus palácios ou instituições, como aquilo que entende dever ser a matriz maior do conhecimento e o modelo primordial do gosto.

Sendo assim, havia um substrato milenar de recolha – manutenção (o que, acrescente-se, também aconteceu entre chineses e japoneses, etc.), mas a circunstância vai ter de se amplificar e de mudar muito, por causa do contacto com os Novos Mundos.

As distâncias oceânicas concorreram para aumentar o campo de possibilidade de coisas nunca vistas. Concorreram igualmente para trazer para cá realidades novas, uma multidão daquilo a que o ouvido não estava habituado, ou seja, o «ex – ótico».

Curiosidades eram chamadas.

Enchiam escaparates, estojos e caixas nas salas ou nos *salons*. Eram os Gabinetes de Curiosidades.

Foram criados e organizados por pretensões estético – culturais, com algum pó de snobismo. Muitos dos armários e estantes pareciam de boticas e de bibliotecas. Às vezes eram mais sofisticados, mas nem sempre isso acontecia.

Por certos aspectos da sua natureza, o Gabinete de História Natural encontra a botica, parente da bodega e do botequim, pelos «espíritos» em que banham as suas águas.

A botica é o espaço onde é praticada a ciência&arte do medicamento, produto para curar uma qualquer perturbação na saúde, desarmonia de humores, como queriam os hipocráticos.

Diferentemente dos casos anteriores, este lugar é também loja, para venda e para compra. Como os médicos, os boticários têm os seus clientes, os pacientes. Semelhantemente às oficinas de ferreiros e de ferradores, e aos laboratórios de alquimistas e de químicos: macerar de simples dentro de almofarizes, decantar licores benfazejos. Aqui todos sujam as mãos. Facto sobejamente discriminatório, porque alimenta desequilíbrios da elite *versus* povo e da universidade *versus* artes e ofícios.

Na verdade, o imperativo do saber – fazer, não só introduz um sistema de relações com efeitos no saber – poder, como acarreta fortes consequências sociais para os seus praticantes. Como acontece com os médicos contra os cirurgiões.

A manipulação precisa de receitas (a que as ciências chamam protocolos, na sua experimentação). A medida tem de ser cuidada, nem muito demasiado,

nem demasiado pouco. O sistema racionalista impõe-lhe normas. Além disso, é preciso agir segundo códigos corporativos.

Saber – fazer para saber – curar

Mantidas por práticas e saberes tradicionais, as mesclas, misturas, miscelâneas construíram, durante muito tempo, um tipo de conhecimento a que se vieram opor as análises e as sínteses modernas, progressivamente. As narrativas museográficas alteram-se, na medida mesma em que se vão alterando as estruturas onde se inserem.

No primeiro conjunto, tendências fortemente vinculadas a um optimismo centrado nas capacidades e virtudes da euforia humanista, em torno do encantamento pela capacidade criativa, da projecção artística à curiosidade científica. Ambiência que se faz acompanhar por um clima financeiro muito favorável, ao servir um surto de mecenatos, onde a riqueza das Repúblicas Italianas assume um papel relevante.

No segundo conjunto, processos antropocêntricos fascinados pelo empirismo e pelo racionalismo, orientado pelas descobertas sobre as capacidades sensoriais ou dinamizado pelo poder contratual e homogeneizante dos princípios da razão, respectivamente. Ali, critérios de diferenciação que entram mais em conta com as características individuais. Aqui, critérios de universalização que reduzem as marcas específicas.

GABINETES DE CURIOSIDADES E GABINETES DE HISTÓRIA NATURAL

A tendência para coligir e para manter conjuntos de objectos em torno de um tema é qualquer coisa que se diria ligada a uma carga imediatista, facilitada por uma tendência espontânea.

Na verdade, seja por afecto estético, seja por saber mais consolidado, começam-se a compilar exemplares remissíveis a um universo, que baliza entre uma comunidade de semelhanças com sinais de diferença.

Na Europa, esta tendência individualizada teve um surto especial num momento bem preciso: por um lado, através do gosto requintado associado à riqueza artística do Renascimento; e, por outro lado, através da moda de espécimes exóticos, multiplicadores de uma Natureza cheia de surpresas, chegados pelos Descobrimentos. Intercâmbio que começa com colheitas gananciosas, roubos desmesurados e pilhagens sem escrúpulos, entre impérios e colónias.

Facto que o associa ao mecenato, com maior incidência na viragem que vai ocorrer por via das tendências humanistas – renascentistas, como também por força do conhecimento à procura de si mesmo, por via do empirismo – racionalismo.

Historicamente é aí mesmo que foram definidas duas grandes áreas do coleccionismo: a área da História de Arte e a área da História Natural. Neste particular, são áreas indissociáveis, porquanto ambas estavam unidas em espaços especiais: os Gabinetes de Curiosidades. Fascinantes, eram eles, pela mistura, um tanto indisciplinada e pouco organizada, de quadros, conchas, armas, relíquias, estatuetas, aparelhos, etc..

Mistura? Talvez para nós, pelo que o uso desta palavra pode ser traiçoeiro, se for entendido com tom depreciativo; de facto, corresponde a aproximações que se fazem com grande pertinência e prazer, antes da influência que a nomenclatura e a classificação científicas lhes vai impor muito proximamente.

Indisciplinada e desorganizada? Só à distância, mas não para eles, seguramente, que ainda saboreavam o conhecimento sem o espartilho das disciplinas.

A disposição articulada – em paredes, em prateleiras e em mesas – insere uma forma de viver e de pensar que privilegia a novidade do formato, a raridade da cor, a utilidade da técnica ou a excentricidade do volume. Em suma, tudo aquilo que o gosto (saber e sabor) da época considera digno de ser identificado com curiosidade(s): porque é uma curiosidade (cosmológico, tecnológico) e porque desperta a curiosidade (psicológico).

Como consequência, mas com mudanças obviamente, o mundo das colecções produzido pelas ciências modernas comporta conjuntos, de muita e variada origem, reunidos com intuitos de recolha, de manutenção e de conservação. Para isso, estes gestos fazem nascer espaços concretos, cujo início está intimamente ligado a descontinuidades epistemológicas, consignadas em termos de objectos e de perspectivas, no estudo. São eles: Observatórios Astronómicos, Gabinetes de Física, Laboratórios de Química, Gabinetes de História Natural, Jardins Botânicos.

Algumas das atitudes estavam marcadas por uma tradição longínqua movida pelo desejo de guardar, as quais comportavam dinâmicas várias e demonstravam capacidade para desbloquear sequências anteriores, com relevo para a dualidade do ouvir – ler, pelo que a transmissão do conhecimento se fazia entre quem lia e quem ouvia, do pregador ao fiel numa catedral, do lente ao aluno na cátedra universitária.

O sistema propiciado pelo olhar – ver, inerente à descoberta daquilo que «os mares nunca dantes navegados» ofereciam pela primeira vez, como

horizonte de possíveis, criou espantos, choques e perplexidades que tiveram de ser assimilados de vagar, e nem sempre com a qualidade na resposta merecida.

Por superação progressiva do paradigma anterior, as ciências introduziram o observar – experimentar – comparar, nunca por demais relevados, e com elas bases para a inovação, dinamizada pelo mundo teórico – experimental.

Com efeito, as metodologias e as atitudes emergentes exigiam espacialidades novas, destinadas a novos hábitos de trabalho, como determinavam lugares próprios, entenda-se novo equipamento. Os quais vêm ocupar uma posição concreta, geradora de processos que acrescentam impulsos inovadores ao coleccionismo.

Em sentido lato, o equipamento científico comporta objectos distribuídos por um grande leque de significados – animal embalsamado ou pipeta, planta de herbário ou telescópio, mineral ou balança –, mas diferentemente do que acontecia em períodos anteriores, as opções que os delimitam (apesar destes não serem frequentemente destituídos de beleza, longe disso), fazem prevalecer o critério de uso sobre o critério estético.

Quer isto dizer que se estas colecções podem manter a capacidade de motivar impressões de beleza, não o fazem, contudo, ao mesmo título que as curiosidades anteriores.

Na verdade, nos Gabinetes de Curiosidades, cada presença individualizada era-o por ser bela ou por ser útil. Agora a marca de utilidade – para o prosseguimento de uma observação, para a elaboração de uma hipótese de trabalho, para testar uma teoria – impõe-se sobre tudo o mais.

Além disso, fizeram pasmar até os espíritos mais superficiais. Mas também acicataram outros, despertando quem olha e quer mexer, virar de frente para trás, cheirar, apalpar. Por isso, começaram a ser necessárias bancadas, pinças e lupas mais potentes. Em suma, começaram a construir-se lugares cientificamente mais operacionais.

Assim sendo, os Gabinetes de História Natural estão a nascer. A partir de então, há que aumentar o tamanho e a consistência das reservas operativas para acumular, guardar, preservar. Reservas operativas, é a expressão correcta, porque elas têm de adquirir maior quantidade e qualidade, do manuseamento à utilidade.

Com os Museus de História Natural aparecem preocupações associadas ao método: a atitude de guardar passa a ser precedida por uma colecta cuidada e a ser seguida por uma colecção, melhor preparada e mais sistematizada.

Saber – colectar para saber – coleccionar.

As Academias, conscientes do dever que lhes cabe a tal respeito, normalizam a sequência dos momentos e processos.

SISTEMAS EPISTÉMICOS

Gabinetes, Boticas e Bibliotecas o que têm em comum? Têm em comum serem divisões onde grande parte da superfície das suas paredes está escondida por detrás de armários, a presença frequente de varandins, subterfúgio para solucionar problemas de armazenamento, uma ambiência envolvida por um ar de reserva – responderá o olhar furtivo e muito superficial.

Embora o processo que vai reduzir a manipulação e tornar dominante a farmácia química esteja longe…

… embora o processo que constitui as bibliotecas especializadas só aconteça numa época posterior

… o que Gabinetes, Boticas e Bibliotecas têm em comum

… é corresponderem a espaços privilegiados para a prática do conhecimento.

Além disso, em qualquer destes três espaços ocorreram mudanças substanciais no dealbar da modernidade científica…

… mudanças que não aconteceram ao mesmo tempo

… mas que foram emergindo, segundo as configurações epistémicas que fizeram deles materialidades produzidas pelas culturas pré-modernas ou pelas ciências modernas.

A CARTOGRAFIA PORTUGUESA MAPEANDO A NATUREZA BRASÍLICA

Ana Luísa Janeira, Luísa Borralho**, Mário Fortes***/*****

RESUMO

A bibliografia tem enaltecido a qualidade da iconografia europeia, logo nos primeiros contactos com as riquezas naturais brasileiras. Isso acontecendo quando os exemplares são autónomos, ou quando figuram como ilustrações de textos. Paralelamente, é comum lamentar-se a ausência deste tipo de informações por parte dos portugueses, em períodos similares.
A desproporção entre esta e aquela presença na magnífica exposição *O Brasil dos Viajantes*, apresentada no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, serviu para nos evidenciar uma questão, no meio de um certo mal-estar. Depois, motivados por algumas observações, aquando da preparação da exposição *O Jardim do Éden*, fomos revivendo a questão sem qualquer saída imediata, pelo que nos mantivemos dentro da linha interpretativa comum.
Mas ao longo dos últimos meses, começámos a explorar uma hipótese de trabalho inovadora: perspectivar as colecções de portulanos e cartas como testemunhos informativos complementares, ou não, para as Ciências da Natureza em Portugal e no Brasil. Ou seja, avaliar a cartografia portuguesa relativamente ao conhecimento da realidade natural brasileira. Atitude que

* Professora Associada do Departamento de Química e Bioquímica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, agregação em Filosofia das Ciências. Co-fundadora, primeira coordenadora e, actualmente, investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa (CICTSUL), Coordenadora, em Portugal, da Red de Intercambios de la Historia y la Epistemologia de las Ciencias Químicas e Biológicas, México, D.C. *E-mail:* janeira@fc.ul.pt e analuisajaneira@clix.pt

** Responsável pela implementação do Programa Global de Recuperação e Valorização do Jardim do Paço, em Castelo Branco – Programa Polis, incluindo a coordenação de diferentes projectos e obras, a partir de 2002. *E-mail:* luisaborralho@netcabo.pt

*** Licenciatura em Arquitectura Paisagista, Lisboa. *E-mail:* mario_fortes@hotmail.pt

**** Os autores deste texto fizeram parte do Comissariado Científico da exposição O Jardim do Éden, prevista pela Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses para o Mosteiro dos Jerónimos, 2000. (Cf. *Episteme*, Porto Alegre, 15, jul./dez., 2002)

se alicerça numa demanda onde se interceptam a Filosofia das Ciências, procurando desbloquear vazios e alargar o alcance testemunhal das fontes para a História das Ciências. e até mesmo para a Arte, indagando a constituição da Natureza brasílica, bem como a viva representatividade da sua Paisagem. Quando interroga a tipologia das colecções de fontes que constituem o universo heurístico dominante, o questionamento filosófico evidencia como ainda não foi colmatada a lacuna epistemológica, criada pela falta de estudos que relacionem Cartografia e História Natural. Neste sentido, será importante iniciar uma abordagem, visando localizar, aferir e aprofundar nexos entre as representações nos mapas e o conhecimento da Natureza.

Palavras-chave: ciências da natureza; cartografia; história natural; epistemologia.

PORTUGUESE CARTOGRAPHY MAPPING BRAZILIAN NATURE

The bibliography has praised the quality of European iconography in its initial contacts with the natural riches of Brazil. This happens when the exemplars are autonomous, or when they appear as illustrations of texts. At the same time, one often regrets the absence of this type of information by the Portuguese during similar periods.

The disproportion between the latter and the presence of the former in the magnificent exhibition, *O Brasil dos Viajantes*, (Brazil of the Voyagers), shown at the Cultural Center of Belém in Lisbon showed us an issue, amidst a certain unease.

Then, motivated by a few observations, when the exhibition *O Jardim do Éden*,(Garden of Eden) was prepared, we returned to this issue without any immediate solution, and therefore we kept to the common interpretive line.

But, in the last few months, we began to explore an innovative working hypothesis: to look at the collections of portulans and letters as complementary informative testimonies, or not, to the Sciences of Nature in Portugal and in Brazil. In other words, to evaluate Portuguese cartography as related to the knowledge of the reality of Brazilian nature. This attitude is based on a demand in which Philosophy of Sciences intercepts, seeking to unblock voids and broaden the testimonial outreach of sources for the History of Sciences and even for Art, asking about the constitution of Brazilian Nature as well as about the vivid representativeness of its Landscape.

When it questions the typology of collections of sources which constitute the dominant heuristic universe, philosophical questioning shows how the epistemological gap created by the lack of studies which relate Cartography

and Natural History has not been filled. In this sense it will be important to begin an approach with a view to locating, measuring and going further into nexuses between representations on the maps and knowledge of Nature.
Key words: natural sciences; cartography; natural history; epistemology.

Apesar das novidades com que os europeus se depararam no Novo Mundo, – «e digam lá os sábios da Escritura, que segredos são estes da Natura» –, é indiscutível que a mentalidade vigente não estava preparada para tanta novidade.

Para colmatar estas fragilidades, a imaginação e o simbólico intervieram, no sentido de dar uma maior solidez às posições. Por outras palavras, face à *natura* desconhecida – coisas nunca vistas –, a *cultura* intervém – paradigmas, modelos, regras –, como património a assegurar a convicção de uma supremacia, quer no contacto primário, quer na interpretação secundária. Assim, o legado cultural servia como património disponível, como resposta aos desafios de uma envolvência recém-descoberta, interferindo na perceptibilidade do exterior.

Facto que nem sempre equivaleu à melhor estratégia, mas que correspondeu seguramente a estratégias possíveis.

Geralmente, as mudanças súbitas facilitam situações opostas, ao ocorreram entre termos extremados: ou o recurso a um estilo pré-concebido, apesar de postiço para a situação nova – caso europeu –; ou o recurso a um tempo de espera, tido por necessário à adaptação futura – caso português –.

Os desenhos, pinturas e gravuras dos europeus fazem recurso a um estilo pré-concebido e postiço para a situação nova: as magníficas frutas tropicais emergem entre céus e cenários de feição paisagista e naturalista, o traçado da ilustração em livros faz-se segundo cânones ao bom estilo tradicional. Isto sendo possível, logo desde a chegada, apesar destes registos serem seguidos por muitos de outros estilos, diversificados no tempo.

BIBLIO-ICONOGRAFIA PORTUGUESA

Na situação presente, e no que respeita a divulgação artística e científica, o comportamento dos portugueses parece ter recorrido a um tempo de espera, tido por necessário à adaptação futura: foram percorridos anos desde os primitivos rudimentos gráficos até ao emergir gradual de uma iconografia que pudesse ser assumida como científica, logo ilustradora de traços mais adequados, com menos preconceitos e clichés transferidos.

Na verdade, houve necessidade de um percurso diacrónico, articulado entre o olhar, o ver e o observar.

Numa primeira fase – o olhar – . A imagem solta ou em livros pode estar ausente.[1]

O espanto inicial, escalonado entre o choque e o entusiasmo pela novidade, descreve uma panóplia de sensações imediatas, eivadas de ecos espontâneos, onde a formalização dos conteúdos não tem lugar, nem significado.

Nesta fase privilegia-se de uma forma geral a redacção e a narração em detrimento da ilustração. Da análise dos testemunhos subsistentes pode pensar-se que, embora a escrita estivesse a braços com a imensa tarefa de descrever novidades nunca vistas, recorreu de forma limitada à imagem para facultar a inteligibilidade, processo que favorece presumíveis desajustes entre significantes e significados.

Numa segunda fase – o ver – . O desenho aparece a par da escrita,[2] assumindo-se mais do que por simples rudimentos, a nível da ilustração de animais e de plantas.

A familiarização com a realidade circundante gera proximidades, onde o quotidiano joga efeitos continuados, com recurso a uma intelectualização apetrechada e alargada pelo traço linear.

A mutação nas formas de comunicação, com destaque para o risco, inclui fauna e flora. A partir de agora, essa expressão suprime as fragilidades, quando a palavra não consegue exprimir nem transmitir os objectos envolventes.

Esta forma de documentação e expressão não se pode isolar no século XVII, evoluindo desde meados do séc. XVI até finais do séc. XVIII. Período que compreende o reinado de Filipe II de Espanha, I de Portugal, no qual se institui o cargo de cosmógrafo cronista o qual viria a contemplar não só o desempenho de funções a nível da Astronomia e Geografia, mas também de

---

[1] Pêro Vaz de Caminha (? – 1501) – Pêro Vaz de Caminha, *Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil (1 de Maio de 1500)*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974. Gabriel Soares de Sousa (1540 – 1592) – Gabriel Soares de Sousa, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1987. Pero de Magalhães Gandavo (? – 1579) – Pero de Magalhães Gandavo, *Tratado da Terra do Brasil*. *História da Província de Santa Cruz.* Belo Horizonte, Editora Itatiaia-Editora da Universidade de São Paulo, 1980. Fernão Cardim (1542 – 1625) – Fernão Cardim, *Tratados da Terra e da Gente do Brasil.* Belo Horizonte-São Paulo, Editora Itatiaia-Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

[2] Exemplo significativo: Frei Cristóvão de Lisboa (? – 1652) – Frei Cristóvão de Lisboa, *Historia dos animaes e arvores do Maranhão.* Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967.

registo histórico, etnográfico e nunca esquecendo a "historia natural das ervas, plantas, animais, aves, pescados e outras coisas dignas de se saber".[3]

Numa terceira fase – o observar. A ilustração científica assume-se como uma realidade,[4] segundo conceitos actuais.

A par da gradual objectivação dos processos descritivos inerentes à classificação e identificação de animais e plantas, a ilustração perde a subjectividade regendo-se por regras precisas. Neste processo, destacado em finais do século XVIII, predomina uma pretensa «imagem científica», cujo realismo pode ser questionado face a questões de ordem biológica, a qual se prende ao reconhecimento de «tipos» e não de exemplares isolados.

Com efeito, paisagens, testemunhos sociais, peixes, plantas e rochas adquirem uma expressão nova, seja pelo traço linear de desenho ou gravado, seja pela coloração ou pintura, feitos ao serviço do rigor requerido pelo universo teórico – experimental, na sua faceta comparativa.

Embora a discursividade entre as palavras e as coisas tivesse escalonado a aproximação entre os termos, é fora de dúvida que a lógica inerente foi percorrendo intervalos, entre a percepção imediatista e a inteligibilidade científica.

CARTOGRAFIA PORTUGUESA

Entretanto e nos primórdios deste processo moroso foram os mapas, copiados e recopiados, que guardaram informações sobre as dificuldades de desenhar a Natureza brasílica, já desde o século XVI.

---

[3] José Maria López Piñero; María Luz López Terrada, *La botánica en el reinado de Felipe II. In* Carmen Añon; José Luís Sancho (Eds.), «Jardín y Naturaleza en el reinado de Felipe II», Madrid, Sociedad Estatal para la Commemoración de Los Centenarios de Felipe II (1998) y Carlos V (2000), 1998, p.281.

[4] Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) e companheiros – Alexandre Rodrigues Ferreira a quem Acompanhárão os Desenhadores Joseph Joachim Freire e Joachim Joseph Codina E o Jardineiro Botanico Joaquim Agostinho de Cabo, «Roteiro Das Viagens que fez Pelas Capitanias Do Pará, Rio Negro, Mato grosso e Cuiabá». Lisboa, Biblioteca da Ajuda, c. 54-XI-27, nº15, na.1783, ms.; «Expedição Filosofica do Pará de que hé Naturalista o Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, os Riscadores, José Codina, e José Joaquim Freire, e Agostinho do Cabo, Jardineiro Botanico, o qual partio aos 14 de julho de 1783. Relação do que levou o ditto Naturalista deste Real Gabinete de Ajuda», Lisboa, Museu Bocage, Maço 5, nº 7; Alexandre Rodrigues Ferreira – *Viagem Filosófica pelas capitanias de Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792).* Texto – 2 vols., Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972-1974. Gravuras – 2 vols., São Paulo, Editora Monumental, 1971.

Quem já tem visto destas imagens, mas não está familiarizado com o *corpus,* poderá pensar que a colecção com representações naturais é grande. Mas a realidade é bem outra: a falsa sensação de quantidade resulta da beleza e qualidade dos originais, facultando várias reproduções dos pormenores.

Mesmo assim, estes pormenores realistas podem revelar-se úteis, em dúvidas quanto aos processos e modelos utilizados na elaboração de representações naturais. Dificilmente estas imagens resultaram de observação directa de exemplares.

Serão fruto de recordações ou tentativas de interpretação de escritos de viajantes?

Ou serão, antes, cópias de desenhos, esboços e esquissos prévios de seres vivos, actualmente perdidos?

De momento, apenas se pode especular e tirar ilações condicionadas através do estudo dos testemunhos subsistentes, no contexto dos processos de exploração e colonização.

A primeira colonização do Brasil para além das motivações e pressões de ordem económica só podia ter sido costeira: porque éramos poucos e continuávamos ainda a investir no Oriente, e porque a geografia local – com a Serra do Mar e outras «muralhas» – dificultava a penetração terras dentro.

Sendo assim, sabiam-se cartografar as áreas junto à costa, reconhecidas até do barco, mas tudo além continuava bastante desconhecido.

Não podendo ser retratado com base na realidade, o vazio territorial correspondia a uma série de lacunas pujantemente desconcertantes. E porque não senti-la como uma incapacidade simbólica devendo ser esconjurada?

Foi assim que replicando soluções do passado e comuns na cartografia da época, e para deleite estético dos vindouros, os cartógrafos pegaram nos seres – naturais – vislumbrados – na – terra – perto – do – oceano – ou – dos – rios, ocupando, desde logo, o imenso – continente – a – descobrir – mais – para – dentro.

Brilhante, de facto, mas talvez mérito de um passado mais remoto.

Quando bem aproveitadas, há dificuldades que se tornam favoráveis à criatividade, pois permitem formas inteligentes de contornar os obstáculos e vias inovadoras para o futuro. Na verdade, esses desafios propiciam desbloqueamentos sucessivos, por meio de uma imaginação desafiante e sem peias, juntando tradições e misturando estilos.

No caso, encontros onde sobressaem por contraste: linhas delineando contornos, (efeitos de uma navegação mais costeira), linhas cruzando-se (efeitos da navegação mar fora) linhas abrindo lugar para iluminuras, pincelando uma fruta exótica ou um animal exótico. Ao lado de belíssimas rodas dos ventos, também.

Gestos reveladores de uma configuração epistemológica que acolhe a possibilidade de juntar cálculos matemáticos, servidos pelas exigências de um desenho preciso, e pinturas de seres vivos, mais fabulosas e espontâneas. Mais emblemáticas, enfim.

Mestiçagem cultural, sem dúvida.

Dá a impressão que a iconografia inscreve no real – os fenómenos impostos ao desenho e à pintura – o lado do imaginado – os sonhos paradisíacos que a bibliografia continua a transmitir, apesar de tudo.

Como os padrões portugueses simbolizam marcas indeléveis de passagem – presença, os mapas apoderam-se simbolicamente da arara ou do ananás, os mais exuberantes para o olhar recém-chegado. E isso mesmo antes de haver quem vai encaixotá-los ou engaiolá-los, com destino ao mundo científico europeu. Comportamentos que mostram como as ciências modernas estiveram sempre ligadas à descoberta – conquista do mundo, incluindo os seus avanços, ou as ambiguidades do conhecimento, como neste caso. Tudo misturado aos subterfúgios coloniais.

Assim sendo, a territoralização do continente sul-americano resulta, quer da «real – idade» simbólica projectada – pelos mapas –, quer do domínio efectivo «real – izado» – com armas –. Entre ambos, múltiplas actividades e múltiplos agentes, suportados pela ideologia e pelas ciências antes do desembarque, e acalentadas pelo conhecimento ingénuo e pelas ciências terras além, numa penetração sob a égide do ouro e conseguida pouco a pouco.

Por outras palavras, a apropriação política portuguesa implicará, não só a conquista furando a Mata Atlântica ou a Floresta Amazónica, como o deleite posterior provocado por um qualquer exotismo, num qualquer Gabinete de Curiosidades.

Para as ciências modernas, por seu turno, implicará mapas, viagens filosóficas e descrição taxonómica, já no contexto científico de estudos desenvolvidos no interior dos Jardins Botânicos e dos Gabinetes de História Natural.[5]

Por isso, as narrativas multiplicam-se em formas configurantes diversificadas, das palavras aos desenhos, dos livros a outros objectos. Conjunto que irá permitir leituras de tipo gnoseológico, com mais-valias para uma melhor aproximação de como foram vividos os primeiros espantos e choques, a partir dos desenhos esparsos naquelas fontes cartográficas.

---

[5] Domingos Vandelli, «Relaçao da origem, e estado prezente do Real Jardim Botanico, Laboratório Chymico, Muséu de Historia Natural, e Caza do Risco», Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Archivo do Ministério do Reino, Maço 444, c.1.54.103, s.d., ms.. Domingos Vandelli, «Memorias Inéditas», Lisboa, Biblioteca da Ajuda, c.54-V-14, s.d., ms.

COMO ERAM DESENHADAS AS REPRESENTAÇÕES DOS SERES NATURAIS NOS MAPAS?

Visibilidade equivale a existência? Verdadeiro. Invisibilidade significa inexistência no passado ou no presente? Falso. Logo, importa acrescentar: não ser / estar visível não quer dizer que não tenha existido, desaparecendo depois. Até poderá querer dizer que existe, está perdido ou escondido, mas ainda não foi encontrado. No caso, ter sido destruído por cataclismos como o Terramoto de 1755, por guerras e acidentes. Ou simplesmente perdido ou substituído, pela simples fragilidade do material ou pela respectiva precaridade informativa. Ou ter ainda sido saqueado, oferecido, embalado, arquivado sem estar inventariado e permanecer perdido, por isso, na Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca de Mafra, Biblioteca de Ajuda, Biblioteca do Escorial, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca de França, etc.

A maior parte da vasta Cartografia com registos do Brasil não tem imagens dos seres naturais. A que inclui estas imagens limita-se a algumas representações pouco fidedignas e a muito poucas que permitam a identificação através de caracteres fisionómicos realistas (excepção: capivara e araras).

Assim sendo, os mapas revelam uma lacuna epistemológica, neste particular. Revelam ainda outras tantas especificidades da época nos conteúdos inerentes ao conceito de Natureza – por restrições nuns casos (o índio não é homem) e amplificações noutros casos (o Reino Animal inclui o índio) –. Na verdade, a Cartografia incluiu símbolos e ícones: montanhas e rochas / mineral, plantas / vegetal, e bichos (que é diferente de animais mas integram as referências) / animal, desde tempos remotos.

Mas os selvagens indígenas de Vera Cruz, que na perspectiva de então não eram homens, aproximavam-se dos animais e como tal estavam em cenários naturais pouco antropomórficos. Contudo, os mapas integravam também representações de carácter etnográfico em que se isolava e destacava da Paisagem o europeu (e o oriental). De forma pouco consciente, os índios do Brasil acabaram por receber os atributos etnográficos que eram devidos aos europeus. É que os homens da Renascença, que concebiam e realizavam as cartas, e que não compreendiam esses entes exóticos como Homens – Pessoas, não tiveram outro remédio senão acabar por associar, aos Seres Selvagens, os atributos de Homens Europeus. Assim, parece que já nos primórdios do século XVI se começava a esboçar (aquilo que se repudiava e que só terá sido (?) resolvido no séc. XIX): os índios, por mais que se quisesse o contrário, acabavam por ter atributos de Homens!

Com efeito, apesar das novidades do Renascimento e dos avanços introduzidos pelo Humanismo terem servido uma ideia de Homem diferente

da tradição cristã mais genuína, importa ter presente quanto a ideia de Natureza permanecia diferente do que virá a revelar-se na Modernidade.

O conceito de Natureza comportava, ainda, uma Criação una e universal: centrada na figura do Criador e dominada por um tipo de raciocínio marcadamente analógico. Neste contexto, as referências iconográficas limitadas a um tão reduzido número de espécies podem indiciar pouco interesse, no contexto da Cartografia (a não ser numa perspectiva iconográfica) e podem indiciar ainda pouco interesse pela História Natural, dado o ínfimo número de espécies face à variedade botânica, animal e mineral a que os portugueses tinham acesso no decurso das viagens e da colonização.

Assim sendo, a face visível do arquivo iconográfico sobre a Natureza Brasílica aponta, a seu modo, para o longo tempo que parece ter sido percorrido, com altos e baixos, até que surgissem as novidades trazidas pela *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira e companheiros (segunda metade do séc. XVIII) e, só com elas, a emergência efectiva da História Natural luso-brasileira.

Emergência que deverá estar intimamente ligada às consequências de dois outros eventos, nunca por demais relevados, que ocorreram significativamente:

– a Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra, em 1772;

– e a criação da Real Academia de Ciências de Lisboa, em 1791.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Roteiro Das Viagens que fez Pelas Capitanias Do Pará, Rio Negro, Mato grosso e Cuiabá. (a quem Acompanhárão os Desenhadores Joseph Joachim Freire e Joachim Joseph Codina E o Jardineiro Botanico Joaquim Agostinho de Cabo) Lisboa, Biblioteca da Ajuda, c. 54-XI-27, nº15, na.1783, ms..

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1997.

BAP, «Solicitação de 12 de Setembro de 1795». Códice 622, *apud* Arthur Cezar Ferreira Reis, «*O Jardim Botânico de Belém*». *In* «Boletim do Museu Nacional. Botânica», Rio de Janeiro, (7), Set. 1946, p. 14.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil.* Rio de Janeiro, Dois Mundos Editora, [1943].

Breves instrucções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos e notícias pertencentes à Historia da Natureza para FORMAR HUM Museo Nacional. Lisboa, Regia Officina Typographica, 1781.

BROTERO, Felix de Avellar – «Catalogo geral de todas as Plantas do Real Jardim Botanico d Ajuda distribuidas segundo o Systema de Linneo, da edição do D.or Wildennow », Lisboa, Instituto Superior de Agronomia. Biblioteca, s.d., ms..
CALDAS, António Pereira de Sousa – *Ode ao homem selvagem. Obras poeticas.* Coimbra, 1836.
CAMINHA, Pêro Vaz de – *Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil (1 de Maio de 1500)*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974.
CARDIM, Fernão – Fernão Cardim, *Tratados da Terra e da Gente do Brasil.* Belo Horizonte-São Paulo, Editora Itatiaia-Editora da Universidade de São Paulo ,1980.
Coisas Notáveis do Brasil. vol. I, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro-Ministério da Educação e Cultura, 1966.

DURÃO, Frei José de Santa Rita – *Caramuru*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836.

«Expedição Filosofica do Pará de que hé Naturalista o Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, os Riscadores, José Codina, e José Joaquim Freire, e Agostinho do Cabo, Jardineiro Botanico, o qual partio aos 14 de julho de 1783. Relação do que levou o ditto Naturalista deste Real Gabinete de Ajuda», Lisboa, Museu Bocage, Maço 5, nº 7.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues – *Viagem Filosófica pelas capitanias de Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792).* Texto – 2 vols., Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972-1974. Gravuras – 2 vols., São Paulo, Editora Monumental, 1971.

Florae Fluminensis de Fr. José Mariano da Conceição Veloso. Documentos. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1961.

GAMA, José Basílio da – *O Uraguay*. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editôra, 1941.
GANDAVO, Pero de Magalhães – *Tratado da Terra do Brasil. História da Província de Santa Cruz.* Belo Horizonte, Editora Itatiaia-Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
LISBOA, Frei Cristóvão de – *Historia dos animaes e arvores do Maranhão.* Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967.
SEPP, Padre António – *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos.* São Paulo, Livraria Martins Editora-Editora da Universidade de São Paulo, 1972 (A *Viagem*, primeiro texto sobre estas reduções, é um conjunto de cartas quase todas enviadas pelo jesuíta tirolês ao irmão. Os *Trabalhos* incluem a fundação da Redução de São João Batista).
S.L., S.D., MSI.II, 33,17,14 *apud* Leopoldo Collor Jobim, *Os Jardins Botânicos e o fomentismo português no Brasil*, «Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica», São Paulo, 1984.
SOUSA, Gabriel Soares de – *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1987.
VANDELLI, Domingos, «Relaçao da origem, e estado prezente do Real Jardim Botanico, Laboratório Chymico, Muséu de Historia Natural, e Caza do Risco», Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Archivo do Ministério do Reino, Maço 444, c.1.54.103, s.d., ms..

VANDELLI, Domingos, «Memorias Inéditas», Lisboa, Biblioteca da Ajuda, c.54-V-14, s.d., ms.

Outros

ALMEIDA, Luís Ferrand de – *Páginas Dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal.* Coimbra, Faculdade de Letras, 1995.
AÑON, Carmen e SANCHO, José Luís (Ed.) – *Jardín y Naturaleza en el reinado de Felipe II*. Sociedad Estatal para la Commemoración de Los Centenarios de Felipe II (1998) y Carlos V (2000), 1998.
BARRETO, Luís Filipe – *Portugal en la Apertura del Mundo.* Ed. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, sd.
BORRALHO, Luísa; FORTES, Mário – *Descrições do Reino Vegetal – Do jardim do Éden às Terras de Vera Cruz*, "Episteme", Porto Alegre, 15, Ago.-Dez. 2003, 70-90.
CASTEL-BRANCO PEREIRA, João (coord.) – *Exotica: Os descobrimentos Portugueses e as Câmaras de Maravilhas do Renascimento*. Lisboa, Museu Calouste Gulbenkian, 2001.
DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol Domingues, *El Jardin Botánico do Rio de Janeiro y los Intercambios Internacionales*. Comunicação ao Coloquio Materia Médica, Terapéutica y Farmacia Intercontinental, Puebla, 1996.
FARIA, Miguel Figueira – *A Imagem Útil*. Lisboa, Universidade Autónoma Editora. 2001.
GONÇALVES, Maria da Conceição Osório Dias – *O Índio do Brasil na Literatura Portuguesa dos séculos XVI, XVII e XVIII.* Coimbra, 1961, Separata de *Brasília*, vol. XI.
HOLANDA, Sérgio Buarque de – *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.* 4ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1985.
JANEIRA, Ana Luísa – *Humanismo. Logocentrismo. Etnocen-trismo*. "Revista Portuguesa de Filosofia", Braga, 38 (4) Out.-Dez. 1982, 221-240. Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia.
JANEIRA, Ana Luísa – *Viagem filosófica pelo espaço-tempo dos Jardins Botânicos. in* Ana Maria Alfonso-Goldfarb, Carlos A. Maia (orgs.), ''História da ciência: o mapa do conhecimento'', São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1995, pp. 543-550.
JANEIRA, Ana Luísa; MOURÃO, José Augusto; GUEDES, Maria Estela – *A Paixão do Coleccionador: Espaços de Colecção*. *In* «Encontro sobre Alcipe e as Luzes», Lisboa, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 1997, pp. 75-87.
JANEIRA, Ana Luísa; FORTES, Mário – *Floras do Novo Mundo. Curiosidades e Recursos*. Actas do 5º Encontro de Évora de História e Filosofia das Ciências, Évora, Universidade de Évora (no prelo).
JANEIRA, Ana Luísa (org.) – *Gabinete de Curiosidades*. Lisboa, Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa (CICTSUL), 1999.
JANEIRA, Ana Luísa – «*Todo o Brasil parece hü jardim».* "Episteme", Porto Alegre, 15, Ago.-Dez. 2003, 45-70.
JOBIM, Leopoldo Collor – *Os Jardins Botânicos e o fomentismo português no Brasil*, «Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica», São Paulo, 1984.

LEITE, Serafim – *Artes e Ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa-Rio de Janeiro, Edições Brotéria-Livros de Portugal, 1953.
SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *A Cultura Luso-Brasileira . Da Reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa, Editorial Estampa, 1999.
SIMON, William Joel Simon – *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the Intelectual-Scientific Community of the late Eighteenth Century*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.
THEVET, André – *Le Brésil d'André Thevet. Les Singuralités de la France Antarctique.* Paris, Editions Chandeigne, 1997.

CARTOGRAFIA

ADONIAS, I. – *A cartografia da região amazonica*. Rio de Janeiro, 1963.
ADONIAS, I.– *Mapas e planos manuscriptos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores.* Rio de Janeiro, 1960.
ADONIAS, I. – *As peças raras da Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro, 1956.
ALBA, Duke of (and others) – *Mapas españoles de América, siglos XV-XVI.* Madrid, 1991.
BAGROW, Leo – *History of Cartography*, 2nd edition Revised and Enlarged by R. A. Skelton, Chicago,Precedent Publishing, Inc., 1985.
CORTESÃO, A.; TEIXEIRA DA MOTA, A. – *Portugaliae Monumenta Cartographica*. 5 vols., Lisboa, 1960-62.
FITE, E. D.; FREEMAN, A. – *A book of old maps delineating American history*. Cambridge (Mass.) 1926.
SANTARÉM, VISCONDE DE – *Atlas composé de mappemondes, de portulans et de cartes hydrographiques et historiques depuis le V.ie jusqu'au XVII.e siècle*. Paris, 1842-1862.
SANTARÉM, VISCONDE DE – *Estudos de Cartografia Antigua*. 2 vols., Lisboa, 1919.

PODER, SABER E CAIS DE INTERCÂMBIOS À VOLTA DE *L'INTERIEUR D'UN NEGOCIANT BORDELAIS AU XVIII.E SIECLE**

Ana Luísa Janeira[**], *Antonieta Moellon*[***]

RESUMO

Deambulando pelas ruas estreitas e largas de Bordeaux, sentem-se várias presenças culturais com densidade; de onde vão emergindo figuras de proa tão universais, como Montaigne ou Montesquieu, que aqui teve numerosas residências: Rue Sainte-Catherine, Rue des Lauriers, Rue Margaux, Rue du Mirail, Faubourg de Saint-Seurin e Rue Porte-Dijeaux. Pensamentos difusos e perdurantes que nos percorrem ainda hoje sob um toque clássico. *A la derive.* Enquanto isso, o Garonne e o Gironde cheiram a viagens de longe, na certeza de que o porto atlântico fica perto. A dimensão recatada, o estilo sóbrio e a decoração despojada, nas casas mais limítrofes, as *échoppes*. Nestes bairros, os complexos arquitectónicos repetitivos, seriados e inconfundíveis, devido ao alinhamento rectilíneo. No centro, a estrutura urbana nuclear é rica de épocas e de estilos, do medievo à *art déco*, mas talvez o que mais surpreenda seja a sensação de robustez dos materiais, outra face perceptível de fortunas acumuladas, com raízes nas vinhas e em tantas vias comerciais ultramarinas. A cidade foi sempre

---

[*] DAINVILLE, M. (1919, 218-230)

[**] Professora Associada do Departamento de Química e Bioquímica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, agregação em Filosofia das Ciências. Co-fundadora, primeira coordenadora e, actualmente, investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa (CICTSUL), Coordenadora, em Portugal, da Red de Intercambios de la Historia y la Epistemologia de las Ciencias Químicas e Biológicas, México, D.C. *E-mail:* janeira@fc.ul.pt e analuisajaneira@clix.pt

[***] Doutoranda na Université de Paris X – DEA Etudes Ibériques et Ibéro-américaines. Conservadora, diplomada pela Ecole Nationale Supérieure de Bibliothécaires. Bibliothèque Universitaire de Bordeaux III. Secretária-Geral da Association des Conservateurs de Bibliothèques; coordenadora do *Bulletin da Association des Bibliothécaires Français* e membro eleito nos Standing Committee of Interlibrary Loan e Standing Committee of Section on Education and Training da IFLA. *E-mail:* amoellon@yahoo.fr

cosmopolita e de há muito que judeus portugueses[1] fizeram perpassar fantasmas de diásporas forçadas, com muito banca e negócios à mistura, deixando marcas de opulência, com destaque para quatro grandes famílias: os Raba, os Gradis, os Peixotto e os Pereyre. Nas áreas burguesas, memórias com frases contundentes dos *Essais* e de *De l´'Esprit des Lois* (que aqui até é nome de rua!), percorrem os *Quais*, exalando ares de abundância consolidada na monumentalidade dos edifícios, ou num clima de abertura ao mundo. Insista-se. O Musée d'Histoire Naturelle abriga um património veiculado a personalidades e histórias que passaram a fazer parte da investigação: François-de-Paule Latapie e a família Journu ou os Journu-Auber: Claude,[2] Bonaventure, Bernard, casado com uma crioula, Madame Auber, e Antoine-Auguste, filósofo e filantropo.

O Jardin Botanique, por seu lado, evoca projectos de Auguste-François-Marie Glaziou, o paisagista bretão celebrizado pela concepção ou modernização de vários jardins brasileiros, e pelo lugar atribuído à flora tropical, contra a tendência, frequente na época, de desenvolver conjuntos com sobrevalorização das espécies euro cêntricas. Antes de partir para o Novo Mundo e depois do seu regresso, andou por Bordeaux, onde morreu em 1906. Mais próximo, Aristides Sousa Mendes e a solidariedade humana sem fronteiras. A testemunhar como existem intercâmbios, ainda mais valiosos, os intercâmbios da compaixão: 30.000 vistos para judeus e outras minorias perseguidas por nazis.

Palavras-chave: arquitetura; memória; cidade.

POWER, KNOWLEDGE AND PLATFORM FOR EXCHANGES AROUND *L'INTERIEUR D'UN NEGOCIANT BORDELAIS AU XVIII.E SIECLE*

Walking the narrow and wide streets of Bordeaux, several dense cultural presences are closely felt; universally important figures emerge such as Montaigne or Montesquieu who had many homes here: Rue Sainte-Catherine, Rue des Lauriers, Rue Margaux, Rue du Mirail, Faubourg de Saint-Seurin and Rue Porte-Dijeaux.

---

[1] As residências dos Raba e dos Peixotto são as mais conhecidas. O castelo Peixotto transformou-se no edifício da Mairie de Talence.

[2] O conhecido pintor de pastel, Jean-Baptiste Perronneau, esteve várias vezes em Bordeaux, tendo encontrado os seus mais interessantes modelos, junto da família de Claude Journu. Como ficou patente, por exemplo, no *Homme aux Trois Roses* ou *Retrato de Olivier Journu*, aos trinta e dois anos, primeiro de uma série de quadros seus, a celebrar figuras emblemáticas da cidade.

Diffuse, persisting thoughts that permeate us still with a classical touch *A la derive.*
Meanwhile, the Garonne and the Gironde have the odor of faraway trips, in the certainty that the Atlantic port lies nearby .
The modest size, sober style and simple decoration of the bordering houses, the *échoppes*. In these quarters, the repetitive architectural complexes, in series and unmistakable, due to the straight alignment.
Downtown the nuclear urban structure is wealthy in epochs and styles, from the medieval to *Art Déco*, but possibly the most surprising is the feeling that the materials are robust, another perceptible face of accumulated fortunes, with their roots in the vines and in so many overseas trade routes.
The city was always cosmopolitan, and a long time ago Portuguese Jews[3] imprinted phantoms of forced diasporas, with many banks. and businesses mixed, leaving marks of opulence, of which four large families are outstanding: the Raba, the Gradis, the Peixotto and the Pereyre.
In the bourgeois areas, memories with strong sentences from the *Essais* and *De l´'Esprit des Lois* (which here is even a street name!), run along the *Quais*, exhaling an atmosphere of abundance consolidated in the monumentality of the buildings, or in an atmosphere of opening to the world. One should insist.
The Musée d'Histoire Naturelle (Natural History Museum) shelters a heritage connected to personalities and stories that have become part of the investigation: François-de-Paule Latapie and the Journu family, or the Journu-Auber: Claude[4], Bonaventure, Bernard, married to a créole, Madame Auber, and Antoine-Auguste, philosopher and philanthropist.
The Jardin Botanique (Botanical Gardens), on the other hand, evokes designs by Auguste-François-Marie Glaziou, the Breton landscaper celebrated for creating or modernizing several Brazilian gardens, and for the place assigned to tropical flora, against the tendency, frequent at the time, to develop ensembles overvaluing Eurocentric species. Before leaving for the New World and after his return, he was in Bordeaux, where he died in 1906. More recently, Aristides Sousa Mendes and frontierless human solidarity. To witness how exchanges exist, there are even more valuable

[3] The residences of the Raba and of the Peixotto are the best known. Peixotto Castle has become the building of the town hall of Talence (Mairie de Talence).

[4] The well-known painter in pastels, Jean-Baptiste Perronneau, was in Bourdeaux several times, and found his most interesting models in the family of Claude Journu. This became obvious, for instance, in *Homme aux Trois Roses* or *Retrato de Olivier Journu*, at the age of 32, the first of a series of his pictures celebrating emblematic personalities of the city.

ones, the exchanges of compassion: 30,000 visas for Jews and other minorities persecuted by the Nazis.

Key words: architecture; memory; city.

BORDEAUX NOS SÉCULOS XVIII E XIX, COMO *CARREFOUR* DE GENTES E DE IDEIAS[5]

Bordeaux conhece no século XVIII uma grande prosperidade, graças ao comércio do açúcar e do café com a ilha de São Domingos e ao tráfico de negros.

No decurso do século, a cidade transforma-se, embeleza-se com novas construções que traduzem essa brilhante prosperidade: casas burguesas de comerciantes; palacetes da nobreza parlamentar, da alta burguesia e dos cônsules dos Estados Unidos ou de Hambourg; mas, sobretudo, graças à personalidade dos seus intendentes e, muito particularmente à de Aubert, marquês de Tourny, conhece uma renascença arquitectónica, passando a figurar entre as mais belas cidades da Europa.

Para levar a cabo o plano de urbanismo, Tourny recorre aos Gabriel para o traçado dos eixos do novo Bordeaux, hoje seu centro vivo: o triângulo constituido pelas *allées* de Tourny, o cours da Intendence, o cours Georges-Clemenceau, delimitado pelas praças de Tourny, da Comédia e Gambetta.

Dota a cidade de um Jardim Público (1746-1756), visto que «não há nenhum passeio, nem a pé nem a cavalo» e que «o excelente ar contribuirá à saúde dos seus habitantes». Este jardim, a que tanto quer, porque «fui eu quem teve a primeira ideia, entre tantas outras de embelezamento», chama-o «Mes Tuilleries» mas, muito rapidamente, os citadinos apropriam-no, tornando-se o passeio de predilecção, ponto de encontro da elite e «bolsa» dos comerciantes.

O hotel de Lisleferme, na borda sul do jardim, abriga hoje o Muséum ou Musée d'Histoire Naturelle.

E, em forma de meia-lua, abrindo-se sobre o cais da Garona, a praça Royale é um conjunto arquitectónico admirável, obra dos Gabriel (1728-1755).

---

[5] Devido as limitações de espaço neste artigo, foram eliminados painéis interessantes da vida bordelesa: a construção do Grand Théâtre por Victor Louis; a vida teatral, a ópera; o *Gabinete de historia natural* de Mme Duplessy; o ensino de Farmácia desde o século XIV; a afluência de imigrantes estrangeiros e das diversas regiões francesas devido ao reservatório de empregos da opulenta cidade; o movimento do porto, etc, etc. Igualmente, suprimi personalidades parisienses (Voltaire críticando a Academia, mas elogiando Montesquieu) e estrangeiras ligadas intelectualmente ou tendo permanecido em Bordeaux (Buffon e Holderlin). Sem as poder desenvolver, o artigo tornava-se num catálogo.

Paralelamente ao progresso económico e social, assiste-se ao desenvolvimento intelectual, artístico e musical.

Como os colégios e a universidade não satisfaziam as aspirações culturais da sociedade bordalesa, outras instituições vão, até à Revolução em 1789, desempenhar esse papel: a Académie Royale, a Académie des Arts e o Musée.

L'ACADEMIE ROYALE

A Académie Royale des sciences, belles-lettres et arts de Bordeaux foi criada oficialmente por carta patente de Louis XIV, registada a 3 de Maio de 1713.

Papel cultural

Charles-Louis de Secondat, barão de la Brède et de Montesquieu, (1689-1755), filósofo, moralista e o mais conhecido dos académicos, expõe-no claramente, na sua carta dirigida a Sarrau de Boynet, em 1727:

> [...] falei ontem, meu caro confrade, de assuntos académicos com o M. Hardion. Ele é de parecer, e eu também, que deveria enviar um memorando ao protector, em nome da Academia…. Que nesse memorando seja exposto que, desde a fundação da Academia, ela se empregou activamente a fazer florir as ciências na cidade de Bordeaux; que numa cidade marítima como esta, em que o comércio marítimo com o estrangeiro é presentemente o mais desenvolvido, onde chega e donde parte um número muito elevado de barcos, tem que se encorajar as matemáticas, sobretudo as relativas à navegação ; que esta é a única maneira de formar bons pilotos; que o comércio com as Ilhas tendo consideravelmente aumentado em Bordeaux e sendo todo ele feito com barcos dos negociantes da dita cidade, não será demasiado proteger a arte da navegação e as ciências em relação com ela; que a criação da Academia contribuiu enormemente a dar gosto pelas ciências a inúmeros particulares da dita cidade; que a Companhia, sem ter ainda beneficiado de qualquer liberalidade por parte do Rei e sem ter sentido a marca da sua protecção, como ele acorda a tanta outras academias do seu reino, não deixou, até hoje, de fazer de grandes progressos, os quais se devem aos enormes investimentos de particulares; que a situação da cidade e a chegada de muitos estrangeiros a fez estabelecer relações com os sábios dos países mais longínquos, e que os prémios que ela distribui todos os anos, sobre assuntos de física e matemática, dão-lhe ocasião de receber trabalhos de estrangeiros

o que muito lhe facilitou esta ligação […].(MONTESQUIEU, 1955, t. III, p. 879-880. Tradução livre).

Cais de intercâmbios com efeito, visto Bordeaux ser a cidade marítima onde o comércio com o estrangeiro é mais intenso, graças aos barcos dos negociantes bordaleses.

Cais de intercâmbios, Bordeaux é-o, mais ainda, ao nível das ideias: pela sua acção, a Academia contribui para fazer «florir as ciências», «dar gosto pelas ciências a inúmeros particulares da dita cidade», e orientar o estudo das Matemáticas em conexão com a navegação, motivado por interesses económicos locais – a formação de bons pilotos –.

Mas, esta faceta pragmática acompanha-se concumitantemente duma abertura à comunidade científica internacional através de «la mise en correspondance avec les sçavans des pays les plus éloignés» e «les prix qu'elle distribue tous les ans sur des sujets de physique et mathématiques et qui lui font recevoir des ouvrages des étrangers lui ont beaucoup facilité cette liaison...».

A Academia, pela escolha dos assuntos estudados e postos a concurso internacional, prova «aos senhores de Paris que nós não somos uns animais».

Em oposição à Academia de Paris, onde os domínios abordados são mais de ordem filosófica, a consorte bordalesa, contando no seu seio membros duma certa burguesia constituída por médicos, farmacêuticos e físicos que a levam a orientar-se para temas científicos, está, neste campo, em avanço. Já em 1714, a Física tinha sido objecto dum prémio de 300 livras, oferecido pelo duque de La Force (protector da Academia). Pela primeira vez um prémio é instituído e, neste aspecto, Bordeaux precede também Paris.

Eleito membro a 3 de Abril de 1716, logo a 8 de Setembro, Montesquieu oferece 300 livras destinadas a coroar o melhor trabalho em Cirurgia, e insiste para que a instituição publique todos os trabalhos galardoados, visto que «a utilidade das academias é que, através delas, o saber é mais divulgado. Aquele que descobre algo ou encontra um segredo é levado a publicá-lo, quer par o consignar nos arquivos, quer para dele tirar glória ou, mesmo, aumentar a sua fortuna. Antes, os sábios eram mais secretos» (MONTESQUIEU, 1953, t. II, p. 662. Tradução livre).

E este interesse pelas ciências, assim como o método científico de que se embebeu na Academia, permanecem enraizados durante toda a vida, como ele próprio o exprime: «fingi ter um grande amor pelas ciências, e, à força de fingir, ele veio-me realmente».

Se «*Mes Pensées*», «*Les Lettres persanes*» e sobretudo «*L'Esprit des lois*», são as obras mais conhecidas pela repercursão que tiveram, a maior

parte das comunicações apresentadas à Academia são de carácter científico. Assim : «*Essai d'observation sur l'histoire naturelle»*, no qual expõe as suas experiências e observações microscópicas dos animais; «*Discours sur la transparence des corps»* ; «*Discours sur les motifs qui doivent nous encourager aux sciences*», onde testemunha a admiração pour Descartes e Fontenelle, que, como ele, frequenta o salão de Mme Lambert em Paris.

Por outro lado, faz igualmente os *compte rendu* das dissertações científicas apresentadas pelos concorrentes, como « *L'Usage des glandes rénales, ou capsules atrabilaires*» ou «*Flux et le Reflux de la mer».*

Montesquieu tornou-se, sem dúvida, o académico bordalês mais conhecido, tanto pelas obras e a influência que estas exerceram ao nível das ideias no seu século e nos seguintes, como pelos contactos e amizades que estabeleceu no decurso das suas longas viagens ao estrangeiro ou a frequência de diversos salões parisienses – os de Mmes Lambert, Tencin, Geoffrin, et Du Deffand –.

Fazem igualmente parte dos seus amigos, os ingleses: Berwick, Fitz-James, lord Bulkeley e os franceses: Fontenelle, Marivaux, Houdar de la Motte, Duclos, o abade Prévost, o abade de Saint-Pierre, Marmontel, Piron, Mably, Dourtous de Mairan e Helvétius – que recebe em casa, no castelo de la Brède –, ou de Mme Duplessy, que tem salão em Bordeaux.

Mas, é dentro da própria Academia que «lá conto quase todos os amigos que tenho neste pais» (MONTESQUIEU, 1955, t. III, p. 1.006).

Membros

Provêm – do início até 1750 – da nobreza parlamentar, maioritária no seio dos membros ordinários. A burguesia apenas figura entre os associados. Em 1783, após uma alteração estatutária, os 175 membros provêm de todas as categorias sociais da urbe e região. Os 300 correspondentes estão repartidos pelo resto da França e Europa. Duas personalidades marcantes, pelas actividades exercidas nesta Sociedade devem ser mencionadas:

Jean Barbot, (1695-1771), presidente da Cour des Aides e académico. Foi dela secretário, bibliotecário e uma eminente figura da bibliofilia bordalesa. Doou à Academia, em 1749, a biblioteca, onde permaneceu até 1924, data em que esse espólio foi disperso entre a Bibliothèque Municipale, a Bibliothèque Universitaire (250 volumes) e os Archives Municipales.

Jean-Jacques Bel, conselheiro no Parlamento de Bordeaux, homem de letras.

No seu «*Examen de la tragédie d'Inès»*, ataca Houdar de la Motte a propósito de: «*Inès de Castro»* (1723).

É o fundador da biblioteca desta instituição. Por testamento, legou vários milhares de livros à Académie, em 1736, com a obrigação de serem postos à disposição do público. Criou, assim, a primeira biblioteca pública em França.

Temas de concurso

Estando os 300 membros correspondentes espalhados pela França e pelo estrangeiro, os temas postos a concurso são anunciados, com antecedência, através dos jornais e gazetas da época.

Até 1750, traduzem um interesse pela Química, Fisiologia, Botânica, Mineralogia mas, essencialmente, pela Física. Um assunto recorrente, proposto cinco vezes a concurso é: a medida de velocidade dos navios.

As aplicações das ciências às questões de ordem social e económica vão estar, em seguida, na ordem do dia. Assim, a preocupação da época, – a possibilidade de substituição dos cereais habituais em caso de escassez –, é proposto em 1771, e oferece a ocasião a Parmentier de apresentar a batata.

Mas, outros domínios fazem objecto de estudos : a história da região e a Arqueologia da Antiguidade. Nada é para admirar que François-Paule Latapie, também académico, apresente pela primeira vez, em 1776, uma «*Description des fouilles de Pompéi»*.

A música está representada através dum outro membro, Sarrau de Boynet, musicólogo, que desenvolveu inúmeros temas relativos a esta arte nas suas dissertações.

Foi, para responder a um concurso instituído em 1782 em honra de Montesquieu, que Marat, o Amigo do povo, escreveu o *«Éloge de Montesquieu»,* apresentado na Academia a 28 de Março de 1875.

Outras actividades

Além da Biblioteca, do Observatório e de um Gabinete de Física, a Academia oferece ao público conferências e concertos.

L'ACADEMIE DES ARTS

Fundada em 1768 por «alguns artistas ocupados na obscuridade e no silêncio às obras sérias de suas artes», reuniu os muitos artistas vindos a Bordeaux, atraídos pela renovação artística da cidade.

As suas actividades dividem-se em: Ecole de Dessin ou Ecole de Principes; Ecole de Perspective, cursos de Arquitectura Naval e uma escola de

arquitectura que vai formar uma brilhante geração bordalesa. Entre os professores assinalemos: Lacour, Combes, e Gonzalèz.

A Academia constitui pouco a pouco as suas próprias colecções e organiza Salões. Houve cinco entre 1771 e 1787, e aos trabalhos expostos são atribuídos prémios. Estes salões – que gozam da afluência dos citadinos e estrangeiros – contribuem à formação do gosto artístico e à criação de um meio aberto às artes, que recorre aos artistas presentes para os seus retratos, a decoração de suas casas, ou, adquire obras expostas para constituir colecções.

LE MUSEE

Criado em 1783, por iniciativa do abade Dupont des Jumeaux, le Musée ostenta uma orientação filantrópica tendo como finalidade «despertar, nesta grande cidade, o gosto pelas ciências e as letras, excitar a emulação dos artistas (…) levando pouco a pouco uma mocidade ócia a consagrar às ocupações mais úteis, uma porção desse tempo precioso de que ela abusa tão frequentemente em prejuízo da sua fortuna, da sua saúde, muitas vezes mesmo da sua honra».

A verdade é, que «no Musée agruparam-se todos os bordaleses instruídos que, não tendo entrada nem na Academia, nem no Tribunal, queriam exercer um outro papel que o de mero espectador dos acontecimentos desejados ou previstos »

Mas um ar precursor de *liberdade e igualdade* anima as suas actividades: cursos de geografia, de geometria e física são organizados ao domingo destinados aos «cidadãos que, ocupados nos trabalhos mecânicos não podem deixar o *atelier* em dias de trabalho».

A música, muito em voga, foi inscrita no seu programa e uma sala foi posta à disposição de todos aqueles que desejassem treinar-se.

Franz Beck, (nascido em Mannheim em 1723), instalado em Bordeaux desde 1765 – nacionalizado francês pela Jurade em agradecimento pelos serviços prestados à cidade – foi comissário dos concertos do Musée, chefe de orquestra de diferentes estabelecimentos, entre os quais, o Grand Théâtre, vindo a ser membro da Académie de Bordeaux e membro correspondente do Institut de France.

Francisco Miranda – patriota venezuelano expatriado em Bordeaux – está em relação com o Musée e os Girondinos. No seu «Journal», descreve a sociedade bordalesa com um acerado sentido de observação.

Estas instituições levam um golpe mortal na altura da Revolução.

Elas renascem, alguns anos mais tarde, nos finais do século ou princípios do seguinte, sob outras apelações:

A Académie Royale ressurge sob os nomes de : Société des Sciences, Belles-Lettres et Arts em 1797 e, finalmente, Académie, em 1814.

Mas se ela continua a ser o ponto de encontro por excelência de homens de horizontes e de saberes diferentes, as especializações cada vez mais agudas, levam à criação de *Sociétés Savantes* : a Société de médecine (criada a 18 prairial ano VI) ; a Société Linnéenne (fundada em 1818 por Dargelas et Laterade) ; a Société des Archives Historiques de la Gironde (1858) ; a Société des Bibliophiles de Guyenne (fundada em1866 por Jules Delpit) ; a Société Archéologique de Bordeaux (1873).

A Académie des Arts renasce sob o impulso de Lacour. Em 1794, como membro da Commission encarregue de reunir as obras confiscadas aos emigrados, às igrejas e conventos, consegue evitar o envio delas para Paris e salvar os bens artísticos da Academia com os quais vai constituir um espólio bordalês, que é instalado na galeria da antiga Academia, sob a nova designação – Musée ou Galerie de Peintures et Sculptures. Em 1811, é nomeado seu primeiro conservador. De mesmo, a sua Ecole de Dessin é reaberta e dará origem, mais tarde, à Ecole des Beaux-Arts.

O Musée será inicialmente substituído pelo Club National, e, ulteriormente, reaparecerá sob os traços da Société Philomatique, anexo duma instituição privada, orientada para o ensino professional – o Muséum d'Instruction Publique, fundado em 1801 e dirigido por Rodriguez e Goethals –, que aí dispõe as suas obras de arte e colecções de História Natural.

No século XIX, o ensino superior vai conhecer um novo impulso, desde a Monarquia de Julho até à Primeira Guerra Mundial.

As Faculdades de Letras e das Ciências são criadas em 1838 ; a de Letras conta, na origem, cinco cátedras e, no fim do século, onze cátedras e vários mestrados.

O mestrado para o ensino dos estudos hispânicos é criado pelo Ministério em 1898 para Georges Cirot (1870-1946), passando a cátedra, em 1906. Durante cinquenta anos, este defensor do hispanismo vai fazer irradiar o renome de Bordeaux: não só desenvolve este ensino, como cria e dirige a Ecole des Hautes Etudes Hispaniques, e como dá ainda uma dimensão internacional ao *Bulletin hispanique,* iniciado em 1899.

O primeiro artigo de G. Cirot, em 1898, foi sobre as *Religiões da Lusitania* de J. Leite de Vasconcellos. Muitos outros estudos de autores portugueses foram analisados no *Bulletin,* entre eles, os de Carolina Michaëlis, que também aí publicou, em 1905, «*Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*».

PODER, SABER E CAIS DE INTERCÂMBIOS

O século XVIII francês foi representativo de um imenso fervilhar mundano e intelectual, alastrando pela capital e um pouco por toda a parte na província.

Na verdade, a sociedade era encimada por elites com hábitos de sociabilidade muito viva e afortunada, onde os eventos se sucediam sem parar, num frenesi competitivo em que a festa ou o concerto de câmara dividia os importantes, à procura de serem sempre os melhores entre os demais, seja durante uma reunião na centralíssima Ile de Saint Louis. seja no quadro bucólico de um *manoir* distante, lá para o sudoeste.

Académies cheias de actividade, do fútil ao mais sério, com destaque para a função muito específica dos ciclos humanos e sociais ligados às mais pequenas, inclusive.

Salons concorridos. Com muitos decotes e o perfume da conversa com pretensões.

Bibliotecas apetrechadas com raridades e bom gosto.

Propriedades e lucros bem sucedidos, postos ao serviço do mundo literário – artístico, com frequentes viagens ao estrangeiro.

Já no fim do século, e apesar de ter destruído espólios vários e de nem sempre ter sido protectora das Ciências e dos Cientistas – lembrem-se as intervenções difíceis, e pouco compreendidas, de Lakanal – coube à Revolução Francesa mudar certas linhas de água, onde avolumava a separação entre o privado e o público. Ou melhor, a urgência de tomar medidas concretas para que os conhecimentos e bens intelectuais privados tendessem para públicos, recorrendo, quando necessário, à apreensão oficial.

Assim sendo, não se confiscavam só latifúndios agrícolas, imóveis urbanos e depósitos bancários, porquanto os bens científicos passavam a fazer parte integrante daquilo que devia constituir o fundo comum do Estado, tendo como utentes todos os cidadãos da República.

O que equivalia a duas novidades: por um lado, o reconhecimento de que as colecções naturais e os equipamentos físico-químicos constituíam um bem nacional, acarinhado pelo Poder político; por outro lado, incentivos para criar *Conservatoires*, munidos de condições adequadas, sob alçada do Saber científico.

Neste ambiente, o conhecimento guardado dentro de um palácio ou produzido numa tertúlia passava a ser olhado como devendo ter maiores repercussões sociais e garantia de sobrevivência para as gerações vindouras. Daí que surgissem os *Musées Chaptal*, dos quais eram esperados papéis particularmente importantes, no que respeita o gesto civilizador de preservar.

A ponto de poder ocorrer um «contrato» tão curioso, como aquele a que esteve ligado François-de-Paule Latapie (1739-1823), ao associar-se a um facto com impacto significativo no futuro. Gesto que foi possibilitado, de facto, nos limites do paradigma vigente, mas cujo lado singular leva a que haja quem prefira falar de venda com contrapartida (LOBIES, 2001, p. 1.201).

Para além de uma argúcia evidente, este naturalista foi suficientemente orgulhoso e confiante, quando pediu à Commune de Bordeaux uma pensão anual vitalícia, que veio a ser de 600 Francos, a troco do seu Gabinete de História Natural e da sua Biblioteca. Como a proposta foi aceite na sessão de 19 de Dezembro de 1791, este será o primeiro património do Musée d'Histoire Naturelle de Bordeaux,[6] à época depositado numa estufa do Jardin Botanique e depois na Académie Royale des Sciences, Arts et Belles-Lettres de Bordeaux. E que vai ser reorganizado a partir de 1796.

Assim sendo, Bordeaux acabou por ter um *Museum* antes de Paris.

Apesar de estar numa situação privilegiada, pois pertencia a uma comissão do *Conseil Général du Département*, é indiscutível que só uma determinada mentalidade podia ter permitido a proposta – importância atribuída à colecção, entendida como trabalho – património – e justificaria também a resposta da Comuna – valor social de um espólio biológico, ou seja, o sentido do aval governamental dado a espécimes naturais constituídos em colecção.

Parece legítimo encontrar fundamentos remotos para uma tal confiança no convívio literário e humanista, que tivera por dezoito anos, com um ilustre benfeitor, Charles-Louis de Secondat, barão de La Brède et de Montesquieu, de cujo neto foi preceptor num castelo da terra natal, e nos contactos havidos depois, em Paris, com o ambiente em torno do Abade Noelle (Física) de François de Rouelle (Química) ou de Bernard Jussieu (Botânica).

Montesquieu era um espírito culto e universal, das línguas às literaturas clássicas, do direito às medicinas.

Como acontecia neste caso e soía no tempo, ser culto incluía abertura às descobertas científicas. Ser universal queria dizer, ainda, uma visão do mundo plural, a acompanhar todo o quotidiano, quer em momentos de trabalho, com leitura persistente e escrita continuada, quer em momentos de lazer, enriquecidos por passeios nos campos. Horas livres, rodeadas de vinhas e ilustradas por conversas intelectuais, como convinha a um colaborador da *Encyclopédie*. Às vezes, na companhia de Latapie.

---

[6] Deve-se ressaltar como esta reflexão é devedora à Conservadora, Madame Natalie Mémoire, pelas informações orais que concedeu e pelos textos que disponibilizou sobre a exposição *Le Muséum: hier, aujourd'hui et demain?* realizada em 1997.

O autor de *Les Lettres Persanes* fomentava a largueza da experiência, obtida durante anos de viagem, de Nápoles a Augsburgo, de Colónia a Haia, de Veneza a Londres. Que lhe terão propiciado uma consciência lúcida sobre o valor inerente aos conteúdos e objectos científicos. Nunca é demais salientar como este canal da mundialização funcionava tão bem nos percursos mentais ao longo de oitocentos. Acrescente-se, aliás que, correspondendo a este ar, coube a Latapie acompanhar o Barão de Secondat, seu filho, a Itália (BIOGRAPHIE UNIVERSELLE, 1998, p. 315).

Já no século XIX, o Conde de Tustal, Bernard Journu, dito Journu-Auber (1745-1815) veio a complementar, por outro gesto fundador, o processo original do Musée d'Histoire Naturelle de Bordeaux.

Pare-se um pouco para situá-lo melhor: casado com a filha de um colono rico de S. Domingos, proprietário de seis navios, atravessando os mares com produtos coloniais e escravos, era um homem rico e curioso, logo, com óptimas condições para poder dedicar-se às Artes e às Ciências, investindo na fortuna herdada, pela aquisição de mais quadros e de mais exemplares naturais.

Pois foi ele mesmo que, no dia 4 de Junho de 1804, ofereceu à cidade o seu Gabinete de História Natural, que estivera abrigado num hotel localizado no actual Chapeau Rouge.

Tinha a intenção que esta atitude contribuísse não só para a preservação do legado, como favorecesse o deleite e estudo dos concidadãos. Este tipo de consciência cívica é algo a que a Revolução Francesa dedicou afinco e a que a burguesia iluminada correspondeu com generosidade.

Como seria este Gabinete? Felizmente, já durante a vida do pai, o muito rico comerciante e armador Bonaventure Journu (1717-1781), ficara-nos um testemunho que permite imaginar a amplitude das colecções (DAINVILLE, 1919, p. 218-230). Mineralogia, Botânica, Zoologia, Etnografia, Física, muitos Livros e muita Arte, porque «o vento que conduzia os seus navios no mar das Índias ou para as Antilhas parecia abater as chuvas de ouro sobre a sua residência, dando-lhe o meio de realizar todas as suas fantasias de arte e das ciências» (DAINVILLE, 1919, p. 219).

Oudot de Dainville descreveu, com efeito, um património familiar multifacetado, herdado ou completado por força de uma grande fortuna, a qual arrancava dinheiro provindo de um domínio comercial forte na terra e nos mares.

Inaugurado em 1811, foi transferido para o Hotel de Lisleferme, construído por Richard François Bonfin, e ficou envolvido pelo Jardim Público. Assim, em 1862, a primitiva colecção do *Museum* aproximou-se de novo do *Jardin Botanique*, fundado em 1784.

Este espaço seguia uma estrutura comum na época, pois estava organizado com base na Sistemática, ou seja, ordenado por grupos, famílias e espécies. Como tinha bastantes espécimes, reflectia a possibilidade de concretizar uma amostra do mundo vegetal, onde avultavam os meios de transporte conseguidos por muitas trocas transatlânticas.

Sendo assim, os encontros entre endémicas e exóticas obrigavam a cuidados e canseiras científico-tecnológicas, a precisarem de mostrar conhecimentos para identificar, organizar e cultivar os vegetais.

Hoje, à entrada, vibra o impacto de um elemento arquitectónico de que o todo sai visivelmente abrilhantado – um pórtico clássico com uma robustez opulenta, por fora, e com volumes habitáveis pelo interior.

O conjunto fala de Auguste-François-Marie Glaziou (1833-1906). Bretão com um curso de Engenharia Civil, estudou Botânica no Museu de História Natural de Paris, onde aprofundou os conhecimentos em agricultura e horticultura.

Nesse período, realizavam-se as reformas de Haussmann, cujo paisagismo era coordenado por Jean Charles-Adolphe Alphand, a quem deverá inspiração para futuros trabalhos.

Por convite do Imperador D. Pedro II, foi para o Rio de Janeiro, em 1858, no sentido de coordenar a Direcção dos Parques e Jardins da Casa Imperial. Sendo uma altura favorável à criação de praças e jardins públicos, teve a oportunidade de lhes aplicar interessantes reflexões teóricas e concepções concretas sobre a paisagem urbana, com destaque para o Jardim da Quinta da Boa Vista, residência do Imperador, e para o Passeio Público, ambos na capital.

Não se pense, porém, que os delineou com régua, esquadro e muito racionalismo por detrás. Não, pois este paisagista era um francês que, quase paradoxalmente, conheceu bem os jardins britânicos, apreciou muito o modelo inglês e concebeu muitos jardins brasileiros de acordo com essa tradição (ver TERRA, 1993).

Por isso, criava uma organização vegetal com perspectivas de grandeza, efeitos de manchas leves, caminhos ondulados e planos esteticamente conseguidos.

Por isso, usufruiu habilmente da escala amplificada que os Novos Mundos sempre facultam, ao construir paisagens engrandecidas e que harmonizavam a articulação entre o natural e o cultural.

De volta à Europa, acabou por morrer em Bordeaux.

BIBLIOGRAFIA

AUBRET, Emmanuel. *Les Tandonnet, armateurs bordelais: 1796-1904*. Bordeaux: William Blake, 1895.
BIOGRAPHIE UNIVERSELLE (MICHAUD) ANCIENNE ET MODERNE. nova ed., tomo 23. Paris: C. Desplaces, Leipzig: F.A. Brockhaus, 1998.
COURTEAULT, Paul.-*Bordeaux : a travers les siècles.* Bordeaux: Féret, 1909.
DAINVILLE, M. Oudot de. L'intérieur d'un négociant bordelais au XVIII.e siècle. *Revue Philomathique de Bordeaux et du Sud-Ouest*, Bordeaux, 1919.
DESGRAVES, Louis. *Bordeaux au cours des siècles*. Pref. de François Mauriac. Bordeaux: Clèdes, 1954.
DESGRAVES, Louis. *Evocation du vieux Bordeaux*. Paris: Ed. de Minuit, 1960.
ETIENNE, Robert *Histoire de Bordeaux*. Toulouse: Privat, 2001.
GRADIS, Henri. *Histoire de Bordeaux*.– Bordeaux: Féret, 1901.
HIGOUNET, Charles (dir.). *Histoire de Bordeaux.* Bordeaux: Fédération historique du Sud-Ouest, 1962-1974. 6 vols.
JULLIAN, Camille Louis. *Histoire de Bordeaux depuis les origines jusqu'en 1895*. Bordeaux: Féret, 1901.
LOBIES, J.P. (dir.). *Dictionnaire de Biographie Française*, tomo 19. Paris: Letouzey et Ané, 2001.
MONTESQUIEU. *Œuvres complètes* de Montesquieu sous la direction de André Masson et Robert Shackleton. Paris: Nagel, 1950-1955. 3 vols.
MONTESQUIEU. *Œuvres complètes* de Montesquieu sous la direction de Louis Desgraves et Edgar Mass. Oxford: Voltaire Foundation, 1998.
MONTESQUIEU. *Pensées. Le Spicilège*, publié par Louis Desgraves. Paris: R. Laffont, 1991.
O'REILLY, Patrice-John. *Histoire complète de Bordeaux*. Bordeaux: J. Delmas, 1863. 6 vols.
RECHE, Albert. *Dix siècles de vie quotidienne à Bordeaux*. Bordeaux: L'Horizon chimérique, 1988.
TERRA, Carlos Gonçalves. *O Jardim no Brasil do Século XIX: Glaziou Revisitado*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

ENDÉMICAS E EXÓTICAS NOS JARDINS BOTÂNICOS DO PAÇO DE NOSSA SENHORA DA AJUDA E DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA*

Ana Luísa Janeira**

RESUMO

Os jardins botânicos tomam como ideal de realização o imperativo de se constituírem enquanto colecções – imagens privilegiadas da Natureza, cenário do grande espectáculo que é o mundo da criação divina. E porque esta é ordenável, mesmo a nível do (d) escrever, são precisos métodos e outras técnicas para a classificar (ver Dagognet, 1953; Delaporte, 1979). Já no século XVII, mas com maior incidência a partir do século XVIII, findas as harmonias e as analogias para sempre perdidas, a Razão estabelece uma distância ambígua com a Natureza, e até com a Humanidade. Por isso, fala de um pólo subjectivo valorado, mas atribui ao referente aspectos de inacessibilidade. Por isso, hesita, ainda, em termos antropo – sociológicos, entre o bom selvagem e o *honnête homme*, dito civilizado. No que respeita o conhecimento, nuns casos, predominam preocupações dirigidas pela lógica que orienta o sistema da *natura* e da *cultura*, noutros casos, sobressai a descrição: importa inventariar ou sintetizar, o inventário seguindo Plínio, o sistema seguindo Aristóteles. Nos jardins botânicos, a síntese entre natural e artístico, subentendendo um ecletismo de engenho e

---

* Adaptação de uma comunicação apresentada no European Science Foundation Workshop on the Scientific Image, its Role and Function During the Enlightement, Strasbourg, 17-19 Setembro, 1998. Parcialmente publicada em: Ana Luísa Janeira; Edgar Massul, *A imagem da Ciência nos jardins botânicos portugueses do século XVIII (Ajuda, Coimbra) In* Ana Luísa Janeira (org.), "Inovação-Tradição-Globalização nos Jardins Botânicos do Paço de Nossa Senhora da Ajuda e da Universidade de Coimbra", Lisboa, IPPAR, 2001, 44-54.

** Professora Associada do Departamento de Química e Bioquímica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, agregação em Filosofia das Ciências. Co-fundadora, primeira coordenadora e, actualmente, investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa (CICTSUL), Coordenadora, em Portugal, da Red de Intercambios de la Historia y la Epistemologia de las Ciencias Químicas e Biológicas, México, D.C. E-mail: janeira@fc.ul.pt; analuisajaneira@clix.pt

de artifício, organiza-se através de uma unidade de destinos, mistura de raridades e curiosidades tendendo para a pletora: o escasso é valorado, como se valora o diferente; o insólito cria efeitos de sedução vegetal. Neste contexto, as exigências de complitude que presidem às colecções têm de incluir a abundância, por via dos Novos Mundos. Assim sendo, as novidades produzidas pela luxúria das coisas exóticas (exótico = aquilo de que pouco ou nunca se ouviu falar) exigem um esforço de ordem com foros de *mathesis universalis*.
O exótico acrescenta ao endémico um toque de mundialização. O sistema epistémico que preside a esta expressão do conhecimento especifica um articulado muito próprio em termos de universo lógico, como se verifica frequentemente nos saberes em torno dos Três Reinos da Natureza (ver Viterbo, 1908-1909).
Palavras-chave: Jardim botânico; epistemologia; natureza; civilização.

ENDEMIC AND EXOTIC PLANTS IN THE BOTANICAL GARDENS OF THE PALACE OF NOSSA SENHORA DA AJUDA AND OF THE UNIVERSITY OF COIMBRA

The ideal of botanical gardens is their imperative to become collections – privileged images of Nature, the scene of the great spectacle which is the world of divine creation. And because this can be organized, even at the level of description and writing, methods and other techniques are required for classification (see Dagognet, 1953; Delaporte, 1979).
Already in the 17th century, but more often from the 18th century onwards, after the harmonies had ended and analogies had been lost forever,, Reason established an ambiguous distance to Nature and even to Mankind.
Therefore one speaks of a valued subjective pole, but assigns aspects of inaccessibility to the reference. Therefore, one still hesitates in anthroposociological terms between the good savage and the so-called civilized *honnête homme*. As regards knowledge, in some cases concerns guided by the logic that guides the system of *natura* and *cultura* predominate, in other cases it is the description that stands out: it is important to perform an inventory or synthesis according to Pliny, the system according to Aristotle.
In botanical gardens, the synthesis between what is natural and what is artistic infers eclecticism in ingeniousness and artifice, is organized by means of a unity of destinies, mixing rarities and curios, tending to plethora: what is scarce is valued, as is what is different; the unusual creates effects of vegetal seduction.
In this context, the demands of complitude that rule the collections must include abundance, through the New Worlds. Thus, the novelties produced

by the exuberance of exotic things (exotic=that of which one has heard tell little or never) require an effort for order with fora of *mathesis universalis*. The exotic added a touch of globalization to the endemic.
The epistemic system which rules this expression of knowledge specifies a very distinct articulation in terms of a logical universe, as frequently seen in the knowledges around the Three Kingdoms of Nature (see Viterbo, 1908-1909).
Key words: botanical garden; epistemology; nature; civilization.

O REAL JARDIM BOTÂNICO DO PAÇO DE NOSSA SENHORA DA AJUDA

Real, este Jardim faz parte de uma área anexa ao Paço de Nossa Senhora da Ajuda, em Lisboa, onde sobressai também um outro espaço de produção científica vocacionado para os Três Reinos da Natureza: o Real Gabinete de História Natural. Apesar de ser tardio, quando o comparamos com outras situações europeias, isto significa como a monarquia portuguesa considera importante dar formação aos príncipes, patrocinando uma instituição do género e habilitando-a com as infra-estruturas re-queridas para a sua manutenção e eficácia.

A eficácia em causa passará pela manifestação inequívoca da responsabilidade inerente ao apoio régio, no sentido de implementar novas colecções e novas áreas de estudo, quase inexistentes no ensino oficial e com pouquíssimos termos de comparação, como prática continuada, a nível nacional (ver Coutinho, 1948).

Assim, este complexo arquitectónico abrigará uma dinâmica inovadora de modernidade e actualização que vai contribuir para um espírito sistemático, imprescindível para se levar a bom termo a introdução da ciência moderna, no país (cf. Fernandes, 1986, p. 851-916).

A par disso, convirá que espelhe curiosidade sobre a riqueza do Império português, e sua extensão imensa, a ponto de abrigar a possibilidade de nele coexistirem floras endémicas e outras, tão exóticas e ricas, que constituam, já por si, colecções sem lacunas de maior. Por isso, os Novos Mundos deverão estar representados de uma forma destacada, pois fornecem espécies nunca dantes concebidas, mesmo na imaginária mais fabulosa dos capitéis medievais.

O novo motiva uma curiosidade e uma atracção, que o poder não deve subestimar para chamar sobre si atenções. O espanto, pelo que o vulgo desconhece e é acessível ao poder, tem consequências favoráveis ao seu reconhe-

cimento pela intelectualidade e massas anónimas, como bem foi compreendido aquando da escolha de animais estranhos, para fazerem parte da Embaixada enviada por Dom Manuel I de Portugal ao Papa.

O poder sempre soube servir-se destas “arti – manhas”, a fim de apresentar uma distância – proximidade, concretizada em objectos dotados de um cariz espectacular que, no caso presente e similares, permanece ligado àquilo que faz um valor, a raridade.

Um arbusto proveniente do recôndito Oriente ou uma árvore de porte trazida da Amazónia, tanto mais quando coexistem lado a lado e estão integrados num todo, favorecem os efeitos primários e secundários de admiração que vão provocar nos súbditos de Sua Majestade. Estes efeitos concorrem, por certo, para uma veneração – respeito – obediência, passível de abrir caminho ao exercício de qualquer soberania.

O JARDIM BOTÂNICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Universitário, este jardim vai permitir uma articulação saber – poder, bem explícita nas objecções postas pelo ministro de Dom José à planta que lhe foi enviada por Domingos Vandelli e por Dalla-Bela (ver Almeida, 1937, p. 104-106).

Segundo Sebastião José de Carvalho e Melo, este espaço, para corresponder às exigências estatutárias da Universidade reformada, deverá ser estruturado sem fantasias, e só terá em conta o estudo da Botânica, na sua aplicação à Medicina e Farmácia, como diz acontecer noutras academias europeias. Deste modo, urge delimitar um recinto reduzido e afastar todos os motivos favoráveis a orçamentos desmedidos ou à distracção de mestres e alunos, seja por formas arquitectónicas sofisticadas ou esculturas e adornos supérfluos.

Porque se trata de reagir contra uma transmissão de saber, que retirava dos efeitos de retórica argumentos para convencer, como muito bem acontecera no ensino escolástico, e porque a ciência moderna vive de outros parâmetros, as despesas que ela comporta terão de estar ao serviço de um rigor metodológico e nunca do fausto desejado por príncipes.

Na sequência destas ideias, o poder impõe que o acto de mostrar diferentes escolas (classes) de plantas vivas, no âmbito do ensino superior, se afaste da luxúria estética, para bem cumprir as regras que devem nortear as aulas práticas (cf. Carvalho, 1872, Carvalho, 1987).

O marquês sugere que os dois docentes italianos não projectaram o traçado geral de acordo com estes princípios pedagógicos e didácticos, razão pela qual manifesta o seu desagrado, tomando para si o imperativo de fazer

cumprir alterações, sem as quais sairá desvirtuada a filosofia de fundo que preside à Reforma de 1772.

De tudo isto estava consciente, por certo, o marquês de Pombal. Todavia, na carta dirigida ao Bispo eleito de Coimbra, em 5 de Outubro de 1773, insiste predominantemente sobre a dicotomia bom e útil *versus* custoso e magnífico.

O discurso prima pela imposição declarada de uma tónica de retenção, pois considera essas despesas tão exorbitantes quanto inúteis. Na verdade, discorda não só do orçamento envolvido, como da falta de proveito decorrente dos desmandos taxonómicos. Contra o magnífico e dispendioso, dimensionados por uma lógica de ostentação, parece apontar como inútil uma monumentalidade para ornamentar o poder, quando estão em jogo objectivos ligados predominantemente ao saber.

Convenhamos que o ministro revela, aqui, certa estreiteza, mostrando-se incapaz de distinguir o valor inerente a uma representatividade extensa de espécies, condição para o labor botânico, e o que só abusivamente pode ser apelidado de pompa sem mais. Além disso, faz depender demasiado o estatuto disciplinar da Botânica de fins que não a respeitam directamente e podem prejudicar-lhe o desenvolvimento.

É sabido quanto os governos desta época estão preocupados com a saúde, traduzindo esses intuitos mediante uma ideia correcta do remédio e sua administração adequada, mas isso não permite justificar a visão restritiva veiculada por esta carta. Aliás, parece ser também a mesma atitude epistemológica que o leva a supor uma identidade entre o que é tido por luxo e necessidades prementes associadas à implementação dos estudos botânicos.

Em contrapartida, defende que o saber terá de tomar como medida o Jardim de Chelsea e afastar qualquer tentação de extravagância e opulência, própria da normatividade que mina a veleidade ostensiva da realeza.

Como conclusão, é de relevar que o sistema epistémico, onde é possível este tipo de discurso, não só manifesta regras internas que abrem espaço para a emergên-cia de jardins botânicos, com colecções ao serviço da Medicina e da Farmácia, como exige a presença de um poder, chamado a demarcar os limites (científicos, culturais, económicos e artísticos) em que deve existir o seu saber.

Anote-se ainda que, aquando da Viradeira, queda do poder de Sebastião José, os lentes de Coimbra levaram à vante os planos primitivos, pelo que o que nos veio, até hoje, corresponde, sim, a este conjunto grandioso.

COLECÇÕES, IMAGENS DA NATUREZA E DA CIÊNCIA, SISTEMAS EPISTÉMICOS

A descrição partirá do representar – visual / imagem / *icon* / *imago* – para o apresentar – verbal / palavra/ *logos* / *verbum* –, segundo esta orientação global: objectos – realidades no jardim –; imagens – representações da Natureza e da Ciência –, e lugares conceptuais correspondentes ao sistema epistémico.

Um jardim é um espaço que não equivale a um sistema fechado completo: se é verdade que resulta de um fechamento, aquando da sua construção (muro, gradeamento), é também verdade que manterá sempre aberturas, para continuar a existir (portão, energia solar, água).

Um jardim botânico, por sua vez, apesar de conter objectos limitados, está sempre enquadrado por um horizonte de conhecimentos tendendo para a pletora.

Apesar de saber que o Real Jardim Botânico da Ajuda e o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra representavam na origem, formas e conteúdos diferentes dos actuais, a descrição de como eram antigamente[1] ou estão na actualidade não desprezará a importância das imagens que se lhes foram acrescentando entretanto. Acumulo, também ele significativo, entre o presente e o passado (Ver Marques, 1987/1988).

Integração da tradição

Estes jardins parecem simbolizar a força que se espera alcançar das plantas e do seu enquadramento, contra a fragilidade da existência, nomeadamente da saúde.

*Objectos

Ajuda e Coimbra

Vista aérea das zonas

*imagens

Ajuda

Traçado por Domingos Vandelli e Dalla-Bela, em 1768, o Real Jardim Botânico da Ajuda era contornado pelo antigo Paço do Conde de Óbidos (N), algum casario, o Tejo ao fundo, mais acima a outra banda (S), uma calçada (E) e uma mata (W). Por sua natureza, corresponde a um diálogo entre jardins do saber = saber – cognitivo e jardins do prazer = sabor – recriativo.

[1] Ver plantas arquitectónicas publicadas em Ana Luísa Janeira; Mário Fortes, *Floras do Novo Mundo: curiosidades e recursos*, www.triplov.com/ana_luisa/florasnovo mundo/index.html

Coimbra

Integrado na área universitária desde 1772, separado por um majestoso gradeamento com pináculos e um muro com janelas gradeadas, o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra identifica-se pelo terreno delimitado pelo Aqueduto de São Sebastão e o Instituto Botânico da Universidade de Coimbra, outrora Colégio de São Bento (N), Hospital Militar e Seminário Diocesano (S), a Avenida Júlio Henriques (W) e uma mata descendo até ao rio Mondego, com o Convento de Santa Clara ao fundo (E). Insere-se numa tradição que deseja poder articular a horta = Dietética – sabor com o horto = Farmácia + Medicina -saber.

O sistema epistémico que os sustenta possibilita condições para uma síntese capaz de produzir jardins do saber e prazer = saber (cognitivo) + sabor (recriativo), síntese esta com grande mutabilidade, quando produz o horto botânico: Botânica = saber taxonómico.

Inovação racionalista

Relevam ainda de uma matriz intelectiva voltada para o dinamismo inerente à descoberta do mundo natural.

*objectos

Ajuda

Tabuleiro inferior

Coimbra

Quadrado de Brotero

*imagens

Ajuda

Com dois tabuleiros, tendo no superior as colecções e estufas, e no inferior canteiros triangulares e lagos circulares, o Real Jardim Botânico da Ajuda, de início mais orgânico, acaba por encenar uma Natureza mediada pela régua e esquadro, geometrizando-se por uma vontade humana imperativa.

Coimbra

No Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, o espaço curiosamente denominado «quadrado de Brotero» corresponde ao nível mais baixo, o sexto. É um quadrado plano, dominado por dois eixos, com uma orientação onde se destacam pontos especiais de uma sequência curiosa: porta – lago – porta, no sentido E-W; escadaria – lago – escadaria, no sentido N-S. Os dois eixos e respectivo cruzamento transmitem uma confluência de cheios e vazios, dinamizados por subidas e descidas.

O sistema epistémico que os possibilita assenta num modelo de conhecimento supondo a necessidade de um processo interno e de uma dinâmica requerendo a sucessão.

Matriz classificativa

Mostram também uma preocupação sistemática, seja para a educação de príncipes e fins de encantamento, seja para a formação de académicos e objectivos medico-farmacológicos.

*objectos

Ajuda e Coimbra

Colecções

*imagens

Ajuda

As colecções botânicas do Real Jardim Botânico da Ajuda chegaram a ser cinco mil e estavam dispostas segundo o sistema sexual de Lineu. Pinceladas por alguns *ficus*, um estranho dragoeiro e palmeiras esguias, correspondem a uma organização aberta, onde os mil e cem canteiros são emoldurados por caixilhos delgados de pedra. Em cada conjunto de canteiros, as espécies e são distribuídas segundo a genealogia, de acordo com o sistema de Cronquist. Digamos que simulam uma Natureza desmistificada, acessível, pouco distante e nada misteriosa.

Coimbra

As escolas de sistemática do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra – protegidas por gradeamentos, constituídas por rectângulos de buxo com plantas dentro e ladeadas por árvores exóticas imponentes, à direita e à esquerda – rodeiam-se de importância, na medida em que se espraiam por dois níveis e revelam colecções dignas de permanecerem separadas do todo.

O ordenar – taxonomia – sistemática – e o nomear – nomenclatura – sistema – binário decorrem de um universo epistémico que enquadra uma súmula vegetativa, unida, centrada, descrita e classificada.

Matriz exótica

Abrigam igualmente uma unidade pletórica, onde o igual – mesmo e o diferente – outro se encontram juntos, descrevendo o encontro entre colecções indígena e endémicas, encontro conseguido por longas rotas entre plantas.

*objectos

Ajuda e Coimbra

Pormenores das colecções

*imagens

Porque a flora de longe exige condições especiais de aclimatação para a sobrevivência, a imagem da Natureza enriquece-se pela dimensão de contornos, formas e conteúdos, muitos deles nunca vistos antes do convívio com os Novos Mundos.

Só um sistema epistémico capaz de acolher a presença do exótico – aquilo de que nunca ou pouco se ouviu falar – pode criar condições para a circulação das plantas, mediante viagens, desenhos multiplicados, caixotes de sementes raras, adaptações, sistemas de rega esmerados, etc.

Estrutura arquitectónica

Materializam, paralelamente, uma articulação harmónica entre o microcosmo e o macrocosmo: das plantas ao arbusto, da araucária gigantesca à palmeira elegante, na classe, arboreto ou mata, o conjunto enriquece-se com a luxúria de certas estruturas arquitectónicas.

*objectos

Ajuda

Fachada do antigo Real Gabinete de História Natural

Estufas

Muros, Escadarias/Escadas, Portões/Portas, Lagos/Fontes

Coimbra

Fachada do Instituto Botânico da Universidade de Coimbra

Estufas

Muros/Gradeamentos, Escadas/Escadarias, Portões/Portas, Lagos/Fontes

*imagens

Muitas vezes, a Natureza deixa-se também simbolizar por formas várias e variadas de arquitectura: muros/gradeamentos, estufas, escadarias/escadas, portões/portas, lagos/fontes. Na Ajuda, em posição central, a fonte das quarenta bicas.

O sistema epistémico vigente associa o espaço de tipo arquitectónico ao espaço arquitectónico de tipo paisagístico. Assim, o horizonte vegetal alarga-se para além do que seria simplesmente natural, em si e por si.

Estrutura escultórica

Inscrevem uma flora retrabalhada através de montagens e linhas de perspectiva, com cenografias equivalendo representações sofisticadas e embelezamentos plásticos, com destaque para múltiplas fantasias.

*objectos
Ajuda
Elementos decorativos
Coimbra
Estátuas de Avelar Brotero e Júlio Henriques
*imagens
Ajuda
Formas decorativas ajustadas à arquitectónica: reais, imaginárias, definidas, híbridas – serpentes, cavalos marinhos, peixes com asas ou dentes de homem, predominantemente tropicais.
Coimbra
Acompanhadas por vários outros núcleos, duas esculturas dominantes: Avelar Brotero (1744 – 1828), logo na entrada principal, Júlio Henriques (1838-1928), perto de uma das entradas laterais.
Há elementos decorativos que representam o real, mas há-os também que remetem para um imaginário a romper a dominante racional e apresentando-se através de criações fabuladas e fabulosas.
Além disso, o sistema epistémico junta à *scientia* – saber, materializada pela estátua de Júlio Henriques, director entre o século XIX e XX, com traje académico e de pé, e a *sapientia* – sabedoria, concretizada em Avelar Brotero, seu primeiro director, também com traje académico, mas esculpido por Soares dos Reis (1887), de um modo pouco habitual, isto é, sentado.

Globalização pela *Natura* e pela *Cultura*

Finalmente, juntam o útil com o gratuitamente belo, de que sempre resultam valores económicos, científicos e estéticos.
*objectos
Ajuda e Coimbra
Três Reinos da Natureza: pedras, pássaros, árvores
*imagens
A *Natura – naturalia*, por força da criação divina, sejam pedras, arbustos, peixes ou pássaros, encontra a *Cultura – artificialia*, por força da criação humana, a tal ponto que se estabelecem harmonias entre os gestos resultantes. Os Três Reinos incluem vulgaridade e raridade, ambas postas ao serviço do Reino.
E porque a *naturalia* se juntava à a*rtificialia (*armas, medalhas, relógios, antiguidades, instrumentos, etc., ou seja, à preciosidade) concluímos que as colecções repercutem os ambientes que permaneceram com os ares da *Encyclopédie* e do *Museum*, dentro deste sistema epistémico: museus com

herbários e reservas, incluindo os *index seminum; e* bibliotecas cheias de livros e arquivos, onde se guardam os cadernos de campo ou demais produtos das viagens filosóficas.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Manuel Lopes de (publ.). *Documentos da Reforma Pombalina: vol. 1 (1771-1782)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937.

CARVALHO, Joaquim A. Silva. *Memoria historica da Faculdade de Philosophia*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872.

CARVALHO, Rómulo de. *A História Natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987

COUTINHO, M. Azevedo. *O Jardim Botânico da Ajuda, Relatório Final do Curso de Eng. Agrónomo e Arqt. Paisagista*. Lisboa: [s.e.], 1948.

DAGOGNET, François (edit.). *Sciences de la vie et de la culture*. Paris: Hachette, 1953 .

DELAPORTE, François. *Le second règne de la nature*. Paris: Minuit, 1979.

FERNANDES, Abílio. História da Botânica em Portugal até finais do século XIX. In: *História e desenvolvimento da ciência em Portugal*, vol. 2. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1986.

MARQUES, João Pedro. *Jardim Botânico da Ajuda. Jardim Botânico de Coimbra*, Relatório do curso História do Pensamento Biológico. Lisboa: Faculdade de Ciências de Lisboa, 1987/1988.

VITERBO, Sousa. *A jardinagem em Portugal: apontamentos para a sua história*, 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1908-1909.

ANDARILHOS, COMERCIANTES, ESPIÕES NATURALISTAS E OUTROS CIENTISTAS EM SAQUES, EXPEDIÇÕES E EXPOSIÇÕES

Ana Luísa Janeira[*] *Paulo Mendes Pinto*[**]

RESUMO

Vaguear pelo mundo, comprando objectos aqui, vendendo acolá. Fazer comércio de peças ou de colecções completas, como profissão. Saquear até. Ser naturalista com formação adquirida no gabinete, observando espécimes, colectados e preservados sistematicamente. Partir mar, terra e rios dentro, integrado numa expedição científica, com muito ambiente de aventura no ar. Espiar casos na delimitação de limites e fronteiras, tão necessários à segurança dos impérios modernos. Sem grande dificuldade, nem ambiguidade, estas cinco situações têm podido coexistir numa mesma pessoa. Acrescente-se que, a partir de meados do século XIX, as trocas de produtos, no âmbito das Expedições a África (caso de Brito Capelo, Roberto Ivens, José Júlio Bettencourt Rodrigues,[1] Livingstone, Stanley, Brazza, Wegener, etc.) começam a confluir para as dinâmicas que vão mostrar as colecções nacionais: Londres (1851, 1862), Paris (1855, 1867, 1878, 1889, 1900); Porto (1865); Viena (1873), Filadélfia (1876); Barcelona (1888); Chicago (1893), Bruxelas (1897).

Palavras-chave: coleção; naturalismo; expedição científica.

---

[*] Professora Associada do Departamento de Química e Bioquímica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, agregação em Filosofia das Ciências. Co-fundadora, primeira coordenadora e, actualmente, investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa (CICTSUL), Coordenadora, em Portugal, da Red de Intercambios de la Historia y la Epistemologia de las Ciencias Químicas e Biológicas, México, D.C. *E-mail:* janeira@fc.ul.pt e analuisajaneira@clix.pt

[**] Docente nas licenciaturas em Ciência das Religiões e em História na Universidade Lusófona. Investigador da Cátedra de Estudos Sefarditas da Universidade de Lisboa. Director da *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões* e editor dos *Cadernos de Estudos Sefarditas*. Membro da Associação Europeia para o Estudo Científico das Religiões. *E-mail:* cat.ests.sefarditas@mail.fl.ul.pt

[1] No caso de Portugal, os resultados materiais destas actividades constituem o espólio histórico da Sociedade de Geografia de Lisboa.

WANDERERS, TRADERS, NATURALIST SPIES AND OTHER SCIENTISTS IN SACKING, EXPEDITIONS AND EXHIBITIONS

Roaming the world, buying objects here, selling them there.
Trading pieces or complete collections, as a profession. Even sacking.
Being a naturalist who has acquired his training in the study, observing specimens that have been systematically collected and preserved.
Going to sea, inland and along rivers, as part of a scientific expedition, with a lot of adventure in the air.
Spying cases in delimiting limits and boundaries, which is so necessary for the safety of modern empires.
Without much difficulty nor ambiguity, these five situations have been able to coexist in a single person.
It should be added that from the mid-19th century onwards, the exchange of products in Expeditions to Africa (the case of Brito Capelo, Roberto Ivens, José Júlio Bettencourt Rodrigues,[2] Livingstone, Stanley, Brazza, Wegener, etc.) began to flow to the dynamics that will be shown by national collections: London (1851, 1862), Paris (1855, 1867, 1878, 1889, 1900); Porto (1865); Vienna (1873), Philadelphia (1876); Barcelona (1888); Chicago (1893), Brussels (1897).
Key words: collection; naturalism; scientific expedition.

VAGAB(M)UNDEANDO[3] E SAQUEANDO PATRIMÓNIOS

A descoberta científica faz-se de homens, de teorias, de hipóteses. Faz-se ainda de equipamentos, de tecnologias, de leis, de instituições. Mas também se faz com viagens.

Com múltiplos interesses e riscos em jogo, dada a sua natureza de micro sociedade itinerante, as viagens científicas implicam geralmente um grupo e um chefe, nomeado pelos poderes tutelares. Sendo uma função, onde o exercício da autoridade é aplicado em configurações psicológicas e sociológicas pouco comuns, não surpreende que envolva dificuldades particulares.

Pode ainda chegar a ser penoso e melindroso, em momentos frequentemente críticos: paragens forçadas, tensões afectivas fortes, doença, falta de

[2] In the case of Portugal, the material results of these activities constitute the historical property of the Sociedade de Geografia de Lisboa.

[3] «Vagamundeando», termo sugestivamente criado por Maria Estela Guedes.

mantimentos ou de solidariedade, com realce para tomadas de decisão solitárias, ao arrepio dos demais.

A circunstância concreta de meses de nomadismo ou de certo sedentarismo forçado gera desníveis, durante os quais, o cansaço e as fragilidades humanas, colectivas e individuais, acarretam fenómenos emocionais que podem tender para o desequilíbrio. O intervalo vivido durante a espera por uma ajuda distante, ou a dificuldade de manter um ritmo disciplinado, exigem opções que o chefe tem de saber gerir. Passando à relação entre iguais, ser companheiro é árduo, e pode querer dizer: «o inferno são os outros» de Jean-Paul Sartre.

Além das diferenças decorrentes das disciplinas envolvidas, recorde-se como a constituição das equipas foi sofrendo alterações, em pessoas, equipamento e duração. A título de exemplo:

– século XVIII: viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira

– 1 naturalista, 2 riscadores (antes da fotografia que teria sido da História Natural dos Três Reinos sem eles?), 1 jardineiro – 9 anos na Amazónia;

– século XX: expedição de Claude Lévi-Strauss

– 2 etnógrafos, 1 antropóloga, 1 médico – 6 meses na Amazónia Legal.

Some-se ainda o contributo de personagens que foram permanecendo ao longo dos tempos: tropeiros, carregadores, guias, intérpretes. E os «caixões» de ferramentas e de munições. Evite-se, por fim, uma injustiça fácil: o esquecimento das caravanas de mulas, de burros e os carros de bois. Presença crucial. Todavia, pobres animais, não só são ignorados, como são atribuídas a cavalos as suas importantes tarefas!

Estas viagens passaram por nomes diferentes. Para gozo dos filósofos vindouros, o século XVIII imaginou uma viagem especial.

Chamou-lhe viagem filosófica.

Comportava um conjunto de actividades que alvejavam a descoberta das riquezas do Reino, na metrópole e nas colónias. E era orientada pelas regras internas da Filosofia Natural e da História Natural dos Três Reinos. Recordem-se João da Silva Feijó e Francisco Newton, ou Alexandre Rodrigues Ferreira e companheiros.

Depois, veio a missão.

Mais voltada para o reconhecimento e difusão artística das belezas naturais e culturais, foram várias no Brasil: Missão Artística Francesa, Missão Austríaca/Viagem de Johann-Baptiste von Spix e de Karl Friedrich von Phillip Martius..

Seguida da expedição.

Como a Expedição ao Egipto, um dos parâmetros pertencentes à geometria sofisticada com que Napoleon Bonaparte montou uma estratégia

complexa para o domínio francês do Próximo Oriente e saque da sua valiosa cultura.

Também houve a comissão.

Destaque para actuações prolongadas, como as Comissões Telegráficas e de Fronteiras, chefiadas pelo Marechal Rondon (exército), e a Comissão de Cartografia, onde o Almirante Gago Coutinho (marinha)[4] tanto se empenhou, ao longo de vários zonas coloniais (Timor, Moçambique, Angola e S. Tomé) e por vários anos (1898-1920).

Hoje há projectos. E também programas.

De que é exemplo o Laboratório da Biosfera da Amazónia, com núcleos fortes em São Paulo, no Instituto Potsdam para o Estudo do Impacto Climático, em Potsdam, Alemanha, e no Laboratório Nacional do Oak Ridge, em Tenesse, Estados Unidos da América.

O real anexou o virtual, e com isso, o conceito fica transformado, substancialmente. Na verdade, a possibilidade de extremar o real faculta um conceito reportado a realidades referenciais novas, bem como a conteúdos novos. Isso acontecendo, enquanto a secular potência e o longínquo acto aristotélicos ficam enriquecidos.

---

[4] «Desde Março de 1898 a maior parte da actividade de Gago Coutinho desenvolveu-se no âmbito da Comissão de Cartografia, nascida em 1883, primeiramente em trabalhos de campo de delimitação de fronteiras ou de geodesia processados em Timor, Moçambique, Angola, e S. Tomé, e a partir de 1919 como vogal, passando a presidir aos seus destinos em 1925, até à sua transformação na Junta de Investigações do Ultramar, em 1936. Entre 27 de Julho de 1898 e 19 de Abril de 1899, Gago Coutinho esteve envolvido em trabalhos de campo, na delimitação de fronteiras de Timor e no levantamento da carta deste território. De regresso à metrópole, foi nomeado para a delimitação de fronteiras no Niassa, trabalho que decorreu entre 5 de Setembro de 1900 e 28 de Fevereiro de 1901. Partiu depois para Angola, onde se dedicou à delimitação da fronteira de Noqui para o rio Cuango, até fins de 1901. Em seguida trabalhou na delimitação de fronteiras no distrito de Tete, em Moçambique, entre 27 de Fevereiro de 1904 e 18 de Dezembro de 1905. Foi nomeado chefe da Missão Geodésica da África Oriental, nela tendo trabalhado durante cerca de 4 anos, de Maio de 1907 até ao início de 1911. Foi nesta missão que conheceu Sacadura Cabral, com quem travou amizade e que viria a ser o mentor dos projectos futuros de navegação aérea. Em seguida foi escolhido para chefiar a missão portuguesa de delimitação da fronteira de Angola no Barotze, a qual só se constituiu definitivamente em 1912. Regressando à metrópole em 1914, foi nomeado em 1915 chefe da Missão Geodésica de S. Tomé. Os seus trabalhos ao serviço da Comissão de Cartografia, foram interrompidos apenas pelos períodos em que esteve embarcado nas canhoneiras “Sado” na Índia e “Pátria” em Timor, de Setembro de 1911 a Agosto de 1912, e de Março de 1922 a Dezembro de 1923, quando da travessia aérea Lisboa-Rio de Janeiro». Fernando Reis – *Gago Coutinho (1869-1959),* http://instituto.camoes.pt.

Ao ocorrer uma mudança tão significativa, mais se justifica invocar a arqueologia – genealogia foucaultiana, para elucidar momentos marcantes do processo geral, suas origens, diferenças e situação actual.

Para perceber a descontinuidade que ocorreu, quando a expressão «expedição científica» conquistou o terreno, ocupado até então pela viagem filosófica e a (co)missão, convém voltar à palavra grega *teleõssis* que significava acção de expedir ou a *strateía* que significava expedição militar; e à palavra latina *expeditio* que correspondia a remessa de tropas para certo fim.

No *Dicionário de Cândido de Figueiredo* lê-se: acção ou efeito de expedir; remessa de tropas com determinado fim; excursão científica.

Assim sendo, a metodologia proporá uma leitura interpretativa deste tipo: a arqueologia da expressão encontra origem no vocabulário do exército – conquista de terras[5] –, mediante iniciativas definidas por tácticas peculiares, como a Expedição ao Egipto ou as Campanhas de África.

Assim, a expedição científica penetra no âmbito da conquista.

Por isso, prolonga a tradição dos padrões portugueses, marcas de propriedade e símbolos de domínio, encimando territórios concretos.

Abarca, principalmente, delimitar – daí o nexo permanente com questões de fronteiras – bem como, denominar, reconhecer e possuir.

E ainda «transplantação de terras». Trata-se, por isso, de um processo de territoralização científica, o qual absorve o direito de impor intercâmbios, ao retirar, exaurir e até matar riquezas, nos seus locais de origem, em prol de outros locais de importação, por vias também políticas.[6]

Nas Ciências da Natureza do século XVIII, isso pode significar: negociar ou roubar fauna, flora, minerais, a que se acrescentam espécimes antropológicos ou outros.[7]

Quando se trata da Etnografia e da Antropologia, pode comportar: trocar, adquirir ou saquear bens quotidianos e artísticos dos povos autóctones, patrimónios exóticos: das riquezas sociais às tradições.

Os europeus acumularam uma panóplia de meios e de artimanhas para os seus intuitos: desde os quase-nada que ofereciam às populações, como via de permuta, à exploração de estados civilizacionais menos protegidos psicologicamente para transaccionar, em termos de igualdade negocial.

---

[5] Diferentemente da marinha que descobre terras.

[6] Exemplo: incremento da produção de borracha nas colónias asiáticas inglesas; processo que estrangulou a produção amazónica, a partir de 1912.

[7] Lembrar as máscaras e cerâmicas trazidas por Alexandre Rodrigues Ferreira.

Auto-convencidos de uma superioridade que justificaria a maior exploração, não só foram usando argumentos em favor de retóricas desnivelantes, como vieram a congeminar sistemas de pensamento que desembocaram no pré – logismo de Lévy-Bruhl. Inferiores, não deveriam os povos ditos primitivos ceder à argúcia dos colonizadores?

A este processo, a Conferência de Berlim (1884-1885) acrescentou emolumentos decisivos e erros estratégicos para a África futura, talvez por todo o sempre.

Quando isso aconteceu, Portugal continuava adormecido pelas sequelas endémicas das lutas liberais.

Acabou por despertar à força, através de uma teorização polémica e muito interessante, que aconteceu dentro da Sociedade de Geografia de Lisboa e dentro da Escola Politécnica de Lisboa. As opiniões divergiram, acerrimamente, sobre os caminhos a seguir, com teses opostas, manobradas pelo Exército e pela Marinha. Tomadas as decisões, seguiram homens para o terreno, procurando, sem pouco conseguirem, que o direito de descoberta fosse alimentado pelo direito de conquista.

A que se juntou, depois, ainda a maior força do Ultimato inglês.

Mas, a soberania europeia não limitava a sua actuação intransigente a meras deslocações *in loco*.

Esta soberania expandia-se ainda, por rotas de roubo ou de saque, orquestradas entre mercados ultramarinos e comércios virados para as capitais europeias, de Londres a Madrid e Amsterdam.

Lisboa constituía também um pólo forte destas redes internacionais.

A testemunharem-no, os objectos que os comissários reais portugueses dispunham, como matéria-prima de selecção, para constarem nas Grandes Exposições.

Estas Festas do Trabalho espantavam muito especialmente em dois grandes segmentos de deslumbramento: as grandes máquinas – ex.: o Palácio da Indústria na Barcelona de 1888; os sectores coloniais – ex.: o fascínio da Rue du Caire na Paris de 1889. Áreas que correspondiam, aliás, como se verá a seguir, a dois tipos possíveis de colecções científicas, sempre presentes na Modernidade.

VIAGENS, RECURSOS NATURAIS, COLECÇÕES E AMBIENTE. VIAGENS, ESPÓLIOS, MUSEUS E CULTURA

Circunscrevendo às Ciências da Natureza, as viagens facultaram o aumento do conhecimento de recursos naturais, o engrandecimento das

respectivas colecções – guardadas em jardins, herbários, bancos de dados – durante a época moderna e na actualidade.

Assim sendo, as expedições e os intercâmbios científicos sequentes contribuíram para modos iniciais ou mais alargados de mundialização (cf. Janeira, 2000).

A que nunca foram indiferentes interesses económicos, mais ou menos camuflados. Muitos dos quais redundaram em desgastes massacrantes do património natural e ambiental.

Por isso mesmo é que, em última análise, este tema pode traduzir-se por relações desejáveis e possíveis entre Ciências da Natureza, Economia e Ecologia.[8] Historicamente, estas relações têm-se revelado complexas, pois, apesar das duas últimas palavras terem em comum o primeiro termo – *eco* = casa[9] – têm estado ao serviço de conteúdos e percursos, senão opostos, pelo menos dissemelhantes.

Assim sendo, a diferença também teve incidências no caso das colecções naturais, expostas em Museus de História Natural, com as suas montras, e em Jardins Botânicos, com os seus herbários. A maioria das quais nasceu e cresceu com base em atitudes marcadas e mobilizadas por intuitos ligados à exploração dos recursos naturais do reino e das colônias (Cf. Thouin, 1860; 1781, 1989). Atitudes fisiocráticas e mercantilistas, num primeiro tempo, e economicistas, logo depois.

A partir do século XVIII, a relação Homem – Natureza foi agudizando estigmas de supremacia e domínio. A que as ciências concederam critérios de justificação e argumentos de persuasão. A ponto do mito do progresso, servido pelas teses positivistas, ter ganho foros de cidadania, entre uma «ordem e progresso» e um «saber, poder e prever».

Vale a pena recordar como o despertar deste «sono» aconteceu, para muitos, com um pesadelo e um sequente mal-estar: a publicação de *The Limits to Growth*[10] (Meadows, 1972), um ano antes da crise do petróleo. Este *best-seller* ousava falar pela primeira vez, (imagine-se!), da água, do ar etc. como valores. O que faz um valor é a sua necessidade, raridade, e por isso preciosidade. Logo este tipo de discurso foi perturbador.

---

[8] Ver Ecoteca *on-line* do www.alemmonte.no.sapo.pt.

[9] *Nómos* significa lei, norma. *Lógos* significa razão, discurso. (Cf. Janeira, 1998)

[10] A origem deste livro situava-se numa encomenda curiosa: a FIAT pediu ao Club de Roma para delinear as características dos tempos futuros, pois pretendia que esses critérios presidissem à concepção dos seus carros, sendo consequentemente incorporados às suas dimensões, formas e mecânicas.

Desde sempre muito sustentada pelo capitalismo, nomeadamente pela economia de mercado, a lógica da abundância começara a ser questionada. Tratava-se de implementar processos para ultrapassar o comportamento do explorar, trocando-o pelo comportamento do gerir. O que não era, e não é, nada fácil.

Por isso mesmo, é que, apesar de ter nascido de preocupações que criaram o primeiro Parque Natural, o Yellowstone National Park nos Estados Unidos da América, e de ter conseguido o estatuto de disciplina, na Harvard University, nos finais do século XIX, a Ecologia levou anos a vingar.

A ponto de ter lucrado com o suporte político – o Ecologismo surgido por 1960 e Os Verdes seguidamente – para poder ser mais imperativo e mais eficaz no questionamento de hábitos e de ideias, a nível de mais vastos sectores da sociedade.

Ora, é precisamente enquanto se mostram capazes de serem reconvertidos por este olhar, que o recolher, o guardar e o manter da flora, endémica e exótica, prosseguidos pelas colecções dos Jardins Botânicos, ao longo de séculos, redescobrem o seu papel actual, e mostram a sua utilidade futura, em prol da Educação Ambiental, da Biodiversidade e dos Bancos de Genes (ver Associação Ibero-macaronésica de Jardins Botânicos, 1988).

Gerir os bens naturais para melhor sobreviver, sustentadamente. E isso quando o cientista trabalha num laboratório, ou quando está envolvido num trabalho de campo, no meio de umas tantas viagens.

As viagens são fundamentais para o (re)conhecimento do mundo. Quer do mundo natural. Quer do mundo cultural.

Na verdade, a abertura a outros seres vivos e a outros costumes implica, e engrandece, o reconhecimento interiorizado de um contacto com o «outro». O qual aparece na curiosidade de uma novidade e na estranheza de uma suspeita. E para a qual parece não haver uma grelha de leitura imediata que não passe pela comparação. Isto se a desconfiança não for demasiado irritante e corrosiva, e não impedir, por isso, passos posteriores, necessários para qualquer proximidade maior.

Porque próximo não é tanto aquele que se move nos mesmos lugares físicos, mas, mais, com quem se partilham lugares de cumplicidade e de solidariedade.

Se o trajecto enriquece pela novidade à volta, dos rostos aos gestos e hábitos, também força a energias redobradas para contornar enigmas e superar mistérios.

E se significa sempre um alargamento do conceito de alteridade, vivido pessoal ou colectivamente, então viajantes houve que firmaram aí a notoriedade do seu contributo cultural e civilizacional.

É neste sentido que o encontro acumulado dos seus contributos tem tido resultados em múltiplos parâmetros do conhecimento, aspecto a que não ficaram indiferentes os arquivos e a criatividade das ciências modernas, da História Natural à Sociologia da Arte, passando pela Geografia e pela Antropologia. Que o diga Alexander von Humboldt.

Por isso é que assumiram uma importância destacada no modo como foi sendo possível separar e aproximar áreas diferentes e diferentes níveis, com destaque para as relações entre os saberes e as ciências.

No passado, as viagens cobrindo longas distâncias tiveram papel relevante para a tomada de consciência deste tipo de temáticas e de problemáticas, porque favorecem conjunturas com rodagens mentais de muito graus.

Na actualidade, é também neste particular que os museus podem representar um contexto privilegiado, quando favorecem acervos que acolhem objectos reveladores dos fazeres quotidianos, segundo perspectivas que evocam ideias maiores de Michel de Certeau (1973).

Quer dizer, a oportunidade de os mostrar, mesmo a um público pouco familiarizado, dentro de um espaço naturalmente delimitado e numa perspectiva alargada por curtos intervalos de tempo. Outra forma de viajar, claro.

Se é verdade que muitos museus resultam de espólios constituídos com base em viagens.

Identicamente será verdade que os museus favorecem, como a literatura ou como o cinema, formas muito especiais de viajar, quer no espaço, quer no tempo.

Neste sentido, auxiliadas por tecnologias de ponta, há museografias actuais que favorecem percursos e divagações ímpares, pela capacidade de sintetizar o discurso museológico, pelo seu lado descritivo, como pela capacidade de evocar ideias e emoções latentes, pelo seu lado sugestivo.

Registe-se, ainda, a importância que deve ser atribuída a toda uma arquitectura inovadora que está sendo posta ao serviço dos museus (exemplo merecendo por demais ser invocado: os novos museus e os museus renovados de Berlin), na medida mesma que favorece o maior deleite na visita, e conquista até os mais reticentes, para o prazer da viagem de sala em sala, de *écran* em *écran,* de esquema virtual em esquema virtual.

CONVIVER COM O ENDÉMICO E O EXÓTICO, A NOVIDADE E O OBSOLETO

De facto, aquém e além das viagens, os gestos que ladeiam a constituição e a consolidação do coleccionismo científico moderno intervêm no âmbito de

duas áreas maiores de actuação: os Três Reinos, ligados de início à Filosofia Natural e depois às Ciências da Natureza, e os artefactos tendendo para industriais, ligados à Física, à Química e às Engenharias.

A colecta de seres naturais implicava deslocação, no espaço e no tempo, e concentração em Gabinetes, depois Museus, onde o público pôde vir, quando o liberalismo abriu as portas para mostrar aquilo que o absolutismo tinha mantido fechado em palácios reais.

A construção de equipamento para Gabinetes, e depois Laboratórios,[11] requeria capacidade operativa e técnica, dignas de serem admiradas por um público vasto, a partir de eventos com grande impacto, como os certames mundiais.

No primeiro caso, a grande aprendizagem passava pela disponibilidade ao (re)conhecimento da alteridade. Diferenças geográficas no entorno ambiental. Diferenças de hábitos humanos entre primitivos, diferenças nos seres encontrados. Muitas diferenças, pois.

No segundo caso, a invenção, misto de *téchniké* e de *poietiké,* correspondia a teorias materializadas em objectos, que outros irão usar para testar as teorias. Saber – fazer que adquire uma reprodutibilidade ímpar. Com uma grande velocidade de transformação. No limite extremo, o estado quase permanente de ultrapassado, que logo junta o obsoleto à novidade.

«As Exposições Universais e Internacionais são manifestações colectivas equivalendo a um discurso global complexo. Durante cento e cinquenta anos, este discurso tem permitido a emergência de enunciados maiores, passíveis de um tratamento epistémico. Facto tanto mais desejável quanto estas realizações estão sempre ligadas, por objectivos explícitos e implícitos, a interesses económicos e políticos, servindo canais de comunicação pública associados a atitudes inovadoras, da última moda aos produtos revolucionários.

Em suma, conquistas do conhecimento, deixando-se interceptar por três configurantes maiores: Arquitectura e Urbanismo, Tecnologia e Ciência, Arte e Espectáculo».[12] O que, a seu modo, também implicava turismo, intercâmbios, deslocações favorecendo a globalização.

Em qualquer dos casos, havia uma dinâmica para criar *Conservatoires (des Arts et Métiers,* por exemplo*), para* proteger dentro de espaços envidraçados, para guardar em reservas, porque nem tudo pode ser mostrado público,

---

[11] Cabe esclarecer que num tempo inicial, só a Química tinha Laboratórios, porque até a Física dispunha, em comum com as Ciências Naturais, de Gabinetes.

[12] Ana Luísa Janeira, *Para uma arqueologia epistemológica das Expos de Sevilha e de Lisboa*, no prelo.

ao mesmo tempo: nas estruturas expositivas, a transmissão de informação exige percursos não saturados pelas palavras e pelas coisas.

O coleccionismo e o consumismo têm em comum impulsos e compulsões da mesma família. Dito de outra maneira, eles encontram-se em unidades comuns, por via do surto capitalista.

A «reprodução mecanizada» (Benjamin, 1991, p. 176) das obras de arte, que mereceu um tão interessante desenvolvimento por parte de Walter Benjamin Benjamin, 1991, p. 176-248), tem paralelo na reprodutibilidade do equipamento científico, utilizado na produção teórico – experimental, e mostrado, ao grande público, nos Museus e nas Expos.

Na arte – do «valor ritual» Benjamin, 1991, p. 182) ao «valor de exposição» Benjamin, 1991, p. 182) –. Na indústria – do «valor de uso» Benjamin, 1991, p. 382) ao «valor de exposição» Benjamin, 1991, p. 382) –. Nas ciências, acrescentarei – uma intercepção entre a realidade da arte e da indústria.

Em todos, o acto de expor impondo ao público o imperativo de não tocar!

Realidade que as técnicas ao serviço da museologia pretendem superar, de há uns anos para cá, quando a interactividade tenta reduzir os abismos entre o público-alvo e a mostra, ao querer reconquistá-lo, para o fascínio estonteante da magia e do espectáculo.

Concluindo: hoje em dia, o público-alvo situa-se antes do uso, quando o produto é novidade e a exposição é montada para divulgar o produto, e depois do uso, quando o produto está obsoleto e a exposição o acolhe, para manter o seu lugar como memória.

ÉTICA, CONHECIMENTO E FRUIÇÃO DO MUNDO ANTIGO. PERCURSOS VARIÁVEIS DE JUSTIFICAÇÕES E SOBREVIVÊNCIAS

Qualquer museu ocidental que se preze apresenta uma colecção de peças do Egipto faraónico, da Grécia Clássica, ou de outro qualquer foco civilizacional do Médio Oriente Antigo. Se há característica comum a centenas de museus que se podem encontrar dos EUA à antiga URSS, passando pelo Reino Unido e Alemanha, e desaguando em Portugal, (tanto nacionais, como fundações, regionais, locais ou até de família) é a apresentação de uma colecção relativa ao Mundo Antigo.

Este fenómeno que agora podemos encontrar essencialmente nas grandes estruturas museológicas públicas é herança de grandes coleccionadores privados, ou de indivíduos que fomentaram e realizaram o saque, a violência e o roubo sistemático de muitos dos tesouros mais valioso da humanidade.

Desde o Renascimento italiano que o coleccionismo de peças antigas, especialmente romanas, motivou autênticas corridas a despojos então descobertos, ao investimento de fortunas incomensuráveis, à realização de leilões que ficaram para a memória dos seus contemporâneos.

As duas maiores colecções de peças do Médio Oriente Antigo existentes em Portugal advieram exactamente desse processo individual de coleccionismo: a colecção egípcia do Museu Nacional de Arqueologia é fruto, em grande parte, das ofertas e aquisições feitas no Egipto pela Rainha D. Amélia no século XIX; o Museu Gulbenkian é resultado do processo de aquisição do mecenas que dá nome à fundação e ao museu que alberga a colecção.

Por detrás do gosto por estas peças, há várias dimensões e motivações que merecem ser tidas em conta.

Numa herança do Iluminismo, há uma ideia de sapiência que alia a posse de objectos raros a uma vertente supostamente iluminada. Saber implica poder. Ou melhor, ambas implicam demonstração pública e notória da sua posse. Desta forma, tudo o que se relaciona com o coleccionismo e com o exótico ganha foro de teatralidade, de raridade, logo, de poder, de especial por parte de quem o tem.

Estamos a falar de ostentação enquanto uma forma prática de efectivar o que de simbólico tem a posse de algo raro, desejado e invejado. Muito do coleccionismo passa por este jogo de encenação de saber em que assenta a colecção de tudo o que possa ser uma mais valia pública na esfera da gestão dos poderes muitas vezes privados dos grandes salões de sociedade.

Num sentido mais civilizacional, tal como os particulares correram em busca de tesouros para as suas galerias de curiosidades, também os grandes museus se degladiaram em busca das melhores e mais estupefacientes peças. Nesta corrida se degladiaram alguns dos museus que hoje apresentam alguns dos maiores tesouros da humanidade: Louvre e British Museum, entre outros.

Estas instituições rapidamente, à medida que as autoridades locais nasciam e tomavam voz num apelo ao fim deste saque, criaram um discurso oficial de legitimação: as peças estão no museu para salvaguarda do património da humanidade, uma vez que os poderes e culturas locais as não tratam como deveria ser, estando, no seu local de origem, em constante perigo de destruição.

Ora, esta ética magna da justificação não tese eco, por exemplo, na sensibilidade de um dos mais famosos saqueadores da segunda metade de novecentos, August Mariette, que, farto da situação, e aliado às autoridades egípcias, fez nascer a primeira estrutura de controlo de escavações e de exportação de antiguidades.

Mais clamante é a actual situação existente entre estados membros da União Europeia: qual é a justificação para que os frontões, entre muitas outras

peças, do Parténon de Atenas estejam em Londres? Os «indígenas» não sabem cuidar do seu património?

Os tempos mais próximos deram, infelizmente, acontecimentos com sabor a razão a estes teorizadores. De facto, se todo o espólio de Babilónia estivesse em Berlim, como acontece com as monumentais portas policromas dessa cidade mítica nada teria sido rapinado e destruído nos dias loucos que se seguiram à «libertação» do Iraque pelos americanos e ingleses.

E agora, qual o local dessas colecções? O mesmo de sempre: há, e continuarão a existir coleccionadores. O caso do saque do Museu de Bagdade foi sintomático. Apesar da legislação internacional e até nacional, muitos indivíduos não conseguem resistir a deter um busto romano na sala; a guardar num cofre pessoal um conjunto de moedas de ouro fenícias, ou a poder contemplar na segurança de vários sistemas de alarme ultra modernos as mais rudimentares ferramentas da nascente agricultura de há mais de seis ou sete mil anos.

É claro, há ainda as heranças de família (o caso de grande parte das colecções privadas de antiguidades egípcias existentes em Portugal, e quase todas publicadas e estudadas pelo egiptólogo Luís Araújo).

E é por aqui que segue o nosso raciocínio. Apesar de todos estes aspectos que podemos considerar negativos, se o exército de Napoleão não tivesse saqueado milhares de peças egípcias aquando das suas campanhas, aguçando o interesse e dando milhares de páginas de documentação e paralelos, nunca a Pedra de Roseta teria chegado ao olhar minucioso de Champollion; quem sabe o tempo que se teria de esperar para que a escrita fosse decifrada e, finalmente, se criasse conhecimento cientificamente fundamentado, sobre essa longínqua civilização.

De facto, foi devido a essas colecções, privadas ou não, que muito se descobriu, que muito se estudou.

Ainda hoje é impensável fazer estudos nestas áreas sem longas visitas às instituições herdeiras desses saques medonhos do século XIX. Quantas teses foram construídas com base em colecções privadas ou públicas?

Fazemos ciência válida com base em peças adquiridas de forma não válida. Qual é aqui, mais uma vez o lugar do investigador?

Tornar público o que uma vez foi privado ou quase fechado; aprofundar os estudos, como que justificando eticamente a posse desses valores; desenvolver o gosto e o sentido de pertença, de herança das populações que seriam as verdadeiras detentoras desse património para que se possam construir e manter em segurança locais para albergar as futuras descobertas.

Está este coleccionismo votado ao desaparecimento? A nível legal, sim; a nível efectivo, nunca.

Trata-se de um coleccionismo cada vez mais lançado para uma dimensão de Património da Humanidade. As aquisições privadas são cada vez mais escondidas, dissimuladas devido a esse sentimento já muito enraizado: as peças oriundas de certas civilizações distantes são património de todos nós, não apenas de fulano.

Mais, mesmo as colecções públicas ou acessíveis estão a sofrer grandes alterações no seu funcionamento. Cada vez mais se encontram exposições de longa duração que reúnem peças oriundas de várias colecções, assim como é crescente a publicação de catálogos transversais a diversos museus, apresentando séries temáticas comuns a vários núcleos.

Mesmo a devolução de peças está na ordem do dia. Está cada vez mais próximo o momento em que muitas esculturas e frisos gregos voltarão ao seu local de origem.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO IBERO-MACARONÉSICA DE JARDINS BOTÂNICOS. *Simpósio Jardins Botânicos, Estratégias para Educação Ambiental e Conservação de Recursos Naturais: resumos*. Vidago, Vila Real: Associação Ibero-macaronésica de Jardins Botânicos, 1988

BENJAMIN, Walter. *Écrits français*. Paris: Gallimard, 1991.

CERTEAU, Michel de. *L'absent de l'histoire*. Paris: Mame, 1973

JANEIRA, Ana Luísa. *Inovação-Tradição-Globalização: As ciências modernas à descoberta do mundo – sub-projecto: A territoralização científica da Amazónia (sécs. XVIII-XX)*. Lisboa: www.amazonia.no.sapo.pt/Frame.html, 2000.

JANEIRA, Ana Luísa. *Lógos e nómos.* In: Actas do 1º Congresso Nacional de Arquitectura Paisagista. Lisboa: Associação Portuguesa de Arquitectura Paisagista, 1998

MEADOWS, Donella H. (edit.). *The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*. New York: Universe Books, 1972.

THOUIN, A. *Breves instrucções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos e notícias pertencentes à Historia da Natureza para formar hum Museo Nacional*. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1781.

THOUIN, A. *Encontro sobre o jardim português (sécs. XV a XIX), Fundação das Casas de Fronteira e Alorna*. Lisboa: Palácio Fronteira, 1989.

THOUIN, A. *Instructions pour les voyageurs et les employés dans les colonies sur la manière de recueillir, de conserver et d'envoyer les objets d'Histoire Naturelle. Redigées sur l'invitation de M. le Ministre de la marine et des colonies par l'administration du Muséum Impérial d'Histoire Naturelle*, 5. ed. Paris: Imprimerie de L. Martinet, 1860

A CIÊNCIA NA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

Maria Estela Guedes[*]

RESUMO

Contexto: Esta carta e documentos anexos, respondem à que um ornitolólogo me dirigiu e depois não autorizou que fosse publicada. Nessa carta, o especialista em aves tece algumas críticas a um capítulo do meu livro "Francisco Newton – Cartas da Nova Atlântida", também em linha no Triplov. Redutíveis todas ao labéu de ignorância, essas críticas, lançadas sobre mim, que sou de Letras, e sobre os seus colegas das Ciências, transparecem na minha resposta, na qual revelo qual o destino dos milhares de exemplares que constituiram no passado as colecções de animais africanos (e outros) do Museu e Laboratório Zoológico e Antropológico (Museu Bocage). As colecções foram destruídas para eliminar exemplares que não correspondiam à convenção de espécies oriundas de selecção natural, tratando-se de frutos de experimentação por parte da própria ciência. O âmbito destas experiências não deve ser entendido como caso estritamente português. A consulta dos documentos e textos críticos publicados no Triplov tornam evidente que o fenómeno é mundial e que houve aviso à comunidade científica sobre a introdução de espécies e de híbridos na natureza: J. Bedriaga – *Letre a M. le professeur Anatole Bogdanow (sic) – De l'importation et du croisement de reptiles et amphibiens*. In: Congrès International de Zoologie. Deuxième session, à Moscou. Première Partie. Moscovo. O nosso mais recente trabalho (Guedes, 2004) de investigação sobre esta matéria mostra que as ilhas espanholas do Mediterrâneo foram um dos laboratórios naturais escolhidos para levar a cabo experiências de hibridação.
Palavras-chave: coleções; museus; zoologia.

SCIENCE IN EXPOSING THE PORTUGUESE WORLD

Context: This letter and attached documents answer what an ornithologist sent me and then did not authorize its publication. In this letter, the bird

[*] Assessora no Museu Nacional de História Natural de Lisboa e investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa (CICTSUL). *E- mail:* estela@triplov.com

specialist criticized a chapter of my book "Francisco Newton – Cartas da Nova Atlântida", (Francisco Newton – Letters from New Atlantida), also on line in Triplov. All of them reducible to the blemish of ignorance, these criticisms, leveled at me, who am from the field of Letters, and on his colleagues in the Sciences, appear in my answer, in which I reveal the fate of thousands of exemplars that in the past constituted the collections of African (and other) animals from the Zoological and Anthropological Museum and Laboratory (Museu Bocage). The collections were destroyed to eliminate exemplars that did not correspond to the convention of species resulting from natural selection, because they were the results of experimentation by science itself. The scope of these experiments should not be understood as a strictly Portuguese case. Consulting documents and critical texts published in the Triplov make it clear that the phenomenon is worldwide, and that the scientific community was warned concerning the introduction of species and hybrids in nature: J. Bedriaga – *Lettre à M. le professeur Anatole Bogdanow (sic) – De l'importation et du croisement de reptiles et amphibiens*. In: Congrès International de Zoologie. Deuxième session, à Moscou. Première Partie. Moscovo. Our most recent investigative work (Guedes, 2004) about this issue shows that the Spanish Islands of the Mediterranean were one of the natural laboratories chosen to carry out hybridization experiments.
Key words: collections; museums; zoology.

CARO XPTO –

Em resposta à sua carta, tocarei apenas em três pontos, deixando de lado a questão da sinonímia. Já J.A. Serra (1961), no seu relatório, comenta que a nomenclatura no Museu estava desactualizada. De outra parte, se na Exposição do Mundo Português estavam representantes de espécies atribuídas à fauna de Cabo Verde, quando tais espécies não estão catalogadas para Cabo Verde, esse é justamente um dos problemas que eu levanto. XPTO apenas confirma o que eu escrevi: nenhum catálogo que eu conheça inclui o cuco esmeraldino (*Chrysococcyx cupreus,* ossobó) na avifauna caboverdiana, excepto, claro, o do Museu Bocage na Exposição do Mundo Português. Se algum naturalista o deixou em Cabo Verde, ainda pode vir a ser redescoberto. O "Crescei e multiplicai-vos" demora o seu tempo.

XPTO, ornitólogo, tece críticas ao meu texto "A Sala do Museu Bocage na Exposição do Mundo Português" (exposição realizada em Lisboa em 1940), capítulo do livro "Francisco Newton, Cartas da Nova Atlântida", em linha no

Triplov. Nesse texto, que resulta da análise do catálogo da exposição do Museu Bocage (Jorge, 1942), afirmo que:

– nenhuma espécie importante para a ciência, nem das colónias nem de Portugal continental, teve exemplares a representá-la na Exposição;

– na Exposição do Mundo Português, o Museu Bocage só apresentou espécies de larga distribuição, cosmopolitas, as que não têm valor para a ciência;

– na Exposição do Mundo Português, nenhum naturalista português foi homenageado com exemplares representantes de espécies de sua autoria, todas as espécies apresentadas tinham sido originalmente descritas por estrangeiros, a começar por Lineu.

Ora estes factos, extraordinários num período imperialista da nossa história, são ainda mais bizarros se atendermos aos objectivos de auto-glorificação do regime colonialista que conduziram a Exposição, uma das maiores que algum dia se realizaram em Portugal: onde as provas da exploração científica das colónias? O Museu Bocage era então um museu colonial, toda a sua tradição vem ainda hoje do naturalista que lhe deu nome, Barboza du Bocage, cujo trabalho incidiu maioritariamente na classificação de aves, mamíferos, répteis e anfíbios das possessões portuguesas de África. Um fenómeno tão pouco natural precisa de explicações, e várias se podem aventar, incluídas as políticas, pois o gesto resulta numa bofetada ao regime. Bofetada que aliás não espanta muito, sabendo-se que o comissário dessa secção científica da Exposição foi Henrique Galvão, o líder do assalto ao paquete *Santa Maria* (veja, no Triplov, "Nem todos os gatos são leo_pardos)", operação terrorista que visou chamar a atenção do mundo para as injustiças do governo de Salazar. Nunca vi nenhum historiador das ciências, e eles existem até no Museu Bocage, tratar destes aspectos da ciência em Portugal. Só eu me tenho ocupado deles. O catálogo da Sala do Museu Bocage é uma vergonha até para mim, que sou de Letras, mas trabalho na instituição. Porém são as gralhas do meu texto a tentar entender o catálogo e não as do catálogo da instituição científica responsável por ele que XPTO vem criticar. Ainda bem, nada como o ruído das gralhas para quebrar o silêncio sepulcral.

Quando XPTO diz que a única explicação para essa vergonha – que se estende a outros grupos animais e regiões e não apenas às aves de Cabo Verde – foi a ignorância e indiferença dos responsáveis científicos do Museu Bocage, está a emitir opiniões. Não apresenta nenhum documento para fundamentar o seu juízo de valor sobre a competência dos cientistas portugueses da época, no caso representados por Arthur Ricardo Jorge, então director do Museu.

Eu não dou opiniões. Declaro que o Museu Bocage não apresentou nada de relevante na Exposição porque nada havia para apresentar, as colecções tinham sido destruídas. E para essa destruição há provas. Entre elas, o catálogo

de répteis e anfíbios[1], datado de 1915, de que agora mostro fragmentos que dizem respeito aos exemplares de Cabo Verde. Essa lista foi feita a partir das etiquetas dos frascos: os funcionários que elaboraram a lista, o mais que podem, na maior parte dos casos, é pôr pontos de interrogação nos lugares correspondentes aos nomes científicos, localidades de colheita, datas de colheita e colector/ofertante. Dentro dos frascos os animais podiam até estar intactos, mas sem a informação escrita, a colecção perde o valor científico. Ora em que circunstâncias podem as etiquetas das colecções de um museu ser destruídas na sua maior parte? As inundações deixam rasto na História, terramotos, também, e o Museu sofreu um, violento, que arremessou ao chão a frascaria dos peixes, colaborei na sua reconstituição. Não temos notícia de nenhuma calamidade que pudesse destruir as etiquetas, deixando intactos os frascos e os animais. Aliás, as etiquetas estavam nos frascos, o que foi destruído foi o texto escrito nelas, que ficou ilegível.

O segundo documento que prova a destruição é o “Relatório do Director”, de 1961, em que J.A. Serra (1961) informa que as colecções que lhe chegaram às mãos eram apenas uma parte do que outrora existira, etc., e anota que muitos exemplares-tipo, os indivíduos que tinham servido para a descrição original das espécies, se tinham perdido. Serra atribui as culpas à incúria da anterior direcção – Arthur Ricardo Jorge. Porém já em 1915 alguém tomara a enigmática decisão de mandar fazer um inventário dos exemplares a partir de etiquetas ilegíveis. Estas listas são inúteis de um ponto de vista da História Natural, só serviram para ficar guardadas até hoje no Arquivo histórico do Museu Bocage, resistindo a bombas, incêndios e terramotos, na esperança de que alguém as leia de modo a compreender o que se passou durante o tempo de Bocage.

Depois de 1915 houve ainda mais destruições. Serra alude à granada que atingiu uma das salas no curso das revoluções dos anos 20. Foi a Sala Africana a vítima. Eis um tema bem proveitoso para a história do naturalismo, talvez um dia o venha a desenvolver eu, porque os autores não são unânimes nem na data do ataque nem na arma disparada: Serra fala de granada, outros de bomba, de maneira que, a darmos crédito a todos, foi movida uma guerra com várias e distintas batalhas contra a instituição fundada por Barboza du Bocage. Ora a versão que me foi transmitida no Museu sobre o que motivou o rombo no tecto do Museu Bocage remonta aos tempos da monarquia.

Saiba XPTO que há 36 anos eu entrei ao serviço do Museu Bocage como ajudante de preparador. Fiquei ligada ao círculo de Arthur Ricardo Jorge,

---

[1] Deposito de reptis. Ms. Arquivo histórico do Museu Bocage, Rem. 247. (ver imagens em http://triplov.com/).

então jubilado, mas que mantinha o seu gabinete no Museu com uma colecção magnífica de poliquetas, que eu ajudava a conservar, renovando-lhe o álcool todos os anos. Tal como renovei muitas vezes o álcool de outros frascos de que ele se evapora, como diz J.A. Serra, acreditando que durante a direcção de Arthur Ricardo Jorge se tinham deixado consumir pela traça e pelos antrenos a maior parte dos exemplares. Nesse círculo dos que trabalhavam ainda à sombra de Ricardo Jorge, ouvia eu explicar que os exemplares mumificados estavam assim por os franceses terem bebido o álcool dos frascos. Aquele rombo no telhado também era obra dos franceses, tinham sido os franceses a disparar sobre o Museu um tiro de canhão.

E eu acreditei, claro. Tal como Serra acredita em destruições por incúria. Até há bem poucos anos, acreditei em todas as paródias do naturalismo. E só quando comecei a fazer História das ciências verifiquei que, no tempo das Invasões Francesas, o que existia era o Real Jardim Botânico da Ajuda. Ainda não existia Escola Politécnica, e por conseguinte não havia nenhum museu no recinto da Politécnica em que hoje funciona o Museu de História Natural. A fundação do Museu de Lisboa, na Politécnica, data de meados do século XIX.

Já temos a destruição do registo escrito das etiquetas, antes de 1915, a granada e/ou as bombas dos anos 20, tudo aquilo que possa ter acontecido mais e eu ignoro, a provar que não havia nada de importante para o Museu mostrar na Exposição do Mundo Português, mas sei que a destruição mais radical veio depois da Revolução de Abril. Foi o incêndio na Faculdade de Ciências (substituta da Escola Politécnica, no mesmo local), em 1978. Aflige-me pensar que as listas de remessa de exemplares de Francisco Newton possam ter ardido, apesar de as cartas se terem salvo. Essa é uma lacuna grave no meu trabalho, "Francisco Newton, Cartas da Nova Atlântida", tanto mais que me sinto pessoalmente responsável por elas. No círculo de Ricardo Jorge, uma das minhas tarefas foi a de catalogação dos documentos do Arquivo histórico. Essas listas estavam dentro das cartas. Em obediência a instruções superiores, retirei as listas de dentro das cartas, ou "separei as filhas das mães", como dizia Maria Morais Nogueira, naturalista sob cuja orientação eu trabalhava no Arquivo. Foram feitas duas secções, uma para a correspondência, outra para as listas de exemplares. Tudo numerado: "Rem. 247", por exemplo, significa que o catálogo "Deposito de reptis" é o documento número 247 na secção "Rem.", abreviatura de "Remessas". Em algumas cartas, com a minha caligrafia, está a nota a lápis de que nelas existia uma lista dos exemplares enviados por Francisco Newton. Quando comecei a reunir a documentação de Newton para o trabalho, procurei as listas de remessa e não as encontrei. Essas listas fornecem a indicação de locais e datas de captura de aves, entre outros grupos animais, em São Tomé,

Príncipe, Cabo Verde, Guiné, etc.. Se XPTO pudesse descobrir o paradeiro dessas listas, isso seria óptimo também para si.

XPTO chama ignorante a Ricardo Jorge. Se ler o meu texto "Ciência e subversão – Augusto Nobre" (Guedes, 2002b), verifica que o ilustre zoólogo cria um modelo de distribuição geográfica de moluscos terrestres em que várias localidades portuguesas ficam em lugar errado. Uma delas é Coimbra, que ora aparece na região do Douro, ora na Estremadura. Augusto Nobre e Ricardo Jorge têm particularidades em comum, uma delas é serem naturalistas, outra é serem políticos: ambos foram ministros da Educação. Se Ricardo Jorge fosse ignorante, Carlos Almaça (2001) não lhe teria dedicado um elogioso artigo na recente homenagem da Faculdade de Ciências a alguns dos seus professores-cientistas. Se Augusto Nobre não soubesse onde fica Coimbra, não teria passado no exame da quarta classe, e por isso não seria hoje uma referência indispensável para todos os que se ocupam de peixes, moluscos e outros invertebrados de Portugal.

Ignorante, aqui, sou só eu, e nisso, caro XPTO, dou-lhe inteira razão: pensava eu que só Leonardo Fea tinha coligido exemplares de cuco europeu em Cabo Verde, afinal leio agora num catálogo (Hazevoet, 1995) que há quatro registos de captura, a saber:

Cuckoo. Vagrant (*canorus*) from the Palearctic, only 4 records. **Santiago**: one inland from Praia, 16 Aug 1951 (Bourne 1955a, WB); one near Chão Bom, 16 Jan (CJC). **Brava**: an immature collected (MCSN) no location specified, 5 Sep 1898 (LF *in* Salvadori 1899). **Maio**: one (probably immature) near Vila do Maio, 26 Aug 1986 (Hartog 1990).

Eis uma notícia que me enche de alegria, pois todas as espécies de que há referência antiga em certa região, sem capturas na sequência, têm vindo a ser redescobertas. Já a presença de Angus Gascoigne no Triplov (Guedes, 2003) também foi preciosa, por ter trazido a lume a de umas quantas nas ilhas do Golfo da Guiné. Fico à espera que apareça a *Hyalonema lusitanica* em Setúbal, a *Chioglossa lusitanica* em Sintra e no Alentejo, a *Certhilauda duponti* no Alfeite, e esta pertence ao grupo das aves, interessa-lhe de perto, o sapo de ventre cor de fogo em Coimbra (Guedes, 2002a) (8), a mamba de São Tomé em São Tomé, e acima de tudo o cuco esmeraldino em Cabo Verde, entre muitas mais.

Resta no entanto uma perplexidade, a que me tem movido a estes trabalhos, que não têm nada a ver com a sinonímia e ainda menos com a fauna, sim com a literatura escrita pelos naturalistas: o que há de natural em espécies de que só de trinta em trinta anos ou mais se descobre um indivíduo? Notas como essa acima sobre o *Cuculus canorus* em Cabo Verde, de que ao longo de décadas a ciência só registou a presença de dois ou três adultos e um ou dois

imaturos, são ridículas. A minha hipótese para explicar esse ridículo, já sobejamente conhecida, é a de que essas espécies foram introduzidas e/ou hibridadas pelos próprios naturalistas.

Um abraço,

Maria Estela Guedes

Lisboa, 2 de Julho de 2003

BIBLIOGRAFIA

ALMAÇA, Carlos. *Memórias de Professores Cientistas da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1911-2001*. Lisboa: Editora da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2001.

GUEDES, Maria Estela. *Cartas de Rosa de Carvalho: há uma Ciência Maçónica?* In: III Colóquio Internacional Discursos e Práticas Alquímicas, http://triplov.com/coloquio_4/meg1.htm, 2002a.

GUEDES, Maria Estela. *Ciência e subversão: Augusto Nobre*. Lisboa: http://triplov.com/estela_guedes/augusto_nobre/nobre.html, 2002b.

GUEDES, Maria Estela. He is a biologist, not a spy. Entrevista com Angus Gascoigne. Lisboa: http://triplov.com/email/angus/angus_english.html , 2003

GUEDES, Maria Estela. *O duplo na linguagem do naturalista*. In: Colóquio Internacional Discursos e Práticas Alquímicas, V. Lisboa: Instituto Santo Tomás de Aquino, TriploV. http://triplov.com/coloquio_05/guedes.htm, 2004.

HAZEVOET, Cornelis J. The Birds of the Cape Verde Islands. *British Ornitholgists' Union*, Tring. B.O.U. Check-list, 1995, n.13.

JORGE, Artur Ricardo. A Sala do Museu Bocage na Exposição do Mundo Português – Lisboa, 1940. *Arquivos do Museu Bocage*, 1942, n.12, p. 87-118.

SERRA, J. A. Museu e Laboratório Zoológico e Antropológico. Relatório do Director. Lisboa, *Revista Portuguesa de Zoologia e Biologia Geral*. Vol. 3 (1-2), 1961, p. 1-24.

COLECTANDO COM MARGARET MEAD PELO PACÍFICO SUL

Alix de Carvalho[*]

RESUMO

A personalidade de Margaret Mead (1901-1978) equivale a uma estatura de mulher – cientista ímpar, pois, especialista de primeira, teve ainda uma grande consciência de compromisso com a responsabilidade social, vivendo a desafiar a realidade política e a lutar pela causa feminista. Com vinte e seis doutoramentos *honoris causa,* da obra fica a presença de um espírito seduzido pela aventura e pelo rigor científico, ao serviço da liberdade crítica e da cidadania universal. Das fotografias passa a imagem de um corpo bonançoso, com expressões simpáticas e abertas, muito alertada para o respeito pela diferença, como sempre o testemunhou, colectando vivências que lhe propiciaram momentos ímpares entre indígenas distantes do Pacífico Sul: da Nova Guiné, a Samoa e ao Bali, colectando questionamentos que desafiaram a sociedade americana, das ideias feitas aos preconceitos mais conservadores, colectando objectos que continuam a celebrizar os espólios do American Museum of Natural History, em New York. E, por tudo isso, deixando, obviamente, ideias muito inovadoras e umas tantas polémicas, na sua senda.

Palavras-chave: história natural; antropologia; colecionismo??.

COLLECTING WITH MARGARET MEAD IN THE SOUTH PACIFIC

The personality of Margaret Mead (1901-1978) is of the stature of a peerless woman-scientist, since the first class specialist was also conscious of a commitment to social responsibility, always challenging the political reality and fighting for the feminist cause. With twenty-six *honoris causa* doctorates, her work leaves us in the presence of a spirit seduced by adventure and by scientific rigor, in the service of critical liberty and universal citizenship. The photographs impart the image of a bountiful

[*] Doutoranda no Departamento de Literatura Comparada da Université de Montréal, Québeque (Canadá): *E-mail:* alixdecarvalho@hotmail.com

body, with friendly, open expressions, very alert to the respect for difference, as she always witnessed it, collecting experiences which provided her with peerless moments among the distant indigenous peoples of the South Pacific, New Guinea to Samoa and Bali, collecting questions that challenged American society, from readymade ideas to the most conservative prejudices, collecting objects that continue to make the assets of the American Museum of Natural History in New York famous, and due to all this, obviously leaving very innovative and some polemical ideas in its path.
Key words: natural history; anthropology; collectionism.

Sempre lutando para conseguir conjugar as obrigações de responsável pela secção da Etnografia do Pacífico, no AMNH, onde trabalhou por mais de 50 anos, com a carreira de professora, de conferencista ou de intelectual interveniente, esta antropóloga americana[1] tem o mérito de ser a primeira mulher a lançar a pesquisa etnográfica numa sociedade arcaica: as ilhas de Samoa – Pacífico Sul. Isto em 1925!

[1] No início da carreira, antes de ser uma presença em todas as famílias do seu país, escreve duas versões da mesma obra, uma para académicos e a outra para o grande público, como forma de divulgação transcultural. Seguidamente, passa a privilegiar os *media* (a difusão radiofónica e, mais tarde, televisiva), utilizando como ninguém esses meios de comunicação social. Durante a Segunda Guerra Mundial, trabalha para o Departamento da Guerra, sendo nomeada para dirigir uma comissão científica nacional sobre os hábitos alimentares, a fim de melhorar as rações a fornecer aos soldados. Baseada no trabalho feito nas sociedades arcaicas, submete a sociedade envolvente a um olhar de antropóloga, de que resulta um ensaio, publicado em 1942, sobre o temperamento dos americanos. Realiza também um trabalho sobre o namoro no país. Em causa, está o possível relacionamento entre os soldados americanos estacionados na Grã-Bretanha e as jovens britânicas. Estuda também o "carácter nacional" dos povos beligerantes. Acaba por desenvolver uma excelente capacidade de formular as ideias chave de campanhas informativas sob a forma de panfletos educativos. Após a guerra, passa a analisar problemas das sociedades desenvolvidas, bem como a evolução social. Nesse contexto, a «*generation gap*» é um conceito que cria e desenvolve, ao estudar a mudança rápida que atravessam certos complexos sociais, da "idade da pedra" para a "idade moderna". Em 1949, é eleita presidente da Society for the Applied Anthropology; mais tarde, é vice-presidente da prestigiada American Associaton for the Advancement of Science e membro do Clube de Roma. Como reconhecimento por todo o seu labor científico e activismo cívico, o Presidente Jimmy Carter condecora-a com a Medalha da Liberdade. Nos Estados Unidos, é considerada como uma figura emblemática, um ícone da cultura. O editorial do *New York Times,* publicado no dia da sua morte, 15 de Novembro de 1978, chama-lhe «a avó do mundo», revelando a simpatia sentida por esta grande figura. Fundadora da Antropologia do Género e das Idades, foi certamente uma das mulheres mais conhecidas do século vinte.

O resultado dessa expedição traduz-se em *Coming of Age in Samoa* (1928), um sucesso livreiro. A problemática tratada, a adolescência apresentada como livre da repressão sexual, traz água ao moinho dos debates em curso, inclusive sobre a educação puritana das raparigas americanas, contra a qual se levanta o feminismo em ascensão. Segundo ela, em Samoa, as adolescentes vivem uma sexualidade esfuziante e livre, não notando as dificuldades psicológicas ligadas à repressão sexual. Para além da educação puritana e conservadora, é possível, portanto, existirem outras formas de educação das jovens. A autora defende o relativismo cultural, segundo o qual, a cultura é um factor determinante dos comportamentos sociais do ser humano; ao mostrar como, desde a mais tenra infância, o ser humano banha na água do padrão cultural que modela a sociedade em que cresce e se desenvolve. Através dos gestos e da relação com o corpo do outro, vai incorporando inconscientemente regras e proibições vigentes de modo a, mais tarde No estado adulto, assumir o papel que lhe cabe na divisão dos sexos. Por sua vez, quando esclarecer a contingência e a relatividade das formas culturais, põe em causa o determinismo natural, então, na moda. Os dados estão lançados: demonstra-se a evidência da influência das instituições e dos costumes sobre a personalidade, pondo em causa a universalidade das dificuldades que concernem a puberdade e a adolescência. E, para que não restem dúvidas, novos e importantes materiais colhidos em numerosas comunidades tradicionais (povos ameríndios e oceânicos) confirmam os anteriores, permitindo extrair as marcas específicas de diferentes modelos societais e de tratamento distinto na diferenciação dos sexos.

Franz Boas (1858-1942), o mestre, Ruth Meredith (1887-1948), a amiga e conselheira, Ralph Linton (1893-1953) e Abram Kardiner (1891-1981) todos eles pertencentes à corrente culturalista da Antropologia, acolhem com entusiasmo esta estreia da jovem doutoranda. Tal facto não admira, pois definem a cultura como o conjunto de atitudes, ideias e comportamentos partilhados pelos membros da sociedade e, simultaneamente, dos resultados materiais desses comportamentos, os objectos manufacturados.[2]

Pouco tempo depois, realiza novo trabalho de campo, tratando do problema da socialização e do pensamento entre os Manus da Melanésia, Oceania.

Apesar de muito jovem, mas já com o doutoramento em Antropologia Cultural, prossegue a carreira e reafirma-se, em 1930, com a publicação de mais duas obras sobre a Nova Guiné. Em *Growing up in New Guinea*

[2] Como se verificará, esta obra vai ser submetida a uma virulenta crítica, em 1983.

pormenoriza o estudo dos Manus, um povo ainda não tocado pelo mundo exterior, quando lá chega em 1928. Vive, então, na aldeia piscatória num momento-chave de mudança, depois do cessar da luta tribal, mas antes das missões e o comércio global começarem a mudar as suas vidas. Graças ao seu trabalho e perseverança em condições tão difíceis, colecta um sem número de informações que nos permitem visualizar as vidas em família: centra-se nas atitudes face ao sexo, casamento, educação dos filhos, e ao sobrenatural, sendo levada a ver paralelos intrigantes com a moderna sociedade ocidental.

Na base dos dados apresentados, infere e teoriza, afirmando que a cultura comanda o desenvolvimento psico-sexual. Conjectura igualmente que o mundo dito civilizado bem pode aprender com os chamados "povos primitivos". A abordagem sistémica do conhecimento impõe a inclusão de todas as variáveis possíveis. Os seus processos mentais consistem numa associação de pensamento dedutivo e indutivo, criando uma poderosa sinergia entre o empirismo anglo-saxónico e o pensamento cartesiano francês. A rede do seu pensamento, detectável nos textos e filmes, manifesta-se de forma clara e coerentemente organizada.

Entre 1931 e 1935, empreende nova pesquisa na Oceania, entre os Arapeshs, os Mundugumors e os Chambulis que manifestam modos radicalmente diferentes na diferenciação dos sexos. Segundo Marc Abeles, «os trabalhos de Margaret Mead sobre as relações entre os sexos nas três sociedades tradicionais da Oceania permanecem ainda hoje um testemunho exemplar da abordagem culturalista». Povos com diferenças profundas, entre si.

A etnia dos Arapeshs vive nas montanhas, em condições pouco propícias, num ambiente natural inóspito, no entanto, as relações entre os sexos são solidárias e cooperativas. O casamento é marcado pela harmonia e pelo entendimento.

Tal não é o caso dos Mundugumors que, apesar de terem uma vida facilitada por uma agricultura propícia, as suas relações são marcadas desde a infância pela frustração, pela inveja e pela agressividade, sendo o estupro a forma normal da cópula. A violência e a vingança são as formas de expressão mais comuns em ambos os sexos. Não se nota qualquer diferenciação social entre os papéis femininos e masculinos.

Por outro lado, quanto aos Chambulis, que vivem num meio ambiente lacustre, verifica-se uma verdadeira inversão nos papéis, embora a dominação masculina seja de bom tom. O poder económico pertence às mulheres que asseguram o sustento da comunidade e a circulação monetária. Elas são activas, racionais e ponderadas. Entretanto, nas casas dos homens, a competição é constante e feroz, no que diz respeito à beleza e ao cerimonial, numa busca desenfreada de preeminência social, estabelecendo, assim, relações

extremamente tensas e complicadas. Por outro lado, as mulheres são serenas e dinâmicas. Descreve-as como: «sérias, absorvidas pelas ocupações, conscientes do seu poder, trabalham e riem, de cabeça rapada e descoberta, sentadas em grupo; por vezes, organizam uma dança nocturna de que os homens são excluídos e onde cada mulher se esgota completamente ao executar só, diante das outras, o passo que acha mais excitante».

Do encontro com Bateson com quem casa em 1936, resulta a inovação de métodos de observação: a obtenção de fotografias e de filmes na colecta de material etnográfico marca um avanço considerável, não só na fase da recolha, como no da fiabilidade da mensagem obtida.

No fundo, de uma maneira ou de outra, toda a pesquisa desenvolve-se sobre a educação e a variabilidade das relações entre os homens e as mulheres. Conclui, então: «os traços do carácter que qualificamos de masculinos ou de femininos são, muitos deles, se não na totalidade, determinados pelo sexo, de uma maneira tão superficial como o são o vestuário, as maneiras e o penteado, que uma determinada época, atribui, indiferentemente, a um ou a outro sexo» (*Sex and Temperament*, 1935). A diferença de temperamentos nos sexos é o resultado de uma lenta e tenaz construção social. A simplicidade das sociedades primitivas permite isolar campos de estudo, tais como a descrição dos procedimentos familiares e institucionais, e a análise da construção da personalidade. Assim, consegue distinguir cinco características significativas: a continuidade da experiência da criança e do jovem, a expressão total da experiência cultural, a prefiguração da experiência futura, a consolidação da experiência passada e, por fim, a autonomia do comportamento.

Em plena guerra, em 1943, faz mais cinco visitas de estudo, principalmente a Bali e à Nova Guiné, pesquisando oito culturas diferentes e criando um vasto acervo de trabalhos etnográficos. Aplicando a concepção culturalista dos valores, evidencia a estruturação da personalidade, segundo figuras tais como: conformidade / conflito, inovação / conservadorismo, normalidade / desvio.

Anote-se ainda que já na tese de mestrado em Psicologia tinha comparado as crianças americanas com os filhos de italianos, emigrantes recentes, e no estudo sobre os Omahas (etnia instalada numa reserva do Nebrasca, com problemas de alcoolismo e desorganização social), questiona as condições de adaptação e de integração na sociedade americana, pondo em causa a falta de elementos de estudo sérios e dignos de crédito. Por outro lado, os contactos estabelecidos entre os grupos e os fenómenos de aculturação constituem interessantes objectos de estudo.

Em tempo de guerra, aplica o método de observação directa e o método comparativo aos movimentos socio-políticos na sua dimensão mundial, ao subdesenvolvimento, à modernização das minorias étnicas, às mulheres e à juventude. Frequentemente, é convidada a testemunhar perante as Comissões do Congresso que apreciam o seu profissionalismo. O carisma faz dela a convidada favorita e incontornável das emissões televisivas; revela um dom inato para criar empatia, para conduzir naturalmente a entrevista, dando-lhe um ar de conversa cujos cordelinhos domina.

Para além do pragmatismo envolvendo o seu olhar sobre o mundo e a sociedade humana, revela uma genuína predilecção pelo contacto e troca de ideias com amigos e desconhecidos. Consegue, junto das pessoas encontradas, colectar informações sobre os amigos e os parentes, as diferenças entre os sexos e a diversidade da cultura americana. Por outro lado, os estudantes estrangeiros constituem uma preciosa fonte de dados, não só sobre as culturas de origem, como sobre as perplexidades face à "estranheza" da sociedade americana. Todas as pessoas com quem entabula conversa contribuem, de maneira mais ou menos significativa, para a sua demanda, seja para saciar a sede de conhecimento sobre os humanos, como uma só espécie pertencendo a numerosas culturas.

DIFERENCIAÇÃO DOS SEXOS

Male and Female, publicado em 1949, apresenta uma perspectiva sintética baseada simultaneamente na sua pesquisa no terreno, na Oceania, e na análise dos costumes da sociedade americana do pós-guerra. A antropóloga demonstra que os estereótipos são maleáveis, e que a educação contribui largamente para isso. Com base no relativismo cultural, trata o caso americano como qualquer outro exemplo etnográfico, diagnosticando novas e potenciais crises. Analisa a imagem moderna e nacional dos papéis sociais na sociedade americana. Num estudo sobre as mulheres Omahas, avança com a hipótese de que as mulheres são menos sensíveis à mudança do que os homens. Segundo ela, estes, enquanto depositários do núcleo central do património cultural, sofrem mais com perda ou o questionamento dessa realidade, enquanto as tarefas femininas, mais universais, são menos sujeitas a alterações substanciais. Esta inferência parece-nos inaceitável: trata-se de uma generalização algo questionável.

Embora algumas das conclusões sobre o carácter da divisão social dos papéis sexuais sejam consideradas por vezes apressadas e discutíveis, *Male*

and Female é reconhecida como uma obra capital. Antes de Simone de Beauvoir e de outras feministas americanas, é ela quem lança a questão do "género": antecipando as autoras dos anos setenta e o actual debate teórico-metodológico transdisciplinar que percorre os Estudos da Mulher e do Género, criados em muitas universidades americanas e europeias.

Estes estudos são dominados pelo diálogo de investigadores/as que, hoje, ultrapassam o âmbito das Ciências Humanas (Antropologia, História, Filosofia, Psicologia e Sociologia) e das Letras (Literaturas Comparadas, Linguística, Hermenêutica e Teoria Literárias) e, paulatinamente, se alarga às Ciências da Saúde, do Direito, da Educação, das Artes e da Comunicação. O tema inicial destes estudos põe em cena os cordéis da opressão das mulheres. Actualmente, as relações e os mecanismos que envolvem o género, são relações sociais marcadas pelas diferenças simbólicas e materiais entre o feminino *versus* masculino, mas igualmente as relações entre as mulheres e os homens entre si.

A maior parte destas pesquisas fundamenta-se na teoria culturalista americana, sobretudo em Margaret Mead, e é retomada por autores de orientações diversas: Joan Scott, Michèle Perrot, e filósofos como Michel Foucault, Michel de Certeau e muitos outros. Ao abordar o género, as divergências abundam, mas num aspecto todos concordam: todos abjuram o essencialismo. São relativistas e pensam o sujeito como o resultado de condicionalismos histórico-culturais e não como entidades fixas, determinadas pela biologia e pela natureza. Daí, decorre a preferência pela designação de género em vez de sexo. Nesta perspectiva, o género está para a cultura como o sexo para a natureza.

POLÉMICAS SOBRE AS ADOLESCENTES SAMOANAS

Já depois de morta, é alvo de uma crítica malévola por parte de Dereck Freeman, que ataca a seriedade do seu primeiro trabalho de pesquisa.

Para tal, leva a cabo uma contra-peritagem, de estilo policial, obrigando uma antiga informadora samoana de 87 anos a confessar, perante as câmaras de cinema que, para se divertir, tinha enganado Margaret Mead, criando ficções sexuais sobre a sua adolescência que, na realidade, tinha sido virginal até ao casamento, aos vinte e oito anos, como era decente e de regra.

Serge Tcherkézoff, em *Le Mythe occidental de la sexualité polynésienne, 1928-1999. Margaret Mead, Derek Freeman et Samoa*, começa por apresentar dados etnográficos sobre a sexualidade dos homens e das mulheres, e desconstrói o trabalho juvenil de Mead, identificando os erros, mas denunciando os métodos do seu opositor, pondo em causa a crítica, como de má-fé. Na

realidade, o que Freeman pretendia era atingir a Antropologia Cultural nos fundamentos, isto é, a determinação cultural dos comportamentos humanos. Mas, ao atacar o culturalismo, ataca toda a antropologia, defendendo a tese segundo a qual os determinantes biológicos explicam os comportamentos culturais específicos dos adolescentes. Segundo ele, os seus comportamentos agressivos reduzem-se à influência das «feromonas» ou outros neuropéptidos.

Para Tcherkézoff, a origem dos erros devem-se à influência do mito ocidental da liberdade sexual polinésia, mito que se baseia nos escritos de Bougainville, de Wallis e de Cook, segundo os quais as populações da Melanésia, «ferozes canibais», se opõem às da Polinésia, «adoradores de Venus». Interpretara, portanto, os seus dados e observações em função dos preconceitos sobre esta zona do Oceano Pacífico. Verdade seja que, em 1926, são estas as únicas referências disponíveis.

Do ponto de vista metodológico, fora induzida em erro, ao pretender caracterizar uma sociedade por um traço cultural preponderante, tal como preconiza Ruth Benedict, sua professora. Isso leva-a a ignorar dados anotados nos seus canhenhos por não estarem em conformidade com o modelo do laxismo sexual.

A complexidade das representações da sexualidade explica, de certo modo, a falha. O binarismo das relações homens/mulheres ilumina o erro da jovem antropóloga, já que esse mundo se divide em dois: o mundo do dia, da luz, da ordem social, onde homens e mulheres se encontram no plano da relação irmão/irmã, isto é, ignorando-se; e o mundo da noite, da obscuridade, dos espíritos. Nesse espaço, tudo é sexual e só existem machos e fêmeas; aí se realiza o amor potencial, selvático. Não admira, pois, que este espaço enigmático povoe os fantasmas das adolescentes. Num mundo dominado pelo sistema de «dois pesos, duas medidas», as raparigas devem manter-se puras até às núpcias, sob pena de opróbio e vergonha para a família, enquanto aos rapazes, não é interdita a sexualidade, sendo o mundo da noite o espaço e o tempo da sexualidade possível. Na relação homens/mulheres, não existe espaço neutro, mas tão só a relação cerimoniosa e tabu do irmão/irmã ou a relação sexual, não havendo qualquer hipótese de amizade entre os sexos. A sociedade mantém uma relação algo esquizofrénica com a sexualidade que valoriza, permitindo a sua omnipresença no espaço nocturno. Estas indicações do perito nestas questões são muito elucidativas para a compreensão dos povos oceânicos. É que ele aproveita, sem preconceitos, as notas exaradas nos canhenhos...

Tcherkézoff considera que ela foi induzida em erro pelas histórias de amor e liberdade que, de algum modo, fazem parte do imaginário fantasmagórico das adolescentes. Por outro lado, ela também é vítima do preconceito machista dos jovens que, pelo seu lado, corroboram os dados

obtidos através das raparigas, contando narrativas de amor tórrido que magnificam o seu ego.

A ANTROPOLOGIA APLICADA À MUDANÇA NO MUNDO MODERNO

Para Margaret Mead, a Antropologia Aplicada representa um verdadeiro compromisso feito de sensibilidade e subtileza, mas a sua visão do mundo americano é demasiado pautada pelo pragmatismo e por alguma ingenuidade.

No *Essai sur le don* (1927), Mauss inventaria três obrigações universais: a obrigação de dar, de receber e de retribuir. Segundo o testemunho de Wilton Dillon, seu ex-aluno, que escreve um testemunho sobre Margaret Mead em *Perspectives*: *revue trimestrielle d'éducation comparée* (UNESCO Bureau International d'Education, 2000), ela aplica este modelo à troca e reciprocidade entre nações, contribuindo para colocar essas obrigações sob uma forma que permita observá-las em ambientes familiares, religiosos, profissionais e escolares. Em conversas tidas com ele, faz-lhe compreender o comportamento dos Estados Unidos, enquanto nação que prefere dar e ensinar, a receber e a aprender. Segundo ela, a comunidade internacional teria a ganhar, se o seu país aceitasse alternar os papéis.

Toda esta obra testemunha uma elevada consciência das mudanças sociais. Aliás, para ela, a investigação das sociedades tradicionais primitivas funciona como uma espécie de laboratório social que deve conduzir a um melhor conhecimento das sociedades contemporâneas.

Sendo, sem sombra de dúvida, a antropóloga mais conhecida e a mais cobiçada pela investigação realizada nos confins do mundo, a Oceania, esteve sempre na ribalta da cena intelectual: ao sucesso incomensurável da primeira obra aliou o símbolo da libertação dos costumes, bem como a difusão de novos padrões sobre a educação, tendo uma prodigiosa facilidade de converter o discurso académico em mensagem popular, pois era uma comunicadora nata que não descurava a mínima ocasião para entabular conversa com toda a espécie de gente, acabando sempre por obter informações preciosas que seriam difíceis de adquirir, de outro modo.

O seu militantismo humanista suscita respeito e admiração.

A par disso, a antropóloga lembra constantemente o bem fundado da diversidade humana e das suas transformações.

Compreender o homem é preservar o futuro e, inclusive, valores tais como democracia, liberdade, solidariedade e justiça social, desejava «o advento duma sociedade mais bela, mais rica, mais variada» e era uma cientista responsável e generosa, humanista, cidadã do mundo, empenhada na defesa

da mudança social, atenta às necessidades dos esquecidos da sociedade da abundância.

A Antropologia durante muito tempo oscilou entre duas abordagens diferentes: a classificação racial da espécie humana, empreendida num espírito naturalista, e o estudo das práticas simbólicas e culturais.

No presente caso, encontrou voz na Antropologia como quadro holístico, combinando todas as ciências. Havendo quem considere a Antropologia, na sua visão, como parte do *ethos* americano, suscitaram-se caricaturas amigáveis ou não, expostas no quadro da exposição organizada na Biblioteca do Congresso por ocasião do Centenário: «Margaret Mead, a natureza humana e o poder da cultura».

Numa das obras teóricas mais originais, baseada nas conferências realizadas na Yale University, *Communities in Cultural Evolution,* afirma «a necessidade de uma perspectiva do futuro que não minimize o perigo imediato nem suscite desespero.»

Esta herança obriga a revisitar as questões levantadas e a encontrar novas respostas, face aos desafios que as novas tecnologias e a ciência permitem encarar. O seu empenho pelas questões educacionais, caídas no limbo do esquecimento, merece ser revisitada, pois o século vinte muito aprendeu com ela. Assim, pode ser tomada como rampa de lançamento para investigações acuradas, tendentes a deitar fora o envelhecido, e a avançar com o que, hoje mais do que nunca, permanece vivo e inovador.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA DE MARGARET MEAD

MEAD, Margaret, BATESON, Gregory. *Margaret Mead, Gregory Bateson, and Highland Bali: Fieldwork Photographs of Bayung Gede, 1936-1939*. Chicago: University of Chicago Press, 1999 [1942]

MEAD, Margaret. Co*ming of Age in Samoa: A Psychological Study of Primitive Youth for Western Civilisation*. Nova York: Perennial Classics, 2001 [1928].

MEAD, Margaret. *Continuities in Cultural Evolution*. Nova York: Transactions Publishers, 1999 [1964].

MEAD, Margaret. *Culture and Commitment: a study of the generation gap*. Melksham, Inglaterra: Vintage/Ebury, 1975 [1969]

MEAD, Margaret. *Growing up in New Guinea*. Nova York: Perennial Classics, 2001 [1930].

MEAD, Margaret. *Male and Female*. Nova York: Perennial Classics, 2001 [1949],

MEAD, Margaret. *O Conflito de Gerações*. Lisboa: Dom Quixote, 1970.

MEAD, Margaret. *Sex and temperament in three primitive societies*. Nova York: Perennial Classics, 2001 [1935].

MEAD, Margaret. *Social Organization of Manua*, 2ed. Honolulu, Havaí: Bishop Museum Press, 1969 [1930].
MEAD, Margaret. *The Changing Culture of an Indian Tribe*. Nova York: Ams Pr Publishing, 1969 [1932].

SITOGRAFIA

http:// www.nmsu.edu/information
http://alor.univ-montp3.fr/cerce/
http://barnard.columbia.edu/afonline/mead/
http://biologybooks.net/search_Margaret_Mead/
http://courses.smsu.edu/waw105f/Mead.htm
http://fr.encyclopedia.yahoo.com/articles/
http://interculturalstudies.org/
http://www.arfe-cursus.com/anthropologie4.htm
http://www.britannica.com/articles/
http://www.glbtq.com/social-sciences/
http://www.greatwomen.org/
http://www.greenwood.com/books/
http://www.inserm.fr/serveur/viel.nsf/
http://www.kirjasto.scifi/mead.htm
http://www.unine.ch/ethno/biblio/

A AMAZÓNIA&COMPANHIA IMPORTADA PARA O PÚBLICO NORTE-AMERICANO

*Ana Luísa Janeira**

RESUMO

Apesar de pertencerem ao mesmo Continente, a América do Norte tem mantido uma relação ambígua com a América do Sul, num leque de sentimentos e de emoções entre a atracção e a repulsa. Sendo assim, a atracção desdobra-se em curiosidade, fascínio, uma tanta paixão perdendo-se por lá; e a repulsa incorpora superioridade, controlo, presença intrusa. Durante o século XX, ocorreram dois momentos especiais nesse processo: a partir da Segunda Guerra Mundial, o Brasil passou a primeiro plano, com Carmen Miranda e o Zé Carioca; depois da Eco92[1], a Amazónia representa um espaço imaginário sem paralelo. Será que tais factos têm reflexos nas colecções norte-americanas, ímpares pela rapidez com que foram constituídas e pela riqueza dos espólios? Será que têm repercussão na sua visibilidade museológica, dotada de grande carga sensorial e espectacular? Pergunta que beneficia, se for enquadrada por um horizonte mais amplo, ao incluir o significado da colecção no museu e o significado da dupla colecção – coleccionador. Ou seja, quando a problemática estiver precedida por uma panorâmica mais ampla. Apesar de haver exposição sem colecção, dificilmente haverá museu sem colecção. Assim sendo, já se terá percebido quanto a identidade da própria colecção beneficiará de atitudes

* Professora Associada do Departamento de Química e Bioquímica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, agregação em Filosofia das Ciências. Co-fundadora, primeira coordenadora e, actualmente, investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa (CICTSUL), Coordenadora, em Portugal, da Red de Intercambios de la Historia y la Epistemologia de las Ciencias Químicas e Biológicas, México, D.C. E-mail: janeira@fc.ul.pt e analuisajaneira@clix.pt

[1] Aquilo que mudou substancialmente foi a amplitude, por via da componente biodiversidade – sustentado – sustentável, porque o interesse internacional, logo financeiro e científico, logo norte-americano, esse já vinha de longe. Recorde-se o surto constante de expedições científicas, maioritariamente dos Estados Unidos, a que o próprio Presidente Theodore Roosevelt se associou, acompanhando o Marechal Rondon. Recorde-se, ainda, que já a *Belle Epoque* amazónica estivera presente, até nos sapatos revestidos de látex que os comerciantes de Boston importavam, por volta de 1820. (Cf. Santos & Muaze, s.d.).

que a mostrem enquadrada pela configuração histórica. Todavia, como nem sempre é dado realce a esta realidade, ela é muitas vezes pouco percepcionada pelo grande público, isso acontecendo nomeadamente quando o museu tem uma longa história, como no mundo europeu: se é comum referir a origem a partir de uma colecção e de um coleccionador, esvaem-se as memórias resgatadas relativas a este tipo de gestos, em tempos posteriores. Quando isso ocorre, quer dizer que o discurso expositivo esquece, lamentavelmente, um elemento (in)formativo importante, porquanto não explicita uma maior integração histórica dos objectos, ligando-os a escolhas com tempos, pessoas, meios, estilos e gostos precisos. Ou seja, empobrece a mensagem histórica que lhe deve estar ligada, o que diminui o alcance com outras preocupações mais amplas. A propósito, convém destacar como os espaços norte-americanos funcionam diferentemente: cada colecção tende a ser igualada a uma unidade espacial, logo apresentada como um todo, e remetida à(s) pertença(s) de origem, personalidade(s) representando com frequência o papel de doador(es) – mecena(s). Com esta presença individualizada, de cariz subjectivista, o público sentir-se-á mais motivado, aumentando a sua potencialidade apreensiva? Será que essa carga contribuirá para uma maior literacia? A diluição do peso da colecção poderá diminuir o impacto dos conteúdos ligados à contextualização cronológica? Falha comunicativa que poderá equivaler a uma redução da abrangência cultural, emanada por aquelas estruturas?
Palavras-chave: Amazônia; coleção; América do Norte; colecionismo.

AMAZONIA & CO. IMPORTED FOR THE NORTH AMERICAN PUBLIC

Although they belong to the same Continent, North American has had an ambigous relationship with South America, in a range) of feelings and emotions that run the gamut from attraction to repulse. Thus, the attraction is deployed into curiosity, fascination, some passion that has lost its way there; and repulse includes superiority, control, intrusive presence. During the 20th century there were two special moments in this process: beginning with World War II, Brazil came into the foreground, with Carmen Miranda and Joe Carioca; after the 1992 Earth Summit,[2] Amazonia has represented

[2] What changed substantially was the range, through the – sustainable – biodiversity content, because the international, and therefore the financial and scientific, and therefore the North American interest was already there long ago. One should recall the constant flurry of scientific expeditions, mainly from the United States, to which President Theodore Roosevelt himself associated himself, accompanying Marshal Rondon. It should also be recalled that it had already

an unparalleled imaginary space. Could these facts have some effect on North American collections, which were built with peerless speed, and great wealth? Could they have repercussions on its museological visibility, with a heavy, spectacular content? This is a question that has benefits, if it is framed by a wider horizon, when it includes the meaning of the collection in the museum and the meaning of the collection-collector dyad. In other words, when the problems are preceded by a broader overview. Although there is an exhibition without a collection, there is unlikely to be a museum without a collection. Thus, one will already have realized how much the identity of the collection itself will benefit from attitudes that show it framed by the historical configuration. However, since this reality is not always highlighted, it is often not clearly perceived by the public at large, and this happens, namely, when the museum has a long history, as in the European world: if it is common to refer to the origin based on a collection and a collector, the recovered memories about this type of gesture disappear in later times. When this occurs, it means that, regrettably, the expositive discourse forgets a major (in)formative element, since it does not render explicit the further historical integration of the objects, linking them to choices with precise times, people, media, styles and tastes. In other words , it impoverishes the historical message that should be connected to it, which reduces its outreach to other broader concerns. About this, it should be shown how North American spaces function differently: each collection tends to be rendered equal to a spatial unit, immediately presented as a whole, and referred to the original domain(s), personality(ies) often playing the role of donor(s) – Maecenas. With this individual presence, of a subjectivist nature, will the public feel more motivated, increasing their potential for understanding? Could this content contribute to greater literacy? Could the dilution of the weight of the collection diminish the impact of the contents connected to chronological contextualization? Could a failure to communicate be the equivalent of a reduction of the cultural coverage emanating from those structures?
Key words: Amazonia; collection; North America; collectionism.

been present during the *Belle Epoque* in the Amazon region, even in the latex-coated shoes that the Boston business people imported around 1820.. Fernando Dumas dos Santos; Mariana Ferreira Muaze – *Tradições em movimento: Uma etnohistória da saúde e da doença nos vales dos rios Acre e Purus.* Brasília D.F., Paralelo 15, 32.

Nova York, Janeiro de 2003 – Vale a pena insistir no papel do «bilhete de identidade» e da «genealogia» da colecção, enquanto catalisadores historiográficos e formas de conhecimento que, aliadas à força visual dos objectos, servem horizontes epocais passados.

COLECÇÕES E MUSEUS

Na verdade, trata-se de uma ocasião privilegiada para aliar materialidades concretas e configurações pretéritas, beneficiando do poder sugestivo da imagem e do volume, e daquilo que eles transmitem: estilos de vida ou ambientes sociais. Não existindo muitas outras oportunidades com virtualidades similares, mais se justificará a intenção que a museologia actual deve pôr nestes pormenores. Sendo assim, sempre haverá um empobrecimento quando são desprezadas as configurações de onde provêm as colecções.

Aspecto útil para o visitante, mas também uma forma de contribuir para aumentar o mecenato, expressão neo-liberal, pragmática e capitalista. Aspecto que o outro lado do Atlântico maneja bem, através da função persuasiva desta táctica mobilizadora de novas doações, pois é sabido quanto o coleccionador sempre se mostra sensível à vaidade personificada na colecção. Estes aspectos relevam de uma tónica materializante que não favorece a cultura, em períodos especialmente consumistas. Mas, talvez por isso mesmo, possa corresponder a fontes de aliciamento para políticas culturais bem sucedidas.

Os objectos museológicos não são ícones (Disneyland), nem símbolos (interior de uma catedral medieva), mas índices. Por isso, os museus de ciências actuais estão centrados, quer na divulgação científica – procurando contribuir para a formulação de opiniões –, quer na civilização científica – procurando relevar o lugar representativo da ciência na sociedade. Concluindo, não se limitam a transmitir conhecimentos, mas visam construir opiniões e preparar cidadãos. Ou seja, preparar uma sociedade futura mais crítica e eleitores mais conscientes.

Por isso, a implementação de estratégias governamentais, incluindo o alcance destas instituições como veículos educativos, passíveis de serem manobrados por intuitos marcadamente pragmáticos. Por isso, a diminuição de núcleos em liceus e escolas, substituídos por espaços nacionais, regionais ou locais, servindo um número muito superior de crianças e jovens.

No âmbito do projecto Literacia Científico-Tecnológica e Opinião Pública: O Caso dos Consumidores dos Museus das Ciências, convém destacar que não há unanimidade entre as políticas museológicas vigentes, sendo patentes intencionalidades articuladas com políticas científicas e tecnológicas mais

amplas. Na verdade, continuam a identificar-se com espaços privilegiados para a expansão da cultura científica. Privilégio contribuindo para a manutenção de uma mentalidade positivista, demonstradora de uma apatia acrítica em prol da neutralidade científica, ou favorecendo, pelo contrário, uma atitude reflexiva consequente e uma postura participativa.

Segundo a tipologia bipolar anterior, representam uma intencionalidade social precisa, pois assumem uma vocação política complementar. Cabe-lhes, assim, uma intervenção nas demografias modernas, do Exploratorium de São Francisco, ao Musée des Civilisations de Ottawa, parando pelo Museu da República no Rio de Janeiro e o Shangai Museum. Em qualquer dos casos, ambientes dirigidos por intuitos políticos concretos, a que se aliam maiores ou menores oportunidades para o espírito reflexivo e crítico.

A ponto que a literacia revela uma das suas faces, neste particular: importa que o público demonstre apetência para seguir a exposição, ao mesmo tempo que a museografia deve oferecer uma actualização consequente de conhecimentos, mediante uma cultura científica concreta.

Contexto que explica como vários temas relacionados com catástrofes, sobrevivência e utopias sobressaem na museologia norte-americana (de New York a Montréal, passando por Providence e Boston), durante o Inverno de 2002-2003.

O desenvolvimento temático evoca situações que conduzem os públicos a serem confrontados com realidades fortes – das gigantescas imagens dos dinossáurios no Museum of Natural History de New York, às memórias do 11 de Setembro, numa exposição patente no Fine Art Musem da Brown University.

Os discursos expositivos exploram o lado emocional dos visitantes, reconfortando-os com enunciados incisivos, emanados frequentemente de um optimista e jubilante cientismo. Grave quando não distingue ciência e tecnologia, e apresentam pouco os bastidores mais polémicos, e também mais apaixonantes, do conhecimento científico. Por vezes, muitos e muitos botões. Demasiados. Criando ilusões de um espectáculo por demais enganador.

Nem os museus universitários fogem à regra. Apesar de primarem por serem mais rigorosos e menos sensacionalistas, mostram-se demasiado descritivos, pouco remodelados e sem evidenciarem grande espírito crítico, como acontece com os núcleos espalhados pelo *campus* da Harvard University.

Outras unidades expositivas evidenciam problemáticas relacionadas não só com texturas e reciclagem – valorização de restos, superação da escassez – , mas também com os nexos manifestos que existem entre elas, num universo que retoma uma tradição de colonos e de emigrantes, necessitando de aproveitar tudo, e por isso conseguindo afastar o desperdício, na visibilidade espantosa de uma das salas do *Fine Arts Museum de Boston*.

É interessante verificar como este pormenor, mais desenvolvido por mulheres do que por homens, mais por americanas do que por europeias, contribui para a produção artística actual, na linha de uma sociedade da parcimónia, com quotidianos caseiros e ritmos espaçados, ao tom de q*uakers*, e não só. A sociedade da abundância a ser trespassada por formas ancestrais ligadas à sociedade da escassez?

Qual o significado utópico de ser a condição feminina a que mais revisita este valor longínquo, totalmente esquecido pelo consumo voraz?

Durante anos, a mulher emigrante teve de incorporar dentro de si um aforro especialmente omnipresente. Se lhe coube atravessar o Atlântico, em condições por demais difíceis, acrescentou-lhe uma economia doméstica especialmente estrita, onde o tecido teve um lugar especial. Redes, tramas e teias, nomadismos e cruzamentos. Linhas, pontos e percursos para a frente e para trás. Vindo de longe, este manuseamento impõe, agora, um gesto alternativo museografável, onde o *patchwork*, a tecelagem e o bordado representam uma contra-corrente anti-capitalista. Aspectos civilizacionais muito criativos e sugestivos que Gilles Deleuze e Félix Guattari descrevem no capítulo final de *Mille Plateaux*.

As palavras e as coisas salientam, também, os certames científicos espalhados, amalgamados e dispersos dentro de cada Science Center. Não prima qualquer unidade interna. Estilhaçam, sim, temas prolixos, apoiados por lojas de venda extensas. Funcionam como realidades atractivas para captar multidões, por meio de núcleos projectados para públicos de cultura média ou baixa. Eles chegam às lufadas, durante os fins-de-semana, especialmente durante o Inverno. Olhando-os logo se vê como não sabem separar este espaço do consumismo compulsivo no *shopping.* Misturado com muita Coca-Cola.

Parecendo sintetizar tudo isto, num destaque por demais merecido, o virtuosismo do *Going forth by day: First Light*, de Bill Viola, no Guggenheim Museum de New York.

A tecnologia do video no seu melhor. A arte pelo video no seu melhor. A *téchne* grega redimensionada, posta ao serviço de uma conceptualização esmerada entre a densidade vivencial do nascimento, da viagem, do dilúvio e da morte. Apreciados por si ou pelo conjunto. Um referente renascentista, para além das cronologias: as capelas de Giotto em Pádua.

O painel do dilúvio sobressai pelo fundo de onde emerge e pela cadência rítmica que propaga. Uma muita feliz harmonia entre o espaço ocupado por cenas intrigantes e o tempo percorrido por gentes atarefadas, numa qualquer urbanidade actual. Porque correm, às vezes acompanhadas por um pormenor específico, o transporte de objectos de pequeno porte? A imagem é sequenciada

sem grandes novidades de maior. Até que irrompe o insólito da enxurrada de água desmantelando-se pelas janelas e porta.

Concluindo, «uma poderosa instalação, baseada numa projecção em cinco partes, que examina os ciclos de nascimento, morte e renascimento. Cada "painel" – uma projecção vista nas paredes de um espaço – tem a duração aproximada de 35 minutos e foi gravada em sofisticado sistema de Vídeo de Alta Definição. A sequência de trabalhos cria uma articulação épica da passagem dos ciclos da natureza e permite reflexões míticas na corrente temporal de nascimento e regeneração» (Hanhardt & Villaseñor, 2000).

Aspectos a que *The Changing of the Avant-Garde: Visionary Architectural Drawings from the Howard Gilman Collection,* patente no Moma, em Queens, acrescenta uma envolvência que vem do The *Plug-In City* de Peter Cook, ou do *Superstudio*, apostas em favor de um imperativo forte: *"*pôr ordem cósmica na Terra*"* (Riley, 2002).

Seguidos do questionamento da megaestrutura, a partir de 1960, como acontece na densidade do *Cemetery of San Cataldo, Modena, Italy* (1971), onde Aldo Rossi criou um feliz encontro entre um racionalismo urbano, perpassado de formas arcaicas, com um misto de mediterrânico e de americano central, e emoção. O pós-modernismo deixa também aqui marcas.

Nas TVs:
Catástrofes.
Mortes.
O Ground Zero rompendo a gravidade e continuando pelo ar.
Muitos medos sem controlo.

E uma ponte mental, aproximando-nos de locais, onde a biodiversidade sobrevive rodeada de perigos, enquanto não for controlada por um desenvolvimento sustentado.

Lisboa, Janeiro de 2004 – A reflexão continua. Agora sobre a forma como os ecossistemas tropicais encontram representação nas paragens norte-americanas, distantes no espaço, mas muito principalmente na complexidade das terras e das gentes.

A AMAZÓNIA&COMPANHIA

A secção *South American Peoples*, no Segundo Andar do American Museum of Natural History, em New York, já teve um poder encantatório nas minhas lembranças: mais forte durante a primeira vez, há uns trinta anos, quando ainda conhecia pouco da América Latina e nada da Amazónia.

Quer isto dizer que, neste caso, e como acontece frequentemente, a novidade jogou a favor do interesse.

Quer isto dizer, também, como a memória distingue o impacto recebido, sem ter poder vivencial comparativo, e o que sentiu, quando pôde fazer intervir outras reminiscências recentes, com deslumbramento e suor à mistura. Sentidas com rios, barcos, aves coloridas, cheiros exóticos, palpitares da exuberância pela floresta dentro, com muitos sons especiais.

Quer isto, ainda, dizer quanto a apresentação saiu favorecida, aquando de uma informação menor; o que corresponderá geralmente à regra, mas que também pode ter excepções.

Na verdade, os museus não devem descurar o facto de serem visitados por públicos pela primeira ou mais vezes, melhor ou pior informados, cabendo-lhes servir a ambos: pelo que aprendem, pelo que relembram.

Sabendo como Claude Lévi-Strauss, andou por este Museu, já depois de ter andado pela Amazónia, surgem reflexões pertinentes espalhadas por várias das suas páginas.

Diante da montra ou dos vídeos, projectados felizmente num lugar um tanto íntimo (pormenor muito positivo pela proximidade que faculta com as gentes e as terras, ao arrepio de outras distâncias), fica uma sensação que passa a pergunta: qual dos «trópicos» – os apresentados – reais – ou os representados – literários – museográficos – são realmente mais «tristes»?

Nesta situação precisa, o mais difícil estará em reproduzir um ambiente com *tonus* natural e vivencial. Mesmo se as palavras estão bem escolhidas, mesmo se as imagens estão lá, o visitante exigente sente a impossibilidade real de as articular, no sentido de um significado devidamente apreendido. A montagem usa técnicas apropriadas, mas a riqueza da realidade fica de fora, escapando-lhes por vários lados.

Porque a museografia mostra incapacidades perante a tónica sensualista, enquanto os estímulos distanciam as sensações necessárias, para conseguir a força da realidade.

Junto à Tour de Montréal, símbolo de uma tecnologia antigravítica poderosa, o Biodôme espanta pela capacidade de inverter essas e outras fragilidades. Ao reconhecer quanto a Filosofia nasce do espanto, as ferramentas científico-tecnológicas deste empreendimento propiciam uma boa ocasião para a exercitar.

Pretende fazer descobrir ecossistemas americanos importantes. Compõe-se de: *Forêt tropicale, Forêt laurentienne, Saint-Laurent marin, Monde polaire*.

Quando se toma o lado direito da entrada, não será preciso ler nada para já se sentir na pele a floresta tropical: 24º a 28º C e 13 hs. de sol em Junho, e

21º a 24º C e 11 hs. de sol em Dezembro, 70 a 80 % de humidade, todo o ano – como acontece na Amazónia.

Um rio. Quedas de água. Terrenos alagados.

Uma vegetação luxuosa, nascendo e trepando por todo o lado.

Um fascínio destacado por esta paisagem única: a dificuldade de situar onde começa e onde acaba uma árvore, porque a dependência das parasitas, ao abraçar as demais, lhes tira um porte autónomo e uma independência formal. Como acontece entre os humanos, aliás.

Raízes imensas e penetrantes. Epífitas também.

Troncos com gestos surpreendentes.

Folhagens gigantescas.

Muitas bromélias encantadas.

Depois do impacto inicial, convites sugestivos, tendentes a despertar a atenção para meios de localizar certos habitantes especiais, no conjunto: a preguiça, a capivara, os tamarinos, as piranhas, a anaconda, os 350 morcegos, caimões, a arara jacinto, o […], o mogno.

Logo: mamíferos, anfíbios, répteis, pássaros, peixes, em qualquer lado.

O ambiente geral envolve, a criança e o adulto, pela capacidade de simulação.

O ambiente geral conquista-os pela capacidade de sugestão.

Se a visita ocorre, no Inverno canadiano, quando lá fora podem estar -30º C, mais a admiração sobe em flecha, sem parar.

Claro está que estes métodos de simular e de sugerir revelam aparatos técnicos surpreendentes, precedidos e acompanhados por cientistas e por conhecimentos científicos avançados.

Tentando contribuir para questionar, e superar, os conceitos que envolvem o Jardim Botânico ou o Museu de História Natural, as teses ecológicas contribuem para a necessidade de museografias holísticas, sistematizações integradoras com montagens sofisticadas, onde vários aspectos da vida coexistem, como acontece aqui.

Paralelamente, a arquitectura envolvente, as opções do *design*, a biblioteca especializada e a loja bem apetrechada requintam na capacidade de atrair públicos, por um máximo de imagens e de infra-estruturas que convergem para o espectáculo, realidade que pode correr o risco, mesmo assim, de estar ao serviço de uma certa paixão cega pela tecnologia, em desfavor da literacia científica ou artística.

O que remete para um questionamento de fundo, que a origem primeira do complexo – o Cyclodôme da Expo ’67 – vai poder alimentar, ao sugerir uma demanda sobre os gestos iniciais deste tipo de construções.

Ou seja, um percurso reflexivo sobre a arqueologia – genealogia de empreendimentos saindo de gestos fundadores, onde o século XIX apostou forte, as exposições universais, que Walter Benjamin pensou, através de uma perspectiva – prospectiva:

> As exposições universais idealizam o valor de troca das mercadorias. Criam um quadro onde o seu valor de uso passa para segundo plano. As exposições universais são uma escola, onde as multidões afastadas à força do consumo, se penetram do valor de troca das mercadorias ao ponto de se identificarem com ela: *"é proibido tocar nos objectos expostos"*. Dão assim acesso a uma fantasmagoria onde o homem penetra para se deixar distrair. No interior das diversões, às quais o indivíduo se abandona no quadro da indústria de recreio, permanece sempre um elemento composto de uma massa compacta. Esta massa deleita-se nos parques de atracções com as suas montanhas russas, as suas *"reviravoltas",* os seus *"lagartas"*, numa atitude completamente de reacção. Ela arrasta-se com isso a uma subordinação, com a qual a propaganda tanto industrial quanto política deve poder contar. (Benjamin, 1991, 382-383).

Este pensamento, datado de 1939, comporta uma lucidez e um sabor «profético», passíveis de serem usados sobre a função de outros contornos, que também aqui estão acompanhados de: *Carrefour de l'Environnement, Écosphère, Naturalia, Affaire Fossile, Actualités Environnementales, Caféterie, Bristrot, Boutique.*

Concluindo, até que ponto estes lugares continuam a favorecer aquela «subordinação com a qual a propaganda tanto industrial quanto política deve poder contar»?

UMA NATUREZA CULTURALIZADA

A expressão inspira-se em Thimothy Lenoir (Lenoir, 1997). Porquanto traduz sintonia de ideias sobre os modelos globais, modelos de sociedade e de conhecimento, vigentes na estrutura dos museus.

Ideias que encontram igualmente aspectos relembrados neste texto – síntese: «A sociedade moderna e industrializada tem mantido uma dupla atitude em relação à natureza, desde os finais do século XVIII e inícios do século XIX. Por um lado, esforçando-se por ganhar controlo tecnológico sobre a natureza, produziu aquilo que Bruno Latour designou de híbridos tecnológicos:

amálgamas de natureza e cultura. Por outro lado, relativamente à vida humana, esta sociedade tem mantido a separação entre as duas esferas. Contraditório desde o início, o princípio da separação entre cultura e natureza terminou numa crise, como resultado do avanço global tecno-científico. Cientistas, clínicos e engenheiros conseguiram satisfatoriamente "humanizar" a natureza, incluindo a vida humana, até ao ponto onde a maior restrição da sua regulação em termos práticos, é o custo, a moralidade e o comportamento humano, i.e. o social e não o natural.

Esta é uma crise pungente, nomeadamente em áreas onde a amálgama tecnológica de natureza e cultura diz respeito aos próprios humanos. A vida humana em si não pode mais ser encarada como "natural", já que as tecnologias que controlam a vida nos impelem para que façamos escolhas sobre a mesma: que tipo de vida é desejável e qual não é. O nascimento e a morte deixaram de ser noções absolutas, e a engenharia genética humana está consideravelmente a expandir o seu já vasto domínio, onde a vida futura depende do conhecimento e da decisão. Temos grande conhecimento acerca do corpo e da mente e também do que é uma vivência saudável, e na sociedade contemporânea estamos constantemente a ser confrontados com a necessidade de tomar decisões sobre como tomar este conhecimento em consideração.

O pensamento europeu no século XVIII é interessante numa perspectiva actual, pois no seu percurso, a divisão entre natureza e cultura começava a surgir, e as ciências sociais não eram ainda disciplinas distintas. O conceito do estado da natureza nos primórdios das teorias modernas de contrato, as teorias de Adam Smith referentes a sentimentos da moral e economia, as ideias de Rousseau dizendo respeito ao homem natural, o materialismo holístico de Diderot, são exemplos de correntes de pensamento que, numa perspectiva actual, são relevantes e instrutivos tendo em vista a nossa necessidade de reconsiderar as relações do social e do natural. Ainda no nosso pensamento contemporâneo e social, observamos a tendência para "demonizar" a natureza como a "outra" que não a cultura: algo rude, primitivo ou impuro – epítetos que têm estado latentes no pensamento social desde o Iluminismo. Mas o Iluminismo também deu origem à ideia contrária: a tendência romântica de valorizar a natureza em detrimento dos efeitos deformadores da sociedade, o que é igualmente importante na crítica social contemporânea. "[...] trazendo à luz a frescura e diversidade do Pensamento Iluminista Europeu em assuntos morais e teóricos pertinentes, com os quais estamos correntemente a ser confrontados na vida social. O dualismo moderno entre natureza e cultura é perturbador, mas também é mais recente e limitado em extensão ao contrário do que é muitas vezes pensado. O objectivo do simpósio é o de reforçar a consciência social dos

cientistas da tradição Iluminista Europeia e clarificar as perspectivas na história intelectual das ciências sociais”.[3]

Assim como a museografia materializa a *Cultura* que a gera.

Assim, também, exprime a *Natura* que lhe interessa.

Por outras palavras, a concepção de um museu, em todas e em cada uma das salas, resulta de escolhas «museo – lógicas» precisas, sendo estas decorrentes das lógicas dominantes, possíveis numa determinada altura.

A Amazónia&Companhia do AMNH é diferente da Amazónia & Companhia do BM.

De facto, aquém e além das limitações originais – o primeiro foi inaugurado em 1869, o segundo abriu as portas em 1992 – ou das conquistas técnicas, é indiscutível que o maior estaticismo ou o maior dinamismo dos significantes está articulado com os conteúdos dos significados a comunicar.

No primeiro modelo, uma posição «ideo-lógica» vinculada ao domínio exercido sobre uma Natureza com faunas, floras e minerais espartilhados entre si, e com um estatuto subalterno por constrangimento do antropocentrismo.

Uma Natureza fechada em escaparates, domesticada por fotografias e vídeos.

Logo, uns tantos elementos de colecção, «troféus» de etnógrafos ou de antropólogos viajantes, onde é dado a ver como os índios se apropriam da natureza no contexto do habitat quotidiano ou na festa ritualizada, ao usarem produtos naturais para preparar alimentos, para confeccionar remédios e para fabricar objectos de uma cultura material personalizada.

Recolha de peças.

Recolha de depoimentos.

A conservação do património pensada como recolha e mantida com «as palavras e as coisas».

No segundo modelo, efeitos de um substrato «eco-lógico», onde a consciência planetária exercita uma demanda, tendendo para uma sintonia com linhas fortemente dialogantes.

Uma Natureza que nasce, vive, morre. Sempre em mudança. Sempre a surpreender por acasos e novidades. Sempre a pedir suportes financeiros avultados, obviamente.

Logo, carecendo de um acompanhamento permanente e de uma procura incansável de harmonia. Seja, de cuidados científicos e técnicos que, apesar de preverem evoluções dentro do provável, nunca as saberão controlar, de longe e na totalidade. Daí, que o Biodôme seja «distinto» dia após dia.

---

[3] Texto introdutório ao congresso 18th Century European Thought and the Nature-Culture Problem in Advanced Techno-Scientific Societies, University of Helsinki, 1-4 Setembro 2004.

Mesmo se estes cuidados estiveram sempre presentes,[4] um projecto que respeita os seres vivos tem um grande grau de expectativas e de incertezas, ao requerer, por isso, uma investigação constante. De facto, esta museologia exige equipas interdisciplinares, ainda mais conhecedoras e melhor coordenadas.

Acrescentem-se mais dois requisitos essenciais: munidas para o improviso fundamentado e apetrechadas para a criatividade.

Um aspecto relevante deste contexto decorre da intervenção de práticas interdisciplinares. Como consequência, este espaço tem de ser organizado por um conjunto de pessoas provinda de diferentes quadrantes do conhecimento, às quais compete a procura de uma dinâmica interna bem sucedida, com relevo para projectos de investigação, que estudam problemas directamente relacionados com os quatro ecossistemas.

Se o primeiro modelo pedia uma seriação de actividades de preservação,[5] o segundo modelo desdobra-as, ainda, por muitas outras funções, tanto mais que, nesta museologia – museografia, o lugar ocupado pela investigação é fundamental, ao ser concebida por vários sectores: das Ciências da Natureza à Agronomia, da História e Filosofia das Ciências à Pedagogia.

O que remete, agora, para uma aproximação, no sentido de avaliar se os modelos não incluem princípios, onde são reconhecíveis meandros de "que ao velho direito de *fazer* morrer ou de *deixar* viver se substituiu o poder de *fazer* viver ou de *rejeitar* na morte" (Foucault, 1966, p. 181, itálicos do autor), como afirma o discurso de Michel Foucault.

Isto é, cabe, ainda, perguntar até que ponto estes dispositivos, dedicados à Natureza e ao Natural, relevam do "poder que se exerce positivamente sobre a vida, que tenta de a gerir, de a avaliar acima do seu valor real (*majorer*), de a multiplicar, de exercer sobre ela controlos precisos e regulações de conjunto" (Foucault, 1966, p. 180)?

---

[4] Estando a estagiar no Jardin Botanique de Montréal, durante uma licença sabática entre 1989-1980, e mostrando-me interessada pelo novo empreendimento, tive oportunidade de conhecer relatórios preliminares, que me permitem assegurar como este tipo de preocupações acompanhou a planificação do Biodôme, desde o início.

[5] Para consciencializar quanto este conjunto de actividades é extenso, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico afirma, em documento recente (CNPq Edital CT – INFRA / MCT / CNPq / 203- 2003): "Entende-se por preservação o conjunto de atividades relacionadas à identificação, inventário, restauração, conservação e catalogação de acervos de valor histórico; difusão, inclusive por meio eletrônico e virtual de documentos raros e de inventários de acervos; restauração, conservação e catalogação de instrumentos científicos; gravação, transcrição e conservação de entrevistas relevantes para a memória científica e tecnológica brasileira; pesquisas em acervos documentais que visem produção historiográfica original".

Por outras palavras, será legítimo dizer que eles materializam, por uma amplificação do conceito, o "bio-poder" (Foucault, 1966, p. 189) da e*pistéme clássica,* iniciada nos finais do século XVIII?

Ou, finalmente, como é que neles se reflectem este tipo de considerações: "mas ao mesmo tempo o desenvolvimento dos conhecimentos relativos à vida em geral, a melhoria das técnicas agrícolas, as observações e as medidas visando a vida e a sobrevivência dos homens, contribuíam para este alargamento: um relativo domínio sobre a vida afastava algumas iminências da morte" (Foucault, 1966, p. 187)?

Tudo isto, porque

> o "limiar da modernidade biológica" de uma sociedade se situa no momento em que a espécie entra como ganho (*enjeu*) nas suas próprias estratégias políticas. O homem, durante milénios, permaneceu o que era para Aristóteles: um ser vivo capaz de uma existência política; o homem moderno é um animal na política, cuja vida como ser vivo está em questão (Foucault, 1966, p. 188).

Os animais antropomorfizados de Paula Rego (**Rosenthal, 2003**).

Paula Rego disse, ou melhor desenhou e pintou…

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, Walter. Paris, capitale du XIX.e siècle. Exposé (1939). In: BENJAMIN, Walter. *Ecrits français*. Paris: Gallimard, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la Sexualité;* I – *La volonté de savoir.* Paris: Gallimard, 1966.

HANHARDT; John G., VILLASEÑOR, Maria-Christina. In: www.guggenheimmuseum.com, 2000

LENOIR, Thimoty. A Ciência produzindo a Natureza: o Museu de História naturalizada. (The Naturalized History Museum: The Social Construction of Nature). Porto Alegre, *Episteme*, n.4, 1997.

RILEY, Terence. (ed.). *The Changing of the Avant-Garde: Visionary Architectural Drawings from the Howard Gilman Collection.* New York: Museum of Modern Art, 2002.

ROSENTHAL, T. G. *Paula Rego – Obra Gráfica Completa*. Lisboa: Cavalo de Ferro, 2003.

SANTOS; Fernando Dumas dos, MUAZE, Mariana Ferreira. *Tradições em movimento: uma etnohistória da saúde e da doença nos vales dos rios Acre e Purus.* Brasília, *Paralelo 15*, n.32., s.d.

ENTRE CIÊNCIAS E ETNOCIÊNCIAS

Alexandra Soveral Dias[*], *Ana Luísa Janeira*[**]

RESUMO

O pensamento ocidental tem estruturado muito dos seus alicerces fundamentais, a partir de dualidades mutáveis que vai refazendo e modificando. Na medida em que constituem suportes de segurança para o pensar e para o viver, pois sempre se têm desmultiplicado, quer como grelhas de orientação mental, quer como matrizes de conduta axiológica, estas polaridades têm actuado como realidades mistas, entre o que é defendido como excelência da razão e o que é usado como grelha facilitadora por hábito. Da Filosofia Grega nomeadamente platónica irromperam muitas dualidades. Realidade que a literatura expandiu a outras tantas, ao contrapor razão e pré-juízos ou mitos, ciência e fé ou crença, verdadeiro e falso, erudito e popular, teórico e prático, abstracto e concreto. É tendo como pano de fundo este universo de dicotomias, com relevo para o eco socrático (*epistéme,* conhecimento) e a argumentação sofística (*dóxa*, opinião*)*, que se podem encontrar certas determinantes da diferenciação – denegação do senso comum, por parte do conhecimento científico. Facto que começou a ser questionado pela Pós -Modernidade, quando o pensamento se foi, e se vai desconstruíndo e emancipando desse passado. Como é desta contestação que sai a denúncia do empobrecimento, correspondendo a uma literacia científica obviamente mais reduzida, decorrente das posturas teórico-práticas que subalternizam genericamente os conhecimentos quotidianos e desprezam o saber – fazer popular, autóctone ou indígena. Posturas teóri-

[*] Professora Auxiliar do Departamento de Biologia e investigadora da Unidade de Ecologia Química, Centro de Ecologia e Ambiente da Universidade de Évora, Doutora em Botânica Aplicada. *E-mail:* alxandra@uevora.pt

[**] Professora Associada do Departamento de Química e Bioquímica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, agregação em Filosofia das Ciências. Co-fundadora, primeira coordenadora e, actualmente, investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa (CICTSUL), Coordenadora, em Portugal, da Red de Intercambios de la Historia y la Epistemologia de las Ciencias Químicas e Biológicas, México, D.C. *E-mail:* janeira@fc.ul.pt e analuisajaneira@clix.pt

co – práticas que entretanto começaram a abrir brechas, devido a certa adesão às Etnociências, por parte da comunidade científica. A novidade trazida por estas áreas, nomeadamente a sua natureza interdisciplinar com apelo a uma grande variedade de saberes, engendra problemáticas relacionadas com a legitimidade do campo de estudo. Com efeito, vêm juntar o que antes foi separado, alterando o *status quo*. Assim, áreas disciplinares, que foi necessário individualizar no passado, confluem em novas estruturas (o que não se faz sem convulsões); cuja perspectiva obriga a toda uma recontextualização, determinando transformações de natureza, conteúdos e formas. Daqui deriva também a necessidade de ajustar metodologias e de procurar novos procedimentos. Da sua emergência até aos contextos actuais colocam-se temáticas aliadas ao enquadramento científico de saberes – fazeres, tanto passados como actuais, que têm subjacentes diferentes universos cognitivos, diferentes formas de viver e de interpretar o mundo, bem como longos percursos históricos por vários ambientes, várias naturezas, vários continentes. O diálogo entre as novas Etnociências e as áreas disciplinares que nela confluem continuará certamente intenso, permanente e mutuamente enriquecedor, até que seja (se for) cortado o cordão umbilical. Da existência de um misto de diálogo e de desafio, no seio destas relações complexas, resulta um ambiente propício ao aparecimento de algumas novidades como seja, por exemplo, o Jardin des Premières – Nations, por certo o primeiro grande Jardim Etnobotânico, tornado realidade em 2001, no seio do Jardin Botanique de Montréal, considerado o terceiro maior jardim botânico em diversidade de espécies à escala mundial.
Palavras-chave: ciência; etnociência; epistemologia.

BETWEEN SCIENCES AND ETHNOLOGICAL SCIENCES

Western thought has structured many of its basic foundations from mutable dualities that it reworks and modifies. Insofar as they constitute safety supports for thinking and living, because the have always been demultiplied, either as mental orientation grids, or as matrices for axiological behavior. These polarities have acted as mixed realities between what is advocated as excellency of reason and what is used as a habitual facilitating grid. Many dualities came from the platonically named Greek Philosophy. This reality was expanded by literature to many others, on opposing reasons and pre-judgments or myths, science and faith or belief, true and false, erudite and popular, theoretical and practical, abstract and concrete. And it is against the backdrop of this universe of dichotomies, with a higher relevance to the Socratic echo (*epistéme,* knowledge) and the sophistic argumentation (*dóxa*, opinion), that one can find certain determinants of

differentiation – denial of common sense by scientific knowledge. A fact that began to be questioned by Postmodernity when thinking was gone, and deconstructs and emancipates itself from this past. It is from this contestation that the denunciation of impoverishment comes, corresponding to an obviously smaller scientific literacy, as a result of the theoreticopractical attitudes which render generically subaltern the everyday knowledges and despise knowing – popular, autochthonous or indigenous doing. Theoretical-practical attitudes that, however, begin to open gaps due to a certain adherence to Ethnological Sciences by the scientific community. The novelty provided by these areas, to wit, their interdisciplinary nature appealing to a large variety of knowledges, engenders problems related to the legitimacy of the field of study. Indeed, it brings together what was previously separated, changing the status quo. Thus, disciplinary fields that had to be individualized in the past, flow together in new structures (which does not happen without convulsions); whose perspective obliges to a complete recontextualization, determining changes in nature, contents and forms. From this derives also the need to adjust methodologies and seek new procedures. From their emergence, to the current contexts, there are themes allied to the scientific classification of knowledges – doings, both past and current, which are underlain by different cognitive universes, different ways of living and interpreting the world, as well as long historical routes through several environments, several natures, several continents. The dialogue between the new Ethnological Sciences and the disciplinary fields that flow together in them will certainly continue to be intense, permanent and mutually enriching, until (and if) the umbilical cord is cut. From the existence of a mixture of dialogue and challenge, within these complex relationships, results an environment that is favorable to the rise of a few novelties, such as, for instance the Jardin des Premières – Nations, which is certainly the first large Ethnobotanical Garden, implemented in 2001, in the Jardin Botanique de Montréal, considered the third largest botanical garden worldwide, as to diversity of species.
Key words: science; Ethnological Science; epistemology.

CIÊNCIAS (*EPISTÉME*) E ETNOCIÊNCIAS (*DÓXA*)

> *Sócrates – E o mesmo se aplica à relação da retórica com todas as outras artes; o retórico não necessita de saber a verdade das coisas; ele só tem de descobrir alguma forma de persuadir o ignorante de que ele possui mais conhecimento do que aqueles que conhecem?*
>
> Górgias

A vida surpreende com situações limite, parecendo intransponíveis. É sabido como estas situações limite geram envolvências de conteúdos e de valores, que requerem opções para o que está a ser vivenciado ou o que está a ser pensado. O mesmo será dizer como tudo parecerá mais fácil de resolver, por meio de grelhas «lógicas» ou «axio-lógicas».

Como a *paideía* grega sabia que estas matérias são ensináveis, mediante exercícios adequados, cabia definir quais seriam as melhores, motivo pelo qual a escola socrática gladiou argumentos, e de que maneira, contra a escola sofística.

Oposição que a maior parte das vezes não ficava limitada a uma pura discussão intelectual, mas que estava rodeada de um ambiente humano que passava pela *pólis* e pelo *ágora.* Por outras palavras, esta problemática recobria pensamentos e comportamentos, dotados de incidências no quotidiano da cidade, pois constituía presença constante, em termos de cidadania. No extremo, com tragédia à volta.

No caso de *Górgias,* ela adquire uma conotação moral e política, porquanto a Retórica não é entendida como arte de bem falar, mas é defendida e atacada, enquanto técnica de linguagem e meio de conquistar o poder. Assim, é conotada como forma de argumentação ligada ao interesse e à deturpação utilitarista, ao sucesso e à sedução sem escrúpulos, ao pragmatismo e relativismo, enfim.

Como a cozinha, a cosmética e a sofística, Sócrates considera-a orientada pelo prazer e pela lisonja. Daí que esteja ligada ao convencimento e à opinião. Ora verdadeira, ora falsa. Produtora de ilusões, ao arrepio da sabedoria, ela afasta-se da verdadeira ciência e aproxima-se da postura de um Hípias (Plato, 1977, Hípias Menor, 368 a-e) que, apesar de dominar as técnicas artesanais, as ciências físicas e as humanas, não consegue aproximar-se da justiça: as *técniké* não estão relacionadas com fins, mas com meios.

Em contraposição, a superioridade da Filosofia, procura da *alêtheia* assumida como demanda moral dirigida pela razão, caminho do Bem, Belo e

Justo (Suzanne, 2003). A Filosofia equiparada à via por excelência para a *arétheia.* Ideia com muito futuro na cultura ocidental, mas que o século passado questionou. Vejamos como.

«Daí que possa ser relevada, finalmente, quanto a produção da verdade, suporte de uma inteligibilidade nova para a produção da verdade» (Foucault, 1978, *passim*), sai pensada diferentemente, quando inscrita na arqueologia – genealogia de Michel Foucault.

Por conseguinte, a reflexão sobre a verdade como produção distancia-se da verdade – cópia e da verdade – coerência, recolocando-a dentro de uma ideia de conhecimento com confrontos, logo bem distante da relação sujeito – objecto, na linha de Immanuel Kant.

Por outro lado, beneficia ainda de Chaim Perelman (Perelman & Olbrechts, 1970), quando ele desconstrói a Retórica, tal como fora amplificada pela tradição platónica e corroborada pela modernidade cartesiana.

Com isso contribui para o pensamento que interroga esse passado, com destaque para a dicotomia entre e*pistéme* e *dóxa.* Oposição que o tempo tinha consagrado, contrapondo o eco socrático (considerado *epistéme,* conhecimento) à argumentação sofística (considerada *dóxa*, opinião*)*. Oposição que a literatura consagrou, sob o peso de uma tal autoridade, ao fazer outras tantas oposições: razão e prejuízos ou mitos, verdade e verosímil ou provável, ciência e fé ou crença. Como também: o racional e o mítico, o verdadeiro e o falso, o erudito e o popular, o teórico e o prático, o abstracto e o concreto.

Facto que percorreu com displicência a cultura ocidental. Facto que as escolas posteriores reproduziram e que Descartes consagrou, através da evidência, ao retomar outra antítese arquetípica: Platão saiu reforçado e Aristóteles esquecido. Facto que também teve efeitos na maneira de entender a relação entre Ciência e Retórica.

> Na base da tradição aristotélica, a diferença maior entre o argumento retórico e o silogístico ou científico repousa antes na natureza das premissas, sendo distintivo do silogismo científico partir de verdades necessárias, cabendo à ciência o conhecimento "do que não pode ser de outra maneira". Todavia, em que pese tal distinção, ela não impede importantes pontos em comum aos argumentos "retóricos" e "científicos": ambos são silogismos, ainda que os retóricos apresentem-se como entinemas; partir de verdades necessárias não é exclusividade dos silogismos científicos, embora seja próprio aos últimos ater-se a tais verdades e poucas são as premissas de coisas necessárias sobre as quais fundam-se os argumentos retóricos (*Retórica*, Livro I, cap. 2); é próprio da mesma potência, segundo Aristóteles, compreender o verdadeiro e o verossímil (*Retórica*, Livro I,

cap. 1); em ambos os casos é necessário, primeiro, ter-se as respectivas premissas e as coisas cuja ocorrência seja admissível (*Retórica*, Livro I, cap. 3 e 4); em especial, cabe ter presente que ambos podem ser formulados a partir de tópicos ou noções comuns, assim como de noções específicas, ainda que comumente os silogismos retóricos sejam obtidos daquelas noções comuns e os silogismos das ciências partam de suas premissas específicas (*Retórica*, Livro I, cap. 2); o persuadir e o demonstrar em muitos casos interpenetram-se (por exemplo, o demonstrar é também um modo de persuadir); as "conexões necessárias" a serem apreendidas nas premissas dos silogismos científicos são, embora não exclusivamente, matéria de definição e essa depende de processos de seleção e divisão na apreensão da forma definível, havendo um vínculo necessário entre a apreensão do objeto, o modo como é concebido e sua demonstração ("... é impossível expor sem demonstrar ou demonstrar sem antes haver exposto o assunto; porque aquele que demonstra, demonstra algo e aquele que enuncia algo o faz com o fim de demonstrá-lo" – *Retórica*, Livro III, cap. 13); clareza, certeza e convicção da verdade são também afecções do ânimo.
Todas essas considerações levam-nos a restringir as bases em que se assenta a visão tradicional da "racionalidade científica" à distinção concernente à natureza das premissas, admitindo-se que a ciência tenha por objeto o conhecimento de verdades "necessárias". Assim, a base para tal distinção revelar-se-ia insuficiente, à luz da visão contemporânea do conhecimento científico como conhecimento conjetural, caindo sob a égide "do que pode ser de outra maneira". Essa insuficiência aprofunda-se quando examinamos os procedimentos mesmos que caracterizam o conhecimento científico (…) e os confrontamos com aqueles tradicionalmente rotulados de "retóricos" (Regner, 2002).

A existência de Etnociências, em primeiro lugar, e o estabelecimento de relações possíveis entre elas e as Ciências, em segundo lugar, permaneceram para além dos limites do pensável, durante muito tempo.

Ou seja, era impensável que pudesse existir a possibilidade de juntar o prefixo «*éthnos-*» a «*scientiae*»; também não se podia conceber que pudessem existir outras realidades, com o mesmo radical, fora das ciências modernas.

Historicamente, reconheciam-se esses saberes, entendidos como manifestações atrasadas, a que a racionalidade moderna deveria votar desprezo.

Além disso, era sabido que o povo continuava a recorrer a esses meios – para viver melhor, para curar a maleita e para afastar o mal querer, etc. – mas considerava-se um avanço civilizacional tudo aquilo que contrariava tais tendências.

Estas tendências desdobravam-se em coisa do passado, coisa primitiva, coisa de ignorantes, coisa do campo. Logo, coisas a serem vencidas pelo conhecimento científico galopante.

Em última análise, a esperança para acabar com essas crendices, meio ilógicas e meio proverbiais, poderia estar numa educação científica bem sucedida.

Só que Claude Lévi-Strauss (1962) provou que "*la pensée sauvage*" não é "pré – lógica", mas feita "com – outra – lógica", sendo este conhecimento gerador de realidades ordenadas, harmoniosas entre si, como faz o "*bricoleur*". Só que a reabilitação da Nova Rétorica fez descobrir a presença da argumentação no próprio discurso científico – com a sua sedução e com a sua persuasão – ao mesmo tempo que criou aberturas para argumentos em favor do reconhecimento de outros modos de saber.

Reconhecimento que conduziu, a novas áreas teóricas onde estes temas encontram um lugar determinado, específico e legitimado, inclusive.

Mesmo assim, e apesar da primeira tese de doutoramento em Etnobotânica ter mais de cem anos,[1] e do Movimento da Etnomatemática, criado por Ubiratan d'Ambrosio ter começado em 1975, quantos *curricula* universitários já consignam as Etnociências?

E no entanto, quem adopta uma abertura a estas áreas percebe como a literacia científica – a capacidade de prolongar ao longo da vida a competência científica aprendida na escola – sai enriquecida com este alargamento.

O JARDIM ETNOBOTÂNICO: DA COLECÇÃO DE PLANTAS À RECRIAÇÃO DO MUNDO

Os primeiros jardins terrestres, de origem seguramente muito antiga,[2] pouco mais seriam do que uma espécie de colecção de plantas úteis que o «Homem», mais ou menos «primitivo» mas já minimamente sedentário, cultivaria junto da sua habitação, correspondem ao que actualmente poderíamos designar por pequenos jardins etnobotânicos.

---

[1] O primeiro doutoramento em Etnobotânica terá sido apresentado por David Barrows na University of Chicago, em 1900, com o título: *The ethno-botany of the Coahuilla Indians of Southern California*, (Cotton, 1996).

[2] Tão antiga que não se sabe quando, nem onde, nem por que mãos nasceu, embora alguns autores atribuam esses primeiros cultivos à mulher. Germain Bazin (1986, p. 9), por exemplo, defende esta opinião adiantando os argumentos da fragilidade, da gravidez quase permanente e da dedicação dos homens à caça.

É usual que os historiadores da arte do jardim refiram este jardim utilitário como o primeiro jardim terrestre, a partir do qual derivaram todos os outros tipos de jardim.[3]

Utilitário, o pequeno jardim etnobotânico primordial, difere da horta ou do pomar por nele se misturarem utilidades diversas, não só alimentares condimentares ou medicinais, mas também as relativas ao fabrico de utensílios, tecidos e tintas; antecedendo definitivamente a quinta que implica um trabalho mais extenso de preparação de terrenos e de vedação (Gothein, 1979 [1928]).[4]

Jardim de utilidades: a necessidade

No jardim etnobotânico original, cuja composição e características seriam obviamente muito dependentes da natureza envolvente e directamente com ela relacionadas, poder-se-á porventura encontrar, pelo menos nalguns casos, para além do gérmen de todos os jardins, a origem da própria agricultura.

Na área malaio-polinésica, Boiteau (1971) notou uma escala de complexidade nos pequenos jardins cultivados junto à residência. Aí começa por se observar o discreto favorecimento do crescimento de determinadas plantas, depois o transplante de árvores e arbustos úteis para o fabrico de utensílios de caça e pesca, a que se juntam mais tarde plantas comestíveis, obtidas de início também por transplante, depois por estaca ou divisão de tubérculos ou raízes, e finalmente por semente.

A composição destes jardins utilitários parece variar não só com as necessidades, mas igualmente com o conhecimento e o domínio dos processos e técnicas de cultivar as plantas úteis. O jardim doméstico surge assim como um possível primeiro campo de aclimatação e domesticação de plantas selvagens.

---

[3] No prefácio da obra *The garden: an illustrated history*, Júlia S. Berral (1978, p. 7) escreve que "a história do jardim começa nos primeiros dias da civilização quando o homem tinha aprendido a servir-se das plantas, frutos, nozes e grãos como suplemento da sua dieta de carne mas começou a cultivá-las junto da sua casa". Por sua vez, Marie Louise Gothein (1979 [1928]) em *History of the garden art* , descreve o primeiro jardim como uma cerca rudimentar envolvendo a habitação e um dos primeiros actos do homem que se sedentariza, notando que apesar de não ser possível estudar em primeira mão estes primeiros estádios da jardinagem podemos estar seguros que a sua natureza e organização seria muito diferente de lugar para lugar.

[4] Aliás o próprio nome *"jardim"* pressupõe na sua etimologia uma vedação, pois terá origem num radical comum nas línguas nórdicas e saxónicas *garth* que significa cintura ou cerca (Conan, s.d.).

No Sudoeste da China, mais concretamente na província de Yunnan, agricultores itinerantes da etnia Hani, abandonaram o modo tradicional de vida, estabelecendo-se numa povoação, Daka, para onde começaram a transferir, por transplante e sementeira, algumas das espécies existentes nas florestas de altitude que habitualmente frequentavam. Essas plantas, sobretudo espécies que utilizavam muito frequentemente ou que eram particularmente raras, foram instaladas nos jardins domésticos, iniciando dessa forma um processo de domesticação (Fu et al. 2003).

De colecção a microcosmos: a vida

Apesar de poder ser entendido como uma colecção de plantas,[5] rapidamente qualquer jardim ganha uma vida própria, pois como qualquer colecção de coisas vivas nunca pertence realmente ao seu criador. Assim, ultrapassada a fase de instalação, o jardim transforma-se num mini ecossistema, um pequeno mundo cheio de vida, onde além das plantas dispostas pelo homem se instala uma série diversificada de seres vivos. Outras plantas surgem sem ser plantadas, as infestantes, de que frequentemente o jardineiro tira também partido; muitos outros organismos não convidados de cuja existência nem o jardineiro se apercebe acorrem rapidamente ao jardim. Alguns destes habitantes são invisíveis mas fundamentais e ubíquos, como as microalgas e os fungos.

Para além disso, as plantas que constituem a «colecção» particular do jardineiro têm também uma vida própria, crescem, envelhecem e morrem. Por ciclos brotam, florescem e frutificam, perdem ramos e folhas. O que transforma o jardim num espaço muito dinâmico, que exige sempre alguma atenção humana para se manter, razão porque se afirma e com razão que não há jardim sem jardineiro.

Efectivamente, quando os cuidados humanos abandonam um jardim rapidamente este se transforma em densa selva, em que algumas das plantas presentes no jardim mais competidoras (na definição de Grime[6]) e adaptadas às condições naturais prevalecentes ocupam todo o espaço, ou se perde, sendo posteriormente ocupado pela vegetação envolvente.

---

[5] Segundo Ann Bonnar (1992, p.6) "a colecção de plantas que constitui um jardim é mais uma afirmação pessoal de preferências do seu possuidor do que qualquer outra coisa".

[6] As plantas competidoras desenvolveram uma estratégia que maximiza a captação de recursos em condições produtivas e relativamente pouco perturbadas (Grime, 1979, p.45).

As naturezas do jardim: alimentos para o corpo e para o espírito

O pequeno jardim etnobotânico persiste hoje sob variadas formas, sendo obviamente uma estrutura resistente e persistente.[7] Se bem que ainda repleto de utilidades, tornou-se frequentemente um local aprazível para o descanso do espírito, onde confluem as utilidades múltiplas das plantas que frequentemente podem ser usadas como alimento, condimento e medicina, sendo simultaneamente belas.

Para o jardim original duas vias evolutivas fundamentais podem ser delineadas. A da produção de alimentos e outra a da criação de um local aprazível para o descanso e o alimento do espírito (1978). E no entanto as fronteiras entre o jardim produtivo e o aprazível são frequentemente pouco nítidas.

Porém, só quando o jardim se despe de todas as suas utilidades ou elas se tornam puramente acessórias, parece poder elevar-se verdadeiramente à categoria de arte, engendrando, só então, aquilo que chegou a ser interpretado como uma terceira natureza, já não a primeira, intacta, pura e virginal sem qualquer intervenção humana, nem uma segunda alterada ou transformada pelo Homem pelas culturas e infra-estruturas urbanas.[8]

As plantas do jardim: seres, entidades e símbolos

Podemos perguntar-nos como são vistas as plantas escolhidas para integrar a colecção do jardim, como e porque são seleccionadas, como são sentidas e entendidas?

Sempre e só como seres vivos ou poderão elas adquirir outras valências?

Sabemos que um forte simbolismo associado às plantas prevalece ao longo da história das civilizações.[9] Elas são vistas e sentidas como entidades habitadas por uma energia, positiva ou negativa, dispondo por sua vez de alguns poderes com o de proteger, afastar este ou aquele malefício, propiciar o Bem,

---

[7] Sendo claramente um dos mais reveladores campos de estudo etnobotânico (Martin, 1996, p.169-70).

[8] Cícero na obra *De natura deorum* caracteriza e nomeia uma segunda natureza (*alter natura*) e os comentadores renascentistas Jacopo Bonfadio e Bartolomeo Taegio atribuem ao jardim uma terceira natureza (*terza natura*) (Hunt, 1996, p. 26-30). A terceira natureza seria assim uma natureza alterada pelo Homem, tal como a segunda mas já não pela via da necessidade, sendo vista como natureza aperfeiçoada.

[9] Com efeito a natureza física é vista como uma encarnação de poderes espirituais que influenciam a vida humana e a crença nos poderes espirituais de árvores e rochas, montanhas e rios são típicas das mitologias das mais variadas regiões do Mundo (Ogrin, 1993, p. 14).

para além da generosidade própria, onde se insere o poder de alimentar, de curar, de perfumar …

Não podemos ignorar que este tipo de associações está necessariamente presente nas escolhas da colecção e que mesmo no seio de um ideário racionalista ou científico, pelo menos subliminarmente, a herança simbólica pesará e poderão evitar-se algumas plantas como a murta associada ao desgosto, o salgueiro-chorão associado à morte prematura de quem o planta, por razões que nem se conhecem bem e poderão advir das formas e cores ou até dos próprios nomes atribuídos às plantas.

Por outro lado, muitas plantas são vistas como entidades protectoras o que poderá estar associado às suas qualidades medicinais. A salva, por exemplo, é a mais mencionada das plantas medicinais presentes nos jardins medievais, possivelmente devido à crença num velho adágio, segundo o qual nenhum mal poderia suceder a um homem que tivesse um pé de salva plantado junto à porta (Stannard. 1983, p. 62).

O poder de proteger associado a uma determinada planta nem sempre assenta nas propriedades medicinais. Entre, nós a mal cheirosa arruda parece ter, sobretudo por via do mau cheiro, uma sólida reputação protectora da residência e dos seus habitantes, pelo seu poder afugentar o mal na forma de bruxas ou bruxarias.[10]

As plantas presentes no jardim, mais próximas do Homem, mais cuidadas por ele e mais humanizadas não se encontram lá por acaso, foram seleccionadas com base em critérios a que não é de forma alguma alheia esta via metafórica do carácter das plantas, do tipo de energia ou simbolismo que a elas se associa.

Rosa, a rainha das flores…

Entre todas as plantas uma se destacará a Ocidente – a roseira, cuja flor, a rosa, irá adquirir um estatuto privilegiado e régio entre as flores do jardim. Ocorrendo espontaneamente no hemisfério Norte, é mundialmente cultivada com milhares de híbridos e variedades. Os romanos, que possivelmente serão responsáveis pela sua disseminação pela Europa, usavam-na medicinalmente, faziam vinho de rosas e com as pétalas atapetavam banquetes em que a espessura da carpete atestava a riqueza do hospedeiro.[11] Durante a Idade Média, a rosa manteve a popularidade na Europa, sendo frequentemente associada à paixão

[10] A arruda tem também utilizações medicinais.

[11] Pétalas de rosa seriam ainda alegadamente usadas para saudar os exércitos que partiam para a guerra e a água de rosas era utilizada para banhos (Bonnar, 1992).

de Cristo e à Virgem, pela sua castidade e amor a Deus, a rosa branca, e pela sua caridade e compaixão, a vermelha, sendo um elemento essencial do jardim medieval (cf. Stannard, 1983, e Gex, 1995, p. 13).

Para os muçulmanos, a rosa tem igualmente um significado especial, pois segundo a tradição foi criada a partir de uma gota de transpiração que se formou na sobrancelha do profeta Maomé, durante a sua elevação aos céus (Hobhouse, 1997, p.42).

Em Inglaterra de 1455 a 1485, no rescaldo da Guerra dos Cem Anos, decorreu uma guerra que ficou conhecida como a Guerra das Rosas ou Guerra das Duas Rosas opondo duas casas cujo símbolo era, e não por acaso, uma rosa. A rosa branca, *Rosa alba,* de York, já conhecida de gregos e romanos (Fisher, 1989, p. 255), é um híbrido entre a espontânea e singela *Rosa canina* e a fragante *Rosa damascena*, a rosa de Damasco, também ela por sua vez um híbrido de *R. phoenicea*, uma trepadeira de flores brancas, e da célebre *R. gallica* presente na Pérsia doze séculos antes de Cristo e adoptada como a rosa vermelha de Lancaster.[12]

Paraísos: os jardins do prazer

O jardim, particularmente o de recreio, com a sua «terceira natureza», pretendida e entendida como aperfeiçoada, irá transformar-se numa tentativa mil vezes executada de recriar o Paraíso na Terra.

Especialmente desenhado para o bem-estar e para a harmonia, constitui um luxo e um campo ideal para a manifestação da inventiva e criatividade. Torna-se assim o local terrestre que mais se aproxima do idealizado paraíso, o lugar da bem-aventurança onde melhor se pode vivenciar o amor, a paz, a iluminação; enfim, o local terrestre que se afigura como o lugar por excelência para a contemplação e felicidade…

Os textos bíblicos e o Corão reforçam a imagem do Jardim como local paradisíaco sendo evidente a relação entre o Jardim como Paraíso e o deserto. Efectivamente, só no seio de um deserto árido e inóspito onde a sua existência surge como verdadeiramente miraculosa, pode o jardim assumir uma verdadeira natureza paradisíaca por contraste quase absoluto com a aridez envolvente.

Tal como no oásis onde a preciosa água, mesmo que oculta, é um elemento imprescindível e sustentador do crescimento vegetal, assim também

---

[12] A *R. gallica* foi depois chamada de *R. officinalis*, a rosa das Boticas sendo também por vezes referida como rosa de Provins, nome de uma localidade próxima de Paris onde era profusamente cultivada (Fischer, 1989) e por confusão terá passado a ser conhecida como rosa da Provença (veja-se por exemplo Feijão, 1963, p. 116 ou Fernandes & Carvalho, 2003, p. 155).

no jardim – oásis paradisíaco, a presença da aquosa abundância é fundamental mas mais do que isso, como nota Ogrin (1993, p. 11) o engenho humano cedo soube transcender o seu papel utilitário original, tirando partido da sua presença necessária e assim a água pôde tornar-se num motivo do jardim em redor do qual todos os outros elementos poderiam ser organizados. Seja como fonte, rio, lago, tanque, cisterna ou poço, a presença do elemento água alcança formas de expressão quase inimagináveis de elegância e sofisticação.

No Ocidente de influência judaico-cristã, o jardim de referência é o jardim primordial, a Este do Éden, caracterizado pela presença de árvores e animais, onde o primeiro homem foi colocado pelo Criador conforme descrito no livro do Génesis (Genesis: 2,80) e de onde saía um rio para regar o jardim (Genesis: 2,10). Para os muçulmanos, o Paraíso é também um jardim que aguarda os crentes após a morte como recompensa da sua fé e onde correm os quatro rios da vida – de água, de leite, de mel e de vinho, claramente inspirados pela necessidade de refrescamento num ambiente árido (Hobhouse, 1997, p. 68) sendo o jardim terrestre apreciado como uma antecipação do Paraíso (Hobhouse, 1997).

No contexto terrestre, o jardim paradisíaco constitui um luxo, que pressupõe a existência de conhecimento e de riqueza. Como nota Ogrin (1993, p. 11), poder reservar para o prazer um pedaço de terra relativamente grande e de elevada fertilidade (que reclama para a sua manutenção uma quantidade desproporcionada de preciosa água de irrigação); suportar um jardim de uma forma que requer um conhecimento especializado de planificação, gestão da água e cultivo das plantas, constitui um privilégio que não está ao alcance de todos. Desta forma, o jardim desde cedo codifica a mensagem da importância social do seu proprietário, a qual é tanto mais convincente quanto mais perfeito e formal for o padrão do jardim.

Com o tempo, na Europa, os jardins reais e senhoriais adquirem novas dimensões, sendo declaradamente um luxo e uma questão de prestígio do senhor tanto mais convincente quanto desprovido de qualquer natureza utilitária dela se despem progressivamente elevando-se à condição de arte e o jardineiro, posteriormente substituído pelo arquitecto paisagista, torna-se um artista tanto como um cultivador.

Pela via da Fé e dos sentidos mas também pela via da vaidade e da ostentação, o jardim concebido para o prazer, para festa, para a vida de ar livre e para o lazer encaminha-se para o paraíso.

Assim o Jardim público copiará o carácter luxuoso do jardim senhorial. As plantas nele cultivadas poderão até ter utilidade, mas não são cultivadas pela sua utilidade antes pelo seu carácter estético ou simbólico, por proporcionarem boa sombra e um ambiente aprazível.

E assim, também os jardins domésticos acabam, por em maior ou menor grau, seguir esta tendência por imitação popular dos hábitos senhoriais, sendo o carácter utilitário de um jardim profundamente revelador, individualmente da sofisticação e *status* social do proprietário e colectivamente do grau de autonomização da natureza pela sociedade.

É curioso notar que em Portugal, o jardim doméstico e mesmo o senhorial nunca se libertou completamente da natureza utilitária (veja-se a propósito Carapinha (1995, p. 363-364) sendo frequente encontrar couves e favas entre as roseiras do canteiro, alhos e cebolas sob as laranjeiras, bem como alfaces e outras hortaliças, fenómeno este que pode por vezes observar-se inclusivamente nos jardins públicos teoricamente expurgados do factor utilitário e consagrados apenas ao prazer e ao lazer.

Os jardins da sabedoria

Referências a Jardins Botânicos, consagrados ao estudo das plantas,[13] são conhecidas desde a Antiguidade grega. Aristóteles possuiria um Jardim Botânico que viria a ser herdado por Teofrasto, seu discípulo (ver, p.42). Com alguma boa vontade, as oficinas conventuais da Idade Média, onde se cultivavam e mantinham plantas medicinais, podem ser consideradas herdeiras destes objectivos, havendo ainda referências imprecisas a outros jardins de estudo anteriores ao Renascimento (Prest, 1981).

Aqueles que são considerados como os primeiros jardins botânicos modernos surgem em Itália em meados do século XVI,[14] numa época em que a Itália é o centro de toda uma efervescência de ideias que se reflectem a todos os níveis. Para o seu aparecimento contribuiu de uma forma determinante a «descoberta no Novo Mundo» de onde constantemente surgiam plantas e animais até aí desconhecidos.

O propósito comum dos primeiros jardins botânicos, fundados ainda no século XVI em Pádua, Leyden e Montpellier é o mesmo: pretende-se

---

[13] Apesar de objectivamente motivados pelo estudo das plantas, os jardins botânicos manterão, como se verá, as outras valências do jardim de recreio não abdicando de recriar um ambiente paradisíaco.

[14] Considera-se geralmente o jardim de Pádua como o primeiro jardim botânico moderno, com origem em 1545 (Prest, 1981), apesar do Jardim de Pisa lhe ser anterior (1543) (*Le date di fondazione dei primi Orto Botanici del Mondo: Pisa – Estate 1543; Padova – 7 de Luglio 1545; Firenze – 1º Dicembre 1545,* conforme Alberto Chiarugi citado por Tavares, 1967, p. 9) o facto deste jardim já não se encontrar no local original poderá contribuir para que seja ignorado, como jardim botânico, por muitos autores.

simplesmente recolher e cultivar em conjunto plantas de todo o Mundo (Prest, 1981, p. 44).[15]

Daqui a querer coleccionar e cultivar todas as plantas do Mundo vai um pequeno passo para o Homem. Esta ambição não espantará ninguém, pois quem conhece a natureza humana pode com facilidade intuir que a ambição do coleccionador tende para o totalitarismo sendo o sonho mais natural (mais ou menos secreto ou realizável) de qualquer coleccionador o de fazer a colecção completa. Porém, no caso das plantas, dada a enormidade do número de espécies existentes tal propósito encontra-se atacado de desmesura, de forma que o projecto mais ambicioso que conhecemos actualmente, o Banco do Milénio associado ao Projecto Éden, em Inglaterra, tem como objectivo de recolher e conservar 10% das plantas que constituem a flora mundial (Carone, 1999, p.102-103).

Herbários, outra forma de coleccionar

Associado ao Jardim Botânico existe geralmente o Herbário, uma colecção de plantas prensadas, secas, coladas, identificadas e ordenadas segundo uma classificação e acomodadas num espaço próprio.

Apesar de ocasionalmente algumas plantas terem sido preservadas por prensagem, a introdução dos herbários na rotina botânica só terá ocorrido em meados do século XVI. A origem da herborização de plantas é atribuída a um único iniciador, Luca Ghini, professor em Bolonha que terá iniciado o seu herbário por volta de 1532 (Arber, 1986, p. 139).

A primeira referência escrita que se conhece a um herbário data de 1553 sendo devida a João Ruiz de Castell-Branco, *Amatus Lusitanicus*, mas só mais de setenta anos depois da sua presumível origem se encontram instruções escritas de como fazer uma colecção de plantas herborizadas,[16] pelo que a informação deverá ter passado de boca em boca.

O valor dos herbários como fonte documental para desenhos e descrições de plantas de regiões distantes foi, no entanto, compreendido rapidamente e

[15] Na realidade há um outro propósito comum: o estudo das plantas medicinais. O estabelecimento do jardim da Universidade de Pádua teve como objectivo explícito o estudo dos *simples* nas suas configurações naturais.

[16] Num tratado de botânica, *Isagoges*, datado de 1606 e de autoria de Adrian Spiegehel, professor da Universidade de Pádua, descrevem-se pela primeira vez as operações necessárias para fazer e manter uma colecção de plantas herborizadas (Arber, 1986, p. 140-142).

Mattioli,[17] menciona a prática de demolhar os exemplares herborizados, antes de os desenhar, para que readquirissem a sua aparência natural (Arber, 1986, p. 140).

E naturalmente a ambição de coleccionar desta forma todas as plantas do mundo não deixou de surgir.[18]

O Herbário irá adquirir inúmeras funções, as plantas herborizadas e em particular os exemplares que serviram de base à primeira descrição da espécie irão servir de referência para futuras identificações ou reclassificações. Além disso, as plantas ficam disponíveis para o estudo em qualquer época do ano e podem voltar a ser estudadas centenas de anos após a sua herborização.

Um exemplo elucidativo do papel esclarecedor dos herbários é o da análise de exemplares de batateiras, herborizados entre 1884 e 1928 (Ristaino et al., 2001), que abre novas perspectivas sobre as origens da *Phytophtora infestans*, a grande praga da batata, cuja chegada à Europa acabou por causar a grande fome irlandesa de meados do século XIX, que levou a uma emigração em massa para a América do Norte (Veja-se a propósito Dias, 2003, p. 49).

Um outro papel não menos importante, tornado possível pelo avanço das biotecnologias, é a recuperação a partir de exemplares herborizados, de espécies que se encontram extintas ou em riscos de extinção, das quais já não se encontram ou existem muito poucos exemplares vivos (cf. Mermet 2000, particularmente p.191-192).

E ainda jardins utilitários…

Escreve Prest que o Jardim Botânico que serviu o propósito geral de descobrir as muitas faces de Deus na Criação, também servia o propósito mais específico de um jardim medicinal ou uma colecção de *simples* (Prest, 1981, p. 57).

Acreditava-se[19] que todas as plantas continham virtudes ou poderes curativos e que no jardim onde se coleccionassem plantas de todo o mundo não haveria doença que não tivesse cura. Assim, em Pádua o primeiro curador

---

[17] Pietro Andrea Mattioli, aliás Mathiollus, foi famoso na sua época como herbalista tendo publicado em numerosas edições herbais que embora baseando-se em Dióscorides eram ilustrados e anotados (Jones & Luchsinger, 1979, p. 11).

[18] Segundo Arger (1985, p. 140), Aldrovandi, um dos discípulos de Ghini, foi o primeiro a formular esta ambição; porém revela-se muito difícil ou mesmo impossível conservar algumas plantas, particularmente se suculentas ou muito volumosas, desta forma.

[19] Será que não se acredita ainda?

encarregue do Jardim Botânico era o professor de Farmacologia e nos pilares que suportavam o tanque a partir do qual era regado o jardim figuravam estátuas representando Asclépio, Hipócrates de Galeno, bem como Mitridates que era imune ao veneno…

A disposição das plantas nos jardins botânicos

Na sua organização espacial, o Jardim Botânico de Pádua não difere fundamentalmente dos jardins italianos da época. É um jardim murado, circular, com quadro grandes canteiros subdivididos num rendilhado de parcelas e separados por quatro caminhos que irradiam de um centro.

A disposição das plantas nas diferentes parcelas basear-se-ia num sistema inspirado na medicina galénica, estabelecendo a correspondência entre os quatro pontos cardeais e as quatro qualidades do corpo humano – quente, frio, húmido e seco (Branco & Rego, 1999, p. 92) – cujo equilíbrio era considerado fundamental para a manutenção da saúde e importava repor em caso de doença.

No Jardim Botânico de Leyden, fundado e desenhado por Charles L'Ecluse, Clusius (c. 1587), num espaço vago nas traseiras da universidade e tendo como objectivo explícito melhorar a instrução dos estudantes de Medicina (Branco & Rego, 1999, p. 94) surge uma novidade que se tornaria de certa forma característica dos Jardins Botânicos. Os quatro grandes canteiros do jardim são subdivididos em *pulvillus*, canteiros rectangulares alongados e estreitos, que melhor permitem a observação e acesso às plantas. Os *pulvillus* estão presentes ocupando a maior parte do espaço do Jardim Botânico de Uppsala, fundado no século XVII, sob o reinado de Gustavo II (Branco &Rego, 1999, p.94),[20] e que viria a ser mais tarde celebrizado por Lineu.

Nestes primeiros jardins botânicos, constituídos em verdadeiros epítomes do mundo, os habituais quatro canteiros foram chamados a representar os quatro continentes conhecidos na época (Prest, 1981, p. 94).

Apesar dos interesses científicos, os jardins botânicos que se tornaram espaços de observação e experimentação não prescindiram da sua valência de locais aprazíveis e assumem-se, tal como outros jardins como espaços de eleição onde a componente estética potenciando uma valência social e de visitação é igualmente importante.

---

[20] De notar que a organização espacial do jardim com os seus *pulvillus* facilita extremamente a disposição ordenada das famílias botânicas, propostas por Lineu.

Veja-se, por exemplo, o caso do primeiro Jardim Botânico Português, o Jardim Botânico da Ajuda cuja construção foi iniciada no séc. XVIII,[21] para o estudo e educação dos príncipes que comporta uma área nitidamente vocacionada para o lazer.[22]

Num jardim botânico poderia esperar-se, no entanto, uma disposição mais clara e ordenada das plantas, seguindo a sua classificação sistemática do que num jardim comum. Porém uma tal disposição meramente orientada por famílias botânicas raramente se encontra, ou é sequer possível. Efectivamente condicionantes de natureza biológica e ecológica levam afastar plantas que sendo estruturalmente idênticas e portanto agrupadas numa mesma família botânica não se adaptam às mesmas condições de solo ou de exposição ao sol, de humidade, etc. Por outro lado, os sistemas de classificação foram mudando ao longo do tempo, e não seria de forma alguma prático reorganizar constantemente os jardins, o que implicaria transferir as plantas de uns locais para outros, consoante as alterações do sistema de classificação.

Assim, não se tornam fisicamente evidentes, para o cidadão comum, as diferenças entre a organização e disposição das plantas num jardim comum e num jardim botânico, excepto no que diz respeito à riqueza de espécies deste último e ao facto de existirem tabuletas de identificação, contendo diversas informações sobre as espécies expostas.

No entanto e conforme nota Ana Luísa Janeira (1991, p.21-22), há uma sequência de classificações/ordenações espaciais que emerge da análise dos vários momentos do Jardim Botânico: ao primado de uma classificação medicinal, segue-se uma ordenação sistemática[23] baseada nas famílias botânicas. Mais tarde, com o advento das ideias evolucionistas, é dada uma ênfase particular à linhagem e às relações filogenéticas, surgem as classificações evolutivas, depois o papel social do jardim e os seus objectivos didácticos são enfatizados levando a uma organização ou estruturação temática e finalmente, a tendência que surge nos anos 30 do século XX, com o emergir da Ecologia, e que prevalece actualmente, é a de uma organização do espaço inspirada nos ecossistemas naturais.

---

[21] Cerca de 1768, segundo Abecasis (1999, p. 123).

[22] O tabuleiro inferior com os canteiros rodeados por sebes de bucho e o extraordinário lago barroco com repuxos, beneficiando de uma vista magnífica sobre o Tejo é uma área nitidamente vocacionada e desenhada para o lazer e para a fruição da amenidade do espaço, não para o estudo das plantas.

[23] Os sistemas de classificação irão aliás variar grandemente, os critérios principais e a ordem por que são utilizados na formação de grandes grupos irão fazer toda a diferença.

O grande jardim etnobotânico: o luxo do saber e do prazer

Encontra-se chegado assim, o momento do grande Jardim Etnobotânico, onde ao luxo do prazer se junta o luxo de um saber mais vasto e mais humanizado, mais cativante para o grande público do que o que está à disposição do visitante num mero Jardim Botânico, enfim um jardim capaz de contar mais sobre a história de um país ou de uma região.

O Jardin des Premières-Nations[24] que ocupa uma vasta área no centro do Jardin Botanique de Montréal é possivelmente o primeiro grande Jardim Etnobotânico do mundo. Erigido como uma homenagem aos povos autóctones do Québec, foi concebido e realizado após a sua consulta e com a sua colaboração activa tanto ao nível do fornecimento de plantas e sementes como da própria concepção.

Está estruturado por ecossistemas e modos de vida, reproduzindo uma zona nórdica comportando um grande lago (gelado no Inverno), turfeiras, áreas rochosas e vegetação da tundra, domínio dos Inuit mas que acolhe também povos algonquinos nómadas como os Cris e os Naskapis; uma zona de floresta boreal e de coníferas, território de algonquinos como os Inuts e Attikameks que vivem da caça, pesca e recolecta e finalmente uma zona de floresta de folhosas das primeiras nações do sul do Québec, os iroqueses como os Mohawks e os Hurons-Wendats que habitavam em povoações quase permanentes e praticavam a agricultura (Asselin, 2001).

O que torna este jardim diferente de um jardim botânico comum é o facto de nele se integrarem informações sobre as concepções, o conhecimento e os usos dados às plantas pelos diferentes povos, sendo estas informações reunidas em estações de interpretação que permitem ao visitante tomar conhecimento de aspectos, no geral, completamente desconhecidos e mesmo surpreendentes até para o habitante comum da região (cf. Hannis, 2001). É também um espaço que se pretende de encontro entre culturas que se ignoraram por muito tempo, e possivelmente invocador de várias nostalgias.

De certa forma, o Jardin des Premières-Nations reproduz igualmente o Paraíso, já não o Paraíso Bíblico ou Corânico mas o Paraíso Quebequiano que existiu de facto, um dia, talvez, antes da chegada dos europeus.

---

[24] Ao todo onze povos autóctones que habitavam o Québec antes da chegada dos europeus, cada um com a sua língua, história e tradições próprias; compartilham, no entanto, uma visão que podemos considerar ecológica do Mundo, uma relação harmoniosa com a Natureza e um respeito extremo pela “Terra Mãe”. Das suas concepções e forma de estar no mundo resultou sempre um impacto muito reduzido sobre a paisagem e o ambiente. Sobre este assunto veja-se o dossier *Le Jardin des Premières-Nations* (Paquet, 2001, p. 4-26).

BIBLIOGRAFIA

ABECASIS, Maria Isabel B. A família real e o gosto pela natureza: O Jardim Botânico e o Museu de História Natural. Lisboa, *Jardim Botânico da Ajuda*, Jardim Botânico da Ajuda, 1999.
ARBER, Agnes. *Herbals. Their origin and evolution: A Chapter in the History of Botany,1470-1670. 3ed.* Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
ASSELIN, Vincent. *Suivez le guide.* Montreal, *Quatre-Temps*, 4-7*,* 2001.
BAZIN, Germain. *Paradeisos ou l'art du Jardin.* Paris: Editions du Chêne, 1986.
BERRAL, Júlia S. *The garden: an illustrated history*. *A Studio Book*. New York: The Viking Press, 1978.
BOITEAU, Pierre. L'Ethnobotanique: Vues nouvelles sur l'origine de l'Agriculture. *La Pensée*, n. 157, p. 74-85, 1971.
BONNAR, Ann. *Gardening for fragance*. London: Ward Lock, 1992.
BRANCO, Cristina Castell, REGO, Francisco C. O mundo das plantas e a ciência. Lisboa, *Jardim Botânico da Ajuda*, Jardim Botânico da Ajuda, 1999.
CARAPINHA, Aurora C. P. *Da essência do Jardim Português.* Évora: Universidade de Évora, Tese de doutoramento, 1995.
CARONE, Helena. Arca de Noé vegetal. *Visão*, 16 de Setembro de 1999, p. 102-103.
CONAN, Michel.. *Dictionnaire historique de l'art des Jardins*. Milano: Hazan, s.d.
COTTON, C.M. *Ethno-botany: principles and applications.* Chichester: John Wiley, 1996.
DIAS, Luís S. Da *Papas* à *Phytophtora* ou as aventuras e desventuras da batata. In: DIAS, A. S. (coord.). *Etnobotânica. Perspectivas história e utilizações.* Évora: Publicações Universidade de Évora, 2003, p. 49.
FEIJÃO, Raul d'Oliveira. Elucidário Fitológico. Plantas vulgares de Portugal Continental, Insular e ultramarino. (Classificação, nomes vernáculos e aplicações). Instituto Botânico de Lisboa, *Artigo de Divulgação*, n.10, v.III, 1963
FERNANDES, Francisca M., CARVALHO, Luís M. *Portugal de A a Z. Plantas Portuguesas e exóticas.* Lisboa: Lidel-Edições Técnicas, 2003.
FISHER, John. *The origins of garden plants.* London: Constable, 1989.
FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas.* Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1978.
FU, Y.N., GUO, H.J., CHEN, A.G., CUI, J.Y., PADOCH, C. Relocating plants from swidden fallows to gardens in Southwestern China*. Economic Botany*, v. 57, n. 3, p. 389-402, 2003
GEX, Jenny. *A medieval flower garden.* London: Pavilion Books, 1995.
GOTHEIN, Marie Louise. *History of the garden art*, v.1. New York: Hacker Art Books, Hacker Art Books, 1979 [1928].
GRIME, J.P. *Plant strategies & vegetation processes.* Chichester: John Wiley & Sons, 1979.
HANNIS, Prudence. Les plantes au cœur de la vie. Montreal, *Quatre-Temps*, v.25*,* n.3, p.15-17, 2001.
HOBHOUSE, Penelope*. Plants in garden history.* London: Pavillion Books, 1997.
HUNT, John D. *L'art du jardim & son histoire.* Paris: Editions Odile Jacob, 1996.

JANEIRA, Ana Luísa. *Jardins do Prazer e do Saber. Jardins Botânicos.* Lisboa: Edições Salamandra, 1991.
JONES JR, Samuel B., LUCHSINGER, Arlene E. *Plant Systematics.* New York: McGraw-Hill Book, 1979.
LEVI-STRAUSS, Claude *La Pensée sauvage.* Paris: Plon, 1962.
MARTIN, G. J. *Ethnobothany: A methods manual.* London: Chapman & Hall, 1996.
MERMET, Gilles. La mémoire végétale du monde. *Geo,* n.262, p. 177-192, 2000.
OGRIN, Dušan. *The world heritage of gardens.* London: Thames and Hudson, 1993
PAQUET, M. (ed.). Le Jardin des Premières-Nations. Montreal, *Quatre-Temps,* v. 25, n.3, 2001.
PERELMAN; Chaim, OLBRECHTS, Lucie. *Traité de l'Argumentation. La Nouvelle Rhétorique.* Paris: PUF, 1970.
PLATO. *Plato: Cratylus, Parmenides, Greater Hippias, Lesser Hippias*. Cambridge: Harvard University Press, 1977.
PREST, John. *The Garden of Eden. The Botanic Garden and re-creation of Paradise.* New Haven: Yale University Press, 1981.
REGNER, Anna Carolina. *Retórica e racionalidade científica. quando a História e a Filosofia das Ciências se encontram*. In: www.triplov.com/anna_carolina/retórica/html, 2002
RISTAINO, Jean B., GROVES, Carol T., PARRA, Gregory R.. PCR amplification of the Irish potato famine pathogen from historic specimens. *Nature*, n.411, p.695-697, 2001.
STANNARD, Jerry. Medieval gardens and their plants. In: STORKSTAD, Marilyn, STANNARD, Jerry. (eds.). *Gardens of the middle ages*. Lawrence: Spencer Museum of Art, University of Kansas, 1983.
SUZANNE. Bernard *2.ème Tetralogie. Dialogues de Platon. Gorgias.* www. plato-dialogues.org/fr/tetra_2/tetra_2.htm, 2003.
TAVARES, Carlos N. *Guia do Jardim Botânico da Faculdade de Ciências de Lisboa.* Lisboa: Faculdade de Ciências, 1967.

QUANDO OBJECTOS DE COLECÇÃO FALAM DAS (TELE)COMUNICAÇÕES

*Alfredo Ramos Anciães**

RESUMO

As colecções que caracterizam as nossas referências laborais integram-se na área do *património e tecnologias de comunicações*. Associem-se-lhe outras referências extra-laborais, como: exposições históricas; numismática; recolha e investigação de peças sobre a qualidade. Do que lográmos investigar, o coleccionismo pode ser exercido por agentes diversificados – *Coleccionadores Amadores,[1] Coleccionadores Institucionais,[2] Antiquários[3] e Ajuntadores.[4] Os Ajuntadores*, regra geral, não são ou não estão organizados. Deleitam-se sozinhos ou em pequenos grupos com as "suas" peças. Só excepcionalmente colaboram em exposições. *Os Coleccionadores Institucionais*: isto é, a Gestão de Museus, Patrimónios, Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação, face às restrições orçamentais e a um certo privilégio dedicado à imagem pessoal e das instituições, deixam para

* Assessor no Património Museológico da Fundação Portuguesa das Comunicações. Licenciatura em História e pós-graduação em: Bibliotecas e Documentação; Arquivos; Museologia e Conservação; Museologia Social; Gestão do Património. Conservador e Coordenador de Grupo de Trabalho de Informação e Documentação Patrimonial do MINOM(P) – Movimento Internacional para uma Nova Museologia (Agrupamento Português) e do Grupo de Amigos do Museu das Comunicações. *E-mail:* alfredo.anciaes@fpc.pt ; alfredo.anciaes@sapo.pt

[1] O Coleccionador Amador é a pessoa que preserva, valoriza e organiza objectos e espécies. Tendo em conta os objectos testemunhos, de uma época, local, sociedade, o Coleccionador Amador é fiel guardador, conservador, divulgador e transmissor dos testemunhos. Nesta perspectiva não deve confundir-se com o simples Ajuntador de objectos. O termo Amador contém em si duas partículas e duas significações – *ama(dor)*, ou seja, *ama*, de amar, e *dor,* de sofrimento – físico ou moral. Todo o amor implica dádiva e sofrimento em prol da entidade ou da coisa amada.

[2] Coleccionadores Institucionais são os Técnicos e/ou Responsáveis das Organizações que têm à sua guarda e/ou à sua responsabilidade colecções de Património.

[3] Antiquários são as Entidades que recolhem, adquirem e, em parte, coleccionam objectos para venda ou troca. Têm algum conhecimento dos objectos: sua pertinência e valor económico.

[4] Ajuntadores são as entidades que se dedicam à recolha de objectos para fin(s) pouco definido(s). Pode ser com a expectativa de juntar valor económico. Mas acontece também, não raras vezes, que um Ajuntador é um pré Coleccionador Amador.

planos menos privilegiados as acções de aquisição, resgate e preservação de espólios. Muitas vezes, graças ao acaso ou não, surgem peças, cujas sobrevivências se desconheciam. Muitas destas oportunidades de resgate de peças, são aproveitadas naturalmente pelos *Coleccionadores, Antiquários, Ajuntadores, Guardadores ou Retentores Ocasionais.*[5] Estas entidades *salvaguardam* uma parte do Património que as Instituições guardiãs da memória: Museus, Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação, não puderam, ou não se interessaram na medida suficiente, em diversas oportunidades: 1ª – quando as peças se encontravam em função para a qual foram criadas; 2ª – na ocasião da saída de funcionamento; 3ª – na altura do abate aos patrimónios; 4ª – em feiras e leilões.

Palavras-chave: espaços da coleção; museu; comunicação.

WHEN OBJECTS IN COLLECTIONS SPEAK OF (TELE) COMMUNICATIONS

The collections that characterize our work references are part of the field of *heritage (patrimônio) and communication technologies*. Other extra-work references are associated with this, such as historical exhibitions, numismatics, gathering and investigation of pieces on quality. From what we have been able to investigate, collecting can be done by different types of agents – *Coleccionadores Amadores (Amateur Collectors),*[6] *Coleccionadores Institucionais(Institutional Collectors)*[7]*, Antiquários*

[5] Guardadores ou Retentores Ocasionais. São as entidades que, sem o espírito de coleccionismo, guardam ou retêm peças de interesse patrimonial, para deleite próprio, porque lidaram directa ou indirectamente com as referidas peças, ou simplesmente porque gostam. Muitas vezes estas peças só são recuperadas quando a entidade, que guarda ou retém, sente próximo o fim dos seus dias; quando acontecem carências económicas ou após o falecimento, sendo então o património vendido ou doado. Por vezes é deitado ao lixo, sendo aqui eventualmente resgatado por curiosos ou por "buscadores" / "apanhadores" que fazem desta actividade um modo de realizar proventos.

[6] The Amateur Collector is a person who preserves, values, and organizes objects and species. Taking into account the objects that bear witness to a time, place, society, the Amateur Collector is a faithful keeper, conserver, disseminator and transmitter of the testimonies. From this standpoint, he should not be confused with a simple gatherer (*Ajuntador*) of objects. The term Amateur contains two particles and two meanings *–ama(dor)*, i.e. *ama* from loving *amar*, and *dor*, from pain- physical or moral. Any love implies gift and suffering in favor of the beloved entity or thing.

[7] Institutional Collectors are the Technicians and/or People Responsible for Organizations that have heritage collections in their custody and/or under their responsibility.

(Antiquarians)[8] and *Ajuntadores(Gatherers).*[9] *Gatherers,* as a rule, are not organized. They enjoy themselves alone, or in small groups with "their" pieces. Only rarely do they cooperate with exhibitions. *Institutional Collectors:* i.e., Management of Museums, Heritages, Archives, Libraries, Centers of Documentation, faced with limited budgets and a certain privileging of personal and institutional images, assign less importance to actions to acquire, salvage and preserve assets. Often, by chance or not, pieces appear whose survival had been unknown. Many of these opportunities to salvage pieces are, of course, used by the *Collectorss, Antiquarians, Gatherers, Keepers, or Occasional holders (Retentores Ocasionais).*[10] These bodies *safeguard* part of the Heritage which the Institutions that guard memory: Museums, Archives, Libraries and Centers of Documentation could not or did not take sufficient interest in, on several occasions: 1st – when the pieces were used for the function for which they were created; 2nd – when they stopped being used; 3rd – when properties (heritages) are reduced; 4th – at fairs and auctions.
Key words: spaces of the collection; museum; communication.

A arte de juntar, organizar e coleccionar, difere entre os coleccionadores. Pode dizer-se que há uma marca em cada coleccionador.

COLECCIONAR E SALVAGUARDAR

Coleccionamos porque dá prazer, ou porque temos um vínculo profissional, nesta área de actividade, e porque temos um conhecimento prévio (mesmo que breve) dos objectos. Cada objecto ou espécie, confere um sentir

---

[8] Antiquarians are the Bodies that pick up, acquire and partly collect objects for sale or exchange. They have some knowledge of the objects: their pertinence and economic value.

[9] Gatherers are the bodies that dedicate themselves to picking up objects for a purpose(s) that is (are) not well defined. It may be due to the expectation of gathering an economic value. But not infrequently, it may happen that the Gatherer is a pre-Amateur Collector.

[10] Keepers or Occasional Holders. These are the bodies that, without the spirit of collecting, keep or hold pieces that are of interest to heritage, for their own enjoyment, because they deal directly or indirectly with the aforementioned pieces, or simply because they like them. Often these pieces are only recovered when the body that keeps or holds them feels that their end is near, when there is lack of money, or after their death, when the heritage is then sold or donated. Sometimes it is thrown into the trash and is sometimes salvaged by people who are curious or by "seekers"/"pickers", who use this activity to earn an income.

particular. Mas pode-se simplesmente juntar por *mania*[11] *do ter*, para deleite egoísta ou até para realizar proventos.

Coleccionar objectos de interesse social e cultural faz sentido, mas só nos casos de podermos conservá-los, divulgá-los e transmiti-los.

Coleccionar peças de reduzidas dimensões ou em miniatura, réplicas e muitas vezes a documentação e património audiovisual, são *expedientes de recurso e de representação* da realidade original. A dimensão, escassez, custo e carência de espaços, ditam a estratégia destas representações.

Coleccionar equipamento terminal, isto é, o que está no termo de uma cadeia ou processo é outra forma de *recurso ou representação*. Exemplo: Através de uma peça terminal de Internet (o computador pessoal com seu modem e periféricos) posso representar a teia (rede) de equipamento e serviço que está para lá do terminal.[12]

As peças biblioteconómicas e arquivísticas também apresentam vantagens para a divulgação: documentam, descrevem, mostram e são facilmente expostas e arrumadas.

Coleccionar implica ordem, seriação, sistematização, conservação e *informação* e sem *informação*, as colecções são como embarcações sem rumo. Coleccionar é dar vida nova aos objectos ao agir com os mesmos ou com as suas representações: réplicas, documentação e informação.[13]

DEONTOLOGIA, AQUISIÇÃO, VALORIZAÇÃO

Um objecto de colecção merece, pela sua correlação com outros objectos e com a sociedade, um tratamento como *património cultural*. A relação entre o Objecto e o Coleccionador deverá ter em conta a finalidade da transmissão de conhecimento: a defesa e promoção da qualidade de vida numa óptica de sustentabilidade.

---

[11] Os dicionários apresentam como significado de mania – o gosto excessivo por alguma coisa, neste caso, mania ou fixação de coleccionar património.

[12] Terminal é um telefone, um receptor de rádio, um televisor e um computador de conexão com a Internet. A título de exemplo, o que está para lá dos terminais: laboratórios de investigação e controlo, os traçados de linhas, cabos, relés, amplificadores, centrais de distribuição e de comutação, transmissores, antenas, receptores, satélites, centrais de lançamento, vaivém, foguetões e estações terrestres ou espaciais.

[13] A informação – seja ela técnica ou meramente descritiva: desenhos técnicos, instruções, memórias do historial da função, ambiência e contexto, informação sobre a conservação – é essencial para a salvaguarda e cumprimento dos objectivos: – a educação do gosto e a fruição técnica e cultural.

Nesta perspectiva inter-relacional está presente a noção de educação para a cidadania. Os actos de coleccionar, preservar e transmitir patrimónios, deverão dar coesão à educação.

O uso de processos fraudulentos significa falta de equidade e razão. Os Coleccionadores, sejam: Amadores, Profissionais, Comerciais, Técnicos e Representantes de Instituições de Património, não devem *incorporar* peças adquiridas por métodos ilícitos.

Não devem alterar as características do material, solidez, estrutura, *design*. No que concerne ao *restauro*, não devem executar acções tecnicamente incorrectas e irreversíveis.

O *bom senso* apesar de recomendado, não é, só por si, um conceito sustentável. Toda a manutenção de *peças de valor patrimonial* implica investigação, métodos, critérios e responsabilidades. O *bom senso*, só será bom se partir de uma base de modéstia e se for ao encontro da normalização, discussão e aferição de processos.

O Coleccionador respeita o Património, como herança social, com a responsabilidade de o transmitir. Toma medidas para preservar. As *intervenções de restauro* devem ser documentadas ou facilmente documentáveis.

Coleccionar tem em conta diversos valores. Sem qualquer ordem de prioridade na apresentação, referimos os seguintes:

Valor artístico: peças com valor atractivo pelo seu *design*, estilo, construção, técnica, cor e matéria.

Valor de raridade: Um objecto torna-se tanto mais valioso quanto a sua raridade, em conjunto com outros valores: técnico, científico e cultural. O valor acresce se a peça se mantém operacional ou é facilmente recuperável e documentada.

Valor de autoria: A autoria aumenta o valor, tanto mais quanto o autor for conhecido e apreciado. O valor pode ser acrescido se o autor ou autoria for de âmbito local, regional ou nacional que toque particularmente os públicos a quem com pertinência se destine.

Valor de colecção e de contexto: O valor pode estar na peça enquanto pertença a uma determinada colecção, mas também na sua operacionalidade enquanto peça que ajuda a fazer contextos e cenários, como factor estético ou como memória de relação com outras peças.

Valor de identidade: O valor pode estar na imagem/identidade que determinada peça tem entre os públicos que a fruírem. A atribuição de valor tem a ver com as vivências em relação a determinadas peças – vivências directas ou mediatizadas: pela televisão, rádio, espectáculos. Peças que se relacionam com a preservação de técnicas ou memórias de empresas, públicos, comunidades; sob o ponto de vista histórico, sociológico e geográfico; quando

o objecto é produto de uma comunidade ou reflecte uma consciência social, ecológica, pertença e afecto.

Como Coleccionadores Amadores ou Institucionais,[14] estabelecemos relações de pertinência, valorizamos os objectos através da preservação, conservação, documentação e divulgação.

Todo o *objecto* e todo o *bem,* tangível ou intangível, fazem parte de um mundo partilhado. Um programa ou um objecto de rádio reportam-se a um tempo e lugar, a personalidades que utilizaram/utilizam ou beneficiaram/ beneficiam com o objecto: Públicos, locutores, cantores, comediantes, actores, profissões e personalidades diversas.

As "histórias" de vida de cada pessoa, têm percursos diferentes. Diferentes são também as "marcas" pessoais na aquisição e no tratamento de colecções, por mais imperceptível que possa parecer. Estas marcas podem verificar-se a diversos níveis:

Recolha: As peças que recolhemos para realizar cada colecção, envolvem motivação, gosto, conhecimento, tempo, selecção, espaço de arquivo/arrumação e capacidade financeira.

Cada Coleccionador tem presentes estes atributos e condições e é em face destes que se realizam recolhas, selecções e posterior preservação.

Organização: Podemos adoptar critérios de sequência: por sistemas, datas, tipologias, dimensões.

Preservação e Conservação: O modo como é tratada cada peça, desde a marcação, ao modo e condições de arquivo/arrumação, utensílios e produtos utilizados na limpeza e na intervenção de restauro.

Documentação: Podemos adoptar diferentes critérios de classificação e formas mais ou menos descritivas de cada peça e de cada colecção.

Divulgação: a quem – públicos aos quais apresentamos e expomos. *onde*: em associações, instituições, *media*, empresas, museus, feiras, passa – palavra.

A motivação para a constituição de colecções fundamenta-se num *prévio conhecimento*[15] das temáticas e peças a adquirir.

O impulso ou motivação para coleccionar pode ser simples ou complexo. A título de exemplo, o gosto de preservar relógios de sol como peças de medida do tempo. A raridade destas peças é um factor interessante e se aliado à

---

[14] Consideramos, nesta reflexão, os Coleccionadores Amadores ou Institucionais próximos dos Conservadores e Museólogos.

[15] Prévio conhecimento. Ninguém ama o que desconhece, porém, o conhecimento também é uma forma de poder. A aquisição de uma peça, aumenta o conhecimento e por consequência o poder, económico ou simbólico. Este poder deverá ser posto ao serviço das comunidades.

antiguidade e identidade, imaginário de infância, de aldeia, de comunidade, alarga-se o leque de motivações.

O primeiro encontro com um objecto envolve desde logo uma relação, um projecto de agrupamento com outros objectos. Surge, desde logo, um primeiro afecto.

Ao adquirir um objecto questiono ou questiono-me: Será que o objecto tem *pertinência* na colecção em que desejo inclui-lo? Tem valor de testemunho? Está em boas condições de conservação? Tenho condições de o manter preservado? É original? Foi fabricado / construído em que local, por que autor, quando? O *design* é original? Foi inspirado em outro objecto? Integra-se numa corrente estética ou num estilo?

Com a recolha e projecto de preservação, os objectos são ou tornam-se *"candidatos" a testemunhos patrimoniais*. E como tal, o Coleccionador não deverá alienar os objectos, excepto se os mesmos se destinarem a integrar outras colecções e tenha garantia de que vão ser tratados convenientemente, divulgados e transmitidos.

O objecto passa então a adquirir valores: de pertença numa colecção, numa relação de afecto e de conhecimento. De objecto em objecto, a colecção ganha consistência e ampliam-se os discursos possíveis: abordagem pela matéria, técnica, design, tempo, local, testemunhos pessoais e de família, testemunhos sociais e históricos.

A *aquisição* pelo *Coleccionador Amador ou Institucional* constitui frequentemente uma acção de *resgate* do objecto. De um local indiferente, sem afecto, sem pertença a um contexto, série ou colecção, o objecto vai integrar novas relações.

A aquisição implica, pois, uma *salvaguarda*, uma garantia de continuidade e de tratamento de *musealização* ou *para – musealização*.

Mostra

os objectos são
apresentados
em discurso
como se tivessem uma vida autónoma
de afectos, memórias e
desejos próprios de comunicar

MARCO DO CORREIO

Sou um modelo de 1895, construído pela «Cooperativa Indústria Social – Lisboa»[16]

Na realidade, já na década anterior, haviam sido introduzidos alguns marcos muito parecidos comigo. É o que consta na Revista "O Ocidente" do mês de Novembro de 1892, onde apresenta os meus semelhantes como "[…] *Marcos de ferro, pintados de vermelho, muito vistosos* […]".

A cor predominante com que me apresento é o vermelho. Tenho uma faixa preta na parte inferior. Introduziram-me esta faixa, possivelmente para me conservarem com um visual atractivo, pois em contacto com o solo estou sujeito a condições de menor salubridade e o preto sempre é mais discreto.

Estou orgulhoso por ter sido seleccionado para Museu, mas confesso ter *saudades* do tempo em que estava na rua, quando tinha a função social para que fui criado. Por outro lado, apareço agora neste livro. Tenho uma função educativa.

O meu Divulgador adquiriu-me em formato de réplica – miniatura (15,2 x 7,7 cm.). Como réplica – miniatura foram-me atribuídas várias utilidades: Servir de peça decorativa; referencial de memória da função de serviço público, e ainda mealheiro.

DOCUMENTAÇÃO DE FILATELIA

Sou um Livro com o título *"150 Anos do Primeiro Selo Português"*.

Tenho 30 cm. de altura, 24 de largura, 78 páginas e muita iconografia.

Apresento os selos de temática portuguesa e documento biograficamente mais de três dezenas de artistas. Vários destes artistas fizeram Escola na Arte da Pintura e Design.

Documento um pouco Portugal. Apresento profissões, actividades marítimas, aves, animais, figuras e alegorias históricas, músicos, Descobrimentos do século XVI, arquitectura, paisagens, frutos, batalhas, quiosques, sistemas de transportes de correio, entre outros temas, em desenho gráfico e decorativo.

[16] Interessante verificar nos tempos da monarquia, em finais do Século XIX a existência de Cooperativas. Mais um tema que mereceria uma abordagem como testemunho de um objecto de documentação e informação que parece de interesse restrito mas pode ser o detonador de ideias para outros produtos informativos.

Passe a imodéstia, sou um documento de referência no *design* e pintura do século XX.

Podem consultar-me no Centro de Documentação e Informação da Fundação Portuguesa das Comunicações.

COLECÇÃO DE CALENDÁRIOS COM ICONOGRAFIA DE TELECOMUNICAÇÕES

Sou um telefone precursor. O primeiro de Alexander Graham Bell, de 1875.

Tive portanto existência experimental, antes do meu irmão congénere, ter sido registado em patente.

Aliás, o meu irmão e sucessor quando foi registado em 1876, foi contestado por Elisha Gray que deu entrada a outro registo de patente no mesmo dia de Bell. Já éramos pelo menos 3 telefones com existência reconhecida, mas foi considerado que o meu sucessor, tinha a primazia técnica e fora apresentado para registo umas horas antes.

Bell ficou reconhecido como o inventor do telefone. Mas em Junho de 2002 (126 anos após!) o Congresso norte-americano aprovou uma resolução ainda relativa à paternidade do telefone. Desta vez a primazia foi para Antonio Meucci, italiano.

Antonio Meucci construíra o seu modelo, quase 20 anos antes de Bell me conceber.[17] Mas as surpresas não ficaram por aqui. Documentos recentemente publicados, vieram a lume reivindicar outro invento e inventor: *Phillip Reis* (Alemanha) terá construído, 13 anos antes de Bell e de Gray, 13 protótipos mais evoluídos do que os de Bell e de Gray.

Polémicas à parte, estou aqui para me apresentar, enquanto primeiro modelo de Bell. Fiz História enquanto modelo de Experiências em Gabinete. Como o meu *design* era apenas de peça experimental, não me deram as feições estéticas como peça funcional.

Talvez por isso o meu inventor não tenha pensado em pedir o registo de patente para mim. Teria evitado o longo processo judicial com Elisha Gray. Mas não estou nada triste. Eu fui realmente o primeiro modelo com que Bell realizou experiências de *teletransmissão* da voz por meios eléctricos. Fui o

---

[17] CARVALHO, Rómulo de (1952). V. Bibliografia.

Telefone “EUREKA” de Bell – ou seja, o primeiro mecanismo eléctrico falante a ser divulgado –. O termo telefone, nem sequer existia na altura.

Estou ao dispor para me visitarem, como réplica perfeita, executada no Museu de Ciência de Londres. Podem aproveitar e comparar-me com outros telefones. Estamos no Museu e Património Museológico da Fundação Portuguesa das Comunicações.[18]

TELEFONE BRAMÃO

Na altura designaram-me por *Telephone Electro Magnético de Bramão.*

Fui concebido pelo Oficial de Telégrafos Portugueses – Cristiano Augusto Bramão, em parceria com Maximiliano Augusto Herrmann – Oficial Electricista, Construtor e Inventor de aparelhos electromecânicos.

Tenho características *sui – generis.* Em 1878 o meu *inventor* com o meu *construtor*, conceberam um modelo muito diferente de mim. O meu irmão mais velho, de 1878, não logrou passar da fase experimental, mas foi a base de lançamento para que me concebessem com inovações significativas, logo no ano seguinte.

Em 1879 estávamos numa fase muito embrionária da telefonia a nível mundial. Os próprios modelos de Bell eram pouco mais do que experimentais. Não se pareciam nada com os telefones de hoje e a funcionalidade era muito restrita.

Os meus inventores, ambos portugueses, deitaram mãos à obra e eis que do seu génio, nasci eu. Fui o primeiro modelo no mundo com o *design* de *auscultador e microfone* numa só peça e parecido com os microfones / auscultadores ainda ao serviço.

A par destas características apresentei um som bastante audível e fiel. Fui experimentado entre Lisboa, Bom Sucesso, Barreiro e Setúbal, com interlocutores simultâneos e conseguiram uma comunicação bastante fluente: *“uma conversação entre quatro indivíduos, como se todos estivessem na mesma sala”* (Revista de Obras Públicas e Minas de 8/11/1879).

---

[18] A imagem em que nos baseámos faz parte de uma colecção de calendários de bolso, editados em 1986, da iniciativa da Célula dos CTT – Organização Regional de Lisboa do PCP. Esta colecção apresenta imagens de telefones históricos, cujas peças se encontram no Museu das Comunicações / Fundação Portuguesa das Comunicações. Esta colecção divulgou, ao que actualmente sabemos, este modelo, o Telefone/Telégrafo combinado de Van Rysselberghe e ainda o clássico Ericsson AC 110 de mesa, aqui apresentados em entrada própria.

Assim, tudo indica que eu fui o primeiro telefone do mundo, utilizado numa *fono – conferência* e com resultados muito bons. É ainda de registar que na altura não havia equipamento próprio para a transmissão telefónica. Deste modo, a fono – conferência que refiro só pôde ser levada a efeito pelas linhas telegráficas.

A par deste auto-elogio, de que me sinto muito orgulhoso, também tenho a acrescentar que estou disponível no Museu e Património Museológico da Fundação Portuguesa das Comunicações.

TELÉGRAFO / TELEFONE DE VAN RYSSELBERGHE

Sou um aparelho combinado de telecomunicações.

Permiti o estabelecimento de *conversações telefónicas e também a telegrafia, em código morse.* É quase seguro, se não fui o primeiro, fui um dos primeiros aparelhos a permitir a combinação dos dois sistemas clássicos de telecomunicação.

Em Portugal, estabeleci comunicações telefónicas experimentais, entre Lisboa e Porto (1888 e 1889) pelas linhas telegráficas. Assim a distância telefónica entre Lisboa e Porto, começou a ficar, pelo menos, no imaginário como projecto para futuras realizações.

Só em 1904 foi realmente inaugurada a telefonia permanente, entre estas duas cidades. E foi assim, que o avanço de um sistema – o Telégrafo –, contribuiu para que eu, como aparelho combinado (telégrafo e telefone), passasse para o domínio de coisa engraçada, talvez só isso.

Alegra-me, porém, o facto de ter sido reservado para Museu, possivelmente ainda no século XIX, pois o Museu das Comunicações tem a sua génese em 1878.

Nos anos 30 do século XX, começa a febre expositiva de propaganda e a "Ciência para o Povo". Começam então a surgir oportunidades de eu ser apreciado em exposições temporárias.

A partir de 1947, com a abertura oficial do Museu dos CTT em sede própria, sou exposto com regularidade de quase permanência. Mas não me esqueço das minhas origens, como modelo belga da autoria de Van Rysselberghe.

Podem apreciar-me nas minhas dimensões reais, materiais, textura, cor e design, no Museu e Património Museológico da Fundação Portuguesa das Comunicações.

TELEFONE CLÁSSICO ERICSSON

Sou um telefone da autoria de Lars Magnus Ericsson, tipo AC 110, de 1892

Construíram-me com um *design* inovador, em termos de telefonia. Se não fui o primeiro, fui seguramente um dos primeiros telefones de mesa, predominantemente em metal e com a tecnologia quase toda a nu. Por isso até fiquei conhecido, em certa gíria, por *o esqueleto (Austrália).*

Como fui concebido pouco após a construção da imponente, emblemática e majestosa Tour Eiffel – na altura *ex – libris* da arquitectura em ferro, dizem que o meu design, também foi concebido à sua imagem. Daí também ser conhecido por telefone *modelo Eiffel Tour (América do Norte).*

Mas há ainda quem me chame *máquina de costura (Europa),* dada a semelhança do *design* com estas peças.

A nível técnico e artístico fui um dos telefones mais robustos e mais bonitos. Não admira, por isso que me tivessem ao serviço durante aproximadamente meio século. Aliás fui uma peça, entre todas as peças de telecomunicações, que mais tempo estive ao serviço do público.

Estou disponível para ser apreciado em todas as minhas características técnicas e formais no Museu e Património Museológico da Fundação Portuguesa das Comunicações.

DOCUMENTAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES TELEFÓNICAS

Sou um Livro intitulado *"100 Anos de Telefone (1876 – 1976)"*.

Com 31 cm. de altura, 25 de largura, 160 páginas com muita iconografia.

Apresento terminais telefónicos utilizados em Portugal. Dividiram-me em capítulos, a partir de peças existentes no Património Museológico de Telecomunicações: Desde os telefones precursores (incluindo Bell, Bramão, Herrmann, e Rysselberghe), aos manuais com sistema de alimentação por bateria (pilha) local e central (baterias na Central Telefónica), até aos automáticos (só os analógicos) com marcador de disco.

Descrevo peça a peça em pequenos textos autónomos. Sou um documento interessante, a nível de ciência e arte, em especial no que concerne ao *design* histórico de peças.

Também sou apreciado como documento que permite a selecção de peças e de ideias para exposições, teatro, cinema e televisão, no que respeita à criação de contextos e cenários.

Estou disponível no Museu e Património Museológico da Fundação Portuguesa das Comunicações, onde também poderão adquirir-me.

SATÉLITE TELSTAR

Telstar 1

É este o meu nome. Fui o primeiro *Satélite Artificial Activo*. Adjectivaram-me de activo porque fui dotado com amplificadores para o reforço dos sinais. Fui lançado em 1962, permitindo a transmissão de 600 canais de voz ou um programa de Televisão, bem como o envio de fotos e escrita.

O Património Museológico de Telecomunicações da Fundação Portuguesa das Comunicações preserva-me na forma de réplica, à escala 1-1. Pareço um Satélite a sério. Não envio sinais à distância, é certo, mas tenho um papel didáctico. Podem até tocar-me, apreciar a minha textura e design.

Podem consultar-me em Livro, para saber mais sobre mim e sobre a miríade de Satélites Artificiais que actualmente, e cada vez mais, povoam o céu desta Aldeia Global.

Podem visitar-me no Património Museológico da Fundação Portuguesa das Comunicações.

A Exposição Mundial Expo'98 de Lisboa: Oceanos e Mares, Um Património para o Futuro

A Expo'98*,* foi um evento nacional e mundial. Cada objecto da Expo associa-se aos países representados, à temática do mundo dos oceanos, à preservação dos recursos marítimos, à economia e história nacional e global. Adquirir e guardar convenientemente os objectos e memórias deste evento é preservar e participar neste capital de informação e cidadania.

& Sou um *cartão telefónico* editado para divulgar as telecomunicações e a própria Expo.

Tenho presente que transmitiu um particular orgulho de identidade e cidadania a todos os portugueses. Foi um acontecimento excepcional para a auto-estima, divulgação e valorização de todo o País e de Lisboa em especial.

Sou pertinente em duas colecções: *Telecartões* e *Exposição Mundial Expo '98*. O meu Divulgador classifica-me nestas duas colecções. Eu acho que devia optar por uma das duas. O meu Coleccionador e Divulgador é muito teimoso, mas neste aspecto está dividido. Acho é que gosta de mim a dobrar.

Apresento iconograficamente o "Gil" – Mascote da Expo` e o logótipo em bandeira ondulada (ondas marinhas). A estrelinha do mar, foi o logótipo da Portugal Telecom, na Expo`98, onde correu tudo muito bem e já sinto "taaaantas" saudades.

NOTA FINAL

"Trabalhar contra a ignorância" (Thevóz, 1984; Moutinho, 1994), a começar por nós próprios, é um dos méritos do coleccionismo, quer se trate:

– do conhecimento científico, técnico, sociedades, culturas e educação do gosto pelas Colecções de Telecomunicações, Correios, Exposições e Numismática;

– da consciencialização e conhecimento dos direitos à qualidade de vida e violações aos direitos e deveres, pela Colecção Qualidade;[19]

– das técnicas de organização e preservação de colecções.

Tendo em conta que só mencionamos alguns exemplos, atinentes às colecções em referência no plano supra.

Os Coleccionadores de Património de interesse social e cultural terão sempre presentes os princípios legais e deontológicos:

Respeito pela proveniência das peças e sua autoria;

Responsabilidades na conservação, divulgação e transmissão das colecções e do conhecimento, com vista a uma melhor fruição pelos públicos e populações, actuais e vindouras.

BIBLIOGRAFIA

ASCENSIO, Paco; HLICZKOWSKI, Hugo. *Minimalismo. Arquitectura*. Barcelona: Loft Publications, 2003.

BIGHAM, Júlia. *Século XX. Design. Anos 60. A Era do Plástico*. Londres: David West Children's Books, 1999.

[19] *Colecção Qualidade*. Trata-se de uma colecção de documentação, cuja incorporação e organização iniciámos há pouco tempo. Compreende peças e informação relativas à Qualidade de Vida, em especial no que concerne à vida animal e pessoas em risco e sofrimento.

CARVALHO, Rómulo de. *História do Telefone*. Coimbra: Atlântida, 1952.
FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES. *150 Anos do Primeiro Selo Português*.. Lisboa: Guide Artes Gráficas, 2003.
GAFF, Jackie. *Século XX Design. Anos 20 e 30 Entre Guerras*. Londres: David West Children's Books, 2000.
GOFF, Jacques Le. *Antigo-Moderno*. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI, *História,* v. 1. Lisboa: INCM, 1984, p. 370-392.
GOFF, Jacques Le. *Documento – Monumentalidade*. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI, *História,* v. 1. Lisboa: INCM, 1984, p. 95-106.
GOFF, Jacques Le. *Memória*. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI, *História,* v. 1. Lisboa: INCM, 1984, p. 11-50.
GOFF, Jacques Le. *Passado – Presente*. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI, *História,* v. 1. Lisboa: INCM, 1984, p. 293-310.
http://www.-minom-icom.orgtxtol/5.html, acedido em 05-07-2002.
ICOM, COMISSÃO NACIONAL PORTUGUESA. *Código Deontológico do ICOM para os Museus*, Maria de Jesus Monge (trad). Lisboa: Editora do A, 2003.
MARTINS, José António Duarte. *Cartões Telefónicos de Portugal*. Lisboa: Clube Numismático de Portugal, 1993.
MOUTINHO, Mário Canova *Construção (A) do Objecto Museológico* /. Lisboa: ULHT, 1994 (Cadernos de Museologia Nº 4 ULHT).
NASCIMENTO, Rosana. Objecto (O) Museal, Sua Historicidade: Implicações na Acção Documental e na Dimensão Pedagógica do Museu. Lisboa, *Cadernos de Sociomuseologia*, n.13, 1999.
PARKER, Steve. *Século XX. Media. 1900-20. Som e Luz. A História da Comunicação e da Tecnologia da Informação e do Modo Como Mudou o Mundo em Que Vivemos*. Londres: David West Children's Books, 2002.
PATRIMÓNIO MUSEOLÓGICO, FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES. *200 Anos de Caixas Postais.* Lisboa, 2001.
PATRIMÓNIO POSTAL E DE TELECOMUNICAÇÕES DA FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES. *100 Anos de Telefone (1876 – 1976)*. Lisboa: Estar Editora, 2000.
POMIAN, Krzysztof. *Colecção.* In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI, *História,* v. 1. Lisboa: INCM, 1984, p. 51-86.
SANTOS, Rogério. *Telefone (do) à Central Digital. Contributos para a História das Telecomunicações em Portugal*. Lisboa: TLP Telefones de Lisboa e Porto; HP – Estúdio Gráfico, 1989.
Século XX. Arte. 1980-2000. Arte Realmente Moderna. Do Neo Expressionismo, Passando pelo Graffiti, ao Kitsch, Vídeo-Arte e Arte Digital / Clare OLIVER. Londres: David West Children's Books © 2001.
SOLER, Rafael Clemente. *Satélites (os) Artificiais* /. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979.
THEVÓZ, Michel. *Esthétique et ou Anesthesie Museographique, Objectes Prétextes, Objects Manipulées*. Neufchatel, 1984 (in docs. Mestrado Museologia ULHT).

A MEMÓRIA NA COMUNIDADE CIENTÍFICA E MUSEOLÓGICA MODERNA

Ana Luísa Janeira[*]

RESUMO

Com origem latina transmitida pelo étimo *memor, oris* – que se lembra, que se recorda, que adverte, que traz à memória, reconhecido, grato – e *memoria, ae* – memória, lembrança, reminiscência, tempo passado, tradição –, a palavra «memória» tem como sinónimos: lembrança, linhagem, registo, tradição, es(ins)crita, acepções que se encontram incorporadas ao processo das ciências modernas. Para situar a função e a representatividade da memória na comunidade científica actual, convém começar por descrever como é que elas intervieram historicamente, focando nomeadamente o modo como foram emergindo; depois, passar a circunscrever as mudanças mais significativas ao longo deste processo, sem esquecer as demarcações susceptíveis de importância, para se possibilitar um pronunciamento fundamentado, quando se pretende caracterizá-las dentro da configuração epistemológica que nos permite pensar. É preciso também inseri-las na desconstrução que a categoria do tempo, aproximado do instante, e a categoria do espaço, equiparado ao próximo, estão a sofrer, por meio de mecanismos inerentes ao impacto tecnológico e ao fenómeno da globalização. A tradição e a memória individual ou colectiva (social) dos cientistas e museólogos, tema que inclui as influências intervindo na construção da identidade e da cultura inerente ao que pensam e fazem, engloba ainda como o seu conhecimento se (re)produz, com destaque para as metodologias. Por outras palavras, os meios onde os cientistas e os museólogos contornam e são contornados pela memória, as fronteiras, margens e pontes dos mecanismos de troca nas ciências, e como actuam nelas os termos sociais e culturais da vertente histórica.[1]

Palavras-chave: memória; comunidade científica; museologia.

---

[*] Professora Associada do Departamento de Química e Bioquímica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, agregação em Filosofia das Ciências. Co-fundadora, primeira coordenadora e, actualmente, investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa (CICTSUL), Coordenadora, em Portugal, da Red de Intercambios de la Historia y la Epistemologia de las Ciencias Químicas e Biológicas, México, D.C. *E-mail:* janeira@fc.ul.pt e analuisajaneira@clix.pt

[1] Como este trabalho equivale a um exercício pessoal de memória acompanhado pela reflexão, síntese crítica a partir de conteúdos resultantes de uma formação filosófica, não se recorreu a nenhuma bibliografia, ao longo do texto. Todavia, dada a sua qualidade teórica, destaca-se

MEMORY IN THE MODERN SCIENTIFIC AND MUSEOLOGICAL COMMUNITY

With a Latin origin, transmitted by the root *memor, oris* – that remembers, that recalls, that admonishes, that brings to memory, grateful – and *memoria, ae* – memory, remembrance, reminiscence, past time, tradition – the word "memória" (memory) has as synonyms, remembrance, line, record, tradition, writing(inscription), meanings that are incorporated to the process of modern sciences. To situate the function and representativeness of memory in the current scientific community, one should begin by describing how they intervened historically, focusing, namely, on the way they emerged, then circumscribe the most significant changes that occurred during this process, not forgetting the milestones that could be considered important to enable a well-founded statement, when it is intended to characterize them within the epistemological configuration that allows us to think. It is also necessary to insert them in the deconstruction that category of time, approaching the instant, and the category of space, rendered equal to what is close, is undergoing, by means of mechanisms inherent to the phenomenon of globalization. Tradition and the individual or collective (social) memory of scientists and museologists, a topic that includes the influences that intervene in the construction of identity and of the culture inherent to what they think and do, also includes how their knowledge is (re)produced, emphasizing the methodologies. In other words, the means by which scientists and museologists surround and are surrounded by memory, the frontiers, margins and bridges of exchange mechanisms in the sciences, and how the social and cultural terms of the historical line act in them.[2]

Key words: memory; scientific community; museology.

---

este título: *Les lieux de mémoire de la Republique*, de Pierre Nora (1984). Apesar de tratar da presença da memória num tempo concreto contem enunciados importantes para a compreensão genérica da forma como actua a memória colectiva. Na verdade, o lugar da memória na comunidade científica apresenta semelhanças e diferenças com outras memórias e outras comunidades.

[2] Since this paper is the equivalent of a personal memory exercise together with reflection, critical synthesis based on contents resulting from a philosophical formation, no bibliography was used throughout the text. However, given its theoretical quality, the following title is outstanding: *Les lieux de mémoire de la République*, by Pierre Nora (1984). Although this deals with the presence of memory in a concrete time, it contains important enouncements for the generic understanding of how collective memory acts. Actually, the place of memory in the scientific community bears similarities and differences to other memories and other communities.

Quando se avalia a capacidade do conhecimento se revitalizar em extensão, o que contribui para o seu estatuto em termos de cultura, verifica-se que a modernidade juntou meios adequados para impor um estado organizado, um exército disciplinado e uma elite intelectual centralizada.

Para isso muito concorreu um primeiro termo da estrutura, a razão elevada a representatividade sem par, e um segundo termo, o sujeito, alcandorado a vigilante permanente. As ciências, essas, ocuparam o terceiro termo, também fundamental, como escopo por excelência do sistema.

AS ACADEMIAS ESCOLHEM PERPETUAR-SE POR MEIO DE *MEMÓRIAS*

Neste contexto, as academias assumiram uma função primordial, pois coube-lhes contribuir para uma transformação forte. Na verdade, foram elas que reuniram as pessoas e os meios disponíveis para favorecer a emergência das ciências modernas, a partir do século XVI, com auge no século XVIII.

Desde o início apoiadas pelo poder económico e político, estas instituições apresentaram características bastante variadas. Com o tempo, percorreram vias de desenvolvimento não uniformes, incluindo fases de apogeu ou decadência. Mesmo assim, pode dizer-se genericamente que, não só estruturaram lugares próprios para uma comunicação efectiva de problemas, hipóteses e resultados, como também ajudaram a dinamizar meios de reconhecimento e profissionalização para muitas disciplinas. Permitiram, finalmente, formas de controle governamental sobre o mundo literário e científico.

Com elas, principia, pois, um processo prolongado, onde toda a modernidade faz os seus elos: as diferentes formas de conhecimento começam a ser modeladas, aferidas e legitimadas segundo os critérios impostos pelas ciências, enquanto inteligibilidade criativa – experimentos, produção – e inteligibilidade transmitida – ensino, reprodução.

Conhecer é saber – observar, saber – experimentar, saber – comparar em termos reais.

No que respeita o caso individualizado das academias científicas, destaque-se o seu grande papel na implementação do experimentalismo. Esta afirmação merece um esclarecimento, numa tradição como a nossa, e vai ver-se porquê. O experimentalismo não equivalia a qualquer desconhecimento da importância da teoria na produção científica. Muito pelo contrário. Na verdade,

os laboratórios existentes ou as sessões públicas, quando se divulgavam efeitos mais espectaculares, eram apoiados em trabalhos teóricos de grande qualidade. No caso português, porém, verificou-se uma situação própria.

Para além de outros factores que devem ter actuado, o certo é que, apesar de muito valiosa, a reforma pombalina – movimento definindo-se pelo seu lado contra..., com uma natureza particularmente anti-especulativa e anti-reflexiva – permitiu uma mentalidade alimentada por um obstáculo epistemológico generalizado: toda a especulação é asfixiante para o saber, toda a teoria equivale a especulação, logo, toda teoria é desnecessária. Ou, no mínimo, inoperante.

Certamente também por isso, nasceu uma primeira geração na Real Academia das Ciências de Lisboa com características marcadamente práticas e aplicadas, e com manifesto desprezo pela teoria. Se é verdade que este aspecto facultou trabalhos notáveis muito ligados a problemas concretos, como sejam os diversos inventários sobre os recursos do reino, o facto é que lhes retirou uma das vertentes fundamentais da ciência moderna, com prejuízos futuros. Lembre-se a nossa vulnerabilidade na adesão e arrastamento das teses positivistas.

A seu modo, a configuração geral facultava novos conteúdos para a intervenção social da memória. Os poderes públicos e privados investiam em bibliotecas, colecções e torres do tombo. Mais ainda. Em face dos antigos, cuja memória era criticada ou pelo menos desvalorizada, os modernos, ciosos dos seus adquiridos e sucessos, sentiam necessidade de criar, a partir deles próprios, canais para difundirem a lembrança de si.

No caso das academias, o mecanismo foi particularmente significativo. O trabalho com valor digno de ser lembrado, pelo que apresentava no presente e pelo que representava como exemplo(ar) para ser lembrado no futuro, tomou o nome genérico de *Memória*, pelo que as suas publicações são frequentemente designadas assim.

Além disso, exercitavam-se no *Elogio* do candidato a sócio ou do sócio falecido. Escolhendo sessões específicas, o colectivo dos académicos vincava os sentimentos de homenagem, complementados por publicações, onde mostrava (re)conhecimento. Por elas, dizia-se com conhecimento de causa sobre as qualidades dos pares, de quem reconhecia o justificado valor. Paralelamente, difundia (con)tributos, ao reiterar quanto a instituição em particular e a sociedade em geral recebera deles contributos importantes, obrigando-se a tributos públicos. Muitas destas tradições foram perdurando, até hoje.

Acrescente-se ainda que não deve ter sido sem significado que a árvore enciclopédica das ciências, das artes e dos ofícios, proposta pela *Encyclopédie*, inclua os ramos seguintes: a razão (filosofia), a memória (história) e a

imaginação (belas-artes), identificadas com as três divisões do sistema figurado e com os três objectos gerais do conhecimento. Na verdade, cabe-lhes a honra de serem escolhidas como ramificações primeiras de um tronco comum robusto – o entendimento –. Paralelamente, é óbvio que concorreu para o ajoeiramento do que merecia ser lembrado, utilizando canais de comunicação tais que os resultados conseguidos, pela dinamização de Diderot e D'Alembert, foram a pedra básica do modelo de globalização, por onde o fim do século XVIII apostou com investimento e muita energia.

À CIÊNCIA, A MEMÓRIA RECONHECIDA

Observem-se três acontecimentos significativos ocorridos na cidade de Paris, à época capital cultural do mundo, entre uma monarquia decadente e um espírito revolucionário já distante:

Edificação da nova *Église de Sainte Geneviève*, 1755 a 1790 – Construção concebida por Soufflot: plano em cruz, vasto pórtico, cúpula imponente. Estruturas góticas tendendo para a grandiosidade grega. Capacidade arquitectónica em termos de volumetria com cheios e vazios.

Criação do *Conservatoire des Arts et Métiers*, 1830 – Estruturação de um espaço expositivo enaltecedor, com destaque para o contributo benéfico dos produtos manufacturados em prol da felicidade do género humano. Realidade conseguida, na sequência de uma proposta anterior, elaborada pelo Abbé Grégoire (1794), que defendia a utilidade de preservar colecções das artes mecânicas e propunha meios eficazes para se difundirem e patentearem invenções.

Edição do *Cours de Philosophie Positive*, 1830 a 1842 – Publicação em 6 volumes da grande síntese concebida por Auguste Comte. Obra reveladora de uma visão de conjunto, marcadamente coerente e articulada, submetendo a organização dos capítulos à hierarquia das ciências.

A vontade de afastar o *Ancien Régime* não impediu a Revolução Francesa de ir buscar ritos e símbolos ao passado. Para isso, explorou os objectos históricos com mestria, ao consignar o encontro entre a sua instituicionalidade político-social e as regras que ela institui, nesta frase lapidar do Panthéon: "Aos Grandes Homens, a Pátria Reconhecida".

A vontade de inovação por parte do aparato industrial não obstou a que a elite mais esclarecida deixasse de guardar, conservar e mostrar, genealogias de ferramentas, máquinas e aparelhos.

A vontade de questionar a filosofia anterior, considerada caduca porque metafísica, não inibiu o positivismo de responder à necessidade de mitos,

jogando forte em favor do mérito obtido através de avanços científicos e apelando para mecanismos construídos com base num fascínio desmedido, pautado pelo desenvolvimento para melhor. Adaptado como poucos sistemas mentais à época onde nasceu, por ser o mais consentâneo com a Segunda Revolução Industrial, este ideário consubstancializou realidades pertinentes, serviu de propaganda a sonhos genuínos e fez propostas que traduziam, em termos ideológicos, um estado de espírito consignado pela prática social vigente. Daí que o seu maior mérito (e, por certo, a sua maior fragilidade) advenha, precisamente, do modo como foi ajustado e hábil, ao expressar virtualidades, desejos e dinâmicas que borboletavam à sua volta.

Em ciências, conhecer é saber, prever e poder

Logo, gerou-se uma sequência tripartida entre os elos seguintes: o domínio da natureza imprimia a transferência do sagrado para o campo do desenvolvimento sem fim; a tradição servia uma memória dinamizada pelo sentido do melhor; e a razão, expressão bem sucedida nomeadamente nas ciências e técnicas, dava coesão a tudo.

O progresso estipulava, também, as suas festividades por excelência: Londres (1851, 1862), Paris (1855, 1867, 1878, 1889, 1900), Porto (1865), Viena (1873), Filadélfia (1876), Barcelona (1888), Chicago (1893), Bruxelas (1897). Na verdade, as exposições universais do século XIX demonstravam como a utopia exigia cidades ideais, concebidas no melhor dos mundos. Identificavam ainda estes acontecimentos ímpares a festas do trabalho, das ciências e das técnicas, proclamando-as com inaugurações pomposas e cerimónias faustosas de encerramento.

Além disso, coroada pelas artes, a mensagem museográfica das ciências associava o útil ao bem-estar social, fundamental para a felicidade do género humano, ligando-os por uma estética com escopos intelectuais, da engenharia à arquitectura do ferro, da literatura *fin de siècle* à *art déco*. Ao mesmo tempo, os avanços da indústria introduziam uma nova ordem económica, a jusante do crescimento tecnológico, apoiando-a no uso extensivo das máquinas e no emprego de uma série de métodos inovadores. Esta ordem nova dominava os espíritos e deixava estigmas inexoráveis nas formas e conteúdos.

Com o condão de tornar a novidade obsoleta pouco tempo depois, a fé num progresso permanente e inexorável das técnicas – e, por arrastamento, das ciências – surgia como factor epistemológico determinante, onde a ideologia se exprimia à vontade, por mérito da sua mensagem publicitada. Defendendo uma história cumulativa, dentro de um desenvolvimento orientado e sem cesuras de maior, a legitimação pelo futuro dominava todos os quadrantes mentais. E

tinha fundamentos para isso. Porque os sucessos rebentavam em cadeia, uns atrás dos outros. Era a electricidade, o telefone, o telégrafo, a rádio, a fotografia, os cabos submarinos. Era uma imprensa mais dinâmica, acompanhada por correios e transportes mais rápidos.

Estes meios, nunca dantes suspeitados, começavam a favorecer a popularização das descobertas científicas e das inovações técnicas. Assim, os discursos disciplinares fundadores e os fenómenos científicos ligados a nomes passavam a ser ouvidos por várias partes, contando com mensagens eficientes, difundidas em maior escala.

O mundo pasmava com tanto avanço! E o discurso memorial do mundo científico-tecnológico engrandecia-se com razão, através de actos que, muito embora recentes, não deixavam de ter magia. Mais. Pela primeira vez, a memória científico-tecnológica passava a retirar bons efeitos da motivação exemplar e do fascínio exemplificativo, conseguidos pela proximidade no tempo e no espaço.

Todavia, sendo uma memória muito mais curta do que as anteriores, não conseguia poupar os lugares desactualizados, os livros ultrapassados e o equipamento obsoleto, ao sótão do seu esquecimento. Microscópios em desuso. Balanças em mau estado. Armários de laboratórios antiquados. Listas antigas de material. Revistas velhas. Muito disto tudo foi destruído ou deixado ao abandono, em nome do progresso sem fim.

Nessa altura ainda, o processo invasor da curta duração, do passageiro, do evanescente começou a balbuciar os seus sucessos. Não sem ambiguidades. Porque persistem expressões de outros sentires, qual resposta para uma eternidade que se procura, mesmo quando a sensação de eternidade perdida domina o quotidiano, e quando a solidez e durabilidade do avanço significa fuga concreta para superar o transitório ou volátil.

Quando se tenta perceber o fenómeno da destruição dos pavilhões, que fizeram parte das grandes exposições ao longo do século passado, parece óbvia uma das facetas mais gritantes de uma tendência a questionar. Se é verdade que a arquitectura materializa a intenção de resistir à voracidade do totalmente corruptível ou alterável, e mantém a tradição da cidade organizada para ficar, como foi que essa destruição aconteceu?

Apesar da natureza perecível de certos materiais justificar parte do fenómeno, o carácter efémero das exposições universais lucra de ser submetido a uma reflexão de tipo epistemológico. Se for ligado à fé num crescimento permanente e inexorável das técnicas, e por arrastamentos das ciências, percebe-se como esteve dependente de factores mais gerais, com o condão de tornar a novidade obsoleta em pouco tempo.

Na verdade, a crença na ordem e no progresso fez-se acompanhar de um descrença não menos forte: o património expositivo, como aconteceu durante os primeiros anos, foi erguido na malha centenária das cidades, equivalendo, por isso, a um obstáculo incómodo para qualquer mudança: os novos modelos de urbanismo exigiam alterações rápidas ou até radicais; o dimensionamento alargado de avenidas ou praças determinava que se não ficasse preso ao remanescente.

À mistura, outras manifestações aconteciam, como é o caso do primeiro interesse pela História das Ciências e Filosofia das Ciências. Apesar de enfermarem dos limites epistémicos da época que as viu nascer, foi nessa altura que estas tendências irromperam. Vêm ao serviço de uma memória cumulativa do conhecimento, num tempo linear, sem rupturas, onde as perdas seriam sempre diminutas e onde o impulso algébrico dos adquiridos mereceria o epíteto de tradição a perdurar. Berthelot, Dumas, Comte, Engels deixaram testemunhos de como havia quem sentisse a necessidade de uma cronologia e de uma gnosiologia das ciências. O conhecimento científico por ser processual, logo organizado segundo lógicas específicas, requeria um estudo atento, como contrapartida ao esquecimento, diziam.

Conhecer é integrar uma temporalidade contínua, com muitas descobertas e sucessos

A secularização moderna gerou muitas novidades emergentes, havendo uma que teve particular alcance para as modalizações da memória colectiva, que fica cada vez mais ideológica. Trata-se da tomada de consciência, por parte dos governos, sobre o que (não) é desejável que os cidadãos saibam ou ignorem. Assim, sendo importante assumir uma posição definida, passa a ser da competência do Estado, zelar explicitamente, e em maior escala, pela orientação global dos canais formativos, o que deve ser conhecido e lembrado ou o que deve ser desconhecido e esquecido, segundo ditames emanando dos seus próprios deveres e, por isso, responsabilizando os governantes.

Por outras palavras, as sociedades foram percebendo, progressivamente, que a instrução teria de ser alargada, em extensão e compreensão. Se isto surgia como factor positivo em questões de eficiência, era usado, igualmente, com impactos vários na propaganda política. Com uma rede mais ampla, o sistema educativo, atingindo pessoas ao longo de um período maior, passou a ampliar o alcance do testemunho, veículo adequado para passar a tradição durante as aulas ou dentro dos tratados e manuais. Fosse pela oralidade ou pela escrita, fosse de modo pormenorizado ou mais sintético, a escola assumia a sua quota-parte como transmissora da memória. A evocação mostrava, pois, uma

funcionalidade que só seria supérflua, na medida mesma em que servia objectivos estruturantes do conhecimento.

A partir do início do século XX, algumas coisas principiaram a mudar, ainda que lentamente: a legitimação de preservar começou a definir-se mais, certas alterações favoráveis ao regime da memória começaram a ocorrer. O futuro tornava-se menos visível, com alguns rompimentos, caminhando para afastar resquícios de qualquer tipo de princípio orientador e de sentido explicativo hegemónico.

Sem hiatos, crises ou rupturas, o mundo das ciências traduzia, a seu modo e com mais impacto, efeitos desta situação. Pertencer à escola de..., ter tido como mestre..., ter sido convidado por..., ser discípulo de... representavam sintomas de linearidade, integração numa linhagem, pertença a uma família. Logo: reconhecimento reiterado, situação pessoal individualizada, prestígio social e até promoção profissional. Diga-se que estes sintomas eram acompanhados de signos e sinais que materializavam formas de estar, de onde a comunidade científica retirava confiança para o presente e estímulo para o futuro, mediante várias marcas.

Marcas visíveis no tempo dos gestos colectivos. Estas marcas traduziam-se em acontecimentos de celebração, das comemorações, às homenagens e aplausos, usando o exemplo como paradigma a imitar. Definiam-se modelos que faziam parte de uma discursividade onde o país de origem, a influência do ensino, a educação recebida, as instituições frequentadas faziam parte de qualquer bibliografia, mesmo quando sintética.

Marcas visíveis no tempo das vivências íntimas. Na época, quem não se deixou influenciar pela imagem persistente de Louis Pasteur – alsaciano distinto, católico praticante, filho irrepreensível, pai extremoso, marido perfeito, qual coração batendo ao ritmo do mundo – que os livros de ensino do francês repisavam, sempre adaptando os conteúdos às faixas etárias dos alunos? E qual terá sido, a mulher, que em fase de doutoramento, não se lembrou (e da lembrança retirou uma qualquer mística), do exemplo da polaca Marie Sklodowska, para gáudio da França, Curie por casamento?

Marcas visíveis no espaço exterior. Na toponímia das cidades – Avenue Gay-Lussac e ruas limítrofes no Quartier Latin, Plaza Marañon na Castellana e a Zeiss-Platz em Jena – estavam lembradas as celebridades. Nos lugares evocativos – monumentos, estátuas, memoriais, lápides, inscrições – eram deixadas as suas inscrições. Alargando a análise, verifica-se que, neste clima geral, os edifícios destinados às práticas científicas, nomeadamente complexos universitários ou laboratórios de estado construídos de raiz, eram planeados e dispostos na malha urbana, através de formalismos arquitectónicos com dimensionalidade e volumetria. Dimensionalidade e volumetria requeridas pelas

funções de prestígio. No contexto global da cidade e da cidadania democrática, coube-lhes preencher pontos nevrálgicos entre percursos de poder. Se tivessem a dignidade clássica ou neoclássica, tanto melhor. Lembre-se o M.I.T, a Columbia University, a École Polythécnique, o Imperial College, a Reitoria da Universidade de Lisboa.

Marcas visíveis no espaço interior. Numa parede imponente do átrio de acesso, numa estátua ao cimo da escadaria, numa lápide destacada e pomposa, ou, até, em cima de uma porta particularmente alta, nomes próprios gravados e frases célebres recordavam homens de ciência e descobertas científicas a não esquecer. Mais adiante, ambientes (o gabinete de...) e objectos (o microscópio de...) particularizados. Na verdade, a instituição científica continuava a imprimir à matéria edificada a força de uma memória de factos e feitos, onde espraiava, também, uma das suas razões de ser.

E os Prémios Nobel? Com eles, a mentalidade dominante localizava, em torno de júri situado num país particularmente desenvolvido, o valor atribuído à necessidade de reconhecer o combate dedicado em prol de uma vacina, a vocação assumida para atingir uma lei ou a missão de transpor mais um avanço na conquista de uma teoria significativa. Simultaneamente, elevava este sector privilegiado da memória moderna, em prol das suas estrelas, ídolos e heróis, à escala mundial. Para finalizar, não se denegue, contudo, quanto esta configuração da memória científica moderna foi tantas vezes partidariamente associada a intuitos nacionalistas, segundo esta fórmula: aos Cientistas de eleição, a memória da Nação reconhecida...

CRISE DA MEMÓRIA NA COMUNIDADE CIENTÍFICA E MUSEOLÓGICA ACTUAL?

Primeiro, atenda-se a duas situações óbvias: hoje, vive-se uma aceleração da história e a crise da memória passa através de uma tradição por defeito. Depois, acrescente-se-lhes um lugar comum: a globalização e a *internet* invadiram os nossos tempos e espaços.

Como consequência, a sociedade actual está imbuída de bloqueios amnésicos fortes. Isso acontecendo por causa dos ritmos dominantes no quotidiano e dos meios de comunicação disponíveis: os instantes prevalecem e as proximidades virtuais são cada vez maiores.

Permanecendo-se no óbvio e lugar comum, passe-se a descrever a situação a nível de uma área científica significativa, a História das Ciências, e de índices institucionais significativos, os Museus de História Natural, os Museus das Ciências, os Museus das Técnicas e das Tecnologias.

O que está a acontecer com a História das Ciências na comunidade científica actual?

Recuando ao passado para melhor detectar o presente, percebe-se que, apesar dos iluministas enunciarem problemáticas e motivações relacionadas com a dinâmica temporal do conhecimento científico, a individualidade disciplinar da História das Ciências só começou a ser possível, a partir do século XIX.

Na verdade, os enunciados e gestos discursivos que materializaram esta ocorrência supuseram um sistema epistémico, onde a dimensão temporal representava uma categoria fundamental de inteligibilidade para compreender a natureza humana e suas produções, e onde a dimensão científica começava a incluir, além de adquiridos práticos indiscutivelmente bem sucedidos, desde o início da modernidade (ciências matemáticas e físicas), temáticas cognitivas novas, mas já promissoras (ciências sociais e humanas).

Inseriram-se igualmente, numa perspectiva ligada mais directamente ao contexto material, num sistema sócio-económico, onde as ciências beneficiavam das estruturas, avanços e conquistas decorrentes da segunda revolução industrial, e onde sobressaíam, não só como entidades necessárias às técnicas e engenharias, mas também como agentes destacados em prol de uma mentalidade global servindo uma mística de progresso. Esta mística de progresso extrapolava-se em adquiridos cognitivos e em factores materiais, concebidos como fins a incrementar à escala mundial, incluindo a certeza que a evolução presente e futura da ciência, enquanto pletora de conhecimentos fundamentais e aplicados, traria, seguramente, um mundo melhor para todos.

O reconhecimento, por parte da ideologia dominante, de como o melhor dos mundos possíveis implicava a intervenção actual(izada) das ciências, foi-se associando a um ideal tendendo para valorizar a importância de as conhecer desde o passado. Como encarassem tais preocupações sob a égide de um imperativo, o positivismo e o neo-positivismo assumiram um papel destacado entre os demais.

Já neste século, as condições epistemológicas que presidiram à definição do estatuto disciplinar da História das Ciências revelaram um percurso com determinadas características: a ideia globalizante em termos de desenvolvimento (Comte) ou de evolução cedeu lugar ao conceito de crescimento (Popper, Kuhn); o modelo continuísta de história sem hiatos nem crises (Duhèm) foi substituído pela detecção de mutações (Koyré) rupturas (Bachelard, Althusser) ou revoluções (Kuhn); o conceito de progresso (Spencer) foi questionado e abandonado em favor de uma consciência muito menos ilusória e optimista (Foucault); o elo entre História das Ciências e Filosofia das Ciências, de origem marcadamente francesa, sofreu mudanças, quer no sentido de maior separação

entre as duas (Popper), quer no sentido de interligações mais fundamentadas e consequentes (Canguilhem); a integração interdisciplinar, a nível de problemáticas e metodologias, foi aumentando.

A exigência de haver uma área disciplinar de História e Filosofia das Ciências retirou sentido dos requisitos seguintes: a identidade e a autonomia das duas disciplinas não invalida a pertinência da sua constituição num campo, passível de interceptar e de entrecruzar questões em comum; a viabilidade desta postura torna-se óbvia sempre que se insiste na recorrência a conteúdos históricos, por parte da Filosofia das Ciências, ou quando se prossegue na investigação tendendo para lógicas de inteligibilidade, no caso da História das Ciências.

As estruturas sociais e mentais que determinaram a dinâmica em favor do reconhecimento institucional desta área mostraram que a comunidade científica percebe, cada vez mais, quanto as matérias e os conteúdos de índole histórica equivalem a uma vertente (in)formativa de peso.

Paralelamente, aumentam os defensores da sua utilidade efectiva para professores, investigadores e técnicos. Apesar de permanecerem resistências provenientes de meios fechados, por resquícios positivistas ou pelo imperialismo tecnocrático, é indiscutível que ela faz parte dos *curricula* ministrados nas universidades e faculdades de prestígio. Importa atender ainda aos problemas que tem levantado a profissionalização dos agentes.

Se a formação de base é em humanidades será aconselhável uma formação complementar em ciência. Se a formação de base é científica será necessária uma formação posterior em teorias e metodologias históricas. Todavia, é preciso não esquecer como é difícil de atingir uma harmonia e um nível idêntico entre as duas formações; razão acrescida para se defender quanto estas matérias, conteúdos e métodos sempre beneficiarão de projectos realizados por equipas interdisciplinares.

Além disso, todo o profissional deverá ter consciência que trabalha com objectos originados no interior de conceitos e de modos de fazer no tempo, e destinados a serem retrabalhados por um rigor teórico e metodologias historiográficas actualiza-das e adequadas. Na verdade, uma disciplina deste género actualiza, ao produzir um objecto novo, um jogo particular entre o homogéneo e o heterogéneo, porquanto implica intercepções entre discursividades várias, do científico ao filosófico e histórico: o primeiro objecto é construído a partir de fenómenos naturais ou humanos, no quadro de uma configuração teórica e de modelos precisos de abordagem. Porque não equivale a nada de dado, mas de feito, chama-se-lhe facto científico; o segundo objecto é criado a partir de factos científicos, que são sujeitos a uma reelaboração através de princípios teóricos e de métodos historiográficos, de molde a

transformar os acontecimentos científicos ocorridos no tempo em factos científicos e históricos.

Este objecto só adquirirá existência quando se fizer intervir um espaço fundamental, sem o qual nada de válido e de rigoroso será feito sobre o homem e suas produções quando perspectivados dentro da ordem das sucessões. Trata-se do arquivo.

Aqui, como aliás com qualquer outra investigação historiográfica, o contacto – convívio com as fontes primárias é imprescindível e só ele evitará que não se acumulem erros, por desconhecimento ou interpretação abusiva dos documentos. Com efeito, a heurística deve ser planificada de molde a reunir uma informação suficientemente representativa, o que corresponde, no caso das ciências modernas, a um *corpus* memorial heterogéneo e complexo; o qual irá das teorias aos métodos, dos cientistas às instituições, dos equipamentos às formas de associativismo. Tal base é imperiosa para que a memória veiculada pela documentação secundária seja relida e reavaliada. Por isso, não são de desprezar os perigos decorrentes de erros ocasiona-dos por quem se outorga o direito de hermenêuticas, repetindo afirmações e escrevendo textos sem qualquer autoridade, por falta de formação ou por afastamento do arquivo.

Dispondo de várias metodologias de descrição e de interpretação, cabe ao historiador das ciências escolher os modelos mais adaptados aos objectos em causa, sabendo que todos os modelos apresentam lacunas e limitações, e que cada uma das aplicações cria objectos diferentes. Daí o interesse de tornar conscientes e explícitos os princípios e *a priori* de que parte, podendo a Teoria da História e a Filosofia das Ciências ser particularmente fecundas. Quando se perspectiva a produção científica e o modo como a comunidade científica funciona, na actualidade, é-se levado a defender que as ciências estão intimamente ligadas a factores e interesses sócio-económicos.

A realidade de hoje, porventura mais óbvia e excessiva, não estará, contudo, demasiado afastada de outras realidades que foram acontecendo, desde que as ciências modernas emergiram a partir do século XVI, porquanto: o processo das ciências está sempre a ser influenciado ou a influenciar a sociedade onde se integra; o devir da sociedade tem ou recebe impacto da formulação do pensamento científico contemporâneo. Paralelamente, induz-se uma confluência: a História das Ciências, a Filosofia das Ciências e a Sociologia da Ciências lucram em compreensão e em extensão, quando se deixam interceptar e influenciar mutuamente.

Embora internalistas e externalistas não atribuam a mesma importância ao papel desempenhado pelas estruturas mentais e sociais na formulação das estruturas científicas, pois partem de lógicas e de níveis de análise diferentes, ninguém pode negar, de um modo radical e pertinente, que a configuração

epistemológica das ciências, numa determinada época, seja independente das teorias e sistemas económicos vigentes.

Logo, a realidade histórica e a exigência disciplinar apontam para benefícios decorrentes de uma articulação. Se esta articulação não se efectiva, tanto quanto seria de desejar, é porque encontra, entre outros bloqueios, entraves provenientes das estruturas institucionais. Qualquer afastamento parece prejudicial, porquanto esta forma de organização corresponde a inerências teóricas fundamentais. Todavia, este caso, como outros do género, evidencia como são importantes as instâncias institucionais interdisciplinares que facultem o diálogo entre disciplinas afins, na investigação e ensino.

O que está a acontecer com a memória nos Museus de História Natural, Museus de Ciência, Museus das Técnicas e das Tecnologias?

Estas instituições científicas evidenciam que o saber – poder está interessado nestes espaços, favorecendo-os em número e qualidade. Por isso, lhes outorga verbas a não desprezar, do *Science Center à Cité des Sciences em La Villette*. Por isso, se serve deles, como contrapartida. A relação diz-se com intuitos sociais, nomeadamente pedagógicos. Mas acaba por ter também alvos publicitários. Pode interiorizar ainda algo de propaganda. Algo de apologético, até. Todavia, apesar destes sinais, a comunidade científica tem uma posição ambígua perante o seu património espiritual e material. Aspectos que se tornam evidentes no modo como se posiciona face aos arquivos, bibliotecas e museus das ciências. Se, por um lado, os acolhe e multiplica, revelando um carinho especial pelo seu património histórico. Por outro lado, evidencia certa condescendência pejorativa, remetendo-os para o que chama de divulgação científica, com os seus perigos de pedagogismo ou como mensagem tão didáctica que reduz o saber ao ver. Associadas à ideia de vulgarização, estas expressões, podem ser usadas muitas vezes com um tom de superioridade e desprezo, que não favorece o diálogo entre os cientistas e o grande público.

Surgindo como mais adequada, a expressão "cultura científica" é, sem dúvida, melhor, porque não traduz uma situação de desnível entre os interlocutores, porque não revela uma distância ostensivamente desejada ou mantida. Contudo, devido aos preconceitos vigentes, só pode ser usada por um ciclo restrito, nitidamente de esquerda: quem o faz, fá-lo predominantemente por motivos alternativos. Um circuito comunicativo equilibrado proíbe pólos demasiado afastados, pelo que importa estabelecer regras propiciadoras de uma linguagem rigorosa, mas com algum grau de acessibilidade. Ou seja, o recurso a um vocabulário adaptado à situação, logo, nos antípodas do especialista petulante que usa e abusa da gíria profissional. Evidentemente que dizer o difícil através de uma forma fácil vai de par com atitudes de base democrática, porque requer um esforço aturado, mantido com simplicidade, para ser

autêntico. No universo teórico e experimental das ciências actuais, conhecer é um processo à margem da identidade de um qualquer sujeito e de uma qualquer memória, frequentemente.

BIBLIOGRAFIA

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire de la République.* Paris: Gallimard, 1984.

O *páthos* dos coleccionadores

O *PÁTHOS* DOS COLECCIONADORES[*]

O coleccionador é alimentado por uma pulsão alargada a horizontes nas margens dos sem limites. A ponto da colecção concluída ser quase uma sensação paradoxal: o que garante estarem reunidos todos os entes pertencentes à essência de um determinado ser?

E no entanto, é nesta mira que o desejo de coleccionar se deseja.

Esta paixão concretiza também uma outra relação comummente referida em casos históricos relevantes: a relação entre saber e poder.

Na verdade, para se coleccionar em grande são precisos dispositivos financeiros que permitam mecanismos de aquisição (colecta, compra, troca) e conservação, ambos requerendo conhecimentos que facultem as opções de escolha, os requisitos de manutenção e a disponibilidade de apropriação dos objectos.

A par de tudo isso, a vontade de mostrar. E do coleccionador se mostrar, também. A vontade de mostrar move-se desde os ciclos de intimidade – familiares, amigos – aos circuitos mais alargados – visitantes, público –, e comporta alvos que desdobram objectivos informativos e objectivos educativos. A ponto de ter sempre em mira um qualquer público, imaginário ou real, e uma qualquer literacia, imediata ou a longo prazo. Ou seja, a colecção é para ser (ad)mirada, do possuidor aos demais, e inscreve-se nas margens de um(a) aprendiz(agem): é esperado que a colecção potencialize um ensino, quando ultrapassa os ausentes e os distantes, mundos passados e outros mundos desconhecidos. Pela presença. E pela proximidade.

Sintam-se, agora, os cambiantes afectivos perpassando o testemunho de coleccionadores à nossa volta.

Palavras-chave: colecionador; subjeticidade; objetividade.

[*] Esta introdução, feita por Ana Luísa Janeira, refere-se aos textos dos colecionadores que seguem nesta seção.

MEMÓRIAS DE UM AFETO: A COLEÇÃO DE CLARA

Rita de Cássia Marques*

Aos 11 anos, comecei a colecionar selos por colecionar. Juntava os que vinham em cartas, não me lembro porque comecei nem quais foram os primeiros. Fui guardando-os. Com o tempo, passei também a comprar alguns que achava bonitos e me lembro, especialmente, de uns em 3 dimensões, coloridos e que mudavam de acordo com a posição. Ficava a imaginar como selos tão grossos poderiam ser pregados num envelope de cartas...Os selos guardados tomavam vulto e foi preciso comprar um álbum e depois outro. Eram guardados sem organização, pelo simples prazer de tê-los. Chegou a hora de entrar no curso de História e os interesses pelos estudos arrefeceram a paixão pelos selos.

Aos 20 anos, descobri que uma colega de trabalho, já com 80 anos, aposentada, mas que por ser sozinha, não faltava um dia sequer ao local de trabalho, também colecionava selos. Eu não tinha tido, até aquele momento, nenhum contato com filatelistas. Minha colega que, pelos selos, se tornou minha amiga Claraíde, foi me contando casos sobre como conseguia certos selos e me falava deles como de uma paixão antiga. Por conta de seu entusiasmo, fui reacendendo a minha paixão filatélica. Comprei livros e catálogos para saber mais sobre os selos. As conversas continuavam e dos selos passaram para as viagens, das viagens para os livros, dos livros para os segredos. Ela, aos poucos, foi me transferindo seus cadernos de poesias e outros escritos. Era uma escritora secreta. Escritos feitos em cadernos encapados com papel de presente de estampas floridas. Letra bonita. Romances com certos mistérios; amava *O Vermelho e o Negro* de Stendhal! Vieram os presentes de fotos, poucas, mas eram da sua juventude, um instantâneo de quando andava por uma avenida da cidade e outra na repartição pública. A sua memória estava sendo transferida para uma nova geração. Até que um dia, para se juntar aos escritos e fotos de

* Doutoramento em História. Professora de Metodologia da Pesquisa e coordenadora do curso de Ciência da Nutrição da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora do Projecto Memória e Cultura Médica em Minas Gerais, desenvolvido no Centro da Memória da Faculdade de Medicina da UFMG. Pesquisadora dos grupos *Scientia&Technica, da UFMG, e Instituições e Representações de Saúde,* da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). *E-mail:* rcmarques@ufmg.br

juventude, veio a coleção de selos. Todos os selos brasileiros a partir de 1900! Agrupados em um bonito álbum, grosso e de capa vermelha. A coleção da Clara! Eu, «guardadora» de selos usados e carimbados, me encantei com aquela coleção de selos sem carimbos, estampas limpas e sem manchas. Não tenho palavras para descrever a emoção de receber aquela coleção. Acompanhar a história do Brasil pelas imagens dos selos era espetacular. Contava às pessoas sobre o meu presente, poucas entendiam o que aquilo representava; algumas me falavam do valor do presente e que eu poderia ficar rica com a venda da coleção. Vender o meu presente? A coleção de toda a vida da minha amiga? Selos que vinha namorando desde os 11 anos? Os selos sonhados? A minha amiga tinha sobrinhos que não gostavam de selos e se fosse para aquelas pequenas obras de arte serem vendidos, bastava deixá-los entre os pertences a serem herdados pela família. Os selos facilmente seriam vendidos. Ela me confidenciava esse temor e, depois do álbum vermelho, vieram as pastas com folhas inteiras e quadras de selos. Essas, segundo ela, deveriam ser usadas para fazer dinheiro e comprar mais selos para ampliar a coleção. O presente incluía a poupança para manter o amor do colecionador. A coleção da Clara era objeto de zelo e afeto, um filho querido que precisaria ser cuidado. Na verdade, ao me transferir aquele legado, Clara estava me nomeando tutora de um afeto, um dos seus grandes amores. Um dia, ela não foi trabalhar. Não demorou para que fosse encontrada, caída no banheiro, por um dos seus sobrinhos. Não tinha mais vida. Seus bens foram repartidos entre os familiares, ninguém reclamou a coleção de selos. Será que souberam de sua existência?

Passados quase vinte anos, continuo a coleção. Novo álbum precisou ser comprado. Os selos brasileiros estão cada vez mais bonitos. As novidades não param: selo com cheiro, em braile, em papel reciclado, e até personalizado com a foto do remetente! A coleção continua sem preço.

Hoje, entre outros afazeres como docente universitária, trabalho no Centro de Memória da Medicina, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, onde lido com acervos privados, várias coleções de cartas, fotos, livros e objetos que são doadas pelas famílias de médicos, ex-professores e/ou ex-alunos da Faculdade. Memória descartada pelas famílias. Não me esqueço do espanto ao encontrar fotos do casamento e da lua-de-mel doadas pelos filhos, em meio a tantas caixas. As pequenas lembranças, cuidadosamente guardadas por anos, num desejo de perpetuar os grandes afetos, no final, são somente objetos desnecessários, pois é difícil transferir sentimentos tão profundos. Que sorte tive eu por gostar de selos, que sorte teve a Clara de encontrar alguém empenhado em perpetuar seu amor pelas figuras, as quais, para a maioria das pessoas, só têm utilidade no franqueamento de cartas! Cartas que, nesses tempos de correio eletrônico, são facilmente substituídos pelo *click* no enviar...

COLECÇÕES

Isabel Santa Clara[*]

A pintura é apenas uma outra maneira de manter um diário.
Picasso

É um tema fascinante, gostava de poder deixar-me tentar. Veremos.[1] Para já envio um texto do Italo Calvino que dei há tempos aos alunos acerca de colecções. Acho-o espantoso, até porque vi a exposição de que ele fala e fiquei com ela na cabeça estes anos todos. Serviu-me de pretexto para falar da necessidade dar um fio condutor à multiplicidade de vivências fragmentárias que acumulamos. Escolher uma temática, recolher, organizar, não é isso que faz um artista? Guardadas as devidas distâncias, olha como eu, e para onde eu olho.

A COLECÇÃO DE AREIA DE ITALO CALVINO[2] (EXCERTOS)

Há uma pessoa que faz colecção de areia. Viaja pelo mundo e quando chega a uma praia, à beira mar ou nas margens de um rio ou de um lago, num deserto ou numa charneca, recolhe um punhado de areia e leva consigo. No regresso esperam-na centenas de frascos de vidro alinhados em longas prateleiras, nos quais a areia fina de Balaton, a branca do golfo do Sião, a vermelha que o curso do Gâmbia deposita no Senegal, expõem a sua gama estreita de cores esbatidas, revelam uma uniformidade de superfície lunar, ainda que através de diferenças de grão e consistência: do areão preto e branco do mar Cáspio que parece ainda molhado de água salgada, aos pequenos calhaus de Maratea, também pretos e brancos, à fina farinha branca salpicada de conchas arroxeadas de Turtle Bay, perto de Malindy no Quénia.

[*] Doutoranda em História de Arte. Docente da Secção de Arte e Design da Universidade da Madeira. E- mail: isabel-sta-clara@mail.pt

[1] Como se verá, acabou por mandar mais um texto, felizmente.

[2] CALVINO, Italo. *Collection de Sable*. (Trad. de Isabel Santa Clara). Paris: Seuil, 1990, p. 11-17.

Numa exposição de colecções bizarras realizada recentemente em Paris — chocalhos de vaca, jogos de lotaria, cápsulas de garrafa, apitos em barro, bilhetes de comboio, piões, embalagens para rolos de papel higiénico, insígnias da colaboração do tempo da Ocupação, rãs embalsamadas — a vitrine da colecção de areia era a menos vistosa, mas também a mais misteriosa, a que parecia ter mais coisas a dizer, ainda que através do silêncio opaco aprisionado no vidro das suas ampolas.
(…)
Temos a impressão que esta apresentação de uma amostra da *Waste Land* universal nos vai revelar algo de importante: uma descrição do mundo? o diário secreto de um coleccionador? uma revelação sobre mim, que estou a tentar perscrutar nestas clepsidras imóveis a hora a que cheguei? Certamente o conjunto de tudo isso. Do mundo, a recolha de areias escolhidas regista o resíduo de longas erosões que é, ao mesmo tempo, a última substância e a negação da sua aparência luxuriante e multiforme: todos os cenários da vida do coleccionador parecem ali mais vivos que numa série de diapositivos coloridos (uma vida — dir-se-ia — de eterno turismo, tal como aparece aliás nos diapositivos, e tal como a poderiam reconstruir os nossos descendentes, se tivessem apenas isso para documentar o nosso tempo — toda uma indolência em praias exóticas alternando com as explorações mais inacessíveis, numa inquietude geográfica que deixa transparecer uma incerteza, uma ansiedade), evocados, ao mesmo tempo apagados, pelo gesto doravante compulsivo de se curvar para juntar alguns grãos de areia e encher um saco (ou um recipiente de plástico? ou uma garrafa de Coca-Cola?) e depois voltar as costas e partir.
Como em qualquer outra colecção, esta é também um diário: diário de viagens, sem dúvida, mas também diário de sentimentos, de estados de alma, de humores; mesmo que não possamos ter a certeza de que exista verdadeiramente uma correspondência entre a areia fria cor de terra de Leninegrado, ou a areia fina cor de areia de Copacabana, e os sentimentos que evocam ao vê-las assim metidas em frascos e etiquetadas. Ou talvez um simples diário deste obscuro desejo louco que leva tanto a reunir uma colecção como a manter um diário, ou seja, a necessidade de transformar o curso da nossa própria existência numa série de objectos salvos da dispersão, ou numa série de linhas escritas, cristalizadas fora do fluxo contínuo dos pensamentos.
O fascínio que uma colecção exerce reside nesse pouco que ela revela e nesse pouco que ela esconde do impulso secreto que levou a criá-la. Entre as colecções bizarras da exposição, uma das mais impressionantes era sem dúvida a das máscaras de gás: uma vitrine em que as faces verdes ou acinzentadas em tela ou em borracha, de olhos cegos, redondos e salientes, de nariz – focinho em forma de caixa ou de tubo, olhavam para nós. Que

intenção teria guiado o coleccionador? Um sentimento — creio — irónico e ao mesmo tempo apavorado face a uma humanidade que estava pronta para se conformar com esses traços entre o animal e o mecânico; e talvez também uma confiança nos recursos do antropomorfismo que inventa novas formas para a imagem e a semelhança do rosto humano com o fim de adaptar-se a respirar fosgénio ou iperite, não sem uma pontinha de jovialidade caricatural. E também, seguramente uma vingança contra a guerra, para fixar nas máscaras o aspecto mais obsoleto e que aparece portanto agora mais ridículo e aterrador; mas também o sentimento que nesta crueza espantada e idiota reconhecemos ainda a nossa verdadeira imagem.
(…)
Mas onde a obsessão do coleccionador se volta sobre si própria, revelando um fundo de egotismo, é numa vitrine cheia de capas em cartão sem ornamentos e atadas com uma fita, e sobre cada uma delas a mão de uma mulher escreveu títulos como: *Os homens de quem gosto*; *Os homens de quem não gosto*; *As mulheres que admiro*; *As mulheres que não admiro*; *Os meus ciúmes*; *As minhas despesas quotidianas*; *A moda de que gosto*; *Os meus desenhos de criança*; *Os meus castelos*, e mesmo: *Os papéis que embrulhavam as laranjas que comi*.
O que estes dossiers contêm não é um mistério, uma vez que quem expõe não é uma expositora ocasional, mas uma artista profissional («Anette Messager; coleccionadora»: é como ela assina), que fez várias exposições individuais em Paris e Milão a partir das suas séries de recortes de jornais, cadernos de notas e esboços. Mas o que por agora nos interessa, é precisamente essa exposição de capas fechadas e etiquetadas, assim como o processo mental que elas implicam. A própria autora definiu-o claramente: «Tento possuir e apropriar-me da vida e dos acontecimentos que chegam ao meu conhecimento. Durante todo o dia folheio, colecciono, ponho em ordem, classifico, separo, e reduzo tudo isso sob a forma de albuns de colecção. Estas colecções tornam-se então a ilustração da minha vida.»
Os seus dias, minuto após minuto, pensamento atrás de pensamento, reduzidos a colecção: a vida pulverizada numa porção de grãos: a areia, de novo.

Volto atrás, à vitrine da colecção de areia. O verdadeiro diário secreto a decifrar está ali, entre as amostras de praias e desertos guardadas sob o vidro. Neste caso a coleccionadora é também uma mulher (leio isso no catálogo da exposição). Mas por agora não me interessa atribuir-lhe um rosto, uma silhueta; vejo-a como uma pessoa abstracta, um eu que poderia ser eu próprio, um mecanismo mental que tento imaginar a trabalhar.

Ei-la que chega de uma viagem, arruma os novos frascos alinhando-os sobre os outros, e de súbito apercebe-se que, sem o índigo do mar, o cintilar destas praias de pó de conchas se perdeu; que nada ficou do calor húmido do *oued* na areia parada; que longe do México, a areia misturada à lava do vulcão Paricutín não passa de uma poeira negra semelhante à que cai quando se limpa a chaminé. Ela tenta reanimar na sua memória as sensações desta praias, o cheiro desta floresta, este calor ardente, mas é como agitar um pouco a areia no fundo do pequeno frasco etiquetado.
(…)
Decifrando assim o diário da melancólica (ou feliz?) coleccionadora de areia, vim dar ao ponto de interrogar-me acerca do que está escrito nessa areia de palavras escritas que alinhei ao longo da minha vida, essa areia que me aparece agora tão afastada das praias e dos desertos do viver. Talvez seja fixando a areia enquanto areia, as palavras enquanto palavras, que poderemos aproximar-nos da compreensão de como e em que medida o mundo desgastado pela erosão e desfeito em pó pode ainda encontrar aí o seu fundamento e o seu modelo».

SEMENTES E OUTRAS NATUREZAS[3]

Andar pelo mundo com os olhos abertos tem as suas consequências, e esta exposição é uma delas, enquanto resultante de caminhadas por diversos lugares, e memória de encontros, acasos e descobertas.

Tal como nos antigos gabinetes de curiosidades, nascidos do fascínio pela estranheza e variedade das formas naturais, nas sementes recolhidas por Bruno Côrte também se sente a atracção pelo engenho dessas formas, pela imensidade de soluções que encontra a vida para ser guardada.

Numa mistura de *naturalia* e *artificialia*, segue-se ao recolher das sementes o acto de incrustar a sua fragilidade na não menos precária protecção de um invólucro feito blocos de parafina, isolando-as e conferindo-lhes a unidade e a regularidade de uma catalogação. Ao incorporar o pigmento na parafina, Bruno Corte interfere com a translucidez do material trazendo-o mais para o campo da intervenção pictórica. Não de uma pintura no sentido tradicional do termo, mas já em «campo expandido», como uma presença tutelar que preside ao gesto de colorir e de criar ordens e ritmos.

A captação tautológica das peças pela fotografia regista e reforça a tentativa sempre vã, e por isso mesmo sempre incessantemente retomada, de reter a efemeridade das coisas.

---

[3] Este texto de Isabel Santa Clara abre o catálogo de uma exposição de Bruno Côrte.

Daí me ter lembrado de uma exposição organizada em 1974 por François Mathey, no Musée des Arts Décoratifs em Paris, que por sorte do acaso vi, que reunia as mais díspares escolhas / recolhas de coleccionadores anónimos, e mostrava também Anette Messager, cujo trabalho começava a ser conhecido, na qualidade de coleccionadora de colecções. Sobre este evento escreveu Italo Calvino,[4] fascinado sobretudo pela diversidade patente numa colecção de areias de todo o mundo, que qualquer colecção é também um diário, de viagens, de sentimentos de estados de alma, de humores; e que o impulso secreto que leva a coleccionar e reunir uma colecção, ou a manter um diário, parte da necessidade de transformar o curso da nossa própria existência numa série de objectos salvos da dispersão.

Esse mesmo impulso está presente neste confronto de Bruno Côrte com as sementes, trazendo-as, através de um misto de espontânea admiração pelas formas, rigorosa inventariação e pensada exposição, para outro reino, ou seja, para outras naturezas.

---

[4] Italo CALVINO, *Collection de Sable*, Paris, Éditions du Seuil, 1990, pp.11-17.

COLECÇÃO *VERSUS* BIBLIOTECA?

Pilar Pereira*

Quando recebi a mensagem a informar sobre o propósito da preparação de *O Mundo nas colecções dos nossos encantos* fiquei entusiasmada em dar o meu modesto contributo atendendo ao tema abordado e, em particular, à amizade que me liga à pessoa que teve tal ideia.

Pois que faço eu há 34 anos, senão *coleccionar*? E faço-o com prazer e até com amor, pois gosto muito daquilo que faço. Se de algum modo puder transmitir este sentir a alguém, fico muito feliz.

Por defeito profissional, possivelmente, gosto de iniciar qualquer escrito com a definição primeira que lhe foi conferida; assim comecei por consultar o *Grand Dictionnaire Historique,* de Louis Moreri, editado em 1732 e *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers,* de D'Alembert et Diderot, de 1753 (V. III), onde não é mencionado o vocábulo 'colecção'. Este último refere 'biblioteca', como sinónimo de 'colecção de livros', e que certos autores têm dado, por extensão e por metáfora, este mesmo nome a certas recolhas bibliográficas que fazem ou a certas compilações de obras.

Passando ao século seguinte e mais concretamente ao *Grand Dictionnaire Universel du XIX siècle*, de Pierre Larousse, refere-se a COLECÇÃO como reunião de um grande número de objectos do mesmo género, como quadros, livros, etc.

> *Os hinos de Homero não são, no fundo, senão colecções de epítetos*
>
> Condillac

Já o *Larousse du XX siècle,* publicado sob a direcção de Paul Auge, refere o nosso vocábulo de eleição como 'acção de reunir', 'recolha de várias obras que tratam da mesma matéria, pertencentes a uma mesma espécie' e dá como exemplo uma Colecção de Memórias. Ainda nesta mesma obra temos a

* Serviço de Biblioteca e Documentação, Museu de Ciência da Universidade de Lisboa. *E-mail:* pdpereira@fc.ul.pt

definição de ‘biblioteca’ como sendo uma colecção de livros classificados numa certa ordem, ou colecção de livros tratando de matérias especiais e com um objectivo determinado.

Depois desta resumida análise temos a sensação de que nos vamos aproximando, a passos largos, da meta a atingir, ou seja a interligação dos vocábulos ‘colecção’ e ‘biblioteca’.

Esta definição não mudou muito até ao presente, pois actualmente ‘biblioteca’ é definida como o organismo, ou parte de uma organização, cujo objectivo principal é organizar as colecções, actualizá-las e facilitar o acesso à documentação que corresponda às necessidades dos utilizadores, nos aspectos de informação, educação, investigação ou lazer.

Por sua vez ‘colecção’ é definida como o conjunto de publicações distintas ligadas entre si por um título comum; é também considerado uma ‘colecção’ o reagrupamento voluntário de documentos, informações de diversas proveniências, etc., reunidas em função da semelhança de uma ou várias das suas características e ainda a totalidade de documentos postos à disposição dos utilizadores.

Toda a minha actividade se tem resumido ao cumprimento destas definições, que considero como os pilares para que uma biblioteca possa ser útil à comunidade a que é dirigida. No meu caso específico, trata-se de uma biblioteca universitária, com especialização em História e Museologia das Ciências, onde se podem encontrar:

Colecção de livre acesso: colecção que o público pode consultar livremente, sem necessidade de requisição.

Colecção de referência: conjunto das obras usado para fornecer informação fiável, para identificar fontes ou esclarecer dúvidas.

Colecção de livros raros (reservados): colecção especial de obras que, devido à sua raridade ou importância está apartada das colecções gerais (no nosso caso, esta colecção já mereceu a publicação de 2 catálogos).

Colecção de recortes: dossiers em folhas soltas que é constituído por notícias, na sua maioria publicadas na imprensa diária, referentes às mais diversas actividades da instituição e ordenadas segundo uma classificação previamente estabelecida.

Colecção de fotografias: dispostas em dossiers, em folhas soltas, ordenadas cronologicamente, tanto o negativo como a prova em papel, com classificação adequada.

Colecção de diapositivos: dispostos em arquivadores e ordenados cronologicamente, com classificação adequada.

Colecção multimédia: composta por vídeos, CD, CD-ROM.

Devo ainda salientar a "Grande Colecção de Obras do Séc. XIX" – parte integrante da colecção geral – que, assim como todas as outras colecções, está em perfeitas condições de acessibilidade por parte dos nossos investigadores. Esta última parte foi baseada no *Novo Dicionário do Livro*, de Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão, publicado em 1999.

Todas estas 'colecções' foram, na sua maior parte, organizadas por mim.

Segundo Balzac coleccionar "é um primeiro grau de alienação mental..."

Depois de toda uma vida a tratar colecções é, para mim, um prazer enorme encontrar mais um livro que vai aumentar a colecção à qual pertence; esse prazer aumenta se o livro não está tratado biblioteconomicamente. Dia em que não me posso dedicar aos trabalhos inerentes à minha profissão – Técnico-Profissional Especialista de BAD – não é um "bom" dia para mim. Penso na aproximação do final da minha carreira com alguma apreensão. Ser-me-á dado o privilégio de me ver substituída por alguém que **sinta** a Biblioteca com carinho e sensibilidade?

AS MINHAS COLECÇÕES

Isabel Maria Janeira[*]

Penso que haverá muitíssimas e diversas razões, circunstâncias, que podem estar na raiz do despertar de alguém para dar início a uma colecção: peças que se herdaram e a que se pretende dar continuidade, algo que nos tocou num determinado momento, fosse pelo colorido, pela estética e forma, pela harmonia do seu conjunto, pelo aspecto funcional e até por uma certa curiosidade direccionada para o saber mais, o mais saber sobre as suas origens, a sua evolução ao longo dos tempos, o uso que lhe deram e já não dão, muitas vezes resultado de modas, novas tecnologias, enfim....evoluções.

O que poderá levar uma pessoa a dar início a uma colecção?

E porque não pensar que a razão possa estar, não no objecto propriamente dito, mas na carga emocional que ele possa transmitir, seja pelas circunstâncias decorrentes em que foi oferecido, seja pelo que representa ou representou a pessoa que o ofereceu?

Por todas, algumas ou até nenhuma das razões acima apontadas, disponho de várias colecções – dedais, rebuçados de vidro/cristal, caixas, miniaturas na sua generalidade, caixas de fósforos, varinhas para *cocktail*, bules, para não referenciar a de gatos, frascos de perfume até à de diversos artigos orientais.

Sucedeu ter herdado uma colecção a que chamarei generalista dado abranger um leque vasto de miniaturas dos mais diversos objectos – serviços de chá, jarrinhas, agulheiros, eu sei lá, uma miríade de formas e de cores, para os quais me agrada olhar, tocar, sentir, pensar que encerram mais de um século de existência. Foi esta a minha primeira colecção, sujeita a incremento posterior, fosse em consequência de visitas a feiras da especialidade, fosse em viagens ocasionais a países, onde o culto da miniatura é uma constante da sua cultura.

Mas, vou-me deter sobre o que me moveu a ter as colecções que polvilham o interior da minha casa.

[*] O gosto por colecções está intimamente ligado com o apreço dado à diversidade de formas e cores. Razões profissionais, associadas ao prazer de viajar, permitiram que reunisse as inúmeras peças que possuo, com especial destaque para as de origem japonesa, que indubitavelmente ocupam um lugar relevante entre as demais. *E-mail:* isabeljaneira@hotmail.com

No meu caso particular, diria que coleccionar é uma manifestação de carácter mais afectivo e emocional do que propriamente material. Nunca por nunca me interessou o objecto pelo seu intrínseco valor material, mas antes pela forma, harmonia, colorido, o gostar por gostar, sem uma explicação por vezes racional.

A oferta de um objecto que me sensibilizou, pela sua cor, forma, dimensão, origem, numa palavra, que gostei muito até pela sua originalidade foi, como direi, qual "motor de arranque" para um mais um menos longo percurso. O tentar encontrar outro e mais outro, o prazer da procura, a satisfação do encontro, o adquirir, o adicionar ao que já se tem e que se crê ir ficar mais "enriquecido" com a presença de mais um elemento do grupo é como tornar a família cada vez mais vasta, mais rica em variedade, é juntar "recém-chegados" a residentes de longa data, jovens, menos jovens a veteranos, a todos dedicando atenção e cuidado, cuidado esse, por vezes, inicialmente mais focalizado nas "novas aquisições" pela novidade que encerram, por serem estranhos naquele espaço físico ao qual passaram a pertencer e onde têm de passar a conviver com os seus pares.

Além de tudo o que referi, considero as colecções umas companhias ideais, que mesmo encerradas no seu mutismo, entretêm imenso, seja no seu cuidar, seja na sua contemplação, qual ponto de partida para uma viagem já efectuada, qual ponto de partida para uma viagem ainda não realizada, talvez nunca a realizar, mas sempre a alimentar parte do nosso imaginário. Quando o olhar pousa, mesmo furtivamente, numa peça de uma determinada colecção adquirida, por exemplo, numa viagem, logo se desencadeia uma cascata de imagens, de sensações, emoções que nos transportam a um passado mais ou menos remoto, e todo o recordar é um voltar a viver, se bem que de modo diferente, mas, volta-se a viajar.

E este é um dos aspectos fascinantes que um coleccionador pode desfrutar quando dispõe de uma, algumas ou muitas peças que, no seu conjunto apresentam características comuns, "todas diferentes, todas iguais", mas, que aos seus olhos se apresentam totalmente diferentes entre si.

As minhas colecções fazem parte de mim. Elas, sem mim, por certo não seriam como são.

A minha colecção de artigos orientais

Tenho uma afeição especial por esta colecção, não só porque gosto de todas as peças, obviamente mais de umas do que de outras, mas, porque uma e todas representam os muitos passos da minha já longa caminhada profissional.

Guardo, com um afecto muito especial, um leque muito pequenino, a primeira peça que recebi, estava eu ainda há pouco tempo a trabalhar na Embaixada do Japão, em Lisboa. É, de facto, uma verdadeira miniatura, quão pequena de tamanho, quão grande de significado para mim, marcando o início de uma vasta colecção, em número e variedade. Todas têm uma história, história por vezes que só eu sei e que para mim conservo como parte integrante do meu passado, indiferente e incólume a etapas, por vezes um pouco tortuosas, que fazem parte de qualquer carreira não muito curta.

Gosto especialmente das peças de laca, das porcelanas, da cerâmica artesanal, não desprezando os tecidos, sejam os de algodão, ostentando o tão característico azul indigo, sejam os de seda, estes pelo seu requintado toque associado a uma leveza difícil de descrever e, até os brocados que, embora não me seduzam grandemente, não deixam de ter a sua beleza policromada e pictórica.

Quando menciono as lacas, refiro-me às lacas japonesas, feitas de bambu ou madeira e revestidas a laca de *urushi*, árvore japonesa de onde se extrai a laca propriamente dita, que não é senão uma substância resinosa que uma vez extraída da árvore é sujeita a um espessamento e homogeneização antes de ser aplicada no objecto, um processo que envolve a sobreposição inúmeras e finíssimas camadas. Incluo as taças vermelhas e as pretas ornamentadas exteriormente com desenhos a ouro velho e com o seu interior de uma cor que não direi ser propriamente vermelho, porque não se trata do vermelho a que estamos normalmente habituados, mas que também não poderei designar de laranja. É um tom muito próprio, muito peculiar das peças de laca em que os orientais são mestres.

Claro que não poderia omitir as caixas, de várias formas geométricas, umas maiores, outras mais pequenas mas, todas bonitas, negras ou de cor vivas, lisas ou com umas leves pinturas a ouro ou prata, contando algumas com incrustações de madrepérola. Como gosto muito de caixas, porque lhes reconheço uma função organizativa, para além de meros objectos de decoração, quando estou em casa frequentemente os meus olhos vão tropeçando nesta e naquela, por isto ou por aquilo. É uma delícia para o olhar e um agrado para o tacto, o poder sentir qualquer um destes objectos, em que tudo é natural.

E os pauzinhos? Todos diferentes, em tamanho, qualidade, e desenho. Sejam os próprios para as crianças, com dimensões mais reduzidas e com desenhos infantis, sejam os que apresentam desenhos mais elaborados e de certo modo mais coloridos, e de menor espessura, mais ajustados aos delicados dedos femininos, contribuindo para um manuseamento mais elegante. Por contraste, os pauzinhos usados pelos japoneses adultos, são mais grossos e

apresentam desenhos e tons mais sóbrios, assim como sóbria é a imagem normalmente transmitida aos demais.

Os leques, sejam mais ou menos simples, de laca ou de bambu, não fazem parte dos meus artigos predilectos, talvez pela sua forma, talvez pelos desenhos que, de um modo geral, não vêm ao encontro do meu gosto pessoal.

Mas as porcelanas e as cerâmicas, estas sim, deliciam-me. As primeiras, pela sua fragilidade requintada, as segundas pelas forma, grão e desenho que, em muitos casos, se limita a uma simples pincelada, pincelada essa, cheia de arte e de significado subjectivo. Por vezes dou comigo a cogitar sobre a 'pincelada' ou o 'pingo' que, à primeira vista, poderá dar a ilusão de ali se apresentar como testemunho de descuido ou falta de aptidão do artista que a deixou escorrer por defeito, mas que, de facto constitui parte integrante e relevante da expressão do ceramista. O artesão assim a deu, num momento de alegria ou teria sido de tristeza, ou não estará nela subjacente um grito de evasão ou de satisfação pela obra conseguida?...

E perguntarão, não refere as bonecas japonesas? De início, talvez pela sua estranheza ante os meus olhos de adolescente, fiquei cativada por aquelas figurinhas feitas em madeira de cipreste japonês (*Cryptomeria japonica*), de corpo cilíndrico e cabeça esférica. Todavia, com o passar dos anos e consequente familiarização com a cultura nipónica, o meu interesse foi esmorecendo, não deixando, no entanto, de as conservar como elementos representativos da arte de um povo. Também as tenho na sua forma mais simples, feitas de papel colorido, com vários motivos típicos – botões de cereja, ondas, escamas ou xadrez – enquanto as de porcelana envergam ricas vestes de sedas e brocados, entre as quais, realçam umas em formato ovaloide, símbolos da fertilidade. Mas, sinceramente, não são as bonecas que mais cativam o meu interesse.

E de biombos, não nos diz nada? Muito haveria a dizer, se fossem de tamanho natural, mas limitam-se a uns quatro exemplares, muito bonitos, de dimensões reduzidas, que, à maneira japonesa, colocados quais cenários para peças mais valiosas, resultam em enquadramentos curiosos.

Sendo o chá a bebida por excelência, merece uma posição de destaque na minha colecção, não através das suas folhinhas, que, para mim, não seria de grande interesse, mas, através dos bules, chávenas, tabuleiros e demais artigos relacionados, não faltando um conjunto completo dos elementos indispensáveis para a realização da sua cerimónia: um pequeno boião de laca que conserva o *matcha*, chá sob a forma de pó esverdeado obtido das pontinhas das melhores folhas, uma taça grande em cerâmica, uma chaleirinha em ferro fundido, uma espécie de colher em bambu, um misturador igualmente de bambu e, obviamente, o respectivo tabuleiro de laca preta com bordos de cor vermelha. Uma beleza! Não quero deixar de aqui salientar uma característica das chávenas

japonesas que, na sua versão tradicional, são desprovidas de qualquer asa, para possibilitar o cumprimento da etiqueta japonesa que dita que ao tomar chá de uma chávena, esta se deva apoiar de cada lado nas pontas dos dedos das duas mãos. Um outro aspecto curioso, e, muito diferente do habitual no mundo ocidental, é o facto das chávenas não terem os respectivos pires. Claro que existem, mas, não fazem conjunto com as chávenas. Adquirem-se separadamente destas, e, normalmente são feitos em laca ou madeira nobre. Os japoneses acham que, sendo as chávenas colocadas em pires de material diferente, é-lhes realçada a beleza por contraste.

Embora de material menos nobre, não quero deixar de aludir às diversas latas em que tradicionalmente é vendido o chá em folhas, ou outros produtos comestíveis, sejam algas, aperitivos, etc. São normalmente cilíndricas e ostentam caracteres diferentes, dependendo do conteúdo e sua zona de proveniência. Como o clima do Japão apresenta normalmente um elevado teor de humidade, as embalagens em folha de alumínio tornam-se quase que direi indispensáveis para a boa conservação do produto, e por tal, haver uma variedade imensa de tamanhos e desenhos. Claro que hoje em dia, e, com a evolução registada no campo das embalagens, as tradicionais são de preço mais elevado, sendo muitas vezes adquiridas quando se destinam a presentear alguém.

No campo das bebidas, não poderia omitir os diversos copinhos, assim lhes chamarei, próprios para servir o *saké*, bebida obtida através da fermentação do arroz, e, sempre presente numa refeição de estilo japonês. Tenho-os de melhor e de pior qualidade, em porcelana fina ou em cerâmica, estes sendo mais coloridos e apresentando figuras de personagens do *Kabuki*, uma das expressões mais conhecidas do teatro tradicional japonês.

Relativamente à arte do arranjo floral (*ikebana*), a sua presença é um pouco modesta, limitando-se aos *kenzan*, peças de ferro próprias para manter as flores ou ramos em pé, e a meia dúzia de jarras de diversas formas.

Contrariamente ao que seria talvez de supor, não possuo nenhum *Bonsai*, árvore ou planta em miniatura, que tem vindo a ganhar popularidade entre nós. Não encontro uma razão muito especial para a sua ausência, mas, talvez, a justifique por requerer um cuidado e técnica muito especial, para os quais não me sinto naturalmente vocacionada.

Ausência também se aplica ao *kimono*, traje normalmente de rara beleza, pela textura do material em que é confeccionado e padrões mais ou menos coloridos. Limito-me a um *yukata*, espécie de robe em algodão, usado normalmente pelos japoneses quando estão em casa, em dias de elevadas temperaturas. Mas, enquanto o kimono pecará por ausência, os seus diversos acessórios estão bem representados – grampos ornamentais para o cabelo,

bolsinhas de brocado, adereços de pérolas. E detendo-me nesta área, e, apesar de só possuir um exemplar, menciono um par de *waradji* que mais não são do que sandálias de palha, raras hoje em dia, feitas por uma japonesa de 90 anos e que recentemente me foram oferecidas. Pela sua raridade e pela proveta idade de quem a fez, conservo-as com uma ternura especial.

E depois desta panóplia, ainda tenho espaço para conservar variadíssimos artigos de seda e algodão, os primeiros pelo seu valor e delicadeza, mais guardados do que usados, os segundos, pelo contrário, com diversa aplicação no uso diário, inclusivamente para transportar algo de forma irregular. Os japoneses chamam *furoshiki* a uns tecidos de forma quadrada, feitos de algodão ou seda artificial. Tornam-se muito úteis e práticos, principalmente quando se pretende transportar algo de configuração irregular ou um objecto mais delicado, como um bolo. Eu diria que o seu conceito não será muito diferente da nossa já esquecida, mas, antigamente muito comum, 'trouxa'.

Finalmente, certos objectos folclóricos e curiosidades: piões de madeira, amuletos, talismãs, versões japonesas de cartas de jogar que correspondem aos baralhos comuns ocidentais e aos de Tarot. Os japoneses acreditam que os talismãs *enghimonô* dão sorte e, por isso são vendidos principalmente em lojas situadas em áreas nas proximidades dos santuários. Há-os para tudo: boa viagem, êxito comercial, rápida convalescença, amor eterno, etc. Mas, dada a sua popularidade, refiro o *maneki-neko*, ou gato que acena, dando sorte nos negócios e por isso é elemento decorativo de muitas lojas e restaurantes, para além do boneco *daruma*. Quando os japoneses querem que um desejo se realize, compram um boneco destes e pintam apenas um dos seus olhos. Se o desejo se realizar, pintam então o outro olho como sinal de gratidão. É vulgar, entre os políticos, ter um destes bonecos nos comités eleitorais.

A Vida é feita de pequenos prazeres e estes não precisam de ser grandes em volume ou de elevado valor para neles se encontrar aquela satisfação, difícil de descrever por palavras mas, fácil de entender com emoção. É este pequeno grande Prazer que me é dado por esta Colecção, a maior de entre todas as que tenho, qual testemunha de uma vivência cujo fim ainda não vislumbro.

CONSIDERAÇÕES DE UM COLECIONADOR

Paulo Fonseca*

Ao receber o convite para escrever algo a respeito de coleções e alguns dos afetos nelas envolvidos, estava eu a escutar a música *But Beautiful*, de 1947, de Burke e Van Heusen. Pensei ser oportuno falar sobre a letra desta canção:

Love is funny or it's sad
Love is quiet or it's mad
It's a good thing or it's bad
But beautiful!

Love is tearful or it's gay
It's a problem or it's play
It's a heartache either way
But beautiful!...

Penso que as apreciações dos versos quanto ao amor, servem para ilustrar de forma sintética, mas bastante precisa, o que eu poderia dizer sobre o tema que me é proposto. Porque concordo que colecionar tanto é engraçado como é triste, é algo sereno e tranqüilo como agitado, uma loucura! E tanto pode ser algo bom, dadivoso, ou ao contrário, aprisionante e perturbador. Leva às lágrimas ou a sorrisos, tanto podendo ser um problema ou mesmo um brinquedo. E que, de qualquer modo que se o encare, tal qual como o amor (do qual, digo eu, até pode ser sinônimo), é uma «dor de coração». Mas sempre, em todas estas possibilidades e divergências, pode ser muito bonito. Ao menos quanto ao que coleciono – obras de arte contemporânea e vídeos de cinema.

Em meu caso, embora me considere um colecionador «peso-pluma», «as coleções» se iniciaram de forma gradual e não intencional, e à época não cogitava em constituí-las, ao menos aparentemente, pois como psicanalista busco entendimento do que está além das aparências, o que já implica na utilização do viés arqueológico que, usualmente, desde Freud, impregna a psicanálise. Freud, ele próprio um colecionador, direcionava seu interesse por antiguidades e achados de expedições arqueológicas, tendo apontado, várias

* Licenciatura em Medicina. Membro didacta da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

vezes, em seus textos, a semelhança entre as duas ciências, a Arqueologia e a Psicanálise. Esquematicamente, ele propôs a visualização da mente como feita de camadas, em que as mais profundas e de mais difícil acesso, referem-se às mais antigas, dos tempos da infância. A analogia, desde então, tornou-se persistente. Sob esta ótica, meus interesses em colecionar filmes e obras de arte, de certa forma são superponíveis e podem mesmo ser entendidos por seu denominador comum. Assim, por exemplo, na opinião abalizada de Federico Fellini, o cinema está antes de mais nada vinculado à imagem visual e, resume ele, «tudo decorre da incidência da luz».[1] Neste sentido, os interesses, cinema e artes plásticas, se encaixam. Recorrendo ao recurso arqueológico, em minha infância, os filmes estavam sedutores já nos anúncios, nos apelos dos cartazes e, ante a inexistência de vídeos, os filmes tinham de ser colecionados na memória. (Somente em anos recentes, o conceito de «objeto fílmico» veio resgatar tais lembranças, privilegiando-as bem mais do que o mero registro das cenas na película).

É por demais conhecido o impacto dos filmes em toda uma geração de freqüentadores de cinema, no início da década de 40 em diante, impacto este incomparável com os produzidos pelos atuais meios de comunicação, o que está bem assinalado no filme *Cinema Paradiso* de Giuseppe Tornatore. Mas, em termos psicanalíticos, pode-se avançar para uma outra infância, não mais restrita à cronológica. A uma época mais primitiva, idealizada, pré-verbal e mesmo impensada, expressiva de um narcisismo onipotente. Nestes termos, usando agora uma variação de nossa metáfora, mudando terra por água, em última instância, em seu significado mais primitivo, o colecionador pode ser entendido como um escafandrista em busca de um Titanic, como símbolo de tal narcisismo. Não o do naufrágio da onipotência, mas o registro que existiu, em certo tempo não tão remoto, um enorme transatlântico, que nos representava a todos, e que por pouco, muito pouco, não aportou no cais da sua primeira viagem (e não da última, embora ambas) e que, então, passaria a confirmar o significado definitivo de que nem Deus poderia afundá-lo. Dito assim, o colecionador estaria a buscar a Atlântida do sonho de uma existência oceânica do tudo ter. Estará aí o «sentimento oceânico» a que Freud se refere? – O feto no líquido amniótico, flutuando protegido, sem as faltas, sem as necessidades que logo ali, ao nascer, com ele nascerão. As reverberações do colecionar vão a tanto?

---

[1] Fellini. *I'm a born liar*. Filme-documentário de Damian Pettigrew, *First Look Home Entertainement*, 2002.

Poder-se-ia, então, dizer, que o ato de colecionar (e aí estão as coleções de selos, moedas, autógrafos, miniaturas, etc.) é, em última análise, uma tentativa de, em termos inconscientes, re-tomar, re-atualizar, re-viver, re-ver, re-memorar, re-significar e mesmo re-criar épocas, objetos e primordialmente os afetos a eles ligados. Mas, o mapeamento destes significados ocultos, passíveis de serem remontados a um passado distante, constitui-se apenas em um dos aspectos, porque o viver não propõe somente a trilha do desencavamento arqueológico. Não buscamos o passado, já que ele próprio nos busca e nos envolve. Sua função é viva e atual e compõe a dinâmica do nosso presente e do nosso futuro.

Retomando a letra da música *But beautiful* e confirmando a ambigüidade e as múltiplas possibilidades de configurações nela apontadas, poder-se-ia dizer que as coleções de arte, por não serem muito freqüentes, compõem museus particulares e constituem algo que se aproxima do dito «... a montanha vem a Maomé», pois ao lado do prazer estético de «vestir» paredes vazias e construir ambientes amáveis e belos, podem também fazer parte de uma armadura defensiva, de evitação de contato, substitutiva de uma realidade imprevisível e sentida como hostil e potencialmente perigosa. A própria posse é expressão de um controle e como uma espécie de visto de passaporte para viagens nostálgicas de retorno de sentimentos e revisitas de olhares. Por vezes, mas nem sempre, presta-se como instrumento para lidar com os sentimentos incômodos de inveja ou ciúme, projetando-os, provocando-os pela própria posse de algo de valor. Em tais casos, pode ser percebido um sentimento de triunfo por parte do colecionador, exatamente até pelos comentários dos olhares que não aplaudem... É bom assinalar aqui que a própria noção de controle necessariamente implica em uma gradação, que vai desde elementos de teor obsessivo até quadros limitantes de flagrante patologia obsessiva, resultante esta da intensificação e freqüência de tais traços caracteriológicos. E que, em ambos extremos do espectro, aspectos anais retentivos poderão ser detectados.

Nos casos mais chamativos, e de acordo com as metáforas empregadas, é reconhecida no colecionar, como vimos acima, a busca de algo cuja posse represente valor, algo que simbolize poder e controle sobre o tempo, memória e afetos. Pode ser algo cujo valor intrínseco escape a uma observação menos atenta. Poderíamos perguntar qual o valor, por exemplo, de uma coleção de caixa de fósforos? Somente poderemos sabê-lo, pelo valor a ela atribuído pelo colecionador, e entender, em sua trajetória, os múltiplos sentidos que se encontram ali condensados. Por exemplo: fósforos como o controle de impulsos incendiários... rebeldia ante proibições e cerceamentos em sua história... controle esfincteriano de humilhantes enureses noturnas... Em suma, o autor da coleção

e sua história é que poderão nos revelar as compreensões mais amplas, e mesmo estas, sempre serão incompletas.

Com freqüência, o objeto colecionado representa o desafio vencido, a reversão de uma situação sofrida, a abertura de uma janela para novas esperanças e possibilidades, o reencontro de uma acalmia. Na história infantil de Disney, por exemplo, a riqueza maior do império do personagem Tio Patinhas é a sua primeira moeda. Não muito diferente, pois, da referência clássica, em termos cinematográficos, do anseio do milionário Cidadão Kane por seu *Rosebud* – o trenó de uma época perdida de despreocupação da infância. Em Psicanálise, chamamos de ideal de ego, o anseio inatingível de retornar a uma época de ego ideal (quando o próprio ego do sujeito era o seu ideal). Ao *Rosebud*, à primeira Moeda de completude dos tempos iniciais em que o próprio tempo não contava e não existia o que não se possuía. O já citado sentimento oceânico do tudo ter. A posse e o controle em termos absolutos, a satisfação instantânea dos desejos. Ter o objeto sempre disponível. (A propósito, a expressão «estar à mão» é sugestiva de práticas masturbatórias que buscam a satisfação alucinatória de miragens).

Muitas outras considerações podem ser cogitadas frente aos temas colecionar, coleção, colecionador, mas para concluir estas minhas aproximações, vem-me à mente uma cena clássica do filme «As Regras do Jogo», de Jean Renoir. Refiro-me à expressão, ou melhor às expressões do olhar do ator Marcel Dalio, o qual interpreta o proprietário da mansão campestre que perscruta seus convidados, ao lhes apresentar e pôr em movimento o seu jogo maquinário de objetos mecânicos – um misto de satisfação, orgulho e triunfo e , ao mesmo tempo, uma busca de aprovação e reconhecimento... (E agora, neste exato momento, na medida em que relato essa evocação, eu próprio sorrio, também satisfeito, por dispor de uma cópia deste filme. E fico com desejo de rever tal cena, mas percebo que é uma vontade tranqüila, «domada» pelo fato de sabê-la disponível. É mais isso!).

E, ao finalizar, gostaria de assinalar que para mim o colecionar não deve ser confundido com a acumulação de bens e objetos para fins de investimento financeiro. A essência de uma coleção, no meu entendimento, diz respeito aos afetos nela investidos e que são passíveis de serem rastreados na história singular do sujeito. Nestas circunstâncias, colecionador e colecionado se articulam e compõem uma outra configuração, uma Coleção, que vem a ser mais que a soma dos componentes. Cria-se uma nova exposição, da qual o colecionador é o artista e um novo filme, do qual ele é o cineasta.

TESOURO E AFECTOS EM HARRY POTTER

Manuela Gama[*]

Papéis e mais papéis, muitos papéis, cartões vários e um pequeno biombo de pano cercado de ferro, constituem um conjunto considerado por muitos como um tesouro, que eu vou aumentando gradualmente e guardo religiosamente em vários espaços da casa, para trazer à ribalta de tempos a tempos.

Esta colecção, quando exposta, deixa nos olhos de quem a visita a avidez da descoberta, o contentamento do encontro e o encantamento de um tesouro que podem visualizar e até tocar. São as multifacetadas facetas de olhar a exposição, a alegria que transmitem os visitantes e as conversas com os meus interlocutores que me levam a recolher tudo relacionado com Harry Potter.

A ideia de tesouro nunca foi concebida por mim. Tal conceito começou a nascer depois de ser comentado pelos alunos e mesmo por outros adultos que me fizeram consciencializar que seria um «tesouro», passado tempos de começar a coleccionar.

A compra de jornais ou revistas de nacionalidades diferentes nasce da minha curiosidade em saber novidades, mas com o intuito de poder transmitir mais aos possíveis ou já leitores desta saga. A aquisição de algum elemento harrypotteriano tem sempre como objectivo e finalidade os olhos contentes e muitas vezes estupefactos dos interlocutores e simultaneamente a minha intencionalidade da motivação para a leitura.

Num plano reflexivo e de introspecção, numa análise muito selvagem, penso que os meus afectos por Harry Potter têm a ver com o prazer que sinto quando me falam empolgadamente da leitura que fizeram dos livros. Podem interrogar-me sobre o porquê da fruição da leitura desta escritora e não de outros autores.

[*] Licenciatura em Filosofia. Pós-graduações em Filosofia da Educação, Língua Portuguesa e Linguística, e Bibliotecas Escolares. Professora e Coordenadora da Biblioteca, na Escola Frei Caetano Brandão, Braga. Membro da Coordenação do projecto CulturaNatura – 500 Anos de Convívio com Brasil, em Braga (1996-1999). Responsável por exposições e workshops sobre Bibliotecas Escolares e sobre Harry Potter, em diversas escolas e universidades. Formadora em Língua Portuguesa e Bibliotecas Escolares. *E-mail:* jggjgg@iol.pt

A minha felicidade, quando os alunos ou outros me falam de qualquer leitura que fazem é grande, mas as descrições ou narrações das leituras do rapaz órfão e de cicatriz estranha na testa é de tal forma contagiante ao transmitirem os encantos que viveram e vivem, que eu gosto de lhes continuar a fomentar o sonho, o encanto e os valores que J. K. Rowling defende. Também é de referenciar que não existe só um livro, há um ressurgimento de novidade após novidade, a criação continuada de filmes e livros que origina toda uma sequencialidade que faz com que se espere o próximo, se imagine e se interrogue o que irá acontecer às mais diversas personagens.

Foi num contexto de atenção e talvez de intuição que surge a história da minha colecção que vou contar e partilhá-la convosco.

Corria o ano de 1999, quando li um mini resumo, nos folhetos que as editoras nos enviam para casa, sobre um livro até então desconhecido que se chamava *Harry Potter e a Pedra Filosofal*. Pareceu-me bastante interessante e aconselhei a minha filha, então no 4º ano, a lê-lo. Acontece que, passado algum tempo, já só ouvia falar em casa dum rapaz franzino, com óculos desproporcionados em relação ao tamanho do rosto e unidos por um adesivo, que o nariz mal suportava. Nesse ano lectivo de 1999/2000, tirei um curso sobre Bibliotecas Escolares e numa disciplina sobre Dinamização das Bibliotecas Escolares apresentei uma minimíssima exposição, começando assim o meu périplo harrypotteriano. Esta amostragem constava de um biombo com bolsos, e de cada um destes apareciam elementos como um sapo, um tipo de vassoura – a «Nimbus 2000», uma coruja de corda e outros elementos constantes nos primeiros dois livros. Os filmes ainda não existiam no mercado, e o material existente era escassíssimo, com excepção de pouquíssimas revistas que eu procurava todos os sábados nos quiosques, na expectativa de que, em português ou inglês, encontrasse algo mais sobre «um jovem feiticeiro que encanta crianças e adultos e traz um novo tipo de magia à literatura infantil», como se referia a revista *Time*.

No ano seguinte, como Coordenadora da Biblioteca de uma E.B. 2/3 de Braga, apercebi-me que Harry Potter era pouco conhecido. Como a biblioteca escolar existe numa tentativa de aproximar o aluno do livro e o livro do aluno, numa relação de permanente dialéctica e complementaridade do livro como fonte de conhecimento e de prazer, pensámos montar uma exposição. Esta exposição tinha a particularidade de se terem recolhido na Internet as primeiras figuras desenhadas, que os alunos pintaram depois com cores, como sonhavam serem as personagens. As figuras ainda eram desenhos com as características que J. K. Rowling apresentava nos dois primeiros livros, mas bastante diferentes das personagens que hoje vemos no cinema. Ampliou-se de um pequeno desenho a Escola de Hogwarts, de pequenas fotografias de revistas aumentaram-

se e tínhamos a autora mais três diferentes fotografias de Harry Potter, e construiram-se animais de estimação como a coruja, o sapo, entre outros. A isto acrescentaram-se pequenos textos dos livros e das revistas. Estava assim montada a segunda exposição. É evidente que o biombo da primeira apresentação estava presente, como continua ainda hoje a acompanhar as exposições.

Passados tempos, começava-se a ouvir os primeiros ecos em Portugal de e sobre o inato feiticeiro que lançou os pós de perlimpimpim aos seres normais *muggles*. Era evidente que muitos professores desconheciam as obras, outros só conheciam por revistas ou por transmissão oral. Assim, agendou-se uma conferência para professores, ao mesmo tempo que a exposição era para todos. Estiveram presentes mais de uma centena de professores de variadíssimos estabelecimentos de ensino. Convidámos um sociólogo da Universidade do Minho, Professor Doutor Moisés Martins, para explicar o fenómeno que se vivia nas mais variadas escolas e em grande parte da sociedade, a nível da leitura.

Em relação aos alunos, os poucos que conheciam o herói da varinha mágica, que encanta pessoas e coloca crianças de dez anos a lerem livros com cerca de seiscentas e setecentas páginas, colaboraram na exposição. Nos outros, notava-se uma expectativa e uma curiosidade muito grande. Com esta exposição, os livros começaram a ser requisitados para leitura e passados tempos aquela «criançada» invadia-me a biblioteca para falar desta ou daquela personagem.

Com o tempo, tenho verificado que, após as várias exposições, durante muito tempo desaparecem da biblioteca todos os livros do Harry Potter. Os alunos levam para ler em casa, e até chega a criarem-se listas para que cada interessado tenha a sua vez confirmada.

Como as exposições eram muito solicitadas, a colecção continuou a crescer da seguinte forma: Nas épocas de lançamento de livros e filmes, percorro os quiosques e faço uma selecção das revistas e dos jornais portugueses, ingleses e outros que falem do menino, agora adolescente, de cicatriz na testa e maltratado pelos tios que o criaram. Penso que devo possuir mais de meia centena de revistas e várias dezenas de jornais. Utilizo-os nas exposições e dou como prémio fotocópias aos mais colaboradores e mais entusiastas, o que se torna um novo estímulo para eles. Mas este périplo de arrecadar elementos para as exposições não tem fim. Assim, comecei a pedir nas livrarias se me ofereciam os cartazes após o lançamento dos livros. Segui o mesmo sistema em relação aos supermercados e, por último, munida de uma certa ousadia, fui a um dos cinemas de Braga pedir as personagens de cartão em tamanho grande, que expõem quando exibem os filmes. Arranjei umas tantas, mas para surpresa

minha, estas imagens e *posters* são muito cobiçados pelos próprios empregados dos cinemas, homens maduros mas apaixonados pelo adolescente que, com Ron e Hermion, dá uma vida nova e diferente à escola de feiticeiros.

Em 2002, quando foi a estreia do segundo filme *Harry Potter e a Câmara dos Segredos*, encontrava-me como Coordenadora da Biblioteca de outra Escola em Braga. Era evidente que não podia deixar de mostrar aos alunos os bens do meu "espólio", na expectativa de os motivar para a releitura ou então para a leitura das obras.

Como se pode prever, montei outra exposição. Nesta existiam elementos que vinham de exposições anteriores. É evidente que o biombo já é peça-chave. Acrescentei mais revistas e os livros de J. K. Rowling em inglês, assim como os congéneres brasileiros que se salientam pelas letras brilhantes das capas. Já havia *posters*, e isso foi muito salientado no caderno – livro de registos de visitas, ao jeito daqueles existentes em grandes exposições, e que foi muito concorrido. A ideia deste livro artesanal tem duas finalidades: saber o que pensam os alunos sobre a exposição e educá-los para saberem usar livros do género mencionado, nos sítios adequados.

O balanço foi extremamente positivo: as visitas foram muitos e os livros de Joanne Rowling (nome de nascimento, porque o "K" foi retirado do nome de uma avó e só o começou a utilizar quando entregou o primeiro livro à editora) foram todos requisitados para leitura em casa.

Em cada exposição, além de deixarem muitos recados elogiosos no "livro de visitantes", fornece também muitas histórias. Partilho aqui uma delas, que sintomaticamente representa o que é para eles Harry Potter: um aluno de 15 anos, com extremas dificuldades económicas oferecia-me 5 euros (ele próprio considerava muito dinheiro) por um poster que uma livraria me ofereceu.

Torna-se importante frisar que os periódicos de Braga e rádios têm acompanhado estas exposições, e para os alunos isso acrescenta outro brilho e emoção porque ficam felizes por sair nos meios de comunicação uma reportagem da sua Escola que tem nesse momento uma exposição sobre o Harry Potter.

O lançamento do livro *Harry Potter e a Ordem de Fénix*, em Outubro, não podia passar desapercebido na Escola. Como sempre, arranjei os novos cartazes e revistas alusivos ao novo livro, peguei nos meus já conhecidos caixotes e nas personagens de cartão do cinema, que vou adquirindo, e, em Novembro de 2003, fiz também o lançamento do quinto livro.

Em Novembro passado, aconteceu na Trofa um simpósio sobre Bibliotecas Escolares. A comunicação que apresentei era acompanhada com várias exposições em *power point*, o exemplo da dinamização bilbiotecária

apresentada teve sucesso. Se até aí me convidavam para exposições e conferências, o ciclo aumentou com *workshops* na universidade.

Agostinho da Silva comentava que a utopia era o motor da vida. Um mundo sem utopia não avança. Na Biblioteca deve-se fazer o possível para a dinamização, apontando sempre para a utopia. Mas, como sabemos que a parte económica é sempre escassa e às vezes nula para esta dinamização, gostava de frisar que estas exposições que realizo nada têm de perfeito ou rico a nível material, têm sim muito trabalho, muito suor, e ousadia para pedir nas livrarias, cinemas e supermercados tudo o que já foi mencionado. São exposições simples em que, às vezes, é preciso colocar mais fita-cola do lado interno para não se notar que algo está roto. Nunca pedi subsídio algum. Mas sei que estas exposições são sempre bem vindas às escolas, encantam os alunos e motivam imenso para a leitura.

Brevemente chegará aos nossos cinemas o terceiro filme. Já rondo as portas habituais das minhas pesquisas, na perspectiva de que brevemente mais elementos novos aparecerão.

Como muitas vozes querem fazer crer, o *marketing* é a alavanca de todo este sucesso mundial. Pessoalmente, concordo com Ana Cristina Leonardo, numa crítica feita na revista *Cartaz* do jornal *Expresso*, em 2000: «Ao contrário do que alguns pensarão, a capacidade crítica dos jovens é muito mais implacável do que a dos adultos. Se bem que menos informados, estarão também menos viciados. E é por isso que o folclore em torno dos lançamentos dos vários volumes dados à estampa não nos deve fazer esquecer uma regra de ouro do bom senso: À primeira caem todos, à segunda cai quem quer, à terceira quem é tolo… Harry Potter já vai na quarta.» (Actualmente, na quinta!).

Para concluir estas considerações sobre as minhas afeições e colecções do menino que marcou para sempre a literatura infanto-juvenil, e não só, gostava de referenciar muito sinteticamente o significado sociológico do fenómeno nas anotações da conferência do Professor Moisés Martins.

O fenómeno Harry Potter é a exemplificação concreta de que "o mundo já não se vive, exibe-se", e que neste mundo actual não há conhecimentos mas notícias, sendo estas aquilo que se exibe.

O director da célebre escola de feitiçaria, pessoa boníssima, diz que «o sonho é a vida». Só este feiticeiro, o mais lido do mundo, e as pessoas que seguem o mundo do sonho, conseguem ver essa realidade. Só eles conseguem vislumbrar e vivenciar os verdadeiros, novos e já antigos valores.

À maneira de aforismos, são-nos afirmados certos valores que a sociedade tende a eliminar. Assim, são esconjurados o medo, a cupidez e a ocultação da morte. O encorajamento para enfrentar o medo é a melhor maneira para o vencer. O mais importante na vida não é ter o máximo de bens e dinheiro. Sem

nela falar, J. K. Rowling, ao dar a conhecer a morte aos seus leitores, mostra-a, e fá-lo de maneira elegante levando as crianças a lerem um capítulo do quarto livro de uma forma normal.

Espero continuar a alargar a minha colecção e a expor o que os outros consideram tesouros, na perspectiva de incentivar cada vez mais a leitura.

Metáforas

Coleção de artesanato de palavras

Coleccionar, porquê?

Coleccionismo

Os objectos que coleccionavam sujeitos
(estilo ou género de escrita: diálogos sociológicos)

Outros

METÁFOROS[*]

No momento actual, cabe afirmar, obviamente, quanto o coleccionismo faz parte integrante do paradigma epistémico Pós-Moderno.

Na verdade, não só de tudo se faz uma colecção, como até quem não faz colecções *strictu senso* sente direito de as fazer *lato senso.*

Assim sendo, a palavra «colecção» é usada como metáfora, no lugar de conjunto ou de multiplicidade, quando há uma seriação, repetição e similares ou como diz o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea:*[1] «reunião por parte de uma pessoa, entidade, colectividade… de objectos da mesma natureza, por um interesse estético, científico, histórico, lúdico…».

A tal ponto que as pessoas acrescentam colecções de afectos aos afectos pelas colecções.

Falam, deste modo, da vida.

«O indivíduo que só tem em conta as realidades do seu escritório espera ser alimentado nas ilusões, pelo interior. Esta necessidade é tanto mais premente quanto não sonha enxertar aos interesses negociais uma consciência clara da função social. Na organização do ambiente privado recalca essas duas preocupações. Disso derivam as fantasmagorias do interior: este representa para o particular o universo. Reúne nele as regiões longínquas e as recordações do passado. O seu salão é um camarim no teatro do mundo.

O interior é o asilo onde se refugia a arte. O coleccionador é o verdadeiro ocupante do interior. Faz sua a idealização dos objectos. É a ele que incumbe esta tarefa sisipiana de tirar às coisas, porque as possui, o carácter de mercadoria. Ao conferir-lhe o valor que têm para o amador, em lugar do valor de uso. O coleccionador agrada-se de suscitar um mundo não só longínquo e defunto, mas ao mesmo tempo melhor: um mundo onde o homem é tão pouco, a bem dizer, contanto do que, tem necessidade no mundo real, mas onde as coisas estão libertas da servidão de serem úteis».[2]

[*] Esta introdução, feita por Ana Luísa Janeira, refere-se aos textos que seguem nesta seção.

[1] ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa e Verbo, 2001.

[2] Walter Benjamin, *Paris, capitale du XX.e siècle. Exposé (1939).*"Ecrits français". Paris, Gallimard, 1991, 385-386.

O que continua e não continua a ser assim, agora?

Paralelamente, a colecção invadiu-nos no quotidiano.

Mas será só isso? Não será, antes, que a colecção invadiu tudo, invadindo-nos a alma, com sentires positivos e negativos?

Ou não poderá ser, igualmente, que está a aumentar o número de quem descobre razões para coleccionar todos e quaisquer prazeres, ninharias e sem importâncias, pequenos – nadas ínfimos e um tanto esquecidos? Incluindo aquilo que o consumismo mais compulsivo nunca escolheria para ser coleccionado na Modernidade?

Se assim for, este tipo de coleccionismo poderá anunciar uma nova cultura, associada ao paradigma do sustentáve: a cultura da escassez, a ocupar o lugar da cultura da abundância, como previa sabiamente o grande geógrafo brasileiro Milton Santos.

Palavras-chave: colecionismo; pós-modernidade; cultura.

METAPHORS

Currently, it is obvious how much collectionism is part of the Postmodern epistemic paradigm.

Actually, one cannot only make a collection of anything, but even those who do not collect *strictu senso* feel the right to collect *lato senso.*

Thus, the word «collection» is used as a metaphor instead of an ensemble or multiplicity, when there is a series, repetition and similar processes, or, as the dictionary ,*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*[3] says: «a person, body, collectivity brings together… objects of the same nature, due to aesthetic, scientific, historical, playful interest…".

To such an extent that people add collection of affects to affection for collections.

Thus, they speak about life.

«An individual who only takes into account the realities of his office expects to be fed in the illusions, from inside. This need is so much the more pressing as it does not dream to graft on the business interests a clear consciousness of the social function. From this are derived the internal phantasmagorias: this represents the universe for the specific. It brings together distant regions and memories of the past. Its hall is a dressing-room in the theater of the world.

---

[3] ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Verbo, 2001.

The internal part is the haven where art takes refuge. The collector is truly the one who occupies the interior. He idealizes the objects for himself. He has the Sisyphean task of taking from things, because he possesses them, their character as merchandise. On conferring on them the value they have for the amateur, instead of the value for use. The collector likes to bring back memories of a world that is not only distant and defunct, but at the same time better: a world where man is so little, so to say, counting what he needs in the real world, but where things are free from the servitude of being useful".[4]

What is still, and what is no longer like this, now?

At the same time, the collection has invaded our daily life.

But is it only this? Could it not rather be that the collection has invaded everything, invading our soul, with positive and negative feelings?

Or could it not be, equally, that the number is increasing of those who find reasons to collect all and any pleasures, trifles, and unimportant things, small – infinitely small nothings that are rather forgotten? Including what the most compulsive consumerism would never choose to be collected in Modernity?

If it is so, this type of collectionism may announce a new culture associated with the paradigm of sustainability: the culture of scarcity, taking up the place of the culture of abundance, as the great Brazilian geographer, Milton Santos, had wisely predicted.

Key words: collectionism; postmodernity; culture.

[4] BENJAMIN, Walter. *Paris, capitale du XX.e siècle. Exposé (1939).* "Ecrits français". Paris: Gallimard, 1991, 385-386.

COLEÇÃO DE ARTESANATO DE PALAVRAS

Lucas Miguel Teixeira [*]

Estou a caminhar...

Tenho uma gratidão muito grande por minha passagem profissional no Estado do Amapá, cartografia quase a despencar nas praias da Guiana Francesa, lugar recortado de água, floresta e peixes. No marco zero do equador, as amizades e, agora em Mato Grosso, aprendo que estou deitando minha singela bandeja de vida na alegria de ter mudado, migrado.

Como inspira Certeau, é estar no lugar que não é nosso.

Chegou um tempo em que na capital Macapá, a vontade para com o lugar, não deslizava mais nas águas daquele rio, o Amazonas, deitado em horizontal cama de prata, que ali parece o mar e é o mar em finais de tarde quando a maré expulsa crianças da orla, embarcações cheirando a peixe e ventres molhados em sabão das mulheres do igarapé.

Como tenho um imperativo cartesiano em mim que é: trabalho feliz: logo existo, não perco de vista meu desejo, magma que é trabalhar nos não-lugares, nômades sonhos de SER, coisas pequenas que nutrem grandes esperanças.

Tem muito tempo que penso escrever uma cartinha que me faça adornar a eternidade de nossas mães, em especial, pelas que partiram, nossos pais e o infinito tempo sem passagem das horas. Coleção de afetos não-objetos, repertórios imateriais que acondicionamos em nossa prateleira subjetiva, relicários afetivos que representam nossas almas transformadas em texto, algo recortado em simplicidade.

Não me restaria uma paisagem de memória, se não fossem os dados que me sensibilizaram e caminharam pela mesma rua de nossos quintais onde todas

[*] Programa de Pós-graduação/Mestrado em Linguagens. Coordenador das Actividades de Artes Plásticas do SESC-DRAP e SESC ARSENAL. Produtor artístico do cantor e compositor Pereira da Viola e da Banda ZIG Vagalume/BH (1994-1996). Membro do Juri do Prêmio Estadão de Cultura (2001/2002/2003), São Paulo, do III Salão de Arte do SESC Amapá e do Conselho Editorial da Revista Transes / Guiana Francesa (1999-2000). *E-mail:* papocerrado@hotmail.com

estas palavras são património da vida. A diferença é que elas nasceram em outra geografia. Umas em Minas Gerais, em São Paulo, outras em Évora, na Paraíba e mares que não nos pertencemos em navegar. Divido. Imagino que nos nós articuladores da complexa síntese urbana, pessoas enoveladas em ritmos, não juntam mais tempo para guardados, cartas.

Corre aqui, corre acolá e molha minha saudade nestas emoções que são iguais, daqui e das sombras de Belo Horizonte, altos das Minas Gerais onde fiz quente os bancos da Praça Marilia de Dirceu, olhos réus, inconfidentes e culpados enfeitados nos olhos do busto de Camões.

Neste momento, a sensação que tenho é que estou escrevendo uma carta pela primeira vez. Se não bastasse Queixada, nordeste de Minas, feliz lugar onde nasci ter sido um dia, sempre, uma vila de amor fraterno, com seus mil e poucos habitantes, completou em mim, as imagens das vidas empoeiradas nas solidões da rodagem,[1] onde eternamente, fui menino de carregar marmelo do campo e garapas. As tropas, pesadas em feixes de canas, desfilando pela rua principal, seduziam nossa infância de trilho, caixa d'água, gravatá do campo e laranja bahia do quintal de Seu Civico.

Tive duas professoras no primário (Dona Eliete e Dorinha) e delas tenho saudades! Escrevi uma carta para elas, 29 anos depois, com quase todas estas palavras. São as mesmas moças que penduradas na janela, inspiraram Milton Nascimento e Fernando Brant a cantar a música "Ponta de Areia".

A Posse, uma comunidade rural que eu não cheguei a conhecer. Welinton, meu irmão mais velho é quem falava sempre. Lá ele viu a curva do mundo nos olhos de quem não enxergava. Na Turma Centi i Quinz[2] acho que passei. Penso que é 115, diluído em ortografia, mas nunca tive oportunidade de parar. Preparo um roteiro onde constarão estas paradas, as beiras do Rio Gravata cheias de ingá, lambaris, bacparís amarelos e doces.

Minha coleção começa na Fazenda Borá, pelas bandas de Virgem da Lapa e Araçuaí, cidades maiores, vocação interna dos instantes de metrópole. Foi de lá que meu corpo estendeu-se nos bancos da varanda da cozinha de Valuzinho.[3] É como se presente estivesse, contemplando as peças de Mestre Vitalino[4] adornando a cristaleira entre cabrestos, sinos dos bois da guia, arreios e facões.

[1] Nome atribuído a estrada de terra no interior de Minas Gerais.

[2] Linguarajar mineiro.

[3] Apelido do proprietário da fazenda.

[4] Artista popular do nordeste do Brasil, reconhecido nacionalmente.

A pinguela,[5] balançando nossos medos, diminuía a vontade de tomar garapa.

Ali, camponeses estão fincados na terra. Adiante, o corte, que um dia foi leito da maria-fumaça,[6] abriu passagem para nosso futuro.

Foi de lá que saímos um dia e tenho certeza, que como este corte, porta espontânea e aberta para o mundo, continuará aberta nos corações desta gente que nos abraçou. Acho que sempre fui como o trem: lento e melancólico e mesmo sabendo de seu peso, gosto muito de sua suavidade sobre os trilhos.

Logo em seguida, vem Dona Corina, que entre banana roxa e margaridas, inspirou uma poesia generosa de milho verde e mingau. Sentia o cheiro das vassouras de malva empoeirando os terreiros. Pensava que todos nós na sua casa éramos muitos filhos. Nunca tive muita certeza, mas acho que por ali, tinha Erminda Bahiana. Quando se falava em carnaval, sua alegria derramava-se em plumas,

brilhos e purpurinas. Chico Bunitim ninguém via. Lembro de um carrinho de madeira, bem pintado de azul e amarelo, uma venda, litros de uma bebida amarela e fogo mineiro[7] empoeirados nas prateleiras. Uma cerquinha na frente da casa e mais atrás, o perigoso banheiro, onde só os grandes podiam tomar

banho. Assim reviro os confins de Minas Gerais de recantos e ilusões de falas trancadas no tempo.

Antes da aragem, já estava na entrada da fazenda de João Viana.

Ali, nossa vida fincou raízes. O banho no córrego Queixadinha

molhava a alegria que subia a grota acima que hoje vai dar lá na fazenda do Paulo Viana. Depois construíram uma ponte, mas pouco passei por ali. Já era a tropa ir ser substituída por jeeps e camionetes. O milho plantado feito grão substancial, uns na cova, outros na regra, vai para o paiol dividido em muitas engrenagens e filhos. A garapa, tomada depois de carregar alguns bagaços do engenho, era deliciada e transformada em silêncio. Foi dali, do giro daquela roda d'água de muitas alturas, que descobri o tempo circular das coisas. Fonte, labor e feijão escaldado nos pratos dos camaradas, temperados e submersos em banha, maxixes e abóboras.

Vindo de João Viana já dava para sentir o cheiro de bosta de boi no curral de Seu Cristalino, além da varanda e de moças sempre na janela marcando tempo e a horizontalidade pacata dos relógios daqueles que saíram cedo, no carro do Hugo, para resolver coisas em Novo Cruzeiro, cidade importante, sede da comarca.

---

[5] Ponte de madeira perigosa e insegura.

[6] Apelido de locomotiva movida a carvão.

[7] Bebida alcoólica destilada, comum nos armazéns rurais de Minas Gerais.

Por ali também estava seu Benedito contando os causos de Eurico Boi e o louco Liziário.

Este; não sei no que deu. Só sei que ficou arquivado na minha memória, seu vagar disperso e solitário nos medos das crianças e corpos adormecidos no cemitério de cruzes, ramagens de gabirobas e bananinha-do-mato.

A escola, que um dia foi Escolas Reunidas de Queixada, com um pátio forrado em saibro e cascalho branco, copos de sopa e quadrilhas, orientava nossos segredos.

Foi de lá e da sensibilidade maior destas professoras de quem falei, que dispensaram sobre nossas vidas a semiconsciência de que a luta ali tinha começado. Tenho guardado meu caderno de provas, distribuído pelo antigo FENAME/MEC, um programa do governo federal com o título integração e impresso o hino nacional.

Nele registrei meus passeios, sonhos em camas de vara e colchões de paina.[8]

Esquecidos no relento, armazéns, Seu Antonio Jorge e TiaTê, as uvas de Dona Zinha que ali nasceu cresceu e ainda ali está. Sãozinha, desfilando sempre em beleza e simpatia e Dona Adalcina, que além de professora por um dia, sempre foi um compromisso com nossa casa em criar os filhos para o terceiro milênio, quando nossa mãe morreria.

Homens escorados nas portas dos açougues e Casa do Feitor.[9] Seu Joaquim Guarda, Pachola, Seu Nanim, Dona Lia, hoje Lia de Doca e Zé Maria de seu Gustavo, Taqueira, Seu Bispo, Tereza de Tontona, Ambrózio, Nilton Bozó e mais uma população. Hoje não sei nem onde estarão ou se já estiveram entre nós.

Tenho em lembranças

Outros nomes e lugares que passam em minha fronte, o cheiro e o sabor de café torrado da casa de Mãe Pinheira, entre sabores e paladares, já virando para a rua que vai dar na igreja branca.

Antes de subir aquela rua, passava por Dona Zilda e Tião, que se sabia, quando precisou migrar, construiu uma história segredada na cidade de Piracicaba, em São Paulo. Sua chegada era sempre notícias de lá e isso despertava em nós interesse pelo mistério da grande cidade.

Com canecas de esmalte penduradas nos pregos da cozinha, uma roseira na porta da rua, nossa casa ficava incomodada e triste: vão nos deixar?

Aonde irão as crianças?

---

[8] Vegetal usado para preenchimento de colchão.

[9] Superintendente da estrada de ferro.

Não se incomodando, a casa, sabendo haver mãe, as crianças estarão sempre abrigadas. Meu pai foi correr trecho,[10] já que se sabia a hora da partida do trem horário, que dali sairia em direção ao fim.

Viadutos, buzinas, funilarias e metrôs. São Paulo é grande, igual pensamento de pobre na janela, como diz o cantador e lá, quando encontrar o meu cumpadre João, leve meu abraço pra ele. É assim, como no filme Central do Brasil que eles diziam. Lulu e Nininha estavam por ali. Marilene, que as meninas minhas irmãs não falavam, eram de mal,[11] Mirna, Bilôca, Bael, Ricardo...

Por ali tinha o cego Jeremias que tocava no pandeiro a asa branca.[12]

Quando em travessuras, soltávamos pneu velho lá de cima do morro, era na sua casa que vinha aquela geringonça[13] derrubando cerca, pés de beijo e lírios. Acho mesmo que em todo esse tempo de por ali brincar, talvez o que eu mais queria, era passar sempre na frente da casa de Antônio D'Anja, pois lá se sabia, na casa de Mariinha, onde na cozinha sempre teve faqueiros bordados presos na parede, moravam também, Vânia, minha eterna paixão.

Subimos e encontramos Dodô de Tião Queijo, que até hoje, tenho uma certa dificuldade de entender aquela relação de parentesco.

Logo acima está João Preto. Religioso, amigo de nosso pai e incentivador. Desta relação, eu sei que gerou muitos segredos e frutos, mas eu não sei reconstituí-los.

Lá por trás tem Roberto Caixa D'água e antes de Seu Gustavo, a igreja verde. Sempre fechada, não sei quais as graças que ela promovia.

Um dia, entrando numa fila dos alunos do turno da tarde, junto com minha mãe, fui parar por lá. Lembro que era uma missa especial, mas não recordo seus reais motivos. Resistia frente à plástica dessas imagens sacras e mais tarde, depois de compreender algumas curvas e dobras, debrucei-me nas encostas do tempo e na litania de Ouro Preto.

Gostava de perder horizontes debaixo das árvores do curral, onde os couros a secar para transformarem-se em selas e arreios, ficavam estendidos e espichados com varas e bambus. A estaçãozinha, abandonada em cartas, cartórios e telégrafos, marca a passagem de um tempo que se foi e que deixou entre os trilhos as marcas enferrujadas das engrenagens partidas em erosão.

---

[10] Migrar para cidade grande. Termo comum no sertão da Bahia.

[11] Estranhamento silencioso em função de desavenças, comum nas relações entre adolescentes.

[12] Composição de Luiz Gonzaga – «O rei do baião».

[13] Objeto desconcertante, irregular.

Dot Lad, como pronunciávamos o outro lado do rio nos conduzia para o campo nos domingos entardecidos em futebol. Passava por Geraldo Balaio e Dona Conceição de Major, Mariinha, Inêz e Seu Quincas, até chegar na Fazenda da Lagoa em sua arquitetura vernacular, rangida de carro-de-boi e doces. Pio Guedes, sempre cortez e generoso, estendia um gesto fraterno debaixo das sombras das jaqueiras e carambolas.

Pelos dois lados era possível sair daquele vale.

Nunca conheci o Lufa, nem Tamboril, pros lados da Vila do Graça e sertão adentro. Seu outro sentido era Araçuaí, passando pela fazenda Córrego Seco, entre o melado e as caixas de rapaduras enroladas em folhas secas de bananeiras saindo das varandas de Seu Zeca e Dona Aparecida.

Todas as casas de Queixada tinham janelas, mas nenhuma tinha a cor saborosa das uvas penduradas na parreira da varanda de Dona Zene, nossa mãe de leite.

Todas as casas de Queixada tinham portas sem taramelas para sempre receber nossos anseios banhados em leite, queijo e fraternidade.

Todas as casas de Queixada tinham cozinhas e serpentinas para sempre aquecer o ameno frio das noites de junho e julho daquelas colinas.

Todas as casas de Queixada tinham altares para receber, de 24 de dezembro a 06 de janeiro, os anjos da Rua da Lama, filhos de Dona Salomé, que não tendo uma manjedoura para repousar seus segredos, deitavam os sonhos numa cama de vara.

Todas as casas de Queixada tinham em cada janela, um doce olhar cuidadosamente amassado na ternura e tímida candura de Dona Zene.

Da inspiração e da expiração da terra, lembro-me de Marilena Chauí, «olhar é, ao mesmo tempo sair de si e trazer o mundo para dentro de si».

Revendo essa coleção nessa manhãzinha, separou-se em duas partes a janela de meu quarto e ganhei de presente um resto de lua com pedaços inteiros quase dourados. Sua cor estava dividida entre a noite que se foi, a aurora que me redime e a cidade submersa em cerração, neblina, cinzas engrenadas de buzinas, aviões, cerração e colegiais.

Vi uma ótima manchete de jornal velho, saiu em 08 de maio na Folha de S. Paulo que o Estado do Ceará, esses vastos espaços de seca e sertão, mostra crescimento na produção de flores (...) registrou crescimento de 38% comparada com o ano passado, isso é; juntando também com a produção de plantas ornamentais (...) colheu cerca de 200 mil rosas em fevereiro deste ano, enquanto a produtividade nacional é de 150 unidades por m², a média no Ceará é de 200 unidades por m² (...) além das rosas, desenvolve variedades como bromélias, helicônias e orquídeas.

Segundo o jornal, as rosas na região têm atingido o padrão de qualidade internacional.

Com estas palavras, penso que precisamos de sonhar por coleções de afecções nas quais a formação começa pelo barro. O princípio da inocência perdida. É da argila em vaso nas mãos de um oleiro que aprenderemos como a alma dispersa no campo, a paisagem de um lugar onde os pensamentos são agradáveis.

Chegará um dia, imagino eu, em que as grandes misérias que dão ibope ao vazio e aos grandes constrangimentos humanos, serão liquidificadas em migalhas, o sonho subirá em espumas, assentaremos ao redor das grandes mesas e almoçaremos em grandes nações, onde poderemos caminhar de mãos dadas, e nos silêncios de nossos desertos, plantaremos rosas nas vagas erosões da geografia que o Ceará transformou em notícia e num campo aberto, estenderemos nossos sonhos.

Queixada, Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, verão.

COLECCIONAR, PORQUÊ?

Manuela Ferreira[*]

Considerando colecção a “reunião de objectos da mesma natureza”,[1] posso considerar-me uma razoável coleccionadora. Não tendo muita paciência para a sistematização de que qualquer coleccionador mais exigente necessita, nem por isso deixei de, ao longo dos anos, ir *colectando*, aqui e ali, variados tipos de objectos que constituem hoje as *minhas colecções.*

Lembrando a minha infância, numa mudança de casa, aí pelos meus oito anos de idade, a arca onde se arrumaram todos os livros e brinquedos não chegou ao destino. Grande desgosto, maior birra e um apego desmedido às minhas coisas. Os meus livros de histórias que nunca mais voltei a ver, mas de que ainda me lembro, que os meus pais encomendavam, através da Livraria Cerdeira em Peniche à Lello no Porto, foram substituídos por uma colecção de minúsculas historinhas da Majora, que guardo num baú juntamente com a colecção de estampas “Raças Humanas”[2] que, por qualquer acaso, se salvou de ser transportada na “arca perdida”. Estes pequenos livrinhos de histórias, que custavam 60 centavos e constituíam a colecção “Formiguinha”,[3] eram comprados por mim com dinheiro da semanada. Com a seriedade e a determinação dos meus oito anos, completei assim a minha primeira colecção.

Não tive grandes preocupações em coleccionar até aos vinte e tal anos. Só quando comecei a viajar as colecções foram crescendo, naturalmente, como *marcos de vida*. Mas há quatro que distingo em particular.

---

[*] Assessora da Secretaria-Geral do Ministério da Educação com pós-graduação em Administração e Políticas Públicas (ISCTE). Exerceu funções técnicas no Instituto de Alta Cultura e no Instituto Nacional de Investigação Científica e foi coordenadora do Arquivo Histórico do Ministério da Educação. Actualmente é membro da Equipa da Qualidade da Secretaria-Geral desenvolvendo projectos de Gestão de Qualidade no âmbito da Administração Pública portuguesa. Tem colaborado em alguns projectos do CICTSUL desde a sua fundação. *E-mail:* manuela.ferreira@min-edu.pt

[1] *Dicionário de Língua Portuguesa,* 7.ª ed. Porto: Porto Editora.

[2] *Raças Humanas*, série de 128 cromos, colecção Cultura, 1.ª série.

[3] Colecção “Formiguinha”, Porto, Editorial Infantil Majora, adaptações e/ou originais de João Sereno e ilustrações de César Abbott.

Quando em 1975 viajei pela Argentina, o mundo então não era ainda "o já e aqui" em que a evolução tecnológica o transformou. Sobrevoar a Patagónia parecia um acontecimento único e irrepetível, e foi aí, em San Carlos de Bariloche, que de uma mulher índia recebi a primeira das peças da colecção de estatuetas. Tive de esperar que acabasse de a esculpir para fazermos a troca por mantimentos.

Entretanto, seduziram-me uma caixa de cerâmica que secava ao sol e um pequeno prato decorado com as cores das suas roupas que eram utilizados para guardar tintas e espalhar pigmentos, reproduzindo peças que só vira expostas em museus. Ainda não dominava o plástico e, no dia – a – dia, a cerâmica continuava a ser um utensílio de uso comum.

Foi a partir de então que, intencionalmente, passei a reunir um conjunto, hoje já numeroso, de estatuetas, caixas e pequenos pratos, cuja única sistematização consiste na anotação da sua origem, material, local e ano de aquisição. Sempre que lhes presto atenção, tudo pára nesse instante e, numa outra dimensão de Espaço e Tempo, revisito lugares há muito visitados, recordo cheiros jamais esquecidos, combinações de cores irrepetíveis e, como os condores dos Andes, domino do cimo do mundo, num golpe de memória, os mares e os rios, as planícies e as montanhas, anulo as fronteiras, refaço viagens por ordem diferente e retorno ao ponto de partida para partir tão logo que possa.

Uma outra colecção, a que mais estimo porque o seu valor é intangível e inestimável, é a das *minhas amizades*. Compõem a colecção que mais me (pre)ocupa e de que mais cuido porque, tal como ensinou a raposa ao principezinho: "*… Vou-te contar o tal segredo. É muito simples: só se vê bem com o coração. O essencial é invisível para os olhos…*"[4]

[4] SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *O Principezinho*, 19ed., S.l.: Caravela, 1987, Cap. XXI.

COLECCIONISMO

Maria Teresa Carreira[*]

Se me fazem a pergunta se tenho colecções, variados tipos de resposta poderão passar-me pela mente podendo desde já afirmar que esta nunca poderá ser negativa.

Sim, colecciono recordações, ou não fora eminentemente uma portuguesa a conjugar a palavra que não é verbo, mas é saudade.

Há na verdade recordações que não gostaria de recordar, são as tristes e desagradáveis.....mas pensando bem, não são os dias tristes de Inverno que fazem tornar mais belos e alegres os dias de Verão...

Não é o frio que nos faz ter saudade do calor...

Não é a chuva que nos faz lembrar o sol.....

Colecciono recordações: concretamente até as concretizo em concreto.

No rasto que deixo, roubo um pouco do meu rasto, porque recolho as folhas caídas pelo Outono da vida e colecciono as folhas caídas....

Mas também recolho as flores da Primavera.

E guardo todas as flores....

As flores podem murchar, perder o viço mas nunca morrer...

Colecciono as flores, ou melhor as recordações do seu perfume, da sua cor...

E as pedras do caminho e os seixos do mar e as conchas na praia, perdidas, abandonadas, esperando uma mão amiga que delas faça a sua colecção....

Colecciono um pouco do Mundo!

[*] Doutoramento em Bioquímica. Professora Auxiliar do Departamento de Química e Bioquímica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Áreas de especialização em Hormonas, Lipidologia e Desenvolvimento animal. Investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa (CICTSUL). *E-mail:* mtccc@fc.ul.pt

OS OBJECTOS QUE COLECCIONAVAM SUJEITOS (ESTILO OU GÉNERO DE ESCRITA: DIÁLOGOS SOCIOLÓGICOS)

Pedro Andrade *

Era uma vez um objecto que se chamava Miguel. Tinha um grande amigo, também ele um objecto, de nome Daniel.

Miguel invectivava frequentemente Daniel, nestes termos: – Tu és um objecto abjecto, porque não tentas saber quem és, entre outras razões porque ainda não te saboreaste a ti próprio. Só sabe algo quem sabe a algo. Eu saibo, e portanto sei que sou um objecto único.

– Tem graça, eu não me sinto assim, retorquiu Daniel. Em pequeno, os meus pais repetiam-me que não seria nada sem a minha posição no seio dos outros objectos. Presumo que eu seja um objecto de colecção. É, às vezes sinto-me um pouco dependente dos outros...

Neste preciso momento, o papel da página em que estava escrita a conversa destes objectos começou, por sua vez, a falar:

– Tenham cuidado, eu vejo-os quando trocam palavras, oiço tudo o que dizem. Eu sou o vosso primeiro contexto, o suporte inicial de vós próprios, antes mesmo de existirem como objectos.

Miguel, admirado, mirou o papel que o envolvia como se fosse uma roupa fora de moda. – Quem és tu, que te tomas como um Big Brother não da era electrónica, mas da idade do papel? Tu não passas de um outro objecto como nós, sem alma, sem cheiro, nem impostos pagas, apenas os teus proprietários o fazem. Que direito tens tu de seres o nosso contexto, o nosso pedestal, o espaço sem o qual não passaríamos de meros projectos de objectos?

* Doutoramento em Sociologia. Professor de Sociologia da Arte na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Investigador no Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa, onde é coordenador do projecto Literacia Científico-Tecnológica e Opinião Pública: o caso dos Museus de Ciência. Director da Revista *Atalaia: Revista Internacional de Exegese Contemporânea*. Presidente da Associação Atalaia-Observatório Internacional de Exegese Contemporânea. Membro do Comité de Rédaction de Loreto: *Revue du Centre de Recherches et Base de données sur le loisir, la récréation et le tourisme*, *Ministère de la Culture e Université Libre de Bruxelles*. Membro do Laboratório de Estudos da Intolerância, São Paulo. *E-mail:* pandrade@netcabo.pt

– Não me subestimem, por favor, ou minimizar-se-ão a vós. Os objectos têm uma vida própria, como diz o Miguel, ou mesmo uma história de vida singular, embora alguns mais do que outros. Dito de outro modo, cada objecto possui uma "biografia pessoal". Estes objectos biografados e biógrafos, podem ser considerados "objectos – indivíduos". Mas eles evoluem também no interior de colecções, como avançou o Daniel. Existe, assim, uma verdadeira "sociedade de objectos", formada de colecções infindáveis de objectos segundos, os "objectos –colecção". Neste sentido, todos os objectos se enquadram numa genealogia, ou seja, a descendência sócio-cultural em relação aos objectos que os antecedem, mas ainda a interacção no que respeita os objectos seus contemporâneos. Por outras palavras, na nossa sociedade estruturada por colecções, existem objectos negociados mas também negociantes, pontificam objectos governados mas também governantes, proliferam objectos criados mas igualmente criadores.

Desta vez, foi o objecto Daniel que respondeu ao objecto papel: – Que dizes, mero suporte de qualquer acção, e, parece-me bem, mesmo da dicção, ou seja, a arte de dizer a acção? Nunca tinha visto um papel com pretensão a sociólogo, se bem que já tenha reparado em muitas pessoas a falar inseridas no papel de sociólogo ou mesmo pessoas a discorrer, com alguma distância, sobre o papel social do sociólogo. Como posso ter uma vida própria somente pelo exercício de parte do *logos* (no sentido da minha palavra ou discurso), se, por definição racional (outro sentido do *logos*), nem sujeito sou?

O papel voltou à carga, afirmando: – Meus amigos, os sujeitos constituem-se e definem-se a partir dos objectos, quando reconstituem o mundo, quando refazem os outros sujeitos e mesmo quando se reconstroem a eles próprios, enquanto objectos das suas acção e dicção. Assim sendo, os sujeitos serão tanto mais sujeitos quanto mais objectos forem...

– Como objecto, tenho direito a avançar uma objecção a isso que dizes – retorquiu de novo Daniel, o objecto – colecção segundo a pespectiva do objecto – papel. Eu sei muito bem o que sou, ao contrário do Miguel: considero-me um objecto cujo único objectivo é não ser único, ou seja, libertar-me da subjectividade, à medida e na medida em que construo grandes colecções de objectos interdependentes.

– Não estou de acordo, insistiu o objecto – papel: os teus colegas de colecção podem ser interdependentes, mas também são irrepetíveis. Ao serem singulares, mostram-se igualmente pemutáveis, e só assim se constituem em colecções. A colecção é uma coleccionação, ou seja, o processo social e cultural pelo qual diferentes elementos (objectos, sujeitos individuais ou colectivos, etc.) encontram-se relacionados entre si, através de determinadas regras. A colecionação consiste numa permutação infinita de classificações e de

desclassificações desses elementos. Em relação a ti, objecto de colecção, os objectos teus amigos de colecção, precisamente pelo facto de funcionarem como objectos ímpares, podem ser integrados numa ou noutra colecção, de acordo com as regras, taxonómicas ou outras, que as regem. Pelo que me dizes, tu não passas de um objecto objectivo, que pensa que a objectividade, e mais nada, constitui a tua natureza. O Miguel, pelo contrário, pensa-se um objecto bastante subjectivo, com uma personalidade individualizada. No entanto, as coisas não são assim tão lineares. Os objectos não só têm uma vida própria, mas apresentam duas vidas, uma antes de entrarem numa colecção, e outra depois de serem coleccionados.

Neste momento, o objecto Miguel não se conteve: – Peço desculpa, mas eu não sou coleccionável por ninguém. Sempre vivi sozinho, identifico-me enquanto peça única, um objecto raro e não colectável.

O papel discordou: – Não é bem assim, como qualquer outro objecto ou pessoa, tu poderás ser coleccionado, mais tarde ou mais cedo. Quanto a ti, Daniel, para além das tuas duas vidas que referi, tu dás uma terceira vida ao teu coleccionador, mesmo antes de ele te colectar. Dito de outra forma, tu és o teu primeiro objecto, ao circulares nas utilizações das pessoas que te usam na sua vida quotidiana; o teu segundo objecto é a colecção (científica, artística, histórica, individual, etc.) que não se constrói sem ti; e o teu terceiro objecto é o coleccionador, que edifica a sua identidade contigo, tu que és o elemento constituinte da sua colecção. Tu coincides, de facto, com o verdadeiro sujeito deste processo, tu indicas os usos que te conferem e indexas os símbolos que se inscrevem na tua pele.

– Tem piada, nunca pensei nisso, avançou Daniel. Mesmo estando sujeito às regras da minha colecção, eu é que sou o sujeito, o dono de mim próprio? Podemos comunicar através de uma inter-subjectividade, para além da inter-objectividade a que estava habituado?

– Mais ou menos (esclareceu o papel, agora um pouco mais satisfeito por ter conseguido perturbar algumas certezas dos outros objectos com quem discutia). Mas vamos deixar estas considerações algo abstractas e falar do vosso valor social como objectos, o que significa também dedicarmo-nos a reflectir acerca do valor de todos os objectos simultaneamente como objecto e sujeito sociais. Susan Pearce diz-nos que o valor sócio-cultural dos objectos colecionáveis entende-se a partir de várias dicotomias: em primeiro lugar, a oposição entre o autêntico e o não – autêntico, entre o real e o falso. Ó objecto Miguel, na tua opinião, achas que és autêntico ou espúrio?

– Duvidas disso? respondeu apressadamente o objecto – indivíduo. A minha autenticidade deriva da minha unicidade, do meu percurso biográfico

original. Aqui o Daniel é que já não sei, é tão banal e igual aos outros colegas da sua colecção...

– Mas quem te encomendou o sermão? (contestou, indignado, Daniel). Também existem colecções genuínas, às quais pertenço obviamente, e outras que são falsas. O valor de um objecto não se mede por ser original, mas por ser originário de algo, e por isso mesmo articulável com um grupo de outros objectos que o precedem ou que lhe são contemporâneos.

– Bom, penso que ambos encerram uma parte da razão, ajuizou o objecto – papel. Sabem que a segunda polaridade que Susan Pearce refere, para a construção do valor social do objecto coleccionável, é a sua "normalidade / anormalidade"?

Daniel interrompeu-o: – Ah, eu sou normalíssimo, porque pertenço a uma série perfeitamente catalogada, indexada, codificada e legendada.

– Pois eu gosto de me considerar estranho, estrangeiro, mesmo excêntrico, uma espécie de estrela do *show business* dos leilões de objectos raros, uma estrela sempre em estreia e, por isso mesmo, nunca em histeria, acrescentou o Miguel.

– Talvez isso se ligue à terceira tensão na criação de valor de um objecto, aquilo que é "arte" e aquilo que não o é, ou seja, a repulsão entre a obra-prima e o artefacto.

– Bem, de arte não percebo muito, disse o Daniel, mas até nem sou feio, por um lado, considerando alguns dos outros objectos da colecção a que pertenço. Por outro lado, a minha beleza é aquela que emana do grupo onde me insiro. Toda a colecção é, neste aspecto, colectiva...

– Não está mal dito, mas eu, sem ofensa, acho-me bastante agradável à vista, qualquer coisa como um objecto que objectiva exemplarmente a própria estética, alegou, ufano, o Miguel.

O objecto – papel fez uma espécie de ponto de ordem: – Bem, bem, continuemos. Em relação com a anterior dicotomia, encontramos diferenciado o que é cultura ou tradição e o que se encontra despojado desses traços.

Miguel tomou a palavra: – Embora ache que o Daniel não vive sem tradição, eu, ao lembrar-me de Gadamer, prefiro a tradução entre as culturas, se bem que cada uma delas, e os seus objectos coleccionáveis, devam exibir a respectiva diferença, neste mundo multicultural.

Retomando o fio à meada, o objecto – papel prosseguiu: – Outras oposições de Susan Pearce ligam-se àquilo que é importante e o que é standard, ou o que se mostra interessante e provocador ao invés daquilo que é entediante. Nesta perspectiva, há objectos passíveis de registo científico e aqueles que permanecem sem um contexto de saber circunscrito.

A isto comentou o objecto – colecção, da seguinte maneira: – Bem, já sei que o Miguel vai dizer que eu sou um objecto mediano, sem interesse, e portanto não digno de figurar num livro de Ciência, mas parece-me que um objecto – indivíduo como ele não sobreviveria se não se articulasse à sociedade dos objectos de que falava aqui o amigo objecto – papel.

– Estou de acordo com o Daniel, interveio este último: de facto, o que seria a singularidade do objecto – indivíduo se não se apoiasse na regularidade da colecção para se destacar? E quanto tempo viveria a provocação sem um sistema ou uma sistematização do conhecimento alvo da sua crítica? Por certo a Ciência nunca se teria constituído sem as colecções de objectos ou de saberes, mesmo pouco ou diversamente organizados, que lhe antecederam ou que se lhe opõem.

Em resumo, para entender o valor dos objectos, sejam eles únicos ou em série, gozando de uma vida plena de utilizações e imbuída de aspectos sócio-simbólicos, ou encontrando-se integrados numa colecção, é preciso insistir nesta convicção referida supra: os objectos apresentam, simultaneamente, uma biografia individual e uma genealogia colectiva. Numa tal perspectiva, assemelham-se profundamente aos sujeitos, embora ostentem outro nome. Ou seja, se os objectos se revelam como inscrições dos sujeitos, também os sujeitos apresentam-se enquanto traços dos objectos. Assim sendo, as colecções de objectos são ora colecções de sujeitos escritos ou objectivados, ora grupos de objectos que, por vezes, constroem o seu próprio (e o nosso) trajecto de vida sócio-cultural, sem que os actores sociais sempre se dêem conta disso. Os objectos coleccionam-nos tanto quanto nós os coleccionamos.

OUTROS

Oi Ana
Você ainda está no Rio? Andei enrolada e viajando, mas gostaria de vê-la.
Abraços Tetê.
(Tete Moraes)
P.S: trato de colecionar boas lembranças. Só. Beijos.

Viva,
Como sabes tenho algumas coleccões bem organizadas e definidas no tempo. A colecção de sacanices que me fizeram ao longo destes (que me parecem) séculos inutéis de vida também contam?
Beijos
(XXXXX)

Obrigada, Luísa
Boa sorte para o trabalho e muito obrigada pelo convite.
Não me lembro de ter feito colecções e não tenho material que me pareça adequado. Poderei todavia pensar se algo se poderia enquadrar – pela palavra e uma imagem – a partir do que conheci de pessoas que compram colecções. Interessar-te-ia, Luísa?
Até breve,
Helena
(Helena Langrouva)

Ana
Félicitation pour cette bonne idée, de plus je ne crois pas avoir déjà connu quelqu'un aborder avec sérieux ce sujet.
Nous attendons bien sûr la suite.
Amitiés de Corse et bonne fortune dans cette entreprise.
J-Marie
(Jean-Marie Prescelti)

Olá!
A ideia é gira. Mas pela sua mensagem e pela sua maneira de ser posso garantir que colecciona amigos.
BJS
Mário
(Mário Fortes)

Cara Professora,
Espero que esteja tudo bem consigo.
Agradeço o convite que nos fez. Infelizmente não posso ajudá-la porque nunca fiz colecções, embora ache que é algo fascinante. Por isso, fico à espera de ver o produto final das reflexões.
Desejo-lhe um óptimo Outono, uma vez que no Alentejo se passa muito frio! Inês
(Inês Bolinhas)

Querida Ana Luisa,
Eu não faço coleção, quando criança até quis fazer alguma, mas perdeu-se no tempo e nos espaços.
Creio que será difícil ajudar, mas desejo-te muito sucesso nesta belíssima empreitada.
Muitas lembranças deste Rio que começa a esquentar. Ainda vivemos intensamente a primavera.
Abraços,
Heloisa
(Heloisa Domingues)

Olá Ana
Disse-me, há alguns anos, uma colega de trabalho que eu coleciono “fitilhos que não servem para o uso”.
Naquele tempo, uns 15 anos atrás, envelopes, pedaços de fitas e barbante, caixas, etc. Hoje, seria material reciclável.
Mas a minha caixa de botões velhos é linda.
Abraços esperando que um dia a minha filha fotografe para você o material.
Adorei a sua iniciativa.
AnaM
(Ana Maria Ribeiro de Andrade)

Olá Ana:
Quanto ao coleccionismo, sou uma desgraça! Nada! Nunca tive essa "mania", nem quando os outros meninos juntavam cromos de desenhos animados. A única coisa que faço é guardar pequenos objectos que tenham significado especial: o 1º bilhete de cinema dos meus filhos, as passagens de avião de umas férias muito boas, pecinhas chinesas de bambu ou papel e, claro está, tudo o que sirva para a minha casa de bonecas. Penso que isto não se pode chamar colecção.
Luísa
(Luísa Borralho)

Olá
Guardo "coisas dispersas que me dizem coisas" mas não colecciono.
Boa sorte na tua colecção de textos.
Saudações chuvosas de Lisboa.
Elisa
(Elisa Maia)

Como vai?
Este Outono com muitos projectos! Desejo-lhe felicidades.
Sobre as colecções nada tenho para colaborar. Nunca gostei de coleccionar o que quer que seja, pelo contrário, tenho uma enorme apetência para limpezas.
Coisas a mais não são comigo. Cada vez mais racionalizo os objectos.
Um dia destes que venha a Évora diga alguma coisa, gostava de a ver e conversar consigo.
Até lá bons projectos.
Um abraço.
Angelina
(Angelina Costa)

Bien chère Ana
Quant à l'article, je te remercie beaucoup d'avoir pensé à moi mais ne pense pas être capable de dire quoique ce soit de personnel et d'intéressant sur ce sujet pour plusieurs raisons; primo, je n'aime pas les collections et ne suis pas du tout collectionneuse. J'ai enlevé 25 tableaux dans la maison car je souffrais de claustrophobie dûe à l'excès artistique (,..)
Je t'embrasse fort Marie-Paule
(Marie-Paule Désaulniers)

Lógicas do Coleccionismo

¿Por que hacemos colecciones?

Configurações epistémicas do coleccionismo

¿POR QUE HACEMOS COLECCIONES?

Celina A. Lértora Mendoza[*]

RESUMO

Cuando visitamos museos, galerías de arte, la casa de amigos que gustan coleccionar (y mostrar) los más diversos objetos, en fin, cuando nos encontramos ante este fenómeno del coleccionismo, tan amplio y variopinto como las cosas coleccionables, me surgen preguntas que me parecen pertinentes, aunque pocas veces las he visto expresadas y tratadas como un tema específico. Algunas de estas preguntas son: de dónde surge la pulsión humana a guardar objetos? por qué conservamos cosas? por qué las coleccionamos, es decir, por qué buscamos sistemáticamente aumentar y perfeccionar la cantidad y calidad de un tipo determinado de objetos? por qué, también a veces como pulsión – que solemos considerar irracional – las destruimos? (ejemplo: el ensañamiento con que en una guerra se destruyen museos, archivos, galerías de arte, que no son objetivos bélicos y ni siquiera son "bajas disuasivas" en la población civil, método deleznable pero al menos con claro objetivo estratégico). Otra serie de preguntas es más puntual: por qué en algunos casos la colección tiene un valor agregado con respecto a los individuos que la componen? por qué en otros casos es a la inversa? una colección de valor – histórico, cultural – es patrimonio de la colectividad que la generó, de las autoridades o dueños particulares actuales, de la humanidad? En fin, la lista de cuestiones y preguntas sin clara y definida respuesta podría alargarse indefinidamente. A título personal, y sin pretensiones de sentar ninguna teoría sobre el coleccionismo, simplemente quisiera reflexionar sobre algunos de los puntos de duda que he mencionado.

Palabras clave: colecionismo; patrimônio histórico; patrimônio cultural.

[*] Doutoramento em Filosofia. Doutoramento em Teologia. Investigadora do Conicet. Professora na Universidad Católica Argentina, Universidad Nacional de Buenos Aires e Universidad Nacional de Mar del Plata, e actualmente, no Instituto Teológico Franciscano Argentino. Presidente fundadora da Fundación para el Estudio del Pensamiento Argentino e Iberoamericano (FEPAI) e membro fundador do Centro de Investigación y Difusión de la Cultura Sefardí (Cidicsef). Coordenadora, na Argentina, da Red de Intercambios de la Historia y la Epistemologia de las Ciencias Químicas e Biológicas. *E-mail:* clertora@conicet.gov.ar

WHY DO WE CREATE COLLECTIONS?

When we visit museums, art galleries, the homes of friends who like to collect (and show) many different objects, in other words, when we encounter this phenomenon of collectionism, as broad and varied as the collectables, I think of questions that appear pertinent to me, although I have rarely seen them expressed and discussed as a specific theme. Some of the questions are: whence does the human drive to keep objects come? why do we keep things? why do we collect them, i.e., why do we systematically try to increase and improve the quantity and quality of a given type of object? why do we also sometimes, as a drive – which we usually consider irrational – destroy them? (for example, the rage of destruction of museums, archives, art galleries in wartime, when they are not war targets or not even "dissuasive casualties" in the civilian population, an atrocious method, but which at least has a clear strategic purpose) ?.Another series of questions is more detailed: why, in some cases, does the collection have an added value concerning the individuals that constitute it? why, in other cases, is it the opposite? is a valuable collection – historically, culturally – the heritage of the collectivity that generated it, of the current authorities and private owners, of mankind? The list of questions and answers with a clear and defined response is endless. Personally, and without any pretension to establishing a theory about collectionism, I simply wanted to reflect on some of the doubtful points that I mentioned.
Key words: collectionism; historical heritage; cultural heritage.

Guardar objetos para usarlos en el futuro es una constante de la especie humana. En realidad, es un comportamiento perceptible en los mamíferos superiores (por ejemplo en el perro que entierra su hueso). Conservar algo que no tenga aplicación inmediata a la vida es, pues, un modo de percibir el futuro y hasta cierto modo condicionarlo, planificando nuestra acción ahora diferida. Todo objeto guardado, "conservado" en este sentido simple, queda sustraído a la temporalidad presencial y se transforma en una temporalidad indefinida, que puede depender tanto del objeto mismo (el vencimiento de una medicina, la degradación de los componentes que inutiliza o destruye las telas, las películas fotográficas, etc.) o bien del sujeto que decidirá cuándo volverlo presencial en el uso.

EL COLECCIONISMO Y EL INSTINTO DE POSESIÓN

Está claro que guardamos algunos objetos para usarlos en el futuro de la misma manera que en el presente: un perfume, una ropa, utensilios de jardín o de cocina. Cuando, luego de un período de tiempo decidimos volver a ellos, esperamos que cumplan las mismas funciones que cumplían antes de guardarlos. En esto obramos de modo semejante al perro que entierra el hueso que ya no desea seguir comiendo.

Pero es claro que no guardamos todos los objetos con esta intención, porque ya desde que decidimos conservarlos sabemos que no podrán prestarnos el mismo uso. Así, si guardamos los frascos vacíos de perfume, es claro que ya no guardamos el perfume, guardamos sus envases por otra causa. Si conservamos un diario, o un periódico, o un libro de información actual, sabemos que perderán su valor de actualidad muy pronto, y que en el futuro no tendrán el valor de uso que tienen en el presente. Guardamos estos objetos, en cambio, por ellos mismos, porque son en sí mismos testimonio remanente de un presente que queremos recordar, ya que, como tal presente, no es susceptible de conservación.

Guardamos objetos, tal vez triviales, porque representan la posibilidad de evocar un pasado cuya memoria queremos conservar mediante un soporte físico; son pues, apoyos de la memoria. Por lo tanto, no necesitan tener un valor de uso futuro concreto y determinado, y pueden asumir el valor de memoria objetal en variados aspectos, según quién sea luego el sujeto que conecte con ellos mediante su exhibición futura. De modo que quien guarda algo en realidad no lo guarda sólo para sí y para su propia memoria, sino que, potencialmente, lo guarda para cualquier otro sujeto capaz de comprender -en el futuro- el sentido de ese objeto. Quizás en muchos casos esta percepción o esta motivación no es consciente ni explícita. Pero está implícita y subyace al acto mismo de guardar objetos que, en cuanto tales, son genéricos para una cultura o una comunidad, por pequeña y acotada que sea. No hay objetos absolutamente "idiotas", todos, en mayor o menor medida, tienen una carga de contenido intersubjetivo pues su creador, el hombre, por muy absolutamente original e inédito que haya querido fraguarlo, no podrá evitar haber reflejado en él algo del inconsciente colectivo.[1] Por lo mismo, los objetos conservados tendrán tanto más poder evocativo general cuanto más naturales sea, es decir,

---

[1] La dialéctica de lo individual y lo social es el nudo el problema de la conciencia, en cuanto ella expresa también la actividad social de la personalidad, la formación de las intenciones creativas (Tchernosvitov, 1983, p. 162 y Kedrov, 1979, p. 34).

cuanto menos códigos de comprensión de sentido (códigos culturales) debamos añadirles.

Pero conservar, en este sentido indicado, es siempre un acto cultural humano, aunque se conserven piedras o flores secas. De allí que, como acto cultural, tenga en cada caso, individual o colectivo, el o los sentidos que su cultura marco quiera o pueda darles. Estos sentidos pueden ser descifrados, a su turno, por espectadores de otras culturas, siempre que posean la “clave”; de lo contrario, probablemente le darán el sentido de su propia comunidad cultural y con ello los resignificarán sin cambiar su objetalidad.

Conservar diversos objetos del pasado para el futuro es un hecho decisivo para la cultura humana, sin esta actividad el hombre debería recomenzar cada vez y no podría enriquecer su propio acervo con el de los hombres que lo precedieron. Pero, por lo mismo, es un hecho muy general, y sólo una parte del fenómeno del “coleccionismo”, objeto específico de mi reflexión. Si me he referido a este aspecto general, es porque el coleccionismo lo incluye y es bueno tenerlo en cuenta.

Coleccionar es algo más, y de diverso sentido, que conservar objetos. La conservación objetal puede ser espontánea, meramente afectiva, errática en su evocación futura y en las significaciones mnémicas que producirá. Coleccionar es, en cambio, un acto – o mejor, un conjunto de actos – guiados por un plan previo, una decisión y un objetivo bien determinados. Hay que elegir y decidir qué clase de objetos se guardarán, cómo se buscarán, cómo se organizará el conjunto y qué destino se le dará. De estas variables resultan numerosas combinaciones de posibilidades. Pero creo que, en líneas generales, podemos reducirlas a tres grandes grupos, atendiendo sobre todo a la finalidad, que me parece un aspecto decisivo. En esta clasificación el sujeto que colecciona no resulta relevante, puede ser un individuo particular, un grupo informal, una institución, un conjunto e instituciones unidas con esa finalidad, etc. En realidad estas diferencias, si bien son muy significativas para el volumen, la importancia, la rapidez y la difusión de la colección, no influyen, o no lo hacen decisivamente, en el objetivo, que a su vez determina el método y condiciona, en buena medida, el tipo de objetos coleccionables.

1. Las colecciones con finalidad de conocimiento, o colecciones científicas.
2. Las colecciones con finalidad axiológica (conservación de objetos culturalmente valiosos).
3. Las colecciones con finalidad crematística.

Es obvio que estos grupos no son alternativos ni excluyentes: una colección científica puede tener un gran valor de venta, e incluso uno de los motivos de su organización puede haber sido ese. Lo mismo, una colección científica puede tener un valor cultural muy importante para una comunidad o quizás para toda la humanidad. A mi juicio, no es sólo la motivación principal lo que determina el tipo de colección, sino el hecho de que esa motivación se realice con determinado método y por lo tanto produzca un determinado resultado.

Las colecciones científicas pueden producir conocimiento añadido al que cada objeto aporta de sí mismo, por la posibilidad de estudios de conjunto que un objeto aislado no permite. Es el caso de todas las colecciones relativas a ciencias naturales. También, las colecciones de objetos técnicos históricos, que permiten apreciar la evolución de determinadas técnicas o procedimientos, su incidencia social o económica, su difusión, etc.

Las colecciones de finalidad axiológica se proponen conservar objetos a los que se les da valor en sí mismos (por ejemplo los objetos artísticos) o en cuanto se relacionan con otro objeto soporte de valor (las pertenencias de un hombre célebre, por ejemplo). Los museos históricos son casos típicos de finalidad axiológica, y en ese sentido tienen mucho que ver con la identidad comunitaria, con los valores sociales y el *ethos* que una comunidad intenta mantener, profundizar, exhibir.

Las colecciones creadas para una finalidad comercial o crematística suelen ser, como colecciones, muy inestables. En la medida que se generan para ser vendidas (en todo o en parte) su destino natural es la desintegración (un ejemplo de esto son las colecciones de temporada de los grandes modistos, o el “menú” de los proveedores de armamento).

Las tecnologías de avanzada nos dan otras posibilidades de coleccionar. Ya no objetos en el sentido tradicional de la palabra: materiales, tridimensionales, sino objetos virtuales. Todavía debemos añadir a las motivaciones y pulsiones del coleccionismo, un aspecto que hasta ahora no he tocado: el coleccionismo como juego, o como hobby, es decir, un coleccionismo que para el sujeto activo no tenga ninguna de las finalidades mencionadas sino que sea una actividad lúdica, de puro placer en sí misma, sin ninguna ulterior finalidad. No he tocado antes este tema porque creo que más allá de las motivaciones personales, una colección científica es científica por una finalidad diríamos “objetiva” (la posibilidad de producir nuevos conocimientos) aunque el coleccionista lo haga sin finalidad (por juego) o por una motivación banal o éticamente objetable (deseo de sobresalir, orgullo, ambición). Es decir, me parece que la falta de una finalidad específica o la existencia de otras no

contempladas, no modifica mucho la clasificación de colecciones propuesta, cuando se trata de objetos reales.

Tal vez no sea lo mismo para la colección de objetos virtuales.[2] En primer lugar, porque ellos mismos son mucho menos determinados, ya que sus límites "ontológicos" por así decirlo, son difusos. Por ejemplo, una página web, digamos, que contiene una circular de un congreso: ¿es un objeto a los efectos de ser incluida en un tesauro virtual, o son muchos? De hecho, sabemos que la información contenida en dicha página se fracciona hasta el punto de que el nombre de un participante es un "objeto virtual" coleccionable, por ejemplo en la Google. Y es coleccionable por muchísimas entradas significativas posibles: como científico, como francés, como autor, etc. La identidad entre el sujeto real y sus clonaciones virtuales no siempre queda asegurada, o al menos es más difícilmente perceptible que cuando el objeto coleccionable se toma en su contexto.

La segunda razón de diferencia, ahora en cuanto a la finalidad, es que la guarda de información (incluso lo más atomizada posible) parece ser una finalidad en sí misma para la "lógica interna" de la informática. No se guarda para algo concreto (como el hueso del perro) ni se colecciona con fines concretos, como lo visto antes. La guarda o conservación de información es una finalidad en sí misma y en ese sentido se parece al hobby y al juego. Esto altera -o alterará- profundamente, me parece, nuestra visión del coleccionismo entendido en el sentido tradicional apuntado. Creo que debemos pensar en otras formas de acceder a la comprensión de este fenómeno, que ya se distancia bastante de los objetivos biológicos y de la pulsión instintiva a la conservación de objetos, que compartimos con los mamíferos superiores. Creo que este es un punto para reflexionar en el futuro.

Ahora, frente a tanta diversidad, uno puede preguntarse, con pertinencia, si es posible abarcar una gama tan variopinta de actitudes en un solo concepto: el coleccionismo. Creo que sí, a condición de que inmediatamente distingamos estos otros aspectos, que de ninguna manera son irrelevantes y que nos indican

---

[2] Creo que esta diferencia podría expresarse, entre otras posibilidades, como producto de un desarrollo científico que introduce nuevos enfoques acerca del objeto susceptible de conocimiento científico. En este sentido la historia de la ciencia, que estudia los procesos mentales propios del trabajo científico, pued aportar alguna luz también sobre este tema, aplicando un método retro-prospectivo ensayado con buenos resultados en otros ámbitos. Me parece que estas posibilidades integran el valor educativo de la historia de la ciencia, más allá de su específico valor cognitivo del pasado (cf. Suchodolski, 1968 p. 33).

que coleccionar, como actividad humana, individual o comunitaria, no es por sí misma unívocamente valorable,[3] depende de qué se coleccione y para qué.

Entonces debemos pasar a otras reflexiones.

EL CONSERVACIONISMO Y LA ESTÉTICA (LO QUE SE "VE")

También hay que decir que no guardamos objetos de cualquier manera. En general los conservamos, es decir, los acondicionamos de modo que sufran lo menos posible por influencias externas, e incluso los restauramos, es decir, empleamos técnicas especiales para darles la apariencia que tenían originalmente. Queremos que el objeto "se vea" siempre como era en el momento de ser elegido para la colección. Queremos sustraerlo a la temporalidad, pues, como decía Aristóteles, el tiempo es más bien causa de corrupción que de conservación.

Por lo tanto, hay una finalidad estética (en el sentido primigenio del término: presencia sensible) ínsita en la conservacionismo (que incluye el restauracionismo). La conexión entre esta finalidad y la autoimagen de nosotros, los seres humanos que coleccionamos, es un interesante tema de reflexión. Tal vez en la conservación de los objetos que nos han pertenecido, que se mantienen idénticos a sí mismos a lo largo de esa flecha angustiante que lleva a un futuro indefinido en que ya no estaremos, late el deseo y la ilusión humana de permanencia, de inmortalidad. Cuando vamos al Louvre y vemos "La Gioconda", de algún modo es como si estuviéramos con Leonardo. "Algo de él" ha quedado. Como decía Horacio: *Non omnis moriar. Multaeque pars mea vitabit Llibitinam*" (No moriré del todo. Lo mayor de mí evitará a Libitina – la diosa de la muerte). Esta percepción la tiene en primer lugar, y fuertemente, el creador. Pero también sabe que necesita del concurso de otros seres que conserven, trasmitan y protejan "algo de él" que queda en el mundo como testimonio.

Creo incluso que cuando conservamos cosas naturales, y más allá de su colección por razones estrictamente teóricas, hay un amor por ellas tal vez como prolongación o parte del hábitat humano. Nadie se dedica a cultivar las ciencias naturales (como profesional o como amateur) sin un afecto por la naturaleza que acorta la distancia entre ella y la "cultura" (si entendemos por cultura el conjunto del hábitat humano no natural). El conservacionismo activo

[3] Sucede lo mismo que con la técnica, y en parte por las mismas razones. Creo que el lúcido análisis de E. Mayz-Ballenilla (1976) con respecto a la técnica en general vale para las nuevas formas tecnológicas – y sus correspondientes universos conceptuales – del coleccionismo.

de los ecologistas actuales es una buena prueba de ello, pero ¿por qué no pensar que, en cierto sentido, también los coleccionistas de la modernidad, cuando recogían piedras, vegetales y animales exóticos, estaban tratando de "salvarlos" para la memoria de la humanidad?

Si esto es así – o al menos lo es en parte – esta dimensión "estética", visible, de la colección, es un rostro de los humanos, individual y colectivamente tomados.[4] Tenemos los rostros que nos damos con las cosas que conservamos. Ellas dicen mucho más acerca de nosotros que su mera objetalidad. Dime qué y cómo coleccionas y te diré quién eres.

YO Y MI "CIRCUNSTANCIA" (COLECCIONABLE): LA IDENTIDAD

Llego al punto final y a la vez central de mis reflexiones. Lo que coleccionamos, cualquiera que sea su finalidad y sus características particulares, constituye una "circunstancia" que ayuda a mi identificación. Este "yo", el sujeto, es tan problemático y ambiguo – lo reconozco – como la noción que intenta captarlo y que tanto da que hablar a la filosofía hoy. Simplemente quisiera sentar algunas ideas, más bien posiciones, que sin duda requerirían mucha más profundización y precisiones de las que hay aquí. Pero las considero un adecuado punto de partida.

1º. No concuerdo con la tesis, bastante extendida entre los historiadores de la ciencia, de que el "coleccionismo científico", típico de los ss. XVII-XIX, es un exponente del la "modernidad" tanto en cuanto científico (entiéndase, la ciencia moderna europea), como en cuanto a sus motivaciones extracientíficas (o no tan "extra" si nos atenemos a los conceptos habituales sobre el proyecto moderno de "ciencia nacional"), como una forma de imperialismo cultural, de "poder" y de sometimiento del "otro" (sea la naturaleza u otras culturas) en el sentido foucaultiano. No concuerdo, no porque afirme que lo anterior es falso – al contrario, me inclino a pensar que en buena medida es verdad –, sino porque creo que esta postura, por muy crítica que se pretenda sobre la modernidad y su "superación", en realidad sigue en el marco del eurocentrismo occidental (aunque sea crítico) y sólo sabe ver "ciencia" o "imperialismo" en el marco de la propia cultura. Tal vez toda pulsión conservativa sea una forma de "poder" y por tanto de correlativo "sometimiento" (es obvio que las nociones se co-implican), pero:

[4] Podría decirse que también, en cierto sentido, es un lenguaje, lleva implícito un cierto discurso acerca de lo que somos, en forma de sentimiento y sentido, y eventualmente en forma de ideología. Sobre las relaciones entre estos conceptos, ver Sazbón (1978).

a) esto de por sí no tiene ninguna connotación axiológica, que exija éticamente una "supresión" o "superación"; que esto sea así es precisamente lo que hay que probar y no darlo por supuesto; b) tampoco acepto que "ciencia" sea sólo, como dice Nagel y en general la corriente epistemológica neopositivista (Cf. Nagel, 1968, cap. 1), el sistema de conocimiento que surge en Europa en la segunda mitad del s. XVI. Creo que esto es una interpretación estrecha del concepto, es una definición convencional que puede ser útil en algún sentido, pero que no expresa un "en sí" científico que nos obligue a compartirla. Podemos dar otras significaciones al concepto y entonces encontraremos que muchos pueblos y culturas coleccionan con finalidades análogas y por eso podemos hablar de la ciencia o de la colección científica, como un patrimonio de toda la humanidad en su conjunto, aunque sus manifestaciones concretas varíen con el tiempo y la situación específica de las comunidades. Esta ampliación además, hace más motivador e interesante el estudio comparativo y tal vez dé pistas para pensar nuevos rumbos de la humanidad. Claro que esto nos obliga a dejar de mirarnos el ombligo. Si hay coleccionismo científico, análogo aunque no igual al nuestro, en toda cultura que distingue entre los saberes cotidianos y otros saberes más específicos que tocan más a fondo la verdad de las cosas (que son la inmensa mayoría de las que conocemos) entonces tenemos que hacer un esfuerzo real para comprenderlas desde sus propios marcos de pensamiento y no desde los nuestros.[5]

2º. No concuerdo con la idea de que una colección, una vez armada, si es muy valiosa, pasa directamente a ser propiedad de la humanidad, de tal manera que la "humanidad" se la apropie y decida sobre ella independientemente de la comunidad organizadora. Aquí sí hay que decir que esta "humanidad" es un "sujeto" altamente sospechoso y volátil.[6] ¿Quién es el

---

[5] Por ejemplo debemos conocer y comprender el criterio de la ciencia oriental, y su tradición, que es diferente al nuestro pero no incompatible, como que los griegos se sirvieron de los conocimientos de los egipcios y los babilonios, y probablemente en forma indirecta, incluso e los chinos. En el antiguo oriente se formaron colecciones de monografías y memorias, similares a nuestras revistas, hicieron descubrimientos teóricos y técnicos, elaboraron teorías, etc. Es decir, que la historia de la ciencia tiene también que contemplar la historia de las civilizaciones (cf. Youschkevitch, 1968).

[6] Resulta interesante constatar que los estudios sociológicos descubren y analizan variados mecanismos de formación del "sujeto" a lo largo de la historia, casi siempre vinculado a la pretensión -y el poder- de definir "la verdad". Se constata también que suele existir un "yo captador" como manifestación convergente de diversos ámbitos de una comunidad (eventualmente hegemónica), que siendo en sí un yo captador absoluto y abstracto se transforma en un nosotros social, es decir, se "materializa" en una comunidad dada que pretende ostentar la representación absoluta (ver, por ejemplo, el estudio de López Herrería, 1984.

representante legítimo de esta "humanidad" total? Los resultados han sido casi siempre bastante dudosos -por decir lo menos-, pues desde siempre los vencedores se apropiaron de los bienes de los vencidos aduciendo la "superioridad" de su cultura, probada por el mero hecho de haber vencido. Y si no se apropiaban, los destruían. Esta particularidad erigida en universalidad fue una constante y no necesitó de Hegel para instalarse en la mente humana desde remotos tiempos. Superar esta visión es una tarea nada fácil, lo vemos ahora mismo, en los sucesos mundiales, pero creo que es una tarea que merece la pena. También es verdad que el capricho particular no puede ser erigido sin más en derecho universal. Estamos otra vez ante el difícil equilibrio entre el bien particular (individual o de comunidades parciales) y el bien común de la sociedad total, que antes era la del estado nacional frente a los individuos y las provincias y ahora es la humanidad, frente a los individuos, las provincias, las naciones y las regiones. Es todo un tema, de difícil acuerdo, pero que hay que volver a encarar cada vez, aunque sea para mantener activo – al menos eso – el "principio de sospecha".

3°. No comparto la idea de que las copias o las reproducciones virtuales reemplacen a los objetos originarios, de tal manera que se estime innecesario el esfuerzo por su conservación en la realidad. Por supuesto coincido, no puede ser menos, con la idea de que las reproducciones y las copias virtuales tienen muchísima utilidad, precisamente para evitar el desgaste y el deterioro de los originales (personalmente, por ejemplo, prefiero trabajar con copias y no con manuscritos antiguos, me siento más cómoda y menos responsable de su conservación y puedo dedicarme a analizar su contenido sin temer cualquier accidente). La reproducción sustituye al objeto en muchas de sus utilidades, pero no en todas. En lo esencial, **no lo sustituye a él mismo**. Creo que esto es decisivo. De lo contrario, rompemos la identidad entre el objeto y su copia, y perdemos de vista qué era lo que queríamos conservar. Por supuesto, es muy importante conservar el contenido de un documento de modo fidedigno (una fotografía certificada cumple perfectamente esa finalidad). Pero para esta dimensión humana el conservacionismo y del coleccionismo a que me referí a lo largo de estas reflexiones, el contenido del documento, con todo lo importante que sea, no coincide con el documento mismo, y por tanto no lo reemplaza como ejemplar único e irrepetible de la historia. Es de temer, al menos, yo lo temo, que una mentalidad clonista nos aleje del aprecio ontológico, por así decirlo, a la individualidad. Sería un extraño periplo que nos devolvería a las "meras copias" de las ideas ejemplares platónicas, idea sublime pero que convertía a los individuos en poco menos que nada, incluyéndonos a nosotros. Siempre me resultó simpático el esfuerzo de los filósofos por probar, contra Aristóteles, que podemos tener conocimiento intelectual del singular. En los

ss. XIII y XIV fue todo un tema (tal vez por eso me gustan tanto Scoto y Ockham). Tal vez sea porque yo, y muchos como yo, no tenemos mentalidad de colmena, y no nos sentimos intercambiables sino seres únicos, aunque modestos. Reconozco que los demás no tienen por qué pensar lo mismo, pero yo me afirmo en lo que pienso y desde esto que pienso me preocupo porque no se pierda de vista la individualidad irreemplazable del objeto diluida en sus copias. Una vez más, puede verse en el objeto un símbolo de uno mismo.

PARA CONTINUAR

Estas reflexiones no tienen conclusión ni final, no terminan sino que simplemente se interrumpen. Pueden ser continuadas, contradichas, ampliadas, negadas, por cualquiera. No importa cómo continúen. Lo importante para mí, y lo que me haría sentir que no he pensado En vano, es que continúen.

Hasta otra vez...

BIBLIOGRAFIA

ARCHILA, M. Es aún posible la búsqueda de la verdad? Notas sobre la (nueva) historia cultural. *Anuario Colombiano e Historia Social y de la Cultura*, 26, p. 251-285, 1999.

BOHADANA, E. *Mito-imagen: o corpo e a palavra.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

BOLZÁN, J. E. Cuerpo, materia, materialidad. *Filosofia oggi*, v.14, n. 36, p. 509-519, 1991.

FOUCAULT, M. *Las palabras y las cosas. Una arqueología de las ciencias humanas*. 8ed. México: Siglo XXI, 1988.

KEDROV, B. M. Three units in the analysis of scientific and thecnological creative work (psychology, history, logic). In: International Congress of Logic, Methodology and Philosophy of Science, 6th, *Abstracts*, Sections 10-12, p. 34-38. Hannover, 1979.

LÓPEZ HERRERÍAS, J. A. Sociología del conocimiento e historia del pensamiento: desarrollo de dos esquemas epistemológicos-culturales. In: Congreso de Teoría y Metodología de las Ciencias, II, *Actas*, p. 63-67. Oviedo, Pentalfa, 1984.

LOUREIRO DE SA, M. T. Ciencias imperfeitas e práticas não discursivas: considerações sobre a fase arqueológica da ciencia e da tecnología. *Anais*, p. 243-247. Rio de Janeiro, 1997.

MAYZ-BALLENILLA E. *Esbozo de una crítica de la razón técnica*. Caracas: Equinoccio, 1976.

MORA Y ARAUJO, M. La comparabilidad entre naciones. Contribución a una discusión metodológica de los estudios de ciencia y de tecnología. *Revista Paraguaya de Sociología*, v.15, n. 41, p. 87-113, 1978.

NAGEL, E. *La estructura de la ciencia*. Buenos Aires: Paidos, 1968.
RAMÍREZ, M. T. Psicoanálisis e historia de las mentalidades. Una posible aproximación. *Anuario colombiano de historia social y de la cultura*, n. 26, p. 333-369, 1999.
RICOEUR, P. *Histoire et vérité*, 3éd. Paris: Seuil, 1955.
SAZBÓN, J. Ideología como contenido e ideología como forma. *Escritos de filosofía*, v.1, n.2, p. 49-56, 1978.
SUCHODOLSKI. B. Les facteurs du développement de l'histoire des sciences. *Revue de Synthèse*, n.89, p. 27-38, 1968.
TCHERNOSVITOV, E. V. Principes d'étude des aspects existentiels (valeur-sense) de la conscience. In: Logic, Methodology and Philosophy of Science, *Abstracts*, Sections 6, 8-13, p. 162-166. Moscow: Academy of Sciences of the USSR, 1983.
TEN, A. E. Sobre algunos tipos de acercamiento a la historia de la ciencia y de la tecnología. *Arbor*, n.130, p. 35-54, 1988.
TOZZI, M. V. La 'reconstrucción histórica': acerca de los supuestos epistemológicos de la explicación y narración historiográfica. *Revista Latinoamericana de Filosotía* v. 22, n. 1, p. 55-67, 1996.
YOUSCHKEVITCH, A. P. Histoire des sciences et civilisations. *Revue de Synthèse*, n.89, p. 15-26, 1968.

CONFIGURAÇÕES EPISTÉMICAS DO COLECCIONISMO

*Ana Luísa Janeira**

RESUMO

Concluindo,[1] a arqueologia – genealogia do coleccionar revela – pelo viés do coligir, do guardar e do manter – uma realidade remota e complexa, surpreendida por descontinuidades, com sucessivos e diferentes tempos, com sucessivas aberturas e diferentes mundos. Como estas realidades concretizam, de permeio, intercepções de quem colecciona e aquilo que colecciona, os termos em jogo desenham uma estrutura cognitiva – afectiva, onde intervêm factores do saber e do bem-querer. Num extremo, a colecção como riqueza pessoal. A seguir, colectivos, privados ou públicos. Noutro extremo, algumas colecções ou peças eleitas a tesouros nacionais. Ou até a património mundial, recentemente. Do ponto de vista epistémico, será útil ir mais longe, na constatação das dominâncias, e perceber que – as diferenças entre o espaço da posse individual e a aquisição continuada por parte de instituições (onde o Estado intervém e (des)cuida), bem como os percursos entre os conteúdos dentro da colecção e do que é coleccionável com bom-gosto à mistura – permitem uma visão englobante do fenómeno coleccionista, passível de um tratamento tipológico, tendendo para definir uma sequência de lógicas no coleccionismo. No caso, segue-se um tratamento de natureza filosófica, nomeadamente epistemológica, porquanto a abordagem releva demarcações e diferenças, em sintonia com as características do modelo teórico seguido e tendo em conta as aplicações que foram ocorrendo, ao longo dos trabalhos anteriores.

Palavras-chave: lógica do colecionismo; epistemologia; cognição.

* Professora Associada do Departamento de Química e Bioquímica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, agregação em Filosofia das Ciências. Co-fundadora, primeira coordenadora e, actualmente, investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa (CICTSUL), Coordenadora, em Portugal, da Red de Intercambios de la Historia y la Epistemologia de las Ciencias Químicas e Biológicas, México, D.C. *E-mail:* janeira@fc.ul.pt e analuisajaneira@clix.pt

[1] Parecendo ser este o momento adequado, assinala-se que o conjunto dos trabalhos portugueses – O Mundo nas Colecções dos Nossos Encantos – foi seleccionado e organizado por Ana Luísa Janeira, enquanto membro do Projecto Literacia Científico-tecnológica e Opinião Pública: o Caso dos Consumidores dos Museus das Ciências, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do Programa Sapiens 98.

Concluding,[2] archaeology – the genealogy of collecting reveals – from the perspective of gathering, keeping and maintaining – a remote, complex reality, surprised by discontinuities, with successive and different times, with successive openings and different worlds. Since these realities implement, among others, interceptions of who collects and what they collect, the terms at stake draw a cognitive-affective structure in which factors of knowing and appreciating intervene. At one extreme, the collection as personal wealth. Then collectives, private or public. At the other extreme, a few collections or pieces raised to the level of national treasures. Or even to world heritage, recently. From the epistemic point of view, it will be useful to go further, in verifying the dominances and perceiving that – the differences between the space of individual possession and continued acquisition by institutions (where the State intervenes and (neglects) takes care, as well as the trajectories between the contents in the collection and of what is collectible mixed with good taste – allow a broad vision of the collectionistic phenomenon, which can be treated typologically, tending to define a sequence of logics in collectionism. In this case, a treatment of a philosophical nature follows, to wit, epistemological, since the approach raises milestones and differences, in tune with the characteristics of the theoretical model used, and taking into account the applications that occurred throughout the previous studies.
Key words: logic of collectionism; epistemology; cognition.

A configuração moderna processou-se, nomeadamente, a partir do encontro entre o Velho Mundo e o Novo Mundo,[3] com maior incidência na viragem que vai ocorrer por via das tendências humanista – renascentistas. Ao

[2] This appears to be the appropriate moment to point out that the ensemble of Portuguese words – O Mundo nas Colecções dos Nossos Encantos – was selected and organized by Ana Luísa Janeira, as a member of the Projecto Literacia Científico-tecnológica e Opinião Pública: o Caso dos Consumidores dos Museus das Ciências, funded by Fundação para a Ciência e Tecnologia, within the Sapiens 98 Program.

[3] Escrito na sequência de uma estada para investigação na Europa Central, em 2004, e apresentado na 46ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Cuiabá, 2004, este início de texto corresponde a partes remodeladas de um conjunto que foi publicado primeiramente em www.triplov.com/ana_luisa/colecções.html, 2003 e mais recentemente na revista electrónica *Memoradum: memória e história em psicologia*, 8, 2005. http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum. Agradece-se ao www.triplov.com e ao *Memorandum* a autorização para esta publicação.

comportar dinâmicas várias, como seja o processo ocorrido entre a superação progressiva de algumas dualidades paradigmáticas, a mudança demonstrou capacidade para gerar séries nunca por demais lembradas: ouvir – ler → olhar – ver → observar – comparar.

Como a Idade Média, centrada no púlpito e no comentário, ficou para trás! Como a Escolástica, incapaz de se munir de uma percepção representativa, foi sendo abandonada!

Em contrapartida, irrompia o universo exótico, das diferentes raças aos costumes sociais distintos, das plantas milenárias à diversidade animal.

Ao mesmo tempo, era dada uma maior viabilidade à ligação entre a colecção, a pilhagem ou o roubo colonial. Os barcos chegavam carregados de preciosidades múltiplas, porque o controlo comercial dos europeus possibilitava um mercado nunca visto de objectos, através de redes com circulação transoceânica.

Diz-se que Aristóteles coleccionava seres vivos, Dioscórides também. O Museu de Alexandria também os teria. E os hortos dos conventos medievos conservariam as suas maravilhas florais, acompanhadas por herbários de plantas medicinais. Todavia, o alargamento da riqueza acumulada dentro das colecções revela ainda uma descontinuidade histórica digna de ser identificada, em termos modernos. Aos bens culturais, até então maioritários, juntam-se, agora, muitos bens naturais: ter uma árvore exótica no jardim engrandece o proprietário tanto quanto um quadro raro no salão.

A *Natura* conquistava, pois, um espaço muito especial nas colecções europeias, materialidades da *Cultura.* Melhor, as colecções apoderavam-se, também elas, das coisas naturais. E esses gestos requeriam uma metodologia científica, consequentemente. Metodologia que vai abrigar, a partir de agora, o mundo animal, vegetal e mineral, contextualizando-os, por forma privilegiada.

Estrutura que vai desenvolver um conjunto de mecanismos onde o conhecimento se desdobra entre o respeito pela identidade dos Três Reinos e a racionalidade que os vai esquartejar, dissecar e pulverizar, cada vez mais, pelas mesas e bancadas de mármore.

Os minerais e os minérios sobranceiramente impositivos, do ouro à prata e diamantes. Até porque o paraíso reconquistado, destino que movia as demandas americanas, era vislumbrado como promissor, neste particular.

Os seres vivos sob a lupa do observar e do comparar. Primeiro, por fora. Mais adiante, também por dentro. As ilustrações complementando os rasgos descritivos, em demanda de uma proximidade maior, para além daquilo que quer fugir ao modelo impositivo da tendência classificatória moderna.

A PAIXÃO DE RUDOLFO II (1556-1612)

Tome-se, agora, o caso histórico de uma grande colecção, ou também, a paixão desmesurada e empreendedora de um grande coleccionador: o Imperador do Sacro Império, Rei da Boémia e da Hungria, Rudolfo II.

Originariamente estava concentrada em Praga, capital desde 1583. O destino marcou-a por uma grande dispersão, para todo o sempre.

Apesar de estar repartida por Praga, Viena ou Estocolmo o património existente permite vislumbrar como era grandioso o acervo primitivo, que chegou a ter 3.000 telas.

Na verdade, a situação inicial do conjunto teria poucos émulos, como continuam extensos e valiosos os subconjuntos remanescendo nas três capitais. A propagação tentacular e milenar da família Habsburg, o xadrez político minado por querelas sucessórias, conflitos religiosos e várias guerras estiveram na origem da dispersão. Quando gera um fenómeno deste tipo, também o património vive um desfasamento de destinos: o mal de uns é o bem de outros.

Perspectivada a partir do sujeito, a colecção foi constituída por um espírito artístico e uma personalidade com cariz universal. Esta tónica era alimentada por contrastes de vida: genealogia paterna e materna infiltrada em grande parte pela realeza europeia; nascimento em Viena, mas sete anos na corte do tio materno, Filipe II de Espanha; percurso que proporcionou outras tantas aberturas, como seja, a sua actuação em favor dos protestantes, apesar de uma educação católica cerrada.

Na época e ao longo dos tempos, foi representado como um homem depressivo, com ar carregado e entristecido. O que não o impediu de uma certa sociabilidade cultural marcante e muito frutífera: acolheu pintores (ex: Pieter Bruegel o Velho, Giuseppe Arcimboldo) que interceptava, dizem, nos *ateliers* do Palácio Imperial, conversando sobre as obras em curso; favoreceu cientistas (ex: Johannes Kepler, Tycho Brahe), e alquimistas (ex: os residentes da Golden Lane), revelando-lhes a sedução pelos avanços do conhecimento.

A partir destas circunstâncias, criou uma conjectura favorável a quadros únicos ou aparelhos singulares concebidos *in loco*, a que se juntaram, obviamente, espécies com outras proveniências, encomendas compradas longe e adquiridas através de redes internacionais bem articuladas e sobejamente especializadas. Assim, muitos o serviram como conselheiros profissionais, tendo consigo vendedores de arte (Jakob König), antiquários e curadores reputados (Ottavio Strada). Muitos o serviram ainda neste comércio cultural, enquanto agentes bem colocados e actuando em pontos estratégicos: Espanha (Hans Khevenhüller, Itália (Rudolf Coraduz), Alemanha (Giuseppe Arcimboldo).

Perspectivados na interface entre sujeito – objecto, os objectos correspondiam a diferentes naturezas, sendo escolhidos no interior de uma configuração que possibilitava uma atitude e uma época anterior à especialização. Misturas feitas de grandeza, de luxo e de gosto.

Lado a lado, instrumentos astronómicos, a colecção zoológica com vários esqueletos, pedras preciosas, estatuetas, telas.

A Galeria Imperial e a *Kuntskammer* acolhiam um conjunto de esplendores: muitos, e entre os melhores, de Dürer, Tintoretto, Hieronymus Boch, Hubert Van Eyck, Veronese, Correggio, etc. No que respeita a pintura, supõe-se, aliás, que esta terá sido a primeira colecção a ser disposta na parede e em salas de exposição de tipo moderno.[4] A diferença a assinalar demarcará, pois, dois momentos: telas com lugar próprio e permanente na parede, onde passam a ser olhadas, e telas em cima umas das outras, que só podiam ser apreciadas quando eram em suportadas pelas mãos.

O esteta apela ao coleccionador,[5] em bebedeiras de bom-gosto e outras dependências estéticas. Resultam refinamentos por educação da sensibilidade.

Um certo estar – no – mundo – burguês, com fugas centrífugas, soltas e transbordantes, por brechas e estrias não – burguesas.

A COLECÇÃO COMO UM SEMIÓFORO

A colecção entre o saber e o domínio do conhecimento científico sobre o saber.

A colecção entre a arte e o domínio da produção artística (perda da *aura*) sobre a arte.

Situação que vai inscrever no urbanismo de Viena uma representação paradigmática ímpar, dado o simbolismo: a estátua monumental da Imperatriz Maria Teresa, entre o Museu de História Natural e o Museu de Arte, separando-os: o saber – poder moderno dividindo as águas.

---

[4] Cf. Prague Castle Gallery (1998, p. 24).

[5] "CALOUSTE GULBENKIAN – vale a pena ler as memórias de Sir Kenneth Clark e o artigo que aparece no *The Times Literary Supplement*, de 31 de Outubro de 2003, intitulado '*OIL and OLD MASTERS*' ou *Como a Inglaterra perdeu Gulbenkian*. No segundo volume da sua autobiografia, '***The other half***', Clark conta como a valiosa colecção do milionário arménio 'escorregou' dos seus próprios dedos – e dos ingleses – e veio parar a Lisboa. Muito interessante e educativo. Ou, de como a política e os jogos de poder podem deitar tudo a perder.
Dessa vez, Portugal ganhou. Por acaso e por sorte. Será desses condimentos que continuamos à espera? O pior é que momentos assim, já são raros...", ***Notícias da Storm*****, 10 de Novembro de 2003, www.storm-magazine.com**. (Maiúsculas, itálico e negrito no texto).

Águas que tinham tido a função de servir encontros, enquanto permanecerem unidas. Encontros seguidos de diálogos, marcados pela agudeza daquilo que está aquém do disciplinar, porque as disciplinas modernas ainda não estavam criadas, ou daquilo que está para além do disciplinar, porque respeita «uni – versos» dotados com uma ancestralidade globalizante.

Uma qualquer luxúria que alimenta abundâncias com bom gosto e com fruições.

Do gosto por coisas bonitas.

Coisas que despertam afectos e merecem afectos.

Coisas a possuir, a guardar.

Coisas pequenas e coisas grandes. A distância entre o pequeno e o grande precisa de uma orientação tendo em vista uma abordagem enriquecida, de molde a entendê-los e a avaliá-los. No caso da medida – valor das colecções, deve fazê-lo, sabendo como há dissemelhanças a impedir qualquer forma correcta de comparação. Ou seja, a necessidade de olhar cada conjunto, na justeza da dimensão própria e da identidade particular respectiva.

Ao longo da modernidade, as ciências e as técnicas têm contribuído para diversas valorizações ligadas: à razão, ao método, às disciplinas e seus associados.

Como também a áreas particulares do conhecimento, a rigores precisos, a determinados hábitos de trabalho ou a certos objectos.

Como ainda a um qualquer modelo de aparelho ou *design* concreto.

No caso da definição de objectos museológicos e museográficos, as ciências intervêm no sentido de uma consagração, da selecção à identificação e à explicação.

De facto, pelo acto de expor, o conhecimento científico teoriza e interpela o olhar do visitante, orientando-o para aquilo a que outorgou um conteúdo prévio, na memória descritiva, na etiqueta ou no catálogo. Na verdade, cabe-lhe contribuir para elaborar toda a envolvência teórica e prática que integrará o objecto no conjunto, de onde recebe sentido, e que o situará no lugar preciso, onde transmite significado.

Como consequência, há uma definição processual destinada a transformar – a comenda, o quadro ou o aparelho – num meio portador de uma mensagem, ou seja, cada um deles recebe do percurso um sentido englobante, ao mesmo tempo que funciona como peça de um todo. Aspectos que servem para evidenciar a importância destes enquadramentos na sala ou na vitrine.

Deste modo, contribui para que o olhar se transforme em ver, através de uma inteligibilidade mais elaborada e mais fundamentada. Casos haverá que consegue ainda mais, e atinge uma formulação mais completa, pelo observar.

Por isso mesmo é que a ciência e a técnica de expor demonstram uma tão grande importância na comunicabilidade da mensagem, e que se devam relevar os múltiplos avanços, verificados nos últimos anos, neste particular.

OS DENOMINADOS TESOUROS NACIONAIS

A palavra «tesouro» evoca uma complexidade imensa de realidades, de sensações e de lembranças.

Para uns, será remetida ao escondido.

Para outros, ao longínquo.

Para todos, ao valioso.

Sob um enfoque filosófico, é a sua relação com o conceito de valor que pode mais interessar.

A identidade de um valor decorre da articulação entre necessidade e raridade, num contexto social e numa sequência gradativa.

Assim sendo, trata-se de um construto, mediado por um determinado tipo de sociedade, em espaços e em tempos precisos.

Na verdade, cabe-lhe definir o que assumirá como grelha axiológica e o que transmitirá enquanto tal. Actividade de produção e de reprodução, obviamente.

Cada valor produz-se socialmente, por uma conjugação de ideias e de juízos colectivos, a que são outorgados qualificativos de estima e de grandeza.

Cada valor reproduz-se socialmente, mediante canais de transmissão, das instituições educativas às instituições reguladoras dos costumes, passando pelos estilos e modas, orientadores do gosto.

No século XIX, a atribuição social de valores, respeitante ao coleccionismo de elite, inventou a designação hierárquica de Museu Nacional: enquadramento institucional, por excelência, onde se encontravam os tesouros nacionais, nomeadamente naturalísticos. Não só tiveram origem em patrimónios ligados às casas reinantes, como usufruíam dos bens e das ofertas frequentes, feitas pelos monarcas. Em Portugal, esse museu ficava na capital, daí ter sido designado também de Museu Nacional de Lisboa, antepassado do actual Museu Nacional de História Nacional. Diferentemente, no Brasil, o Museu Nacional, da Quinta da Boavista, no Rio de Janeiro, persiste com o mesmo nome.

A ligação próxima a preciosos legados reais conferiu-lhes um papel essencial no desenvolvimento dos respectivos países, nomeadamente nas Ciências Naturais e na denominada Alta Cultura. Na verdade, ao assumirem a guarda e a conservação das colecções – e, insista-se, por via das suas colecções – ampliaram múltiplas actividades de gabinete e de campo, assumindo,

consequentemente, grande parte das tarefas propulsoras da produção do conhecimento. A eles, com as Academias, se devem pólos de dinamismo científico, em diferentes frentes.

Por força de tempos e modos favoráveis aos nacionalismos e quando as circunstâncias facilitaram a designação, determinadas grandes colecções e determinadas peças valiosas destacaram-se, historicamente, das demais, sendo-lhes atribuído um carácter nacional. Porém, cabe lembrar a ironia de uso ligada a este adjectivo, porquanto, não raras vezes, só era apropriado, porque resultava de um alargamento artificioso, com base no poder colonial.

Mais recentemente, no quadro das tendências em prol de um planeta globalizado e numa extensão requerida pela importância da auto-estima, através da memória patrimonial decorrente de complexos artísticos e ambientais, surgiu o património mundial.

COLECCIONISMO E CONSUMISMO

Paralelamente, tenha-se ainda presente quanto a arqueologia – genealogia do coleccionismo encontra, de permeio, a arqueologia – genealogia do consumismo, porquanto ambas pertencem à mesma configuração epistémica, na actualidade.

De facto, o «conjunto coleccionismo» não só intercepta o «conjunto consumismo»,[6] como tem contribuído para o seu incremento, nomeadamente pelo viés do espírito de posse e do culto da quantidade. Dando origem, também, ao fenómeno da democratização das colecções.

Com colecções *prêt à porter*.

Com colecções *take away*.

Indo mais longe, essas águas revelam a jusante um caudal significativo: por sonho e por outros saltos fora do contorno conceptual; por desejo de quebrar peias; por uma qualquer gratuidade sensorial; e também, por falta de precisão, porque não dizê-lo?

---

[6] O que parece ter sido diferentemente pensado, por Walter Benjamin, quanto ao século XIX: "porque Benjamin sempre buscou transcender as limitações de um pensamento ressentido e pessimista com prejuízos para a percepção. O seu conceito de 'aura' e 'reprodução mecânica', as alegorias do anjo e da História, assim como as figuras do 'flanador', do 'colecionador' ou da 'prostituta', ao seu ver, não traduzem as formas de mercantilização, são antes expressões que condensam, simultaneamente, a dinâmica da vida material e a emanação do espírito coletivo, a parte obscura e brilhante da vida" (Paiva, 1999).

Não se estará a integrar no conceito, um universo com muito mais realidades e conteúdos, afectos e pulsões (adequadas e desadequadas, dirá um puritanista)?

E não estaremos, com isso, a descrever os «limites – não – limitados» do coleccionismo?

A tal ponto que fala-se da vida como uma colecção permanente, ou, pelo menos, uma série de colecções temporárias, ou ainda, uma grande colecção integrando múltiplas colecções.

A vida é consumida.

As vidas são consumidas.

Coleccionam-se vidas na vida.

Formas de falar onde perpassa a Pós-Modernidade.

Colligo, colligis, colligere, colegi, colectum (cum, lego)

colher, reunir, juntar

Collectio,onis

colecção

Colo, colis, colere, colui, cultum

cultivar, cuidar

Cada lógica pode até retomar aspectos da lógica anterior, por transformação.

Só que a mudança, essa, resulta de novos termos e de novas relações entre os termos.

Por isso, a identidade de cada lógica faz-se pela diferença, ou seja, pelos novos termos e pelas novas relações, pela qual ela inova.

LÓGICAS DO COLECCIONISMO

Alargamento do Mundo

Coleccionismo Peripatético

Espaços – *Lúkeion* de Aristóteles e *Mouseion* de Alexandria: biblioteca, salas de aula, laboratórios, etc.

Invasões Bárbaras, Guerras Feudais

Coleccionismo Eclesial

Espaços – abadias, mosteiros, conventos, catedrais: tesouros, bibliotecas e hortas

Objectos – raridades, livros e plantas

Expansão pelos Novos Mundos
Coleccionismo Palaciano
Espaços – paços reais e senhoriais: salas e salões
Objectos – *naturalia*, *artificialia*, *mirabilia* europeias e exóticas
Exemplo – *Le Cabinet de Ferrante Imperato à Naples*
Biblioteca Estense, Modena, 1672
www.pages.infinit.net/cabinet/representation.html

Ciência Moderna
Coleccionismo Académico
Espaços – academias, universidades, conservatórios: gabinetes e museus
Objectos – equipamento científico e técnico
Exemplo – Salle Montrouzier: Mollusques et Coelenténés
Museum d'Histoire Naturelle de Bordeaux
www.mairie-bordeaux.fr./musees/museum-histnat/museum2.htm

Liberalismo – Abertura ao público
Coleccionismo Expositivo
Espaços – exposições, museus e galerias
Objectos – chinesices, japonesices, africanices
Exemplo – Pratos de Faiança Portuguesa com decoração chinesa
Museu da Música, Lisboa
www.fcsh.unl.pt/cesem/29_10_02/revistas/orientalismos.html

Democratização – Produção maciça e comercial de colecções
Coleccionismo Consumista
Espaços – casas, apartamentos: prateleiras, caixas, álbuns
Objectos – comuns

BIBLIOGRAFIA

Este conjunto de títulos corresponde à biblioteca portátil que a coordenadora científica do Projecto O Mundo nas Colecções dos Nossos Encantos usou, permanentemente, durante as viagens, reais[7] ou imaginárias, que realizou ao longo e por conta do tema.

---

[7] As estadas no Canadá e Estados Unidos da América, 2003, e na Alemanha, República Checa, Hungria e Bélgica, 2004, para estudo de colecções e museus, foram patrocinadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Serviram-lhe como guias na escolha de itinerários, na definição de visitas precisas, no relevo dado a certos objectos, em suma, em diferentes afazeres e prazeres, propiciados por um projecto de investigação.

Não inclui, pois, as citações, as referências e as bibliografias que cada autor houve por bem usar, em função das características e das exigências dos seus textos.

Dada a variedade de formações e porque a utopia interdisciplinar não deve ser entendida como aplanadora das diferenças, respeitaram-se as tradições dos autores e as normas dos originais, ao longo do trabalho.

Revistas e anais

2º Simpósio de Escultura em Terracota, Montemor-o-Novo, 1998. Montemor-o-Novo, Oficinas do Convento, 1998.
7ª Conferência Internacional sobre o Estudo e Conservação da Arquitectura de Terra. Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1993.
A olaria tradicional portuguesa. Colecção de Margarida Ribeiro. Montemor-o-Novo, Oficinas do Convento, 1998.
Arquitectura de Terra. “Mediterrâneo” (número temático), Lisboa, (8-9), 1996.
As idades do futuro. Feira Internacional de Artesanato-FIL. Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade-Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2000.
L’Architecture d’Aujourd’hui (numéro spécial), Paris, (276), set. 1991.
Musées & Millénaire. Museums & Millenium. Museos & Milenio. Québec, Musée de la Civilisation, 1997. Texto fotocopiado.
Novas co-errancias. Nouvelles co-errances. Lisboa, “Atalaia” (número temático), Lisboa, (3), 1997.
Prague Castle Gallery. A Guide to the Collections. Praha: Prague Castle Administration, 1998.
Conversas à volta da olaria. Montemor-o-Novo, Oficinas do Convento, 1998.

Livros e artigos

ADRIAN, Robert; STOCKER, Gerfried. *Zero – The art of being everywhere.* Graz: Steirisch Kulturinitiative, 1993.
ALFONSO-GOLDFARB, Ana M; MAIA, Carlos A. (orgs.) *História da Ciência: o mapa do conhecimento.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
ANDRADE, Pedro de, A negociação do visível II: o tempo das visibilidades sociais e as visões da natureza. Lisboa, *Atalaia*, n.3, p. 143-152, 1997.
ANDRADE, Pedro de. A nova sociedade e a sociologia histórica interdimensional. Lisboa, *Atalaia*, n.4, p.9-27, 1999.
ANNAM, Kofi. Fazer com que a globalização beneficie os pobres. Lisboa, *Público*, p. 20, 17 dez. 2000.
ARONOWITZ, S. *et al.* (edit.) *Technology and Culture.* New York: Routledge, 1996.
ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE FILOSOFIA. *A Filosofia e a cultura tecnológica.* Coimbra: Associação de Professores de Filosofia, 1993.

BARROS, Jorge Pedro Dalledonne de. (org.). *Telecomunicações. Verdade suada x Mentira orquestrada.* São Paulo: Paz e Terra, 1994.
BAUDRILLARD, Jean. L'ombre du commandeur. Paris, *Libération*, 5 Fev. 1996.
BAUDRILLARD, Jean. Le Xerox et l'infini. Paris, *Traverses 44/45 – Machines virtuelles*, Centre Georges Pompidou, 1998.
BEARMAN, David; TRANT, Jennifer. (edits.). *Museums and the Web99: Selected Papers.* Pittsburgh: Archives & Museums Informatics, 1999.
BENEDIKT, Michael. (org.). *Cyberspace*. Cambridge: MIT Press, 1992.
BRANSCOMB, Lewis M.; KELLER, James H. (edits.). *Investing In Innovation. Creating a Research and Innovation Policy That Works.* Cambridge: MIT Press, 1998.
BRETON, Philippe. *A l'image de l'homme*. *Du golem aux créatures virtuelles.* Paris: Editions du Seuil, 1995.
CABRITA, Alexandre. *Gabinete de Curiosidades*. Porto: Galeria Minimal, 2000.
CADOZ, Claude. *Les réalités virtuelles.* Paris: Flammarion, 1994.
CALADO, Jorge (dir.). *Trilogia/Trilogy.* Évora: Fundação António Almeida, 2000.
CAPELLA, Juan Ramón. *Los ciudadanos siervos*. 2ed. Madrid: Trotta, 1993.
CHALMERS, Alan. *What Is this Thing Called Science? An Assessment of the Nature of Science and its Metods.* Buckingham: Open University Press, 1999.
COLLINGRIDGE, D. *The management of Scale; Big Organisations, Big Technologies, Big Mistakes.* London: Routledge, 1992.
COLLINGRIDGE, D. *The Social Control of Technology.* London: Palgrave Macmillan 1980.
CORREIA, Carlos. *Multimédia de A a Z.* Lisboa: Notícias Editorial, 1997.
COSSONS, Neil. (edit.). *Making of the Modern World: milestones of science and technology.* London: John Murray/Science Museum, 1997.
COSTA, Sidónio. Ontologia das comunidades virtuais: desdramatizar para compreender. Lisboa, *Atalaia*, n.4, p. 165-178, 1999.
COUTINHO, Marta. *Já fui ao museu*. Évora: Museu de Évora, 2000.
CRITICAL ART ENSEMBLE. *The Electronic Disturbance.* New York: Automedia, 1994.
CRUZ, Teresa. (coord.). *Inter@ctividades.* Lisboa: Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens/FCSHUNL-Câmara Municipal de Lisboa, 1997.
DANET, Brenda. *Cyberpl@y. Communicating Online.* New York: Berg Publishers, 2001.
DELANLY, Gerard. *Citizenship In a Global Age. Society, Culture and Politics.* Buckingham: Open University Press, 2000.
DRUCKERY, T. *Electronic Culture. Technology and Visual Representation.* New York: Apperture Foundation, 1996.
DUARTE, Fábio. *Arquitectura e tecnologias de informação. Da Revolução Industrial à Revolução Digital.* São Paulo: Editora da Unicamp-Ananblume-FAPESP, 1999.
ENGLEHARD, Philippe. *L'homme mondial. Les sociétés humaines peuvent-elles survivre?* Paris: Arléa, 1996.
EVERNDEN, N. *The Natural Alien-Humankind Environment*. Toronto: University of Toronto Press, 1985.
FEATHERSTONE, Mike; LASH, Scott. (edits.). *Spaces of Culture: City, Nation, World.* London: Sage, 1999.

FERNANDO, Vasco. *Telheiros, o barro e os homens.* “Almansor”, Montemor-o-Novo, (9), 1991, 307-325.
FORTUNA, Carlos – *Identidades, percursos, paisagens culturais.* Oeiras: Celta, 1998.
FOUCAULT, Michel. *L’archéologie du savoir.* Paris: Gallimard, 1969.
FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação.* São Paulo: Paz e Terra, 1992.
FRÓIS, Virgínia. Desenho de um projecto…. In: Feira Internacional de Artesanato-FIL. *As idades do futuro*, p. 28-31,. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade-Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2000.
FÜLLER, Richard Burckminster. *Synergetics: Explorations in the Geometry of Thinking.* London-New York: MacMillan, 1985.
FURTADO, Celso: *O capitalismo global.* São Paulo: Paz e Terra, 1999.
GANNETTI, Claudia. (org.). *Ars Telemática, Telecomunicação, Internet e Ciberespaço.* Lisboa: Relógio d’Água, 1998.
GAUNTLETT, David. (edit.). *Web.Studies. RewiringMedia Studies for the Digital Age.* London: Arnold, 2000.
GOLDING, Peter; MOSCO, Vincent. *Communication and Critique.* Aldershot: Ashgate Publishing, 1998.
GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização.* São Paulo: Paz e Terra, 1999.
GRUPO DE LISBOA. *Limites à competição.* Lisboa: Europa-América, 1994.
HEIDEGGER, Martin. La Question de la Technique. In: HEIDEGGER, Martin. *Essais et conférences*, Paris: Gallimard, 1980.
HEIM, Michael. *The Metaphysics of Virtual Reality.* Oxford: Oxford University Press, 1993.
HENDRY, Joy. *The Orient Strikes Back. A Global View of Cultural Display.* New York: Berg Publishers, 2000.
HUITEMA, Christian. *Et Dieu créa l’internet.* Paris: Eyrolles, 1996.
ITE, Uwem. *Global Thinking and Local Action. Agriculture, Tropical Forest Loss and Conservation in South-East Nigeria.* Aldershot: Ashgate Publishing, 2000.
JANEIRA, Ana Luísa. A ciência nas academias portuguesas (século XVIII). Brasília, *Revista da Sociedade Brasileira de História das Ciências*, n.5, Jan.-Jun. 1991, p. 15-21.
JANEIRA, Ana Luísa. As exposições universais do século XIX: pavilhões efémeros, progresso sem fim. In: MOURÃO, José Augusto, MATOS; Ana Maria Cardoso de; GUEDES, Maria Estela. (orgs.). *O Mundo Ibero-americano nas Grandes Exposições*. Lisboa: Vega, 1998, p. 11-30.
JANEIRA, Ana Luísa. *Colecções, Museus, Públicos e Literacia*. http://www.triplov.com/ana_luisa/colecções.html, 2003.
JANEIRA, Ana Luísa. Discursos dos saberes e das ciências na perspectiva de Michel Foucault. Braga, *Revista Portuguesa de Filosofia*, v.39, n.1-2, Jan.-Jun, p. 92-109, 1983.
JANEIRA, Ana Luisa. El escenario da naturaleza en los Museos de Historia Natural. In: *Las Ciencias Químicas y Biológicas en la Formación de un Mundo Nuevo.* México D.F.: Universidad Autonoma Metropolitana, 1995, p. 139-147.
JANEIRA, Ana Luísa. *Conversando com Ana Luísa Janeira.* Porto Alegre, *Episteme*, n.15, 2003, p.15-28.

JANEIRA, Ana Luísa. *Fazer-Ver para Fazer-Saber. Os Museus das Ciências*. Lisboa: Edições Salamandra, 1995.
JANEIRA, Ana Luísa. *Gabinetes, Boticas e Bibliotecas*. In: http://www.triplov.com/ana_luisa/cabinet.html, 2003.
JANEIRA, Ana Luísa. Humanismo. Logocentrismo. Etnocentrismo. Braga, *Revista Portuguesa de Filosofia*, v.38, n.4, Out.-Dez. 1982, p. 221-240. (Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia.)
JANEIRA, Ana Luísa. *Jardins do saber e do prazer. Jardins botânicos*. Lisboa: Edições Salamandra, 1991, 146.
JANEIRA, Ana Luísa. Lógos e nómos. In: 1º Congresso Nacional de Arquitectura Paisagista, *Actas.* Lisboa: Associação Portuguesa de Arquitectura Paisagista, 1998.
JANEIRA, Ana Luísa; Museus, memória e visibilidade dos saberes. Lisboa, *'Medicamenta, História e Sociedade*, nov. sér., n.9, Ago.1996, p. 1-3.
JANEIRA, Ana Luísa. Natureza, Jardins Botânicos e Utopia. Madrid, *Asclépio*, v.49, n. 1, 1997, p. 145-159.
JANEIRA, Ana Luísa. *O lugar da memória na comunidade científica e museológica actual*. In: http://www.triplov.com/ana_luisa/memoria.html, 2002.
JANEIRA, Ana Luísa. O Mundo nas Exposições Universais do Século XIX. Aveiro, *Boletim HFCT – História e Filosofia da Ciência e da Técnica*, n.3, 2001, p. 29-32.
JANEIRA, Ana Luísa. O Reino de Deus, os Três Reinos da Natureza e o Reino de Portugal. In: ANES, José Manuel, GUEDES, Maria Estela, PEIRIÇO, Nuno Marques. (orgs.). *Discursos e Práticas Alquímicas II*. Lisboa: Hugin Editores. In: http://www.terravista.pt/Guincho/7933, 2002
JANEIRA, Ana Luísa. *Sistemas epistémicos e ciências. Do Noviciado da Cotovia à Faculdade de Ciências de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
JANEIRA, Ana Luísa. Viagem filosófica pelo espaço-tempo dos Jardins Botânicos. In: ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria, MAIA, Carlos A. (orgs.). *História da ciência: o mapa do conhecimento.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 543-550.
JANEIRA, Ana Luísa. (org.). *Gabinete de Curiosidades*. Lisboa: Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa (CICTSUL), 1999. (Inclui estes textos adaptados de Ana Luísa Janeira: *Ouvir e ler, olhar e ver, observar e experimentar, 31-38; Explorar, expor e crer*, 41-49; *Do Paço da Ajuda à Escola Politécnica de Lisboa*, 55-58; *O jardim botânico das reais quintas do Paço de Nossa Senhora da Ajuda*, 61-65; *O Hospicio dos Apostolos da Cotuvia (1603-1759): Bairro do Andaluz, cidade de Lisboa*, 79-82; *O quadrilátero jesuítico: uma arquitectónica cultural e científica entre os guaranis*, 91-95; *Viagem filosófica pelo espaço-tempo dos jardins botânicos*, 97-101; *Jardins entre dois mundos*, 103-106; *O exótico nas colecções dos jardins botânicos* , 109-118; *Naturacultura: jardins e utopias*, 121-127.)
JANEIRA, Ana Luísa, et al. De como usar a História Natural quando se prepara o século XXI. In: *CulturaNatura. Caderno de Viagem*. Lisboa: Fundação da Universidade de Lisboa (CICTSUL)-Instituto de Inovação Educacional, 1999, p. 11-13

JANEIRA, Ana Luísa Os três Reinos da Natureza e o Reino de Portugal. In: *CulturaNatura. Caderno de Viagem*. Lisboa: Fundação da Universidade de Lisboa (CICTSUL)-Instituto de Inovação Educacional, 1999, p. 37-52.
JANEIRA, Ana Luísa, FORTES, Mário. *Floras do Novo Mundo: curiosidades e recursos. O Jardim Botânico da Ajuda.* http://www.triplov.com/evora.html.htm, 2002
JANEIRA, Ana Luísa; MOURÂO, José Augusto; GUEDES, Maria Estela. *A Paixão do Coleccionador: Espaços de Colecção*. Lisboa: Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 1997.
JANEIRA, Ana Luísa; NASCIMENTO, Alexandra. A colecção *Naturalia* de Frei Manuel do Cenáculo. Lisboa, *Atalaia-Intermundos* , n.11-12, 2003, p.49-54.
JANEIRA, Ana Luísa; NASCIMENTO, Alexandra. *O Gabinete de Curiosidades Frei Manuel de Cenáculo: uma museografia para o público entre o real e o imaginário.* Lisboa, *Atalaia-Intermundos* , n.11-12, 2003, p.125-136.
KNAUDER, Stefanie. *Globalisation, Urban Progress, Urban Problems, Rural Disadvantages. Evidence from Mozambique.* New York: Berg Publishers, 2000.
KUHN, Laura. *John Cage's "Europeras 1 & 2": the Musical Means of Revolution.* Michigan: University Microfilms International, 1993.
LAFUENTE, Antonio; MOSCOSO, Javier. *Monstruos y seres imaginarios en la Biblioteca Nacional.* Madrid: Alianza, 1998.
LAGAN, Langan. *Surviving the Age of Virtual Reality.* Missouri: University of Missouri Press, 2000.
LECOURT, Dominique. (dir.). *Science, philosophie et histoire des sciences en Europe*. Luxembourg: European Communities, 1998.
LEITZMANN, W. *Visual Typology.* London: Chatto and Windus, 1965.
LENOIR, Timothy. Science Matrix 2000: The Fusion of the Digital and the Real In Contemporary Scientific Pratice. Porto Alegre, *Episteme,* n.10, Jan.-Jun., 2000, p. 75-89.
MACKENZIE, Donald; WAJCMAN, Judy. (edits.). *The Social Shaping of Technology*. Buckingham: Open University Press, 1999.
MALDONADO, Tomás. (org.). *Real y virtual.* Barcelona: Gedisa, 1994.
MANZINI, Ezio. Entre réel et virtuel: l'objet intéractif. In: WEISSEBERG, Jean-Louis *Cahiers de la CCI – Les chemins du virtuel*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1989, p. 85-95.
MARTINS, Hermínio. Risco, incerteza e escatologia – reflexões sobre o *experimentum mundi* tecnológico em curso. Porto Alegre, *Episteme*, n.5, jun.-jul.1998, 41-75.
MARTINS, Roberto de Andrade. Building a Bibliographical Data-base on Old Science, Medicine and Technique in Portugal and Brazil. *Quipu – Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnologia*, v.11, n.3, 1994, p. 47-59.
MARTINS, Roberto de Andrade. Que tipo de História da Ciência esperamos ter nas próximas décadas? Porto Alegre, *Episteme*, n.10, Jan.-Jun. 2000, p. 39-56.
MARTINS, Roberto de Andrade. Sources for the Study of Science, Medicine and Technology In Portugal and Brazil. Firenze, *Nuncius – Annali di Storia della Scienza* , v.11, n.2 , 1996, p. 655-667.
MCGUIGAN, Jim. *Modernity and Postmodern Culture.* Buckingham: Open University Press, 1999.

MCLUHAN, Marshall, et al. *Guerre et Paix dans le village planetaire*. Paris: Robbert Laffont, 1970.
MILLER, Daniel; SLATER, Don. *The Internet. An Ethnographic Approach.* New York: Berg Publishers, 2000.
MITCHELL, William. *City of Bits. Space, Place and Infobahn.* Cambridge: MIT Press, 1995.
MITCHELL, William J. *E-topia. "Urban Life, Jim-But As We Know It"*. Cambridge: Mass., MIT Press, 1999.
MORSE, Stephen; MCNAMARA, Nora. *Visions of Sustainnability. Stakeholders, Change and Indicators.* Aldershot: Ashgate Publishing, 2000.
MOURÃO, José Augusto. Cibercultura e nomeações de Deus. Lisboa, *Cadernos ISTA* , v.2, n.4, 1997, p. 59-86.
MURRAY, Janey H. *The Future of Narrative In Cyberspace.* Cambridge: MIT Press, 1997.
NASCIMENTO, Alexandra; JANEIRA, Ana Luísa. The Cenaculo´s Naturalia – Source For The History Of Science In Portugal During The 18th Century. In: International Congress of History of Science, XXI. *Book of Abstracts – 2. Scientific Sections*. Mexico (DC), 2001, p. 182-183.
NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Éditions Gallimard, 1984.
NUNES, João Arriscado. Fronteiras, hibridismo e mediatização: os novos territórios da cultura. Coimbra, *Revista Crítica de Ciências Sociais* , n.45, 1996, p. 35-71.
NUNES, João Arriscado. Para além das «duas culturas»: tecnociências, tecnoculturas e teoria crítica. Coimbra, *Revista Crítica de Ciências Sociais,* n.52-53, 1998-1999, p. 15-60.
OLIVEIRA, Luísa Soares. Tão perto da terra. In: *As idades do futuro. Feira Internacional de Artesanato-FIL*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade-Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2000, p. 24-27.
ORTIZ, Renato. *A consciência fragmentada. Ensaios de cultura popular e religião.* São Paulo: Paz e Terra, 1980.
PAIVA, Cláudio Cardoso de. *Walter Benjamin e a Imaginação Cibernética: Experiência e Comunicabilidade na Era do Virtual.* In: www.bocc.ubi.pt, 1999.
PAPINI, Roberto *et al. Living in the Global Society.* Aldershot: Ashgate Publishing, 1997.
PARENTE, André (org.). *Imagem-Máquina. A era das tecnologias do virtual.* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
PARRET, Herman. *Le sublime du quotidien.* Paris-Amesterdam-Philadelphia: Hadès-Benjamins, 1988.
PASSOS, Alexandre. *Bonecos de Santo Aleixo. As marionetas em Portugal nos séculos XVI s XVIII e a sua influência nos títeres alentejanos.* Évora: CENDREV, 1999.
PEREZ, Avner Camus. La scissiparité de la modernité. Lisboa, *Atalaia*, n.4, 1999, p. 3-6.
PIMENTA, Emanuel D. de M. *Tapas: a impermanência das coisas e das idéias.* São Paulo: Projeto, 1986.

PIMENTA, Emanuel D. de M. *Virtual Architecture.* London: ASA-Art and Technology, 1991.
PIMENTÃO, Joaquim. Olaria contemporânea. In: *As idades do futuro. Feira Internacional de Artesanato-FIL*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade-Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2000, p. 32-33.
PINTO, António Cerveira *et al.* *Ex-mater.* Badajoz: MEIAC – Museo Extremeño e Iberoamaricano de Arte Contemporáneo, 1997.
PLATT, J.R. *et al.* (edits.). *Fear of Science, Trust in Science.* Cambridge: MIT Press., 1980.
PRADO, Gilbertto. As redes artístico-telemáticas. Campinas, *Imagens*, n.3, Dez. 1994, p. 41-44.
QUÉAU, Philippe. *Éloge de la simulation.* Seyssel: Champ Vallon, 1986.
QUÉAU, Philippe. *Le virtuel – vertus et vertiges.* Seyssel: Champ Vallon-INA, 1993.
QUEIROZ, Jorge. Gestão cultural, diagnóstico, estratégia e desenvolvimento: a experiência de Montemor-o-Novo. Lisboa, *OBS*, n.7, Jan. 2000, p. 11-15.
RHEINGOLD, Horward. *The Virtual Community. Homesteading on the Electronic Frontier.* Cambridge: MIT Press, 2000.
ROBBINS, Derek. *Bourdieu and Culture.* London: Sage, 1999.
ROSNAY, J. de. *L'homme symbiotique.* Paris: Édition du Seuil, 1995.
SAARINEN, Esa; TAYLOR, Mark. *Imagologies – Media Philosophy.* New York, 1994.
SANTOS, Boaventura Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.
SANTOS, Boaventura Sousa. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. Coimbra, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.48, 1997, p.11-32.
SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos. (coord.). *Cultura e Economia.* Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995.
SCIENCE MUSEUM. *Guide to the History of Technology In Europe 2000.* 4ed. London: Science Museum, 2000.
SIMARD, Marc. *Histoire du XX.e siècle. De Sarajevo à Sarajevo.* Montréal: Chenelière-McGraw-Hill, 1997.
SIMARD, Marc. *Quelques défis du XXI.e siècle: diagnostics, pronostics et problématiques*. Montréal, 1998. (Texto policopiado.)

A ILUSTRAÇÃO DO MUNDO

Maria Johanna Krom[*]

RESUMO

Para os cristãos, o Presépio é uma das imagens mais poderosas e simbólicas da sua fé, enquanto representação do nascimento de Jesus Cristo. Através dos séculos o tema da Natividade tem inspirado artistas e artesãos de todas as idades e camadas sociais no mundo inteiro. É graças a essa inspiração que podemos desfrutar lindos poemas, pinturas, música e esculturas. Algumas das representações artísticas – artesanais da Natividade são notavelmente elaboradas e de grande beleza estética, outras são muito simples em forma e execução. Todas testemunham a imaginação e a inspiração do artista – artesão que as fez. Além da estética, é a carga emocional e simbólica do Presépio que, acima de tudo, desperta nas pessoas a vontade de os coleccionar. Desde a sua introdução, a tradição tem se espalhado por todo o mundo cristão. As fontes para a sua representação foram muito variadas e vão desde os textos evangélicos, às festividades litúrgicas, às visões de místicos e ao teatro religioso. Como nós o conhecemos hoje em dia, com o seu conjunto de personagens e adereços que acabamos por encarar como elementos básicos (Jesus, Maria, José, os três Reis, os pastores, os animais, os anjos, a manjedoura e o estábulo) difere bastante dos primeiros Presépios que se centravam sobretudo na Virgem e no seu Filho. Entre o período romano e o fim da Idade Média, a temática do Presépio na igreja ocidental passou da Revelação à Adoração, enfatizando cada vez mais a virgindade de Maria e a divindade de Jesus. As opiniões divergem aquando da introdução do Presépio em Portugal. Freitas situa-a no século XV (FREITAS, 1948). Outros autores pensam que chegou cá muito depois. Qualquer que seja a data exacta em que foi introduzida, veio a ser um elemento indispensável ao quadro natalício. Depois da sua introdução nos conventos, passou também a ser exposto nas igrejas e daí passou para as casas particulares. O seu apogeu em Portugal ter-se-á dado no século XVIII, quando artistas de renome produziram

[*] Mestrado em Antropologia. Investigadora na área da Cultura Popular. Sócia da MARCA-Associação de Desenvolvimento Local. Investigadora do projecto Os Brinquedos Populares de Montemor-o-Novo.

Presépios, tal como o do escultor Machado de Castro na Basílica de S. Vicente em Lisboa. Pensa-se que foi nessa mesma altura que emergiu uma corrente popular, artesanal e muito imaginativa que introduzia, ao lado das figuras tradicionais, cenários, adereços e personagens de carácter diverso, reflectindo a vida diária, os hábitos e as crenças dos seus produtores.
Palavras-chave: presépio; colecionismo; Portugal.

THE ILLUSTRATION OF THE WORLD

For Christians the Nativity Scene (*Presépio*) is one of the most powerful and symbolic images of their faith, as a representation of the birth of Jesus Christ.
Over the centuries the theme of Nativity has inspired artists and artisans of all ages and social strata throughout the world. It is thanks to this inspiration that we can enjoy beautiful poems, paintings, music and sculptures. Some of the artistic-artisanal representations of Nativity are remarkably worked and with great esthetic beauty, others are very simple in form and implementation. All of them bear witness to the imagination and inspiration of the artist–artisan who made them. Besides aesthetics it is the emotional and symbolic significance of the Nativity Scene that, above all, awakens the wish to collect them in people..
Since their introduction, this tradition has spread throughout the Christian world. The sources for their representation were very variable and range from Gospel texts to liturgical festivities, to the visions of mystics and to religious theater.
As we know them today, with its set of characters and decorations that we ultimately consider basic elements (Jesus, Mary, Joseph, the three Magi, the shepherds, the animals, the angels, the manger, and the stable) they are quite different from the first Nativity Scenes that centered mainly on the Virgin and Child.
Between the Roman period and the end of the Middle Ages, the theme of the Nativity Scene in the Western Church moved from Revelation to Adoration, increasingly emphasizing Mary's Virginity and Jesus' divinity.
Opinions differ as to when the Nativity Scene was introduced in Portugal. According to Freitas it was in the 15th century (Freitas, 1948). Other authors believe that it arrived much later. Whatever the precise date when it was introduced, it became an essential element of the picture of Christmas.
After it was introduced in the convents, it also began to be shown in the churches and then in private homes. Its apogee in Portugal is believed to have been in the 18th century, when renowned artists produced nativity

scenes, as for instance the sculptor Machado de Castro in the Basilica of Saint Vincent in Lisbon. It is believed that it was at this point that a popular, artisanal and very imaginative current appeared, that, next to the traditional figures introduced scenes, decorations and figures of a diversified nature, reflecting everyday life, habits and beliefs of those who produced them.
Key words: nativity scene; collectionism; Portugal.

A ICONOGRAFIA

As primeiras representações da Natividade, que surgiram no seio das primeiras comunidades cristãs, eram provavelmente imaginárias, inspiradas pela iconografia romana relativa ao nascimento de outros deuses e deidades, como Mitra, Dionísios e outros.

Estas representações serviram de decoração nos sarcófagos como, por exemplo, o baixo-relevo encontrado no túmulo do Imperador romano Constantino Magno, datado de 343 DC.

Estes Presépios não tinham por intenção representar um actual facto histórico mas serviram antes de imagem – sinal, enquanto simbolização da Redenção vindoura. A iconografia era usada para propagar verdades teológicas sobre a divindade de Jesus (Almeida, 1982). Isto explica-se pelo facto de originalmente, a Epifania, no dia 6 de Dezembro, quando a divindade de Jesus se revelou, ser considerada a data mais importante. Esses pormenores foram fornecidos posteriormente, pelos Evangelho canónicos, nomeadamente o de S. Lucas, os evangelhos apócrifos e através de lendas, crenças e visões de místicos.

Os primeiros seguiam as regras da iconografia romana em voga na altura, quanto à representação de nascimentos. Sendo o acto ritual um elemento necessário para o reconhecimento social do nascimento, a iconografia ditava a apresentação da parturiente deitada numa cama e as parteiras a darem banho ao neo-nato. As representações do nascimento de Jesus eram a excepção a esta regra.

Tirando os primeiros exemplares, os Presépios da Natividade do Menino geralmente só mostravam as parteiras e não o banho. O Menino ocupava o lugar de destaque. Maria, muito frequentemente, não estava representada, por ser considerada dispensável do ponto de vista da Redenção. Se estava incluída, era representada como uma espectadora distante e pensativa, olhando para fora da cena do nascimento, sem mostrar qualquer sentimento maternal para com o Filho na manjedoura.

Nos primeiros séculos da sua existência, a fé cristã sofreu a feroz competição de religiões rivais e cultos – mistérios orientais de origem egípcia,

persa e semítica, por sua vez fortemente influenciados por tradições e ideais helénicos. A Igreja cristã adoptou e integrou muitas das características destes cultos e religiões porque, apesar das diferenças quanto à sua origem, nomenclatura e expressão ritual, tinha muito em comum com os mesmos: a fé na Revelação da Verdade, a esperança de Redenção, um Profeta principal ou Messias, a dicotomia do bem e do mal, um ritual de purificação, e o dever de converter os infiéis. No século V, numa tentativa de estabelecer Roma como centro religioso e lutando contra correntes religiosas que contestaram a divindade de Cristo, a Igreja cristã optou por uma iconografia mais elaborada e afirmativa da divindade de Jesus. A Virgem Maria, cujo culto tinha estado a crescer, chegou as ser representada mais frequentemente, ainda na presença das parteiras.

Na era carolíngia o emprego da iconografia pela propagação de verdades teológicas foi progressivamente contestado e acabou por ser substituído pelo simbolismo teológico. Esta mudança reflectia-se na substituição de Cristo, o Homem, tal como descrito nos Evangelhos, pelo Cristo Divino, enquanto Encarnação do Espírito Santo, e de quem Cristo – Homem era a mera aparência humana.

O aspecto celestial, majestoso, de Jesus veio a ser mais acentuado. Já não se mostrava o Menino no berço ou na manjedoura mas colocado num altar ou túmulo, às vezes sentado no colo da Mãe, num enquadramento irreal ou num espaço que se assemelhava a um templo. O Menino já não era bebé mas bastante criança com uma expressão adulta e coroado com o nimbo-crucífero. Esta representação mais abstracta, que acentuava a divindade remota e pouca acessível de Jesus, salientando o aspecto da Redenção, manter-se-ia até ao fim do período romano.

A partir do século XII as parteiras tornam-se menos frequentes e o simbolismo do parto deixa de fazer parte da representação da Natividade de Cristo. Maria, que até então tinha sido apresentada muita séria e ausente, no século XIII começa a ter uma aparência mais humana, exprimindo uma relação de amor em relação ao Filho que tem no colo ou nos braços

Sob a influência de um novo sentimento religioso e de uma nova mística, a ênfase muda outra vez no século XV. Maria já não é apresentada como mãe carinhosa, deitada ou sentada, mas ajoelhada em adoração do Deus recém-nascido. A sua postura, seguindo as regras iconográficas do tempo, indica um parto sem dor ou sangue, isto é, um parto virginal. Maria a partir daí mantém a virgindade, mesmo depois de ter dado à luz o seu Filho e, se, às vezes, as parteiras ainda aparecem no quadro da Natividade, é só para testemunharem a sua virgindade continuada.

No Gótico, a representação da Natividade torna-se mais naturalista, devido a uma forte corrente humanística que atravessou a Europa de então. A finalidade da iconografia do Presépio já não é tanto educar, mas antes narrar a história verdadeira do nascimento do Salvador, transformando-o num palco tanto da representação de amor maternal como de devoção. O culto de Maria está então no seu auge e há uma grande procura de estátuas devotas da Virgem.

Também o Presépio chega às outras camadas sociais, testemunhado pelo número crescente de encomendas, por parte de burgueses e autoridades não eclesiásticas. Manjedouras e estábulos reais aparecem na cena para reforçar ainda mais o carácter verídico da representação.

No Alto Gótico, acrescentam-se ainda mais pormenores da vida diária de Cristo ao imaginário do Presépio, devido a visões e sermões de místicos e de padres. A humanidade da Virgem e do seu Filho vem a ser ainda mais acentuada. Os artistas e artesãos aproveitam a abundância de pormenores para atingir uma maior variedade na representação da Natividade. A iconografia inclina-se cada vez mais para o pitoresco. Uma tendência que, ultimamente, leva àquilo a que Ferreira de Almeida chama a *Devotio Moderna* (Almeida, 1982).

A FESTA DA LUZ

Dado o contexto histórico no qual o Presépio emergiu, bem como a sua temática, é interessante considerar a festa na qual se insere e da qual é uma parte tão essencial.

A festa do Natal apareceu pela primeira vez na igreja de Roma, nos meados do século IV. Anterior a esse data só havia a festa da Epifania, a 6 de Janeiro. Desconhecendo o dia exacto do nascimento de Jesus e desejando aculturar a festa pagã do nascimento do deus pagão Mitra, no dia 25 de Dezembro, a igreja cristã fixou a celebração da Natividade de Cristo no mesmo dia.

A convicção da parte dos fiéis cristãos que o Salvador tinha nascido nesse mesmo dia, divulgou-se depressa e o Natal tornou-se uma das festas mais significativas do calendário litúrgico cristão, mantendo, no entanto, o seu significado simbólico pagão da festa representando o regresso da Luz.

O solstício do Inverno regulava as actividades agrícolas no período sombrio do ano e as festividades cultuais em torno do mesmo, baseavam-se em crenças e rituais pré-cristãos à volta da regeneração e ressurreição. O “ciclo da luz” começa em Novembro, com as colheitas terminadas e acaba nos fins de Fevereiro com o advento da Primavera, altura em que a natureza acorda do seu sono invernal e um novo ciclo de semear, crescer, colher e morrer começa.

A luz moribunda do fim do ano confronta-nos com o nosso medo de morrer e a nossa ansiedade pelo futuro e pelo além-mundo, habitado pelos mortos e os seres sobrenaturais. As tradições em torno das festas e festividades invernais testemunham esse medo inato do obscuro e exprimem a nossa convicção arreigada que "a noite não pertence aos vivos" (Cretin, 1999). Um exemplo é a tradição invernal de acender velas, lanternas, fogueiras e fogos de artifício e de fazer muito barulho, todas elas maneiras tradicionais para afastar o mal e o sobrenatural. E muitos são os ditados e expressões que ainda hoje recordam a nossa reverência e medo dos mortos, em Portugal frequentemente chamados "almas do outro mundo".

A tradição de Halloween, que vem do inglês *all hallows' eve* (*halow* significando "círculo de luz") e é celebrada na véspera da festa cristã de Todos os Santos, também exprime as nossas preocupações em relação ao escuro e aos fenómenos mágicos. Na noite de Halloween grupos de crianças saem à rua disfarçados de fantasmas, feiticeiros, bruxas, diabos e esqueletos, para bater às portas das casas e pedir uma guloseima. Halloween é o vestígio aculturado da festa céltica de Samain do princípio da nossa era.

Samain celebrava o regresso da estação sombria e a mudança do ano, altura em que «o mundo divino e o mundo humano se confundiram de forma que os humanos podiam comunicar facilmente com o "Outro Mundo" omnipresente, também chamado "Sid" [e aceder] ao mundo maravilhoso dos deuses, do sobrenatural e dos seres de conto de fadas no país da "juventude eterna" (Cretin, 1999).

A oposição binária da Vida e da Morte é característica da convicção religiosa em todo a parte (Leach, 1972). É o que leva o homem a impregnar a vida com uma dimensão sagrada e com a aspiração à imortalidade, expresso pelo ritual. E embora tenhamos consciência que a vida sem a morte é uma impossibilidade, sentimos a necessidade de separar os vivos neste mundo dos mortos no além-mundo. Este hipotético «outro mundo», que o pensamento religioso nos permite criar, serve de antítese ao nosso mundo. Enquanto o nosso mundo é habitado por seres mortais imperfeitos, o outro mundo é habitado por seres imortais (os deuses) que são a antítese binária do homem.

Mas, os deuses, se forem distantes e inacessíveis não nos servem e são emocionalmente insatisfatórios. Por isso, há de haver uma conexão entre nós próprios e os deuses remotos no outro mundo. Essa conexão é feita por meio duma zona intermédia, cheia de seres ambíguos e envoltos em tabus: deidades encarnadas, mães virginais, e monstros sobrenaturais meio homens -meio bestas. Os poderes especiais, com que creditamos estes seres, permita-os mediar entre os deuses e os homens. Eles são de certo modo mais sagrados que os próprios deuses.

O SIMBOLISMO

As influências de religiões e cultos cósmicos não só se reflectem nas festas e rituais cristãos, como também na ambiguidade das personagens de Maria e de Jesus.

O Menino Jesus na sua manjedoura simboliza ao mesmo tempo este mundo e o outro mundo. Ele é o derradeiro mediador na nossa comunhão com o além-mundo e a derradeira expressão da regeneração da vida pela morte. Ele é o mensageiro de Deus que «desperta» o homem do seu sono parecido à morte, isto é, do seu estado ignorante, e lhe traz a luz da salvação espiritual eterna.

Da mesma maneira que os cultos solares pré-cristãos celebravam o ciclo da vida através de rituais em redor do semear, cultivar, colher, morrer e renascer, assim a fé Cristã «baseia-se na imitação de um modelo trans-humano, na repetição litúrgica da vida, da morte e da ressurreição do Senhor» (Eliade, 1963).

A comunhão dos fiéis com Deus na liturgia é representada pelo ritual da partilha do pão (hóstia) e do vinho, símbolos do corpo e sangue de Cristo. Este ritual assemelha-se à doutrina de transubstanciação no ritual do «Comer do Deus» com o qual os Astecas, no México, e os Aryans da Índia antiga, muito tempo antes do Cristianismo, estavam familiarizados (Frazer, 1957).

O sacrifício ritual do cordeiro na Páscoa, símbolo do resgate dos homens pela morte de Cristo, o *Agnus Dei* é outro exemplo do comer do deus.

Para os cristãos, Jesus é o símbolo da Luz. Mais uma vez o simbolismo assemelha-se ao simbolismo de crenças pré-cristãs, neste caso, aos poderes regenerativos do Sol. O nascer do sol, no simbolismo dos mitos de origem arcaicos, representa a cosmogonia e a noite, de onde o sol nasce todas as manhãs, simboliza o Caos primordial.

O velho deus pagão Mitra, cuja natividade, como já vimos, era celebrada no dia 25 de Dezembro, era chamado o Sol Invicto pelos fiéis do seu culto. Por razões simbólicas, a Igreja cristã adoptou a veneração do sol no culto de Mitra, transferindo a devoção dos seus fiéis para o Deus novo a quem deram o nome de «Sol de Rectidão».

A Virgem Maria, segundo Leach, é o objecto principal da devoção católica, exactamente porque ela também é mediadora entre Deus e os Homens, dando à luz um filho que é meio humano, meio divino (Leach, 1972). A representação de Maria enquanto Virgem, dando à luz um filho depois de uma concepção imaculada, é sinal de uma ambiguidade que aponta outra vez para crenças anteriores a cristianismo. Em todo o Império Romano, inclusive nas províncias exteriores de Espanha e Portugal, houve um culto pré-cristão muito

popular em torno da adoração da Grande Mãe de Deus e do seu amante ou filho. O culto era «uma mistura de selvajaria crua e aspirações espirituais que incluíram frenesis extáticos, a mutilação do corpo e o verter de sangue como condutos de renascimento e de redenção» (Frazer, 1957).

O tema de renascimento e de regresso ao útero era vulgar em muitos dos cultos arcaicos, nos quais os rituais de iniciação equivaliam um segundo nascimento. O iniciado transformava-se, simbolicamente, num embrião e regressava ao útero da Terra-Mãe, para, em seguida, renascer como ser socialmente responsável e culturalmente desperto.

Um ritual em torno de natividade, ainda anterior ao culto da Grande Mãe, que mostra uma analogia igualmente notável à tradição cristã, era celebrado na Síria e em Egipto. Os egípcios representaram o Sol recém-nascido em forma de uma criança que no seu aniversário, durante o solstício de Inverno, era mostrado aos seus adoradores. No 25 de Dezembro, os fiéis se aposentaram em santuários, emergindo daí à meia-noite, chorando: «A Virgem pariu! A luz está a alvorecer!»

A LITURGIA POPULAR

A população das zonas rurais, nas sociedades arcaicas e tradicionais, sempre manteve relações de inquietação com a natureza em redor e com o Cosmos. Nos seus hábitos e rituais testemunham dessa inquietação. Sabendo que, ultimamente, teriam de se sujeitar ao ritmo cósmico e às exigências da natureza, completavam o desejo e a necessidade do domínio dos mesmos com práticas de carácter mágico-mitológico. A totalidade do seu saber útil estava guardada e era transmitida pelos mitos de origem e pelos mitos cosmogónicos. Estes mitos relatavam não só a origem do Mundo, dos animais, das plantas e do homem, mas também todas os acontecimentos primordiais em consequência dos quais o homem se transformou naquilo que é hoje, ou seja, um ser mortal, sexuado, organizado em sociedade, obrigado a trabalhar para viver, e trabalhando segundo determinadas regras. A cosmogonia constituía o modelo exemplar de toda a situação criadora, fornecendo modelos de comportamento; tudo o que o homem fazia, repetia, de certa forma, o gesto arquetípico do Deus criador: a criação do mundo. O «comportamento mítico» implicava a repetição deste cenário exemplar e a ruptura do tempo profano por momentos sagrados num tempo circular (Eliade, 1963).

A partir do Renascimento, quando a ciência «moderna» começou a desvendar a infinidade do Universo, esta dimensão cósmica, que o homem arcaico acrescentava ritualmente à sua existência, foi-se perdendo. Os homens

modernos começavam a viver na consciência da irreversibilidade dos acontecimentos, característica da linearidade do tempo histórico.

O cristianismo, tal como o judaísmo, parte do princípio do tempo linear: no tempo histórico só houve uma criação do Mundo, só houve uma vez a Encarnação de Deus e só haverá um único Juízo.

No entanto, o calendário litúrgico cristão, tendo o princípio na Natividade de Belém e o fim provisório na Ascensão, é circular, imitando o modelo exemplar de Cristo na repetição litúrgica da vida, da morte e da ressurreição do Senhor, o que torna a experiência cristã numa espécie de comportamento mítico.

Esta dualidade entre o tempo linear da História e o tempo circular do eterno retorno efectuado através da liturgia, deve-se às influências múltiplas e contraditórias de religiões e cultos rivais, tais como o gnosticismo, o judaísmo e os cultos populares, que o cristianismo sofreu desde o seu princípio e que nunca chegou a extirpar por completo. Os mitos do gnosticismo sobreviveram camuflados nas escritas e lendas da Idade Média. As festas periódicas e alguns dos símbolos da religião cósmica, tais como a agua, a árvore, a vinha, a charrua, o machado, o navio e a carroça, que já tinham sido incorporado pelo judaísmo, mantiveram-se no cristianismo, completado por elementos cristianizados de ritos e mitos asiáticos e mediterrânicos. Todos estes elementos ficaram incorporados numa história santa que incluía não só o Antigo Testamento como também o Novo Testamento, a pregação dos Apóstolos e a história dos santos.

O maior problema na cristianização de vestígios pagãos pusera as divindades e mitos das religiões populares «vivas» que os missionários cristãos enfrentaram na Europa central e ocidental. Um problema que só conseguiram resolver com muita dificuldade, sobretudo no Sul e no Sudeste da Europa, após uma luta que durou mais de dez séculos. Ainda nos finais do século XIX, o folclore e as práticas religiosas das populações rurais nestas zonas da Europa, incluíam deidades, mitos e rituais da remota Antiguidade e mesmo da proto-história (Eliade, 1963). Esta religião popular sobreviveu, camuflada e transformada, nas festas do calendário e no culto dos santos. Os deuses ou heróis matadores de dragões transformaram-se em S. Jorge, os deuses das tempestades em Santo Elias e as inúmeras deusas da fertilidade transformaram-se na Virgem e numa variedade de Santas.

Com a sua política de assimilação de elementos pagãos, a Igreja cristã optou pela única solução possível na confrontação com uma população rural que entendia o cristianismo como uma liturgia mística com ritmos cósmicos. Surgiu então um «cristianismo cósmico» que não era uma nova forma de paganismo nem um sincretismo pagão – cristão, mas uma criação religiosa original da qual os temas essenciais eram a Natividade, os ensinamentos de

Jesus e os seus milagres, a crucificação e a Ressurreição, e na qual se mantiveram certas categorias do pensamento mítico.

No caso de Portugal, era um cristianismo dominado pela sacralidade da Natureza santificada pela presença de Jesus. Um cristianismo que em muitos aspectos era herdeiro fiel da sociedade religiosa da antiga Lusitânia, na qual a sacralidade se concentrava em torno da família, da gentilidade e do clã. e cujo eixo assentava no culto dos antepassados. O cristianismo sucedeu ao paganismo luso-romano, mas os vestígios do último sobreviveram nos deuses tópicos que se transformaram em santos patronos, nas ninfas que se transformaram em fontes – santas e nos santuários dedicados às divindades lusitanas que se transformaram em capelas cristãs no alto dos montes em que a população venera santas e santos protectores locais (Rodrigues, 1998).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, C.A. Ferreira de. Iconografia do Presépio Medieval. *Arqueologia*, n.6, 1982.
CRETIN, Nadine. *Fêtes e Traditions Occidentales*. Paris: PUF, 1999.
ELIADE, Mircea. *Aspectos do Mito*. Lisboa: Edições 70, 1963.
FRAZER, J.G. *The Golden Bough. A study in magic and religion.* London: Macmillan Press, 1957.
FREITAS, Maria Brak-Lamy Barjona de. O Presépio no Século de Quinhentos. Lisboa, *Ethnos*, v.III, Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, 1948.
LEACH, Edmund. Anthropological aspects of language. Animal categories and verbal abuse. In: LEACH, Edmund. *Mythology*. Middlesex: Penguin Education, 1972.
RODRIGUES, Adriano Vasco. Sobrevivências actuais da religião dos Lusitanos. Porto, Universidade Portucalense, *Revista de Ciências Históricas*, v.III, pp. 105 – 134, 1998.

PRESÉPIOS DISPOSITIVOS E AFECTOS

***José Augusto Mourão*[*]* *e José Filipe Rodrigues*[**]**

Não somos companheiros de saber, mas andarilhos. A beleza comove-nos. Não queremos ser aniquilados. Queremos ver. Totalmente. Irremediavelmente. E sem retorno. Não é o que temos?

M. G. Llansol

Tornou-se realista não dar fé ao amor, tornou-se realista aceitar a crescente tristeza dos homens, tornou-se realista acolher a indispensabilidade da política, o domínio de uns pelo outros (...). Virá a hora em que ninguém querer nascer com o corpo de pobre, com um corpo de lixo doente, com o corpo triste do desamor.

M. G. Llansol

Like all other kinds of experience and religious experience seek expression in language.

H. G. Gadamer

RESUMO

A Incarnação do Verbo de Deus na nossa história é um dos acontecimentos centrais do cristianismo. Se bem que a Ressurreição de Jesus Cristo é o grande acontecimento celebrado pelos cristãos, o nascimento de Cristo está bem mais enraizado na piedade e tradições populares. Ao assumir a condição humana, Jesus Cristo, como todo o ser humano, encontra-se

[*] Dominicano. Agregação em Comunicação. Professor Associado da Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Ciências da Comunicação. Presidente do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagem (CECL), Presidente do Instituto S. Tomás de Aquino (ISTA). Investigador do CICTSUL. *E-mail:* jam@triplov.com

[**] Frade dominicano. Licenciatura em Teologia (2003), frequenta o Mestrado em Teologia Sistemática na Universidade Católica Portuguesa. *E-mail:* filipe_op@hotmail.com

enraizado numa história concreta. Se assim não fosse não poderíamos afirmar a sua verdadeira humanidade. Como ser histórico, igual a qualquer homem, Jesus nasce na história; nasce numa data e num lugar determinados. Quanto à data, os Evangelhos não nos dizem a data do nascimento de Jesus Cristo. A tradição cristã datou-o no dia 25 de Dezembro, relacionando-o e pretendendo extinguir o culto pagão ao deus sol que se fazia nesse dia, pois coincidia com o solstício de Inverno. Esta festa pagã do "*Natalis (solis) invicti*" foi, portanto cristianizada ao colocar neste dia o nascimento de Jesus, a verdadeiro Sol que ilumina a humanidade.
Palavras-chave: presépio; colecionismo; cristianismo.

DISPOSITIVE NATIVITY SCENES AND AFFECTS

The Incarnation of the Word of God in our history is one of the central events of Christianity. Although the Resurrection of Jesus Christ is the great event celebrated by the Christians, the birth of Christ is a lot more deeply rooted in piety and popular traditions. On taking on a human condition, Jesus Christ, like every human being, is rooted in a concrete history. Otherwise we could not state his true humanity. As a historical being, just like any man, Jesus in born in history, born on a definite date, in a definite place. As to the date, the Gospels do not tell us the date of the birth of Jesus Christ. Christian tradition has put it on December 25, relating it to and intending to extinguish the pagan cult to the Sun God that took place on this day, since it coincided with the winter solstice. This pagan festival of "*Natalis (solis) invicti*" was, thus, Christianized when this date was used as that of the birth of Jesus, the true Sun that illuminates mankind..
Key words: nativity scene; collectionism; Christianity.

APROXIMAÇÃO BÍBLICA SOBRE O NATAL

No que diz respeito ao lugar e circunstâncias do nascimento de Jesus, a tradição baseou-se nos escritos evangélicos de Mateus e Lucas. Para fazer cumprir as profecias relativas ao nascimento do Messias, Jesus nasce numa gruta, em Belém, na Judeia. A profecia mais significativa é a do profeta Miqueias, aliás, citada pelo próprio São Mateus: "Mas tu, Belém-Efrata, tão pequena entre as famílias de Judá, é de ti que me há-de sair aquele que governará em Israel" (5-1).

No entanto, os dados de Mateus e Lucas são incompatíveis e duvidosos. São Mateus não fala de Nazaré nem do local de nascimento de Jesus; supõe

que a família de Jesus residia em Belém (cf. Mt 2, 1-23). Depois da fuga para o Egipto e da matança dos meninos inocentes o casal tem intenção de voltar para Belém mas com receio do novo governador, José vai viver para Nazaré.

São Lucas, pelo contrário, assume claramente a residência de José e Maria em Nazaré (2, 4) e o nascimento de Jesus em Belém é acidental, pois coincide o édito do recenseamento com o tempo de Maria dar à luz o seu Filho. São Lucas relata-nos de uma forma simples, mas muito bela o nascimento de Jesus que vale a pena transcrever: "Por aqueles dias, saiu um édito da parte de César Augusto para ser recenseada toda a terra. Este recenseamento foi o primeiro que se fez, sendo Quirino governador da Síria. Todos iam recensear-se, cada qual à sua própria cidade. Também José, deixando a cidade de Nazaré, na Galileia, subiu até à Judeia, à cidade de David, chamada Belém, por ser da casa e linhagem de David, a fim de se recensear com Maria, sua esposa, que se encontrava grávida. E, quando eles ali se encontravam, completaram-se os dias de ela dar à luz e teve o seu filho primogénito, que envolveu em panos e recostou numa manjedoura, por não haver lugar para eles na hospedaria. Na mesma região encontravam-se uns pastores que pernoitavam nos campos, guardando os seus rebanhos durante a noite. Um anjo do Senhor apareceu-lhes, e a glória do Senhor refulgiu em volta deles; e tiveram muito medo. O anjo disse-lhes: "Não temais, pois anuncio-vos uma grande alegria, que o será para todo o povo: Hoje, na cidade de David, nasceu-vos um Salvador, que é o Messias Senhor. Isto vos servirá de sinal: encontrareis um menino envolto em panos e deitado numa manjedoura". De repente, juntou-se ao anjo uma multidão do exército celeste, louvando a Deus e dizendo: "Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens do seu agrado." Quando os anjos se afastaram deles em direcção ao Céu, os pastores disseram uns aos outros: "Vamos a Belém ver o que aconteceu e que o Senhor nos deu a conhecer". Foram apressadamente e encontraram Maria, José e o menino deitado na manjedoura" (2, 1-16). Depois do tempo da purificação de Nossa Senhora e dos rituais da circuncisão do Menino a família volta a sua casa, em Nazaré (cf. Lc 1, 26-2, 39).

Coloca-se, então, a questão sobre a historicidade de Jesus em Belém. Muitos exegetas bíblicos contemporâneos são unânimes em considerar o nascimento de Jesus em Belém como um *teologúmeno*, ou seja, uma afirmação teológica expresso sob a forma de um relato aparentemente histórico. Meyer defende que "o nascimento de Jesus em Belém é um símbolo teológico da messianidade davídica de Jesus" (J. Meyer, 1998, p. 230). Por tudo isto se conclui que será mais razoável dizer que Jesus terá nascido em Nazaré e não em Belém. Os relatos de Mateus e de Lucas deviam ser interpretados como um dado teológico e não um dado histórico. Na verdade, os Evangelhos são catequeses dirigidas às primeiras comunidades cristãs, procurando explicar as

origens do seu Salvador. Por isso, a leitura destes relatos não pode ser entendida como acontecimentos históricos mas como interpretações teológicas sobre as origens de Jesus.

O interesse teológico do nascimento de Jesus em Belém, advém de fazer cumprir, em Jesus, todas as profecias messiânicas. São Mateus manifesta claramente este interesse ao citar estas profecias e ao dar-lhes cumprimento em Jesus. O Messias deveria nascer em Belém e ser descendente de David. A profecia mais significativa é a do profeta Miqueias, aliás, citada pelo próprio São Mateus: "Mas tu, Belém-Efrata, tão pequena entre as famílias de Judá, é de ti que me há-de sair aquele que governará em Israel" (5, 1).

A linhagem davídica de Jesus também pode ser interpretada como a expressão teológica que a comunidade primitiva tem de que Jesus é o Messias, da estirpe de David. Toda a teologia judaica esperava o Messias que libertaria Israel da ocupação romana. Este Messias tinha uma série de características que o identificava e no qual os judeus acreditariam ser o enviado de Deus e que seguiriam. O Messias seria quem restabeleceria a paz e a justiça e traria o equilíbrio como nos descreve num belo poema, o livro de Isaías (7, 1-9):

Brotará um rebento do tronco de Jessé,
e um renovo brotará das suas raízes.
Sobre ele repousará o espírito do Senhor:
espírito de sabedoria e de entendimento,
espírito de conselho e de fortaleza,
espírito de ciência e de temor do Senhor.
Não julgará pelas aparências
nem proferirá sentenças somente pelo que ouvir dizer;
mas julgará os pobres com justiça,
e com equidade os humildes da terra;
ferirá os tiranos com os decretos da sua boca,
e os maus com o sopro dos seus lábios.
A justiça será o cinto dos seus rins,
e a lealdade circundará os seus flancos.
Então o lobo habitará com o cordeiro,
e o leopardo deitar-se-á ao lado do cabrito;
o novilho e o leão comerão juntos,
e um menino os conduzirá.
A vaca pastará com o urso,
e as suas crias repousarão juntas;
o leão comerá palha como o boi.
A criancinha brincará na toca da víbora
e o menino desmamado meterá a mão na toca da serpente.

Não haverá dano nem destruição em todo o meu santo monte,
porque a terra está cheia de conhecimento do Senhor,
tal como as águas que cobrem a vastidão do mar.

Todas as profecias apontam, portanto, para um Messias, Ungido de Deus, que os cristãos reconheceram em Jesus Cristo.

São Paulo, na carta aos romanos apresenta Jesus Cristo "nascido da descendência de David segundo a carne, constituído Filho de Deus em poder, segundo o Espírito santificador pela ressurreição de entre os mortos, Jesus Cristo Senhor nosso" (Rm 1, 2-4).

No entanto, a piedade popular não é fruto da erudição teológica. Não se opondo à teologia ela é a expressão do afecto, do coração. Além de que, os estudos bíblicos desenvolvem-se, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Até essa data a Igreja Católica falava da inerrância da Sagrada Escritura. Esta tinha Deus por autor e por isso não poderia ter erros. O Papa Leão XIII em 1893 escreve a Encíclica *Providentissimus Deus*, na qual aborda este tema, quando toda a Igreja teme a chamada ciência moderna. No fundo, Leão XIII pretende que as ciências auxiliares (naturais e históricas) estejam ao serviço da exegese bíblica e não em confronto.

Também não podemos ser indiferentes à separação, cada vez mais acentuada entre liturgia e piedade popular, sobretudo na Idade Média onde nasceu e desenvolveu a piedade popular em torno do presépio. A "clericalização" da liturgia, o insuficiente conhecimento da Bíblia, a difusão da literatura apócrifa, o aparecimento de novas Ordens religiosas e novos movimentos espirituais, entre outros aspectos, contribuíram para o desenvolvimento marginal de expressões de piedade popular. No entanto, as expressões da piedade popular são um meio de evangelização e também da conservação da fé cristã.

É assim que, no século XII nasce o presépio. A tradição remonta à Idade Média, e em especial a São Francisco de Assis, que no ano 1223, em Greccio, fez pela primeira vez, a representação viva do nascimento de Jesus.

Fr. Tomás de Celano (1185-1260), contemporâneo de pobre de Assis, escreveu em 1246-47 a *Vita prima* de São Francisco. É nessa obra que relata como se fez pela primeira vez o presépio. São Francisco gostava de observar o Evangelho e, decidiu fazer, no Natal de 1223, a representação viva do presépio como vem relatado no Evangelho de S. Lucas. No dia de Natal, "Foram convocados irmãos dos vários conventos em redor. Homens e mulheres da região, coração em festa, prepararam, como puderam, círios e archotes para iluminarem aquela noite que viu aparecer no céu, rutilante, a Estrela que havia de iluminar todas as noites e todos os tempos. Por fim, chega Francisco. Vê que tudo está a postos e fica radiante. Lá estava a manjedoura com o feno e,

junto dela, o boi e o jumento. Ali receberia honras a simplicidade, ali seria a vitória da pobreza, ali se aprenderia a lição melhor da humildade. Greccio seria a nova Belém."

A noite resplandecia como o dia, noite de encanto para homens e animais. Vem chegando gente. A renovação do mistério dá a todos motivos novos para rejubilarem. Erguem-se vozes na floresta e as rochas alcantiladas repercutem os hinos festivos. Os irmãos entoam os louvores do Senhor, e entre cânticos de júbilo fremente decorre toda a noite. O santo de Deus está de pé diante do presépio, desfeito em suspiros, trespassado de piedade, submerso em gozo inefável. Por fim, é celebrado o rito solene da Eucaristia sobre a manjedoura e o sacerdote que a celebra sente uma consolação jamais experimentada.

Francisco reveste-se com os paramentos diaconais, pois era diácono, e, com voz sonora, canta o santo Evangelho. A sua voz potente e doce, límpida e bem timbrada, convida os presentes às mais altas alegrias. Pregando ao povo, tem palavras doces como o mel para evocar o nascimento do Rei pobre e a pequena cidade de Belém.

Por vezes, ao mencionar a Jesus Cristo, abrasado de amor, chama-lhe o "menino de Belém", e, ao dizer "Belém", era como se imitasse o balir duma ovelha e deixasse extravasar da boca toda a maviosidade da voz e toda a ternura do coração. Quando lhe chamava "menino de Belém" ou "Jesus", passava a língua pelos lábios, como para saborear e reter a doçura de tão abençoados nomes.

Entre as graças prodigalizadas pelo Senhor nesse lugar, conta-se a visão admirável com que foi favorecido certo homem de grande virtude. Pareceu-lhe ver, reclinado no presépio, um menino sem vida. Mas tanto que dele se abeirou o Santo, logo despertou, suavemente arrancado ao sono profundo. De resto, não deixava esta visão de ter um sentido real, já que, pelos méritos do Santo, o Menino Jesus ressuscitou no coração de muitos que o tinham esquecido e a sua imagem ficou indelevelmente impressa em suas memórias.

Terminada a solene vigília, todos voltaram para suas casas cheios de inefável alegria." (Fontes franciscanas I, 1980, pp. 298-300).

A partir desta descrição, vulgarizou-se, a representação de presépios com figuras esculpidas.

Como já se disse, a representação do presépio está muito influenciada pela tradição de S. Lucas. No entanto, encontramos elementos que não estão consignados nos evangelhos. Os animais, normalmente o boi e o jumento, não vêm em nenhum relato neotestamentário nem apócrifo. Alias, não há qualquer fundamento para afirmar que houvesse animais na gruta do nascimento de Jesus. No entanto, a tradição diz que estes animais aqueceram o menino Jesus com o seu bafo. São figuras simbólicas. À luz de uma profecia de Isaías onde

se diz que “O boi conhece o seu dono, e o jumento, o estábulo do seu senhor; mas Israel, meu povo, nada entende” (1, 3), pretendeu-se transmitir a ideia de que ao contrário da humanidade que não reconheceu o Messias, os animais reconheceram o seu criador.

A representação iconográfica mais antiga do presépio é do século IV e encontra-se nas catacumbas de S. Sebastião. Aí vemos o menino Jesus deitado sobre uma mesa e junto dele o boi e o burro.

Os chamados “reis magos” são também peças integrantes do presépio. Em certo sentido, até como contraposição aos pastores. A tradição fixou o seu número, os seus nomes, as suas etnias e os presentes que ofereceram ao Menino. Como é que se chegou a esta representação dos três reis magos?

Muitas das tradições vêm dos Evangelhos apócrifos, especialmente do Evangelho arménio da infância. Este documento difundiu-se no século não na sua versão original mas já com alguns acrescentos. Este Evangelho apócrifo diz-nos que os Magos eram três irmãos e que se chamavam Melchior, Baltazar e Gaspar. O primeiro era rei dos persas, o segundo dos índios e o terceiro dos árabes. Caminharam durante nove meses, guiados por uma estrela, perderam-se em Jerusalém e, depois de encontrarem de novo a estrela, chegaram a Belém no mesmo momento em que Maria deu à luz (A. Otero, 1989, p. 361-362).

Depois da expansão destes relatos, evangélico e apócrifo, muitas lendas se criaram à volta destes magos: que Gaspar era o mais novo, Baltazar de meia idade e Melchior o velho de longas barbas; que morreram no mesmo dia e que as suas relíquias estão desde o século XII na Catedral de Colónia, na Alemanha.

No entanto, o relato de são Mateus, que é o único que relata este acontecimento, é muito mais parco na descrição destas personagens e só nos fala de “uns magos vindos do Oriente” (Mt 2, 1). Logo, nem eram três nem eram reis. Eram adivinhadores, astrólogos e que no relato de Mateus têm uma função simbólica muito forte: representam os pagãos que reconhecem em Jesus, pelo sinal de uma estrela, o grande Rei nascido. Eles simbolizam todas as pessoas que se deixam guiar pela estrela que é o próprio Cristo. Eles simbolizam a Igreja, na sua heterogeneidade de raças, línguas, povos, culturas.

Nos presépios, além da família de Jesus, dos animais que estavam na gruta, dos pastores que vêm adorar o recém-nascido e dos magos que adoram Jesus como Rei dos Judeus, aparece no cimo da gruta a estrela.

Foi ela quem guiou os magos até ao lugar do nascimento de Jesus. Também ela, como os magos, tem uma função simbólica no relato evangélico. Ela anunciou o nascimento de uma grande personagem como se acreditava. A estrela, no Evangelho de são Mateus representa as Escrituras que anunciaram o nascimento de Jesus.

Temos, por exemplo, no livro dos Números (24, 17), uma passagem que fala do aparecimento de uma estrela: "Eu vejo, mas não para já; contemplo-o, mas ainda não próximo: uma estrela surge de Jacob e um ceptro se ergue de Israel."

Ao mesmo tempo a estrela é o próprio Cristo. Como se depreende o texto do livro dos Números, é Jesus Cristo a estrela saída da descendência de Jacob. É este o objectivo dos evangelhos: mostrar a toda a humanidade quem foi Jesus de Nazaré, que nasceu num tempo e espaços concretos e que, pela sua vida, deu a todos os homens uma nova esperança. Construir anualmente o presépio é manter viva uma tradição mas é sobretudo lembrar um acontecimento que mudou a história da Humanidade.

DISPOSITIVOS DE MEDIAÇÃO A PROPÓSITO DA EXPOSIÇÃO DE PRESÉPIOS – COLECÇÃO DE F. CANHA DA SILVA

Em um beijo dado mais tarde de Maria Gabriela Llansol os objectos ganham a vida de personagens vivas: o conjunto de Sant'Ana, a imagem em marfim do padre Eterno, Salomé, o tronco de leitura, o grande carneiro deitado, Só e Maravilha, entre outros. Não sei de melhor caracterização dos objectos do que esta que nos dá a autora referindo-se a Johan que "se torna agora um grande ser móvel, que se define pelo esplendor que eu dou à sua presença" (M. G. Llansol, 1991, p. 33). O que define, pois, um objecto é a sua mobilidade e o esplendor que irradia da sua presença. Os objectos remetem-nos para uma epifania das formas que as destaca da sombra e lhes empresta uma disposição particular que as torna ou atraentes ou repulsivas ao olhar. Os presépios configuram uma Epifania, um movimento de desocultação e de maravilhamento. Aqui, como na pintura, é o espectador que faz o quadro, isto é que lhe dá sentido. A esse momento de estabilização, a essa passagem das significações ao sentido, Jean François Bordron chama a passagem do hipoícone ao ícone (Bordron, 2000, p. 9). Donde o apelo ao momento estético da sua apercepção.

Os objectos nunca são apenas objectos, são objectos-valor, objectos de desejo. Não obedecem apenas ao princípio da "luz comum" ou da sua dimensão factitiva. O livro, por exemplo, é invisível. Pertence ao género dos semióforos – objectos que não têm utilidade, na medida em que representam o invisível, e em que são expostos ao olhar, sem sofrerem usura. Há objectos puramente celebrativos. A força admodum divina da pintura reside de a imagem mostrar os mortos aos vivos. A força da imagem é tanto – nos seus efeitos – força de presentificação do ausente (a pintura torna os ausentes presentes como o faz a amizade) como a energia de auto-apresentação (L. Marin). Em lugar de algo

que está algures presente, eis presente um dado, eis aqui uma imagem. Os objectos representam, no sentido em que manifestam uma presença, em que dão a ver uma imagem. Têm a sua história transformacional e interactiva (Mourão, 2004).

A representação através da imagem funda-se nas distinções introduzidas por Agostinho e codificada no século XII por Hugo de S. Victor: só as palavras ou outros signos convencionais podem ser encarados como signos puros, todos os objectos do mundo e a sua representação podem ser simultaneamente designados pelas palavras e são ao mesmo tempo signos de Deus. Tomás de Aquino diz na Suma teológica que todos os objectos se tornam "metáforas corporais das coisas espirituais" e "o fim da imagem" é "ensinar-nos a transcender mentalmente o visível em função do invisível, o corporal em função do espiritual". A relação entre Deus e o mundo não seria, pois, arbitrária, mas analógica: todos os objectos do universo têm uma existência enquanto objectos e enquanto signos do divino. Tempo virá em que o realismo se libertará da tradição e do divino, logo, da alegoria, começando a manifestar-se na iluminura, nos retratos individuais e identificáveis no seu meio habitual. Todorov fala da "iteraridade" dos motivos (Todorov, 2000-2001).

O apostolado mendicante, que parte da fé na Palavra e da humanização de Deus, conta não só com a "palavra nova" como com a imagem a que atribui uma função similar. A prática franciscana funda-se numa definição convencional da imagem que um cronista do começo do século XVII, Juan de Torquemada, explicita na sua Monarquia indiana (1615). "A imagem é a semelhança de uma outra coisa que ela representa na sua ausência" (Torquemada, 1976, T. III, p. 104). O homem na sua fraqueza tem necessidade de materializar e de tornar visível a divindade "para que vendo-a com olhos corporais possa fiar-se nela no conflito em que experimenta todas as suas angústias e as suas necessidades" (Torquemada, T. III, p. 106. Esta é a vulgata da imagem que se enuncia desde o século XV pelo italiano Alberto no seu Della pittura, fundada no princípio da *repetitio rerum*. A imagem é o espelho da realidade sensível como a escrita o é da palavra.

De que espécie são as figurinhas do presépio, não sendo puramente alegóricas nem simplesmente literais? Pode fazer-se referência, como o faz Todorov, ao "simbolismo mascarado" de Panofsky e propor chamar "simbólicas" as imagens que oscilam entre signo convencional e representação literal. O sentido alegórico seria então servido por uma verosimilhança introduzida pelo realismo aparente da cena. Deve notar-se que não há presépios abstractos. O realismo das figuras que nos chegam de toda a parte não é a negação do sentido, propõe um outro modo de ver e de "contar" aquilo que o texto bíblico contava. Esta nova modalidade de significação já não assenta nas

relações de semelhança ou de analogia mas em relações de contiguidade. A barca que figura numa pintura já não é o signo da passagem para o além, mas signo de uma actividade humana. Um presépio de barro pintado não "recorda" o barro de que o humano teria sido feito, mas o "barro" com que na região de Évora se trabalha o artesanato.

A cultura material e os artefactos são os termos de opção no folclore, na antropologia e na história. Os objectos medeiam a tradição e a criatividade (Wendy Leeds-Hurwitz, L. Erlbaum, 1992, p. 141). Este catálogo permite fazer como que a biografia do objecto "presépio" que atravessa gerações e se transforma, de acordo com a sensibilidade épocal, de acordo também com os materiais utilizados. Salta imediatamente aos olhos que o conjunto destes presépios reflecte a cultura, os materiais e os usos das várias regiões onde são feitos – do Alentejo, dominantemente, ao Minho, ao Porto, aos Açores e Madeira e, para além das nossas fronteiras, a Palestina, a Alemanha, o Peru, o Ruanda, Angola, Polónia, entre outros países.

A lógica de concepção do presépio é a mesma que preside à ordenação de uma narrativa, desta forma visualizada. É personagem aquele que faz a acção no interior da narrativa. A praxis enunciativa, materializada nos produtos que nos são propostos neste catálogo dão-nos componentes socialmente pré-determinadas que são aqui configuradas de maneira pessoal. Estamos diante de práticas sociais de representação colectiva, configuradas por "autores" individuais. Não há presépio que não parta da narrativa do nascimento de Jesus. Qualquer presépio dispõe as peças em função de um "objecto-valor" – o Menino – sempre ladeado por duas figuras tutelares – Maria e José. Os Magos são quase sempre omnipresentes, mas a uma distância maior. O presépio em espigueiro com cena de eira, de Fernando Baraça, em vez dos Magos coloca os aldeães.

O valor dos objectos

Na Igreja ortodoxa os ícones fazem parte da vida quotidiana. Após a "vitória das santas imagens" que pôs fim à crise iconoclasta em 843, os ícones espalharam-se no mundo cristão. Os crentes veneram-nos não apenas nas igrejas como os conservavam em suas casas ou nas portas das cidades. Não havia, até ao início do século XX uma casa russa que não tivesse um pequeno santuário doméstico em que eram expostos os ícones protectores da família. Antes de saudar os habitantes da casa, os visitantes inclinam-se diante dos ícones. Só para os iconoclastas a representação de Deus é impossível. Toda a imagem d'Ele seria um ídolo pagão. Mas o dogma da incarnação permitia-o. João

Damasceno diz: “Eu não venero a matéria mas o Criador da matéria que se fez matéria por mim”.

O presépio representa, de modo plástico, o nascimento de Jesus, como o fazem os relatos da infância a que José Filipe Rodrigues faz referência. Podemos ser radicalmente narrativistas, como Hayden White, indiferentes relativamente ao referente. O projecto realista como estética postula um mundo exterior (o fora-do-texto) real e material, tentando fazer ver um mundo idêntico ao mundo real. Tarefa impossível no que respeita aos relatos de infância. O leitor, através deste dispositivo de escrita da mimese acredita estar diante de algo do mundo real, que se conta por si mesmo, na transparência da narração. É aquilo a que se chama a “ilusão referencial”. Para que esta ilusão seja eficaz, o texto realista deve ser legível, no sentido em que Barthes distinguia textos escritíveis (em que a escrita é a matéria primeira do texto, em que este último é a sua própria referência e em que a mensagem se torna opaca) e textos legíveis sem aspereza, sem opacidade. O texto realista pressupõe uma transparência da escrita, que como veículo e instrumento de comunicação é o suporte da representação, o meio de expressão. A escrita serve ara designar, para mostrar o real. O enunciado romanesco deve conformar-se com o conjunto de saberes e pressupostos que constituem os valores dominantes, dóxicos. O texto realista é um texto “sério”, escreve Auerbach. A esta estética (realista) opõe-se a escrita intransitiva de Barthes, a estética maravilhante dos contos de fadas, a literatura de Maria Gabriela Llansol ou de Hélia Correia, entre nós, por exemplo. As formas narrativas herdadas da tradição naturalista e realista não estão esgotadas. Mas tal não deve impedir, como defende Ricoeur, que outros modos de expressão, ligados a outros suportes apareçam: encenações teatrais, filmes, artes plásticas (Ricoeur, 2000: 337). Contar em imagens é o que fazem os presépios, alinhando-se, a meu ver, mais na óptica da estética maravilhante do que na óptica da estética realista. A razão é simples: o regime dos objectos que o compõem não é o da transitividade da comunicação (Barthes, 1984: 28-29).

A lógica da encarnação

Os teólogos dizem-nos que Deus é um ser atemporal que é infinito, omnisciente e omnipotente porque Ele é todo o ser, e toda a existência está contida nele. Não sabemos o que significa existir fora do tempo, conter todo o passado e todo o futuro na existência presente. Não sabemos o que significa ser omnipotente, senão metaforicamente – o *pantocrator* grego que alude ao governante ou senhor de todas as coisas é mais fácil de conceber do que o seu equivalente latino *omnipotens*. Não sabemos o que é criar o mundo de nada. Como pode o Absoluto ser uma pessoa como cada um de nós? Podemos

imaginar o Ser de Parménides, imóvel na sua identidade, dando ordens a Noé para construir a Arca? Ou o Uno intemporal de Plotino a explicar o sofrimento a Job? Teremos de separar o Deus personificado das inumeráveis e insondáveis profundidades da Divindade?

O cristianismo não é apenas uma religião entre outras: pretende ser a revelação da verdade. Como o Deus da fé cristã se revelou numa pessoa concreta, podemos qualificar o cristianismo de revelação eminentemente "histórica", diferentemente de outras religiões não menos históricas. O cristianismo aplana o caminho através da dupla natureza de Jesus Cristo, o mediador. Conhecemos o seu nome, como a sua vida; sabemos que rezava ao Pai, que pregou a Boa Nova e morreu na cruz. A fecundidade operatória do cristianismo vem-lhe da incarnação, não de ser uma religião do sacrifício, holocaustos e imolação pelo pecado. Incarnar é revestir o que passa, não como fluindo inexoravelmente para a morte, mas o que, passando pela morte, está ao serviço da vida. Incarnar é acolher o imprevisível (como José ou Maria, ou os pastores). Nenhuma incarnação é conservadora porque incarnar é alterar-se (a partir do Outro), acreditar no que, através do corpo é suscitação de nascimentos, mudanças, imprevisibilidade. O sentido que não surpreende não é bom. Um cristianismo de entranhas frigorificadas (de gente insensível à beleza de um presépio) seria apenas uma empresa de ritos a gerir, um sistema de trocas como o são todos os sistemas: ritual, maníaco, apocalíptico.

O Natal é a festa dos afectos, é o tempo da humanização de Deus. Da encarnação. Os mais humildes e ignorantes dos homens podem superar os mais sapientes dos filósofos. Para entrar no Reino do Céu é preciso tornar-se criança. Porque ninguém está mais perto da fidúcia que as crianças. Daí o afecto especial que as crianças dedicam ao presépio. Doze são as constelações que formam a coroa do Cristo Kosmocrator e Kronocrator, o Cristo-Sol. Nos sermões leoninos (440-461) a estrela representa o Sacramentum Gratiae, isto é o elemento material através do qual a Graça ilumina os sentidos e conduz a Cristo. Os magos são as *primitiae gentium*, prova da conversão de todos os povos que não pertencem ao tronco de Israel e as suas ofertas referem-se a Jesus enquanto Deus, Rei e Homem.

Na nossa civilização tudo se tornou uma questão de fé. Vivemos na fé enquanto estamos na terra. "Fé" significa "fidúcia". Fiamo-nos no guia quando não sabemos os caminhos; ter fé é um não ver e um não saber. Paulo di-lo: fiamo-nos nas coisas que não aparecem (non apparentium). Onde aparece a salvação é que está o perigo. O Anticristo "*erit in omnibus subdole placidus*" não é o oposto de Cristo, mas o seu símil. A prosa do mundo é que Deus é longe e a justiça impura (imprópria); que tudo está bem como está e não há dada a esperar (de bem) de nada. Essa é a prosa do Anticristo. No tríptico da

Epifania de J. Bosco (1510), outro "mago" assoma, inquietante, por trás dos réis que vêm adorar: o Anticristo. Quer trazer ao homem a sua paz, convencê-lo disso e encadeá-lo. Será realista fiar-se numa criança que nasce pobre? Não será melhor invocar o Deus omnisciente e omnipotente da metafísica? Ou terá a ciência moderna, omnipotente e omnisciente, substituído o Deus da metafísica?

Da emoção estética

Nós respondemos àquilo que nos atrai: ruídos, a pele de superfícies difusas, pontos luminosos, rasto de estrelas, contos maravilhosos (como este, dos Magos). Porque é aí que se manifesta o mistério que nos move. A "estética da recepção", como a de H. R. Jauss tem uma função importante ao lado da teoria narrativa em função do par que constitui a escrita e a leitura. É assim que o leitor pode declarar reconhecer-se neste ou naquele personagem. A teoria da recepção limita-se a dizer: a obra existe mas não existe um leitor no interior; existem leitores diversos e estes dão diferentes interpretações de uma mesma obra. Desde o século III que os comentadores de Mateus viam na estrela um anjo. Para Orígenes não havia dúvida que a estrela que guiava os magos era uma *potentia*, um espírito angélico com forma astral. Nos oito sermões leoninos sobre a Epifania, a estrela representa o *Sacramentum Gratiae*, isto é, o elemento material através do qual a Graça ilumina os sentidos e conduz a Cristo; os magos são as *primitiae gentium*, prova da conversão de todos os povos que não pertencem ao tronco de Israel, e a sua tripla oferenda refere-se a Jesus enquanto Deus, Rei e Homem. O próprio Tomás de Aquino, séculos mais tarde, considera o astro como um sinal exterior do Espírito Santo.

Há uma outra perspectiva, mais semiótica, que diz: existe um livro ou uma imagem que são de certo modo a representação do leitor ou do espectador, o leitor está no livro, o espectador está na imagem. É aqui que melhor se enxerta uma teoria da emoção. O papel da emoção estética é tentar analisar estados de alma e encarar uma possível manifestação corporal, como se depreende da definição da emoção (reacção afectiva, em geral intensa, que se manifesta por diversas perturbações). O presépio está ligado à percepção estética dos objectos, instaurando um saber de ordem patémica. Os objectos chegam-nos marcados por um poder emocional. E favorecendo a aprendizagem de uma sensibilidade. Há uma sensibilidade à Paixão: são inúmeros os textos e as imagens que exploram o lado crucificante da religião cristã. O presépio traz consigo a euforia e a humanidade que faltava a uma paisagem marcada durante séculos por questões teológicas abstractas. Veja-se o presépio em carro minhoto puxado pelo jumento e pela vaquinha de Júlia Ramalho, o presépio de barro pintado de

Tiago cabeça e Magda Ventura ou ainda o presépio dentro de aduelas de José Mendes de Matos. Na Colecção F. Canha da Silva o imaginário, o barro, a madeira, a terracota, a cortiça, o grés, o pano, tudo é matéria fulgorizada de onde a glória se desprende.

A arte tem a virtude de fazer ver de outra forma, dotando o sujeito da sensibilidade que lhe permite comover-se diante dos objectos expostos como num teatro. O saber do sujeito que olha as peças que representam o "presépio" transforma-se num saber de ordem patémico. O objecto do saber seria, para os teóricos da estética, a instalação duma relação isomórfica da natureza rítimica entre estados do sujeito (plano do conteúdo desta semiose em acto) e configurações do objecto "percebido" (plano da expressão) (Marie Renoue, 2001, p. 45). É este estado que instala o sujeito num estado rítmico à estrutura isomorfa à do espectáculo que o sujeito se deu a ver. A noção de ritmo e as categorias abstractas que os semioticistas utilizam são ferramentas de grande utilidade para abordar estados de alma do sujeito emocionado pelas configurações de objectos "vividos como estéticos". Têm, para disso, um carácter dinâmico compatível com a ideia de transformação passional do sujeito (*Ibidem*, p. 45). Em termos semióticos, a noção de ritmo acompanha a ideia de transformação passional do sujeito. O presépio "ensina a ver" com uma sensibilidade.

O Ocidente cristão conhece desde há muito a função pedagógica e mnemotécnica ligada à imagem, amplamente justificada pelo analfabetismo das massas. Para a tradição medieval as imagens contribuem para a "instrução das gentes simples porque são instruídas por si próprias como se fossem pelos livros. (...) aquilo que um livro é para aqueles que podem ler, uma imagem é-o para o povo ignorante que a olha" (Baxandall, 1986, p. 41). Os franciscanos exploraram esta faculdade da imagem nas suas campanhas de evangelização. Nomes como Jacobo de Testera ou Diego Valadés vêm associados a este "novo método de ensino", praticado na Europa mas também no novo mundo (Serge Gruzinski, 1990).

A sensibilidade aos Evangelhos da infância nasce ao mesmo tempo que a teologia da humanização de Deus. As imagens são modificações corporais: nascem do corpo, modificam-no (são isso as paixões). Reconhecer uma peça de presépio é reencontrá-la. Podemos acusar a linguagem de nos impedir de ver, de manejar abstracções quando as aparências visíveis mudam e negam as generalizações, da ordem do descontínuo e do signo. A arte seria uma semântica sem semiótica, escapando ao sentido, do lado do ritmo e do contínuo (H. Meschonnic, 2000). A emoção vem do ritmo. E que é um ritmo senão a organização de uma forma, de uma força e do movimento? Não propiciam os presépios, enquanto objectos estéticos, rememorativos, celebrativos, algo que

no encontro é da ordem da rima, a sugestão é de E. Landowski (1988, 74-75) em que os sujeitos se colocam na dependência de um princípio de ressonância: entre dimensões distintas?

Não há *tabula rasa* da experiência. O presépio conta a passagem das *mirabilia*, associadas por imagens e ordenadas a um horizonte de expectativa (o *conatus* de Espinoza) para que toquem o nosso *spectare*, não a nossa estética de cinzas. Por trás dos presépios está uma comunidade, um hábito. Uma erótica e uma legenda. Não procuramos nos presépios apenas a plasticidade do mundo sensível. Não somos os pastores, essas figuras raras que vivem a experiência do maravilhamento. Pouco importa que o boi não seja "real" e esteja lá apenas porque a Bíblia o nomeia num outro contexto. O problema é outro: já não ouvimos Anjos; ensurdeceu-nos o positivismo da voz que se tornou táctil, nula e funcional. Esqueçamos o *pathos* sobre a fraqueza de Deus, tão pueril como a exaltação da sua omnipotência. Talvez a divina surpresa possa dar corpo à esperança que mantém de pé os vivos. Esta nudez, esta vulnerabilidade no tempo é espantosa: haverá outro modo de dizer que Deus é humano?

BIBLIOGRAFIA

BARTHES, Roland. Écrire verbe intransitif? In: BARTHES, Roland. *Le Bruissement de la langue*. Paris: Le Seuil, 1984, p. 28-29.

BAXANDALL, Michael. *Painting and experience in fifteenth-century Italy*. Oxford: Oxford University Press, 1986.

BORDRON, Jean-François. Catégories, icônes et types phénoménologiques. *Visio*, *La catégorisation perceptive, les frontières du soi et de l'autre, printemps*, n.5, 2000, p. 9.

CARDINI, Franco. *Los Reys Magos. Historia y legenda*. Barcelona: Península. HCS, 2001.

COLEÇÃO F. CANHA DA SILVA. *Entrai pastores entrai.* Exposição de presépios, 2002.

FONTES FRANCISCANAS. *Tomo I.* Lisboa: Editorial Franciscana, 1980.

GRUZINSKI, Serge. *La guerre des images. De Christophe Colomb à 'Blade Runner'*. Paris: Fayard, 1990.

HURWITZ, Wendy Leeds. *Semiotics and Communication*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1992.

JAUSS, H. R. *Pour une esthétique de la réception* (trad. de Cl. Maillard). Paris: Gallimard, 1978.

LANDOWSKI, E. De la contagion. *Nouveaux actes sémiotiues*, n.55-56, p.74-75, 1988.

LLANSOL, Maria Gabriela. *Um beijo dado mais tarde, rolim*. 2ed. 1991.

MESCHONNIC, H. *Le rythme et la lumière – avec Pierre Soulanges.* Paris: Odile Jacob, 2000.

MEYER, J. *Un judio marginal, Nueva visión del Jesus histórico*, tomo I, Verbo divino, Estella, 1998.
MOURÃO, José Augusto. A máscara dos objectos. Convocação para a leitura. In: Congresso da Ibercom, *Anais*. Covilhã, 2004.
OTERO, A. *Los Evangelios apócrifos*. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1989.
RENOUE, Marie. *Sémiotique et Perception esthétique*. Paris: Pulim, 2001.
RICOEUR, Paul. *La Mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Le Seuil, 2000.
RICOEUR, Paul. *Temps et Récit*. Paris: Le Seuil, 3v., 1983, 1984 e 1985.
ROBIN , Régine. *La Mémoire Saturée*. Paris: Stock, 2003.
TODOROV, Tzvetan. *Eloge de l'individu sur la peinture flammande de la Renaissance*. Paris: Adam Biro, 2000-2001.
WHITE, Hayden. *The content of the form: narrative discourse and historical representation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

O PRESÉPIO POPULAR NA COLECÇÃO F. CANHA DA SILVA: ENTREVISTA*

*Fernanda Canha da Silva e Maria Johanna Krom***

RESUMO

O culto de coleccionar pequenas partes de um todo, mais significante, é universal. O Major-General Fernando Nunes Canha da Silva e a sua mulher, Fernanda, coleccionam presépios. Iniciaram-na há pouco mais de duas décadas atrás. Hoje, já conta com mil e cem peças, todas guardadas na casa do casal, e consiste de presépios do mundo inteiro, a maior parte dos quais feita por artesãos locais. O casal tem um apreço especial pelo presépio artesanal. Como diz o Major-General: "O valor do artesão encontra-se, precisamente, na sua capacidade de dar alma às pequenas coisas, e de dar aos objectos que constrói com as suas mãos a ilustração do mundo, que pode ter a dimensão de uma noz ou de uma estrela e que nós, simples observadores, partilhamos com enlevo".[1]
Palavras-chave: presépio; colecionismo; artesanato.

THE POPULAR NATIVITY SCENE IN THE F.CANHA DA SILVA COLLECTION INTERVIEW (SEPTEMBER 2004)

The cult of collecting small parts of a more significant whole is universal. Major-General Fernando Nunes Canha da Silva and his wife, Fernanda, collect nativity scenes. They began it slightly over two decades ago. Today they already have one thousand and one hundred of them, all of them kept at the couple's home, nativity scenes from all over the world, most of them made by local artisans. The couple especially appreciates artisanal nativity scenes. As the Major-General says:" The value of the artisan is precisely in his capacity to give a soul to small things, and to give the objects that

* A entrevista foi concedida em Setembro de 2004.

** Mestrado em Antropologia. Investigadora na área da Cultura Popular. Membro da Associação de Desenvolvimento Local. Investigadora do projecto Os Brinquedos Populares de Montemor-o-Novo. *E-mail:* mjckr@clix.pt

[1] *Entrai pastores entrai*, Catálogo Exposição de Presépios . Colecção F. Canha da Silva, Rotary Club de Évora, Évora, 2000.

they build with their hands the illustration of the world, which could be the size of a nut or of a star, and that we, simple observers, share with delight.[2]
Key words: nativity scene; collectionism; arts and crafts.

A nossa relação com os presépios começou inicialmente aqui na região de Évora, quando viemos para cá em 1971. Passados alguns anos aumentou, após o contacto com a actividade artesanal da região de Évora, especialmente em barro, e de Estremoz e de Viana do Alentejo. Começámos simplesmente a comprar peças de artesanato. A primeira peça foi um presépio de Estremoz, depois o segundo terá sido um presépio do Viana do Alentejo. Aí é que começámos a gostar realmente, mas só comprávamos ocasionalmente, embora sempre tivéssemos gostado de artesanato, e o tema de facto era muito sugestivo e muito querido. Aqui todas as famílias faziam presépios no Natal, com aquelas figurinhas soltas, com musgo, com pedrinhas.

Depois começámos a contactar com outras regiões, a ir a eventos, feiras, exposições, mostras, enfim. Foi o desencadear duma ligação, dum conhecimento sobre outro tipo de artesanato, além do barro, cada um de acordo com a sua região própria e, enfim, foi assim que começámos com a nossa colecção.

A Fernanda naturalmente acabou por aderir ao processo porque nós funcionamos sempre juntos. E até porque ela sempre colaborava quando tínhamos uma exposição: na preparação, no embrulhar, no transporte e depois durante a exposição, na forma de expor. Dá muito trabalho. E, por outro lado, os materiais são frágeis. Há sempre problemas... Como tenho algum jeito, vou procurando restaurar e assim conseguimos ter as nossas peças sempre mais ou menos em bom estado. As coisas não muito profundas fazemos nós. Quando são coisas mais complicadas, se o artesão ainda for vivo, recorro ao artesão.

No princípio, fomos comprando peças sem qualquer preocupação de ter uma colecção. Até que em 1999 fomos solicitados a fazer uma exposição aqui em Évora. Nessa altura já tínhamos uns trezentos e tal presépios. Já estávamos a coleccionar acerca de vinte anos. Fizemos então a exposição no Convento da Graça, estava eu ainda no Serviço, e essa exposição foi muito visitada por pessoas e por órgãos da comunicação social. Três canais de televisão deram reportagens sobre a exposição. As pessoas foram registando num livro de impressões, que tínhamos lá, o seu agrado por nós a mostrarmos. Dá ideia que

---

[2] *Entrai pastores entrai*, Catálogo Exposição de Presépios. Colecção F. Canha da Silva, Rotary Club de Évora, Évora, 2000.

o Natal é sempre uma altura propícia para uma exposição deste género. Penso que, normalmente, as pessoas têm as suas colecções e são suas e, de facto, nem toda a gente mostra, porque não o deseja fazer ou não quer ter trabalho.

A única exposição de presépios que tínhamos visto cá, antes da nossa, foi, talvez, uma exposição no Museu de Évora. Foi uma exposição com peças antigas, tipo maquinetas, emprestadas pelas pessoas de cidade. A nossa exposição tinha um tema diferente, tinha peças de artesanato tradicional e peças de artesanato contemporâneo desenvolvidas por uma geração de artesãos novos, mais cultos, como Tiago Cabeça e Magda Ventura, por exemplo. Chegámos à conclusão que pelo país inteiro há muita gente a trabalhar no artesanato, especialmente de barro e especialmente de presépios.

Procuramos nas feiras, sobretudo feiras de artesanato, mas também trazemos de viagens ou são pessoas que nos trazem das viagens. Embora em viagem seja um bocado difícil, porque normalmente as pessoas viajam fora da época do Natal. Por exemplo, há dois ou três anos estivemos na Hungria, em Budapeste, e procurámos arranjar um presépio húngaro e não conseguíamos.... Até que conseguimos que um senhor, lá no Castelo, nos dissesse que poderia encontrar um presépio numa casa de artigos religiosos. E, de facto, acabámos por ir lá, localizámos essa casa e trouxemos um presépio de Budapeste. Enquanto que aqui, digamos que aqui, há pessoas que se dedicam a esta actividade exclusivamente, não é? Lá fora, ou a gente não conhece ou não é assim tão fácil. Aqui, há artesãos que fazem presépios o ano inteiro, por exemplo em Estremoz ou cá em Évora, ou em Barcelos ou no Norte, no Minho. Outros artesãos, entre os que nós conhecemos só fazem na época do Natal e não se repetem, são peças únicas, nunca fazem outra peça igual.

Costumamos ir às feiras importantes de artesanato cá em Portugal, por exemplo à Feira Internacional no Parque Expo em Lisboa, à Feira de Vila de Conde, à Feira de Famalicão, Pombal também tem uma boa feira.... e a gente procura aí nessas feiras e conseguimos contactar com os artesãos. Eu normalmente compro sempre os catálogos das pessoas que expõem na feira e estes são uma boa fonte de informação, em termos de contactos, endereços, telefones e tal. A partir daí procuramos então um contacto directo.

Temos sobretudo presépios artesanais. Também temos algumas peças antigas, mas poucas. À venda aparece pouco porque quem tem guarda, não é? São peças familiares. Mas vamos conseguindo algumas poucas. Temos depois peças do artesanato contemporâneo de pessoas que têm jeito e que criam o seu estilo próprio, como é o caso do Tiago Cabeça e doutros. E temos peças industriais.

Gostamos muito das peças artesanais porque são feitas à mão e são peças únicas, enquanto as peças industriais, embora sejam, as vezes, de muita

qualidade, como no caso das peças italianas ou da Vista Alegre, são repetidas e as outras não. Embora o artesão possa fazer outro objecto de tema igual nunca é igual. A forma como cada um representa e vê o objecto da sua arte. E também tem muito a haver com a região donde vem a peça. Se é do Norte as características são diferentes do que se é do Sul, além dos materiais também no tipo da representação do presépio. A própria composição do presépio em termos de figuras, em termos de formas, em termos de materiais, em termos de cores também, é trabalhada de forma diferente de região para região e corresponde à tradição que as pessoas têm.

Há zonas típicas onde a tradição do presépio está instalada, por exemplo em Estremoz. Estremoz é um caso inconfundível, as figuras do presépio são inconfundíveis. Apresentam normalmente três formas diferentes: o presépio onde as figuras estão em escada, que se chama "presépio de altar". Depois, as mesmas figuras, com a mesma forma e com as mesmas cores podem constituir um outro presépio, chamado o "presépio de cavalo", em que os reis magos aparecem montados em cavalos. E ainda há um outro presépio, também com as mesmas figuras, em que os reis magos estão de pé à volta do menino e sem cavalos. Chama-se então o "presépio de pé". Estas são as três formas tradicionais do presépio de Estremoz.

Há pessoas que à partida criam a sua forma própria, diferente desta, que são aquelas figuras do século XVIII. Mas mesmo entre aquelas pessoas, que se dedicavam antigamente a construir o presépio tradicional com aquelas figuras típicas de Estremoz, já aparecem as que fazem presépios diferentes destes. Porque, de facto, começa a haver uma grande procura em termos de coleccionadores e os coleccionadores motivam um bocado as pessoas a fazer coisas diferentes. Mas depois não vai muito além disso, e portanto, pronto, para mim Estremoz está esgotado. Ora bem, eles procuram fazer coisas diferentes, embora recorrendo às figuras tradicionais, procuram fazer presépios com uma constituição diferente para aliciar os coleccionadores.

Eu gosto de quase todos os presépios. Desde que o presépio seja genuíno, feito por um artesão que se insere numa tradição local, eu gosto. Pode ser muito tosco, pode ser feio.... eu gosto, a Fernanda já não gosta. Ela faz uma selecção diferente.

O conjunto das figuras faz o presépio. Pode-se considerar presépio só o Menino, nós temos presépios só com o menino, mas só a Nossa Senhora ou o S. José, nunca é presépio. O presépio é o nascimento e a adoração do Menino, embora há um amigo nosso, que também é coleccionador de presépios, que considere que a fuga para o Egipto é também presépio.

O Algarve e a Ilha da Madeira têm a representação do Menino em escadinha e não têm nenhuma das outras figuras.

Quando fizemos a nossa última exposição, na Igreja de S. Vicente, fizemos a recriação dum presépio da Madeira, que era um menino, vestido, num altar em escadinhas, normalmente duma forma primitiva, são gavetas mais pequenas umas em cima das outras, com rendas à volta. Tem o Menino no ar, lá em cima, só o Menino. Tem um arco de flores à volta do Menino, e depois, nos degraus daquelas escadas, tem peças de fruta, tem outras figuras e nos campos tem searinhas, aqueles sementes que se põe a germinar na altura do Natal e que ficam num piso dum objecto deste género. Esta é uma das formas tradicionais da apresentação do presépio da Madeira.

Eles também têm as lapinhas que constroem numa espécie de gruta. Põem o Menino Jesus dentro da gruta e constroem as figuras todas à volta da gruta. Mas esta representação do Menino Jesus na escadinha chama-se mesmo o presépio de escadinha. É uma tradição levada para a Madeira e para os Açores por emigrantes de Algarve. O Algarve, até aí.... meados do século passado, fazia geralmente a representação do presépio só assim. Penso que era a forma que tinham para pedir a bênção de Deus para as suas culturas. O presépio algarvio só tinha searinhas e laranjas. Porque a laranja era o grande produto, digamos, do Algarve. Naquela altura, claro. Na Madeira depois alterou um pouco: puseram outras frutas, outras figuras também, mas a figura básica é sempre o Menino.

Eu procuro guardar, alem da informação bibliográfica, artigos de revistas, jornais, também tradições na área de culinária ligadas ao Natal, e outro tipo de tradições ligadas aos costumes à volta do Natal, tal como a tradição dos madeiros acesos. Há por este país fora muitos aspectos deste tipo de tradição, ligados ao Natal.

Recolho, também, sobre as origens do presépio, as mais variadas teses que há. Sobre os Reis Magos, por exemplo. Habitualmente são representados três, mas nada garanta que tenham sido três, podem ter sido mais... Mas geralmente são três e um é preto. As teses à volta disso são as mais variadas. Por exemplo, um é preto e é representante da zona da África, outro representa a Europa, outro representa a Ásia, eram os muito conhecidos na altura.

Temos um presépio espanhol, pequenino, com figuras pequenas, em que aparece o Rei preto montado num elefante, que é uma referência à forma como eles se transportavam, o da Europa aparece montado num cavalo e o da Ásia, montado num camelo. Nos presépios de Estremoz os três estão sempre montados em cavalo. Mas este presépio achei muito giro por causa disso. Foi o único presépio que vi em que aparecem os três Reis Magos montados em três animais, reforçando a sua origem. Sobre a estrela que orienta os Reis Magos.... Há também muitas teses à volta disso....

Em relação às origens do presépio....Eu tenho livros em que aparecem referências ainda aos Romanos...aos cristãos das catacumbas. A primeira representação, que era uma representação viva, estará ligada a S. Francisco de Assis.

Tenho um presépio de Moçambique, julgo que é dos Maconde, que é uma espécie de baixo-relevo, num tronco de pau-preto... as figuras estão todas talhadas no pau-preto e o Menino Jesus é branco. Penso que é feito de marfim e penso eu para evidenciar que, de facto, a figura principal do presépio é o Menino. Daí que a forma que eles tenham tido de o caracterizar, foi de recorrer ao marfim, ainda por cima sendo um material nobre.

Penso que não é possível chegar alguma vez ao fim da colecção. Reportando-me só aqui ao continente, por exemplo, penso que já tenho uma representação, não digo da totalidade porque não o é com certeza, mas duma grande maioria das pessoas que se dedicam ao artesanato, quer tradicional, quer contemporâneo. Mas aparece sempre mais uma pessoa que a gente ainda não conhecia e que também faz presépios bonitos. Porque, hoje em dia, importa que as pessoas tenham jeito para o trabalho manual, criatividade e ponham isto em prática.

Relativamente ao estrangeiro, para nós é um bocado complicado a obtenção de peças. Realmente é difícil encontrar e identificar peças representativas. Eu consegui mais ou menos, relativamente ao Portugal, identificar as zonas de criação tradicional de presépios. Estamos a falar de Barcelos, Caldas de Rainha, Estremoz, Viana do Alentejo, o Algarve também.... E depois temos localizado os artesãos convencionais ou citadinos como agora se chamam.

Em Espanha e na França é mais difícil saber quais são as zonas de actividade tradicional e mais ainda por mais longe que os países ficam. Só contactando, se calhar, com coleccionadores desses países. Tenho dificuldade, por exemplo, em identificar, em Espanha, quais são as zonas de artesanato tradicional que se dedicam a este tipo de actividade. Eu sei que por altura do Natal há uma boa feira em Sevilha. Madrid também tem mostras... Mas... porque temos feito sempre as exposições na altura do Natal, normalmente estamos presos e não saímos. Julgo que é um dos aspectos que não nos tem ajudado a conhecer mais o exterior.

A Fernanda tem uma irmã que vive em Viena, que quis que nos fizéssemos lá uma exposição e que fossemos lá no Natal. Porque, de facto, ali a grande profusão de presépios, como será noutros sítios também, é no Natal. Só que nós estamos sempre presos nessa altura porque temos exposições cá também. E mesmo em países que não são tradicionalmente católicos aparecem presépios, desde que haja um núcleo cristão...possa ser ortodoxo ou copta, já

aparecem. Enfim, coleccionamos um pouco por todo o mundo e até vamos conseguindo.

Julgo que as pessoas logo desde criança são tentadas a fazer colecções, de moedas, de selos, de autocolantes. Hoje em dia é infindável o número e o tipo de colecções que aparece. Para nós, duma forma mais séria, esta terá sido a primeira vez. Eu nunca me vi fazer uma colecção com algum empenho. No caso do presépio tem a haver com o artesanato, com a nossa formação religiosa, católica. Penso que é, de facto, o significado do presépio e do Natal: o sentimento de Paz, de amor, da fraternidade e solidariedade. Penso que quanto mais um artesão tiver este tipo de preocupações, de atributos, melhor expresse a sua arte.

O futuro destino da colecção começa a ser uma preocupação agora. Eu já tive, da administração anterior da Câmara, a proposta duma exposição permanente, num sítio até com muita dignidade mas que talvez não fosse o melhor sítio. A localização não era muito central. E, por outro lado, também é um bocado cedo, se calhar. Tenho muita informação acerca dos artesãos... já temos muitos amigos entre eles. Aparecem constantemente propostas novas. De maneira que, neste momento, não sei..., Penso que, se houver aceitação de alguma instituição nesta área, penso que será a única forma, porque para continuar isto é preciso, além do gosto, também informação e apetência... E os filhos, enfim, têm outras preocupações. Também não é uma coisa que se transmita.....

Tenho dificuldade em dizer qual o presépio que gosto mais.... Porque ou pela originalidade ou pelo seu valor ou pelo aquilo que representa, não sei....é muito difícil. O nosso amor pelos presépios está dividido por eles todos.

VIAJAR E SONHAR PELA COLECÇÃO*

*Ana Luísa Janeira*** e *Isabel Maria Janeira****

RESUMO

Na Literatura Ocidental, a palavra "viajar" foi associada a percurso intercontinental (Marco Pólo, segunda metade do séc. XII-1324), a fábula enganadora (Fernão Mendes Pinto 1510-1583), a fantástico micro(macro) – cósmico (Swift, 1667-1745), a imaginação tecnológica (Jules Verne, 1828-1905), a ciência aplicada (Oswaldo Cruz, 1872-1917, a interioridade mutante (Thomas Man, 1875-1955), a espaço sideral (Apolos, Ariane), etc. Parecendo até que todos estes aspectos multiplicam tantas outras sinonímias, pertencendo a um universo conceptual idêntico: do trajecto à navegação, do passeio à jornada. Por terra, por mar e por ar. Subindo e descendo. À volta do mundo. Ou talvez à volta de um quarto. A continuidade temática tem sido enriquecida, obviamente, através de agentes, paragens, dias e horas da narrativa. Como pelos desejos e peripécias, estados de alma e destinos. Como nos estilos, modas e géneros literários. Como na virtualidade dos *links*, surpresa atrás de surpresa, somadas em cadeia, a apontarem para lugares imperscrutáveis, no momento de arranque. O horizonte conceptual em torno do ser humano, entendido como *homo viator*, também é uma constante com história, e uma história com mudanças, ao longo do Pensamento e da Filosofia Ocidental. Conjugando os lados, marcas significativas salientam o êxodo bíblico, agudizado pelo desejo da Terra

* Embora sob um título diferente, parte deste texto está publicada em www.cienciaeviagem.no.sapo.pt/Frame.html

** Professora Associada do Departamento de Química e Bioquímica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, agregação em Filosofia das Ciências. Co-fundadora, primeira coordenadora e, actualmente, investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa (CICTSUL), Coordenadora, em Portugal, da Red de Intercambios de la Historia y la Epistemologia de las Ciencias Químicas e Biológicas, México, D.C. *E-mail:* janeira@fc.ul.pt e analuisajaneira@clix.pt

*** O gosto por colecções está intimamente ligado com o apreço dado à diversidade de formas e cores. Razões profissionais, associadas ao prazer de viajar, permitiram que reunisse as inúmeras peças que possuo, com especial destaque para as de origem japonesa, que indubitavelmente ocupam um lugar relevante entre as demais. *E-mail:* isabeljaneira@hotmail.com

Prometida, na tradição semita, o tom iniciático adensado com périplos e trabalhos hercúleos, pela odisseia grega, a existência humana equiparada a uma viagem especial, em Santo Agostinho, o livro da vida ligado à itinerância insatisfeita, por René Descartes, que vieram a desembocar na densidade reflexiva de Karl Jaspers, Continuando, agora, pelo imaginário espacial do ensaio literário ou filosófico, da ficção científica ao programa televisivo. A que se poderá aliar, sem dúvida, recorrendo a uma metáfora significativa, a atitude que envolve o acto de mostrar, por parte do coleccionador, bem como a receptividade requerida, por quem se deixa envolver pelo espaço de descoberta associado a esse gesto. Expor uma colecção publicamente tornar-se-á, pois, num convite alargado e generoso, para possibilitar voltas, quer ao mundo do real, quer ao mundo do sonho.
Palavras-chave: viagem; coleção; metáfora.

TRAVELLING AND DREAMING THROUGH THE COLLECTION

In Western Literature, the word "to travel" was associated with an intercontinental route (Marco Polo, second half of 12th century-1324), misleading fable (Fernão Mendes Pinto 1510-1583), fantastic micro(macro)–comic (Swift, 1667-1745), technological imagination (Jules Verne, 1828-1905), applied science (Oswaldo Cruz, 1872-1917, the mutant inside (Thomas Man, 1875-1955), outer space (Apolos, Ariane), etc. It almost seems as though all these aspects have multiplied so many other synonyms, belonging to an identical conceptual universe: from the route to navigation, from the stroll to the journey.
By land, by sea and by air.
Up and down.
Around the world.
Or maybe around a bedroom.
Thematic continuity has been obviously enriched by agents, places, days and times of the narrative. As in the wishes and adventures, states of soul and destinies. As in the styles, fashions and literary genres. As in virtuality of the *links*, surprise after surprise, added together in a chain, indicating untraceable places, at the time of beginning. The conceptual horizon around a human being, seen as *homo viator*, is also a constant with history, and a history with changes along Western Thought and Philosophy. Conjugating the sides, significant marks highlight the Biblical exodus, rendered acute by the wish for the Promised Land, in the Semitic tradition, the inicial tone densified with circumnavigations and Herculean works, by the Greek Odyssey, human existence rendered equivalent to a special trip, in Saint Augustine, the book of life connected to unsatisfied itinerance, by René Descartes, which flowed into the reflexive density of Karl Jaspers. Now

continuing along the spatial imagination of the literary or philosophical essay from science fiction to a TV program. To which one can certainly ally, using a significant metaphor, the attitude that involves the act of showing by the collector, as well as the receptiveness required by those who allow themselves to be enveloped by the space of discovery associated with this gesture.
Exhibiting a collection publicly will thus become a broad, generous invitation, to enable travelling, both to the world of reality and to the world of dreams.
Key words: travel; collection; metaphor.

PRESÉPIOS QUE FAZEM SONHAR

O percurso de qualquer coleccionador nunca deverá ser um percurso de reflexão sobre si próprio mas, pelo contrário, uma abertura ao Mundo. O que é igualmente verdadeiro para a Vida em geral deve também ser para o coleccionador: há sempre algo a aprender de alguém... os conhecimentos culturais e os históricos que se associam a numeroso objectos de colecção, devem ser partilhados como todo o saber que se deve transmitir.

A paixão do coleccionador é muitas vezes solitária, uma via de um só sentido, sem reciprocidade, mas, quando dá a revelar os seus objectos a outrem, então fica enriquecida não pelo acréscimo de mais um outro elemento, mas, pela partilha da sua emoção, do seu gosto, do seu prazer, tantas vezes resultante de muitas horas de procura, de tentativas frustradas, com deambulações só aparentemente sem destino: encontrar algo que ainda não tem e que gostava de ter, que sabe ou nem sequer sabe que existe. Os coleccionadores vão onde o coração os leva, adquirindo sob a emoção de um verdadeiro *coup de foudre* por vezes.

É uma raridade termos exposições que, olhando de fora para a tradição há mais de dois séculos e hoje mais que esgotada na panóplia das novas formas de consumismo, nos oferecem tantas pequenas pérolas arrancadas à imaginação e cultura colectivas. Refiro-me às exposições de colecções de presépios, que se realizam pela Europa fora, com especial incidência nos países de forte tradição católica, como sejam a Espanha, Itália, Polónia.

A tradição do presépio remonta ao século XIII, quando, segundo relata Thomas Celano, seu primeiro biógrafo, o então monge Francisco, mais tarde santificado S. Francisco de Assis, pretendeu que toda a gente partilhasse a maravilha do milagre do nascimento de Cristo, em meados de Dezembro de 1223, na aproximação do Natal. Assim sendo, enviou uma mensagem a um

amigo, Giovanni Velita, elemento da nobreza da cidade italiana de Greccio, na qual dizia: "Se deseja que todos celebrem a festa do Senhor em Greccio, apresse-se e prepare diligentemente o que lhe indico. Quero fazer algo que apele a evocação do Menino Jesus, nascido em Belém, colocando, de certo modo, frente aos nossos olhos, o desconforto ante as suas necessidades de recém-nascido, como se encontrava deitado numa manjedoura, como, com uma vaca e um burrinho por perto, se mantinha sobre as palhinhas onde fora colocado."

Na véspera de Natal, as pessoas das redondezas acorreram para ver e assistir à missa rezada pelo monge Francisco. Envergando as melhores vestes, umas chegavam a pé, outras montadas em burros ou em carros puxados por bois. Ao cair da noite, a luz emanada das velas e tochas iluminava o trajecto e os seus cânticos aqueciam a gélida atmosfera.

Ao aproximarem-se do local indicado, os fiéis depararam com uma caverna natural, onde o monge tinha preparado uma manjedoura recheada de palhinhas, enquanto um burro e uma vaca estavam por perto. Quando se iniciou a missa, todos entoaram cânticos de louvor a Deus. Então falou-lhes sobre a Natividade e o Menino de Belém. Ao findar a "noite solene de celebração", as pessoas debandaram em direcção aos lares, "todas sentindo uma santa alegria"

Diz-se que nessa noite aconteceram ainda mais coisas maravilhosas: um dos observadores relatou que vira uma criança pequena deitada sem vida na manjedoura, a quem Francisco, ao aproximar-se, "acordou-a como se tivesse mergulhado num profundo sono"; noutras áreas da região, pessoas e animais recuperaram de doenças, e mulheres com problemas de parto deram à luz sem problemas.

A materialização da história do Natal espalhou-se e tornou-se numa preciosa tradição. Além disso, no local onde havia estado a manjedoura, foi mais tarde construída uma igreja.

Progressivamente a concepção do presépio foi-se espalhando, tendo sido acolhida por toda a Europa, sobretudo a partir dos mosteiros onde o presépio foi cultivado como arte, ao passar gradualmente a constituir um fenómeno de expansão mundial, como parte da tradição cristã. Assim passou a ser um elemento precioso no lar, sendo desenvolvido com carinho e sobrevivendo ao longo dos tempos.

A maior exposição de presépios na Europa realiza-se em Krippana in Manderfelt, na Alemanha, onde abrange uma área de 2.500 m^2. Mas, é na Polónia, na cidade de Cracóvia, que apresenta contornos mais característicos, uma vez que é inspirado em detalhes arquitectónicos de construções antigas, ostentando cores vivas e ornamentações invulgares. Além do mais, inclui não só as figuras típicas da Natividade como elementos associados à tradição e lendas locais.

Por razões que se prendem com a sensibilidade, com o imaginário infantil, com a tradição cristã, o presépio desperta a apetência de muitos coleccionadores, sendo entre o povo alemão, que se encontram os maiores adeptos de cenas representativas do nascimento de Jesus.

Mas, perguntarão: “E o que se passa em Portugal?”

Foi introduzido e divulgado pelos frades franciscanos. Lentamente, foi passando dos conventos para as igrejas, capelas e casas particulares, tornando-se num símbolo de encontro e reunião familiar.

Os documentos alusivos aos presépios portugueses datam do século XV, mas, só posteriormente, no século XVIII, considerado o século de ouro dos presépios portugueses, é que estes atingiram o seu apogeu, graças aos artistas que trouxeram de Itália a moda e o espírito dos presépios que depois foram enriquecendo com motivos populares bem nacionais, recorrendo a matérias-primas tão variadas como o marfim, a cera, a cortiça, a madeira, mas, sobretudo o barro.

Os presépios adquirem um alto valor artístico e cultural, pois deram origem à criação de verdadeiras obras de arte e reconhecimento de grandes artistas, distinguindo-se entre estes, Machado de Castro. Para além do valor social porque espalham o sentido da humildade, da justiça, do amor, da solidariedade, da fraternidade e da paz entre os homens, os presépios anunciam uma mensagem e um acontecimento divino que os cristãos festejam: o nascimento de Jesus Cristo feito Homem para salvar a Humanidade.

Por tudo o que foi referido, o Presépio faz-me sempre recordar a infância, em que pela época natalícia, fazer o Presépio transmitia algo de mistério e encantamento: o abrir das caixas contendo os diversos elementos que, adormecidos ao longo do ano, despertavam na altura própria.

Era a simples contemplação do efeito final, que marcava presença por toda a Quadra, e cujo desmanchar dava lugar a uma certa saudade, ciclicamente interrompida pela sua reaparição, volvidos que eram doze meses.

Tal sentimento justificou o empenho que tive em ir a Évora em princípios de Janeiro de 2003, propositadamente para me deliciar com a Exposição que então se realizou.

Surpreendeu-me a montagem, a qualidade e a quantidade dos presépios expostos, todos pertença de uma única pessoa que, dando-os a conhecer publicamente, demonstrou grande generosidade e, por certo satisfação, por possibilitar que todos quantos a visitaram, partilhassem da sua paixão.

Fizeram-me viajar por terras desconhecidas. Países já visitados, outros nunca pisados, países próximos, outros longínquos. Os cinco continentes estavam lá, bem presentes, bem diferenciados fosse pelas variegadas interpretações, materiais usados ou visões próprias dos seus artistas.

Desde a simplicidade extrema de alguns exemplares africanos até aos mais elaborados oriundos de países europeus, todos eram deslumbrantes, todos transmitiam a alma, o sentir dos respectivos artistas: *naïf* ou não, minimalista ou nem tanto.

A atmosfera estava imbuída de um fascínio aliado a um certo misticismo que engrandecia os inúmeros exemplares, tornando-os verdadeiros embaixadores dos países de onde eram oriundos. Ali, naquelas duas igrejas, a exposição transmitia a mensagem do Menino Deus, poliglota, de pele branca ou de cor, ricamente apresentado ou toscamente representado, mas, sempre Menino, sempre Jesus feito Homem para Salvar a Humanidade.

Cada um de *per si* e todos em geral, fizeram-me sonhar que a infância tinha velozmente viajado de um Passado já distante para um Presente onde não faltam cabelos brancos nem rugas na face.

COM OS PRESÉPIOS À VOLTA DO MUNDO

Do ponto de vista ontológico – gnosiológico, viajar é um fenómeno muito complexo, pois gera processos, no estar e no conhecer, incidindo em duas categorias fundamentais da inteligibilidade e da convivialidade: a categoria do espaço e a categoria do tempo.

Na verdade, altera a ordem das coexistências, como altera a ordem das sucessões, obrigando a uma maior flexibilidade nos pensamentos e nos gestos. Situação que implica metamorfoses assinaláveis, na medida mesma em que toca inerências do homem e da sua circunstância, sendo essa tónica definível pela disponibilidade – receptividade à mudança.

Viajar é descobrir.[1]

"Des – cobrir" porque é uma oportunidade especial para que o "coberto " ou o "in – coberto" se desvele, naquela operatividade única, onde Martin Heidegger situou o conceito de verdade, na sua origem grega.

Quem está a viajar sujeita-se à descontinuidade.[2] E isto, porque terá de encarar objectos insuspeitos, surpresas requerendo intermediários para serem compreensíveis, e até alguns mistérios de permeio; como deverá superar situações cruciais com efeitos últimos, emanados por fragilidades geradoras de insegurança.

---

[1] Sendo também possível dizer com propriedade: descobrir é uma viagem.

[2] Cf. JANEIRA, Ana Luísa. *As ciências modernas à descoberta do mundo – sub-projecto: – O espaço e o tempo no Japão*, www.triplov.no.sapo.pt.

Independentemente das especificidades dos autores e das obras, há unanimidade no reconhecimento de uma vertente exterior, actuante no alargamento da área perceptiva e conceptual, e (ou) de uma vertente interior, facilitadora de sensações e de ideias com incidência na vida íntima.

O desdobramento dessa constatação apresenta-o como um achamento por fora e como uma iniciação por dentro.

No primeiro caso, a sua importância em prol de uma consciência menos absoluta, onde cada um adquira a capacidade de relativizar aquilo que o deve ser.

No segundo caso, o espírito de nomadismo favorecerá a tolerância e assumirá a dianteira, num caminho tendente a valorizar a renovação.

Logo, deslocações no exterior e (ou) no interior, questionamentos por fora e por dentro.

A sequência das atitudes e gestos que acompanham o viajante cristaliza um estado de espírito sinalizador do diferente – do que lá se vai percebendo por comparação ao que nunca se apreende à falta de uma grelha de leitura –. Com mais ou menos sensibilidade para o comum, parece até que este não é particularmente procurado, nem interessa muito, ao longo do percurso.

A expressão metafórica "Viajar pela Colecção" torna-se possível, porque esta viagem concreta integra, como qualquer outra, uma deslocação de corpo e alma.

A expressão metafórica é similarmente pertinente, porque faculta uma abertura continuada, em função de uma série de novidades espácio – temporais.

Articulando a atitude do sujeito – o observador – com a natureza dos objectos – a realidade observada –, imagine-se como o viajar por esta colecção é passível de inúmeras aberturas e trajectos.

Releve-se o que aconteceu num contexto preciso, o "Entrai pastores entrai" – Exposição de Presépios – col. F. Canha da Silva, apresentada em Évora, durante a época de Natal de 2002.[3] Foi organizada por dois grandes conjuntos: peças portuguesas (Igreja de São Vicente) e peças estrangeiras (Igreja da Graça) e, dentro de cada igreja, predominantemente pela cor,[4] no entender do próprio coleccionador.

---

[3] *"Entrai pastores entrai" – Exposição de Presépios – col. F. Canha da Silva*. Évora, Rotary Club de Évora, 2002.

[4] Embora, também tenha vigorado um critério geográfico, com as cinco árvores, equivalendo aos cinco continentes, onde estavam colocados os presépios estrangeiros pequenos.

Mas poderia também ter sido por cronologias e datas marcantes. Ou ainda, por nacionalidades dos autores, temas delimitados, materiais usados, dimensões, etc.

Ou, no limite, apresentar uma estrutura interna bem mais sofisticada.

Nuns e noutros casos, os critérios mudam, mudam as sequências, como mudarão as sensações e os conhecimentos. Uma diversidade nos modos de distribuir e de associar. Como consequência, uma variedade de pretextos e de nexos.

O articulado anterior remete para temas pertinentes da museografia, particularmente aquando de uma nova montagem. Na verdade, um mesmo conjunto presta-se a variadas composições. Situações que revelam grande acuidade, nomeadamente em momentos de reinstalação de uma colecção ou em alturas de renovação dos contextos da exposição permanente, como o comprovam dinâmicas inovadoras que estão a acontecer em conceituados museus, europeus e norte-americanos.

Se a lógica que preside à mensagem e ao discurso sofre alterações, os objectos terão de ser recombinados segundo uma estrutura diferente, como diferente será o resultado final. Nessa altura, o visitante por mais de uma vez comparará o antes e o depois, e sentirá que terá andado a viajar por paragens desmultiplicadas e por variados sentidos. Se o enquadramento arquitectónico for alterado, simultaneamente, claro que o efeito será ainda mais notório.

Claro que o tema da colecção é da maior importância para o alcance dos efeitos despoletados pelos cenários sensoriais, havendo assuntos que têm alcances pandóricos, pela magia de espectros insondáveis no coração de cada um.

O tema desta colecção é um deles, porquanto é, não só possuidor de alcance para além do quadrante religioso cristão, como também atravessa qualquer fronteira cultural ou linguística e atinge um cariz ecuménico assegurado. A ponto de parecer que, por magia, cada um projecta algo de si e do seu ideal, na singeleza emblemática destas imagens.

Talvez, por isso, a abordagem filosófica se deixe seduzir menos por uma atenção centrada em pormenores dos quase mil objectos, do que pela perspectiva global que emana do conjunto.

Em particular, o grande interesse da colecção advém da sua capacidade de actualização conjuntural, isto é, de integrar, e de dar a ver, uma globalidade, com volumetrias e indicadores culturais distintos, com gostos, estéticas e estilos diferenciados. E mais ainda, na presente ocorrência, a capacidade para estimular leituras, interpretações e devaneios, sonhos, emoções e afectos. Os quais actuam de tal modo que chegam a fazer superar o critério predominantemente estético, do bom ao mau gosto do objecto, ao avançar para perspectivas mais panorâmicas

Com um grande campo de possibilidades, passam por elas, sem dúvida, uma das formas de entender a questão do alcance da universalidade, neste particular. Enquanto grupo e enquanto associada a determinados grupos, a colecção compila uma relação peculiar entre o todo e a parte.

Contudo, se qualquer colecção comporta um mundo.

Nem toda a colecção comporta o mundo.

Acontece, todavia, que a reunião destes presépios procura ter uma representatividade mundial, pela quantidade e pela qualidade. Assim sendo, parece oportuno aproveitar o ensejo para aflorar mais um aspecto da dualidade colecção – mundo, subordinante maior do discurso remanescendo ao longo do livro.

Mesmo quando as primeiras impressões evidenciam marcas distintivas distribuídas pelo globo – a Nossa Senhora madeirense, o São José mediterrânico, o recém-nascido peruano, o pastor alentejano, o rei mago hindu; o espigueiro minhoto, a palhota africana, a casa andina, a palmeira nordestina – será que o segundo termo ultrapassa a superfície de um planeta ou os limites de uma extensão geográfica?

A pergunta merece um desdobramento prismático, onde a reflexão sirva para adensar as formas, as tonalidades e as imagens, de molde a sugerir que o "mundo" aqui presente é maior que o mundo…

… pois é recolha de significantes culturais, tradições artísticas, arquitecturas rudimentares, produtos naturais, paletas de cores, paisagens imaginárias, sentimentos primitivos, afectos retardados, esperanças guardadas, com muito sonho de criança à mistura.

O "mundo" aqui presente é também maior que o mundo…

… porque o símbolo se mescla com a narrativa histórica. E o imaginário compõe os sentires, do agrado ao desagrado, da alegria à dor, com recordações várias e umas tantas prendas ou perdas natalícias.

O "mundo" aqui presente é ainda maior que o mundo…

… porque os estilos e as épocas também têm variado recentemente: o presépio dominador num Natal católico, centro único de miragem na maioria das casas, durante o mês de Dezembro; depois, o presépio a par do Pai Natal e da Árvore de Natal; agora, o presépio desaparecendo numa triste magia de materialismos e de consumismos.

O "mundo" aqui presente é conclusivamente maior que o mundo…

porque a ligação familiar – Nossa Senhora, São José, Menino – evoca sensações primitivas que cada um foi vivendo, no coração, como filho(a), mãe ou pai; sensações radicalizadas, do melhor ao pior, com tabus e estigmas, servindo de esquema paradigmático para as restantes sociabilidades.

Se a acção deste viajar é uma "Volta ao Mundo", por onde mais ela passará, quando a "Volta" for conclusivamente maior que o "Mundo", bem dentro de si?

A cultura católica colocou no Presépio uma imagética com um sem número de sentidos e um sem número de ternuras. O paradigma é semita e pastoril.

Com um imenso despojamento. Maior ainda, se for presente que envolve o nascimento do Filho de Deus. Mas logo em seguida, lá vêm os Reis. Com Ouro, Incenso e Mirra também.

Dizem que a primeira figuração terá acontecido com S. Francisco de Assis, o da "Irmã Lua" e do "Irmão Sol". Dizem que Giotto o singularizou com um brilho especial: o Cometa Halley que passou na altura.

Colocado à entrada da casa do pobre como na do rico, rodeado de frutas tropicais lá pelos brasis ou paredes-meias com a lareira transmontana.

Tendo-se-lhe acrescentado, depois, o Pai Natal e a Árvore de Natal, com muitos presentes supérfluos

Que estragam um pouco tido ele está ali, todos os anos, como Sinal para a criança em cada um.

"Vinde pastores. Vinde. Vinde a Belém.
Vinde ver o Deus Menino ao colo de Sua Mãe".

Assim dizia a Novena do Menino Jesus, com início a 16 de Dezembro de cada ano, que eu e meus irmãos rezávamos (por vezes enfadados pela "cantilena"), com a nossa Mãe. Até que, um dia, com a idade da razão, o meu irmão descobriu que a letra não condizia com a expectativa do gesto.

Nunca mais foi igual…

Material educativo na Escola Primária de Casa Branca

Fazer a história da escola primária em Casa Branca.
Projecto de inventário e musealização, Montemor-o-Novo

Inventário da colecção de materiais educativos da escola
primária de casa branca realizado entre 1999 e 2001

Inventariação e tratamento museográfico da Escola EB 1 de Casa Branca

Entroncamentos de minas caminhos de ferro e escola

Coloridos de infância: fragmentos vividos
na escola primária de Casa Branca

Restos de colecção, promoções no tempo e saldos pela história

FAZER A HISTÓRIA DA ESCOLA PRIMÁRIA EM CASA BRANCA. PROJECTO DE INVENTÁRIO E MUSEALIZAÇÃO, MONTEMOR-O-NOVO*

*Catarina Oliveira*** e Elisabete Alves****

RESUMO

Testemunhos do quotidiano da escola, conteúdos de ensino, memórias da infância têm servido de base, nas últimas décadas, à construção de discursos, na história e na museologia, sobre as práticas e representações da instrução em Portugal. A criação recente de núcleos museológicos a funcionarem nas próprias escolas, apoiando-se em dinâmicas locais, tem vindo a responder a esta necessidade de recuperação e valorização do património educativo português: a cultura material (edifícios, objectos escolares, manuais, jogos, brinquedos, instrumentos de trabalho de professores e alunos) e as memórias associadas à escola. Mas para estudar e valorizar este património é necessário travar a sua crescente degradação, relacionada com a deficiência das condições de conservação, perda de objectos e equipamentos, destruição de inúmera documentação. Até 1998 amontoavam-se em armários dos antigos vestíbulos da Escola Primária de Casa Branca maços de documentação escolar, manuais, mapas, painéis históricos, unidades e instrumentos de medida, figuras geométricas, globo terrestre, projector de lanterna com diapositivos de vidro, animais em éter, alfabetos em madeira. Alguns dos materiais foram desaparecendo, outros deterioram-se com o passar dos anos... A professores e crianças a situação entristecia. Dentro daqueles armários, cobertos de pó estavam papeis e objectos que contavam a história daquela e de outras escolas durante o séc. XX e que despertavam memórias sobre os antigos alunos e

---

* Comunicação "Fazer a história da escola primária em Casa Branca. Projecto de inventário e musealização" apresentada no Encontro de Museologia da Infância e Educação, Santarém, E.S.E.S., 21 e 22 de Abril 1999.

** Mestrado em História Regional e Local. Técnica Superior de Património Cultural da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Coordenadora do projecto de Casa Branca. Presidente da Associação de Desenvolvimento Local com sede em Montemor-o-Novo. *E-mail:* pcultural@cm-montemornovo.pt

*** Licenciatura em História. Professora de História do Ensino Básico e Secundário. Estagiária na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e responsável pelo inventário da colecção de Casa Branca (1999-2001).

professores, os livros que manuseavam, os instrumentos com que aprendiam as diversas matérias... Proteger os objectos, avivar memórias e criar um pequeno museu era o desejo da comunidade. Inventariar e estudar as colecções de materiais educativos e a documentação foram o primeiro passo para o concretizar.
Palavras-chave: museologia; educação; cultura material.

WRITING THE HISTORY OF THE PRIMARY SCHOOL IN CASA BRANCA. INVENTORY AND MUSEUM PROJECT, MONTEMOR-O-NOVO

Testimonies of everyday life at the school, teaching contents, memories of childhood have been used, in the last few decades, as a base to construct discourses in history and in museology, on the practices and representations of teaching in Portugal. The recent creation of museological centers working at the schools themselves, supported by local dynamics, has provided a response to this need to recover and value the Portuguese educational heritage: the material culture (buildings, school objects, textbooks, games, playthings, teacher and student work instruments) and the memories associated with the school. But in order to study and value this heritage, it is necessary to fight its growing degradation related to the deficient state of conservation, loss of objects and equipments, destruction of many documents. Up to 1998 several cupboards of the old entrance halls of the Primary School of Casa Branca held heaped school documents, textbooks, maps, historical panels, measuring units and instruments, geometrical figures, a terrestrial globe, slide lantern with glass slides, animals in ether, wooden alphabets. Some of the materials gradually disappeared and others deteriorated as years went by. Teachers and children were saddened by the situation. In those cupboards, covered in dust, were papers and objects that told the story of that and other schools during the 20th century and aroused memories about the former students and teachers, the books they handled, the instruments with which they learned the different subjects… The first step to do so was to make an inventory and study the collections of educational materials and documentation.
Key words: museology; education; material culture.

Nos anos lectivos de 1998-1999 e 1999-2000, a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo propôs às escolas o Projecto Educativo com o tema "A Escola Protege o Património".

ORIGENS DO PROJECTO

Ao propor um projecto na área do património cultural – já trabalhada em anos anteriores ainda de forma pouco sistemática – pretendeu-se encetar um conjunto de actividades com a comunidade educativa na área da educação patrimonial que com acompanhamento de técnicos e materiais pedagógicos estimulassem um trabalho aliciante e rigoroso.

Tendo por base a identificação dos elementos do património cultural mais representativos e a necessitarem de protecção na sua área de influência, cada escola definiu uma temática a desenvolver. A Escola do 1º ciclo de Casa Branca, que já há algum tempo reconhecia a necessidade de preservar e valorizar o património que a escola representa e encerra em termos de materiais educativos antigos no seu interior, propôs-se trabalhar o "Património Escolar".

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a EB1 de Casa Branca deram, assim, em Dezembro de 1998 início ao Projecto de Inventário da Colecção da Escola Primária de Casa Branca e Criação de um Núcleo Museológico sobre a Escola Antiga com objectivos de protecção e valorização do seu património educativo (edifício, materiais educativos e memórias); divulgação desse património através da realização de um núcleo museológico sobre a escola antiga, especialmente direccionado para a comunidade escolar; e participação, à escala nacional, na investigação que se começa actualmente a desenvolver sobre a história da infância, história das escolas e do ensino, história dos materiais educativos tradicionais e história das atitudes e representações sociais da educação, e musealização de materiais e edifícios escolares

A ESCOLA

A escola primária localiza-se na aldeia de Casa Branca (aglomerado populacional de pequena dimensão, com um efectivo populacional aproximado de 300 habitantes), na freguesia de Santiago do Escoural, concelho de Montemor-o-Novo. O edifício junto à linha férrea sobressai pelas suas dimensões, tipo de arquitectura e antiguidade.

É uma Escola Tipo – Adães de Bermudes cujo projecto datado de 1899 foi vencedor do primeiro concurso público no "Programa para a elaboração de projectos de edifícios destinados a escolas de instrução primária", medalha de ouro da secção de arquitectura escolar na Exposição Universal de Paris. Eram "escolas simples, mas que traduziam as necessidades da época quanto à pedagogia e higiene e que reflectiam alguns ideais republicanos. Nos vários tipos de edifícios, as salas de aula são térreas, abrindo três grandes janelas para a fachada principal,

assegurando boa entrada de luz natural e arejamento suficiente; os sanitários articulam bem com a aula, sendo possível o acesso circulando pelo recreio coberto. O vestíbulo (que nalguns casos veio a ser adaptado e a ter utilização diferente) permitia que se organizasse uma zona para cuidados de higiene dos alunos. A casa do professor desenvolvia-se em dois pisos e sótão e localizava-se sempre com entrada e janelas sobre a fachada principal. No caso das escolas com duas salas, a habitação ocupava a parte central do conjunto." (Ministério da Educação, 1990, p. 77). Na frente da escola existiam dois pátios destinados ao recreio das crianças. Nas traseiras outros dois pátios calcetados davam para as hortas e quintal com árvores de fruto.

A escola encontra-se desde a origem ligada à Estação de Caminhos de Ferro situada a cerca de 100 metros. Com abertura em Outubro de 1097, a então "Escola Official Maria Amélia", foi mandada construir pelos Caminhos de Ferro do Estado, com o objectivo principal de instruir filhos de funcionários da C.P. Efectivamente pela consulta de alguns dos Livros de Matrícula que ainda se conservam, a maior parte dos alunos eram filhos de ferroviários e de trabalhadores rurais.

Algures entre as décadas de 20 e 30 a escola passa a designar-se "Escola Almirante Reis, Estação de Casa Branca" (existe um hiato na documentação relativa a esse período) e em 1949/50 é convertida em escola mista. Até à década de 80 são trocados ofícios entre os professores da escola e serviços dos Caminhos de Ferro com pedidos de material escolar, obras de conservação do edifício e despesas de expediente. Actualmente, a EB1 de Casa Branca continua a ser propriedade particular da C.P., e funciona na ala do edifício que antigamente se destinava ao sexo feminino.

O INVENTÁRIO

O espólio de materiais educativos abrange um universo de 280 peças, aproximadamente, num estado de conservação satisfatório, à excepção dos mapas e painéis históricos que, pela natureza do material e condições de arrumação se encontram bastante deteriorados. Os materiais, de épocas distintas, acompanham a história da escola e testemunham a sucessão de correntes pedagógicas ao longo do século XX.

Ainda que existam livros de inventário de épocas várias e chapas metálicas numeradas a identificar parte do material escolar, tornou-se necessário encetar um trabalho de inventário em novos moldes com vista à futura musealização do espólio.

Em primeiro lugar, definiram-se critérios e uma forma de organização das peças por conjuntos, elaborando-se para o efeito um esquema classificatório.

O critério organizador adoptado foi o da função, e as peças foram ordenadas por lotes com características semelhantes, de modo a formarem ora conjuntos, ora peças individualizadas. Foram definidas cinco categorias de peças agrupadas pela mesma natureza funcional: Recursos didácticos; Mobiliário; Recursos de apoio; Recursos lúdicos; Documentação.

ESQUEMA CLASSIFICATÓRIO DOS MATERIAIS EDUCATIVOS

1. Recursos Didácticos
1.1. Medidas
1.1.1. Capacidade (unidades de capacidade para sólidos; unidades de capacidade para líquidos; unidade de capacidade para lenha)
1.1.2. Distância
1.1.3. Peso (unidades de peso; balança)
1.1.4. Meteorologia (termómetro; barómetro)
1.1.5. Tempo (relógio)
1.2. Recursos de representação
1.2.1. Geografia (mapa; globo)
1.2.2. História (mapas parietais)
1.2.3. Corpo Humano
1.2.4. Pesos/Medidas
1.2.5. Sinais de Trânsito
1.3. Geometria
1.3.1. Sólidos
1.3.2. Formas Geométricas
1.3.3. Desenho (régua; esquadro; transferidor; compasso)
1.4. Ciências Naturais
1.4.1. Frascos de Amostras
1.4.1.1. Minerais
1.4.1.2. Vegetais
1.4.1.3. Animais
1.5. Trabalhos Manuais
1.5.1. Instrumentos de carpintaria
1.5.2. Instrumentos de serralharia
1.5.3. Instrumentos de construção civil
1.6. Aritmética (tabela aritmética)
1.7. Língua Portuguesa (alfabeto)
1.8. Audiovisual
1.8.1. Som (rádio)

1.8.2. Imagem (lanterna mágica; daguerrótipos)
2. Mobiliário
2.1. Utilitário (cadeira; secretária; estante; quadro; caixa métrica)
2.2. Decorativo
2.2.1. Retrato (Salazar; Carmona)
2.2.2. Crucifixo
3. Recursos de Apoio (carimbo; campainha; tintureiro; caneta; suporte para canetas)
4. Recursos lúdicos (pião)
5. Documentação
5.1. Documentação manuscrita
5.2. Documentação impressa

Paralelamente à definição da estrutura de classificação foi elaborada uma ficha de inventário para registo da informação referente a cada objecto. O trabalho de inventário, propriamente dito, organizou-se em diversas etapas: a limpeza dos objectos, o registo fotográfico, a sua organização com base no esquema classificatório, a atribuição a cada peça de número de identificação assinalado numa etiqueta colocada no objecto e o preenchimento das fichas de inventário, onde constam informações referentes a cada peça/conjunto de peças: identificação, designação, função, proprietário, estado de conservação, intervenção e restauro; medidas; material; descrição; historial; bibliografia; observações. Foram inventariadas 140 peças (individuais e conjuntos) aproximadamente.

Para a documentação escolar seguiu-se um procedimento paralelo mas distinto. Para a documentação impressa (manuais, dicionários, livros diversos), foi definida e preenchida uma ficha de inventário própria. Para a documentação manuscrita definiu-se em colaboração com o Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, uma grelha classificatória que serviu de base à organização do arquivo, com os seguintes itens: Legislação; Inventários; Recenseamento das crianças em idade escolar; Matrículas; Frequência; Alunos propostos a exame; Aproveitamento dos alunos; Actas; Correspondência recebida; Correspondência enviada; Contabilidade; Mapas de leite; Livros de ponto; Seguro escolar; Inspecção; Diversos.

MEMÓRIAS E DEPOIMENTOS ORAIS

Para construir um discurso museológico que dê sentido à escola, aos materiais educativos antigos que se conservam no seu interior, foi necessário ouvir os professores e alunos que ao longo dos anos ocuparam e utilizaram

aquele espaço. Relacionando o discurso dos objectos e o discurso oral, procurar-se-á fazer a história da instituição.

Nesta fase trabalhou-se essencialmente com métodos e técnicas qualitativos da antropologia e da história oral, mais adequados à compreensão da forma como os sujeitos falam, dão sentido e valor à escola e dos significados que nela projectam, assim como da lógica sócio-cultural que sustenta a produção destes discursos.

Com esse objectivo foram definidos guiões de entrevista a professores do 1º Ciclo do Ensino Básico e a antigos alunos da escola.[1] Relativamente ao primeiro, constam os seguintes elementos: indicadores de carácter pessoal, académico e profissional; questões de ordem organizacional/burocrática; questões de ordem organizacional/pedagógica; relatos de experiências e episódios da vida escolar; referências às origens e história da Escola EB1 de Casa Branca. Relativamente ao segundo, a entrevista orienta-se em função das seguintes questões: dados pessoais; espaço escolar; ritmo escolar; alegrias e tristezas na escola; estudo; materiais escolares; o professor; visitas e actividades importantes; tradições orais; leitura; trabalho; a escola de Casa Branca.

Com base na consulta da documentação da escola e no contacto com a comunidade da aldeia de Casa Branca, foram identificados potenciais informantes, com os quais se realizaram entrevistas para recolha de histórias de vida e memórias sobre a infância e educação.

Até ao momento realizaram-se entrevistas a quatro professores que leccionaram na Escola de Casa Branca, actualmente com idades compreendidas entre os 60 e os 70 anos, a um inspector e a quatro antigos alunos. Com os materiais recolhidos procurar-se-á reconstruir aspectos do quotidiano escolar e conhecer representações da escola e da educação.

DEFINIÇÃO DE UM PROGRAMA PARA A MUSEALIZAÇÃO DO ACERVO

Terminado o trabalho de inventário das colecções, será necessário dotar a escola de condições para a conservação e apresentação das peças conferindo-lhes um sentido cultural e educativo. Acções de conservação e restauro do espólio, arranjos no edifício e adaptação de espaços, são necessidades prévias à constituição e montagem de núcleo museológico na escola.

[1] Na definição de fichas e guiões para registo de memórias sobre a educação e infância foram de grande utilidade documentos facultados por investigadores e instituições com trabalho na área, pertencentes à Rede de Investigadores de História e Museologia da Infância e Educação (RIHMIE).

A dinamização de um núcleo museológico no seu contexto físico e institucional terá vantagens por recriar ambiências e contextualizar relações que são mais perceptíveis e didácticas no seu ambiente, assegurando uma maior facilidade de leitura e a adesão da comunidade.

Os materiais deverão ser tratados de forma apelativa e didáctica, associando-lhes discursos em torno das memórias de alunos e professores, e aspectos da história do ensino e da educação, nomeadamente, relações com as ideologias dominantes, correntes pedagógicas, conteúdos programáticos e materiais educativos utilizados.

Se o inventário, estudo e conservação das colecções são actividades basilares na construção de um museu, são também essenciais as componentes de divulgação, animação e envolvimento da comunidade. Será, assim, necessário, definir um programa museológico que, para além das fases de inventário e estudo, contemple as seguintes etapas:

– Recuperação do edifício escolar
– Adaptação de espaço para "reservas"
– Adaptação de espaço para instalação do núcleo museológico
– Conservação e restauro do espólio
– Definição de um discurso museológico/componente interpretativa em torno dos objectos, sobre a história da Escola de Casa Branca, história do ensino e memórias de professores e alunos
– Criação do núcleo museológico
– Divulgação do projecto

Definição de um programa de animação do espaço especialmente direccionado para a comunidade educativa

BIBLIOGRAFIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Muitos anos de escolas*, *Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. v.1. Lisboa: Ministério da Educação, Direcção-Geral da Administração Escolar, 1990.

NÓVOA, António. (coord.). *Instituto Histórico da Educação*. Lisboa: Ministério da Educação, 1998.

VIDIGAL, Luís. *Os Testemunhos Orais na Escola. História Oral e Projectos Pedagógicos*. Porto: Asa, 1996.

INVENTÁRIO DA COLECÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS DA ESCOLA PRIMÁRIA DE CASA BRANCA REALIZADO ENTRE 1999 E 2001*

*Catarina Oliveira*** e Elisabete Alves****

RESUMO

Inventariar corresponde a uma actividade com história, porquanto a tarefa emergiu com as primeiras nomenclaturas e as tendências classificatórias respectivas. Datam, a partir de então, as primeiras listagens e os primeiros catálogos, anotando e referenciando a entrada e o estado das peças. Tomando frequentemente a forma de caderno, a estrutura do manuscrito revela o desejo de implementar a capacidade racional, através de uma sistemática que se revele adequada e útil, em termos da gestão do conhecimento e do património. E foi, também logo ali, que os registos se impuseram como uma técnica necessária à sobrevivência articulada e à manutenção cuidada das colecções. Ao organizar grupos de objectos, qualquer inventário possibilita uma visão mais estruturada do conjunto, ao mesmo tempo que dá a perceber as densidades de cada agrupamento. Anote-se ainda quanto se lhes deve a possibilidade de uma rápida visão do todo, no acto de identificação, de compra ou de troca das partes. Por tudo isso, passaram a fazer parte integrante de qualquer forma de propriedade ligada ao coleccionismo. Além disso, pode dizer-se, finalmente, que têm facultado, não raras vezes, a reconstituição de uma informação mais concreta e mais completa sobre os espólios desaparecidos ou mutilados. Para visualizar as fichas, favor consultar o CD-Rom anexo a esta revista.
Palavras-chave: colecionismo; educação; patrimônio cultural.

---

* Património Cultural/D.S.C. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

** Mestrado em História Regional e Local. Técnica Superior de Património Cultural da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Coordenadora do projecto de Casa Branca. Presidente da Associação de Desenvolvimento Local com sede em Montemor-o-Novo. *E-mail:* pcultural@cm-montemornovo.pt

*** Licenciatura em História. Professora de História do Ensino Básico e Secundário. Estagiária na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e responsável pelo inventário da colecção de Casa Branca (1999-2001).

INVENTORY OF THE COLLECTION OF EDUCATIONAL MATERIALS AT THE PRIMARY SCHOOL OF CASA BRANCA PERFORMED BETWEEN 1999 AND 2001[1]

To perform an inventory corresponds to an activity with history, because the task emerged with the first nomenclatures and respective classification tendencies. The first listings and catalogues, note-taking and referencing the entry and state of the pieces occurred at that time. Often in the form of a copybook, the structure of the manuscript reveals the wish to implement the rational capacity, through a system that proves adequate and useful, in terms of managing the knowledge and property. And it was also right there that the records were found necessary as a technique for the articulated survival and careful maintenance of the collections. On organizing groups of objects, any inventory allows a more structure view of the whole, at the same time as it shows the densities of each grouping. It should also be noted how much is owed to them for the possibility of a quick overview of the whole, during identification, purchase or exchange between parties. For all these reasons, they became a full part of any form of heritage connected to collectionism. Furthermore, one can finally say that often it has been possible, through them, to reconstitute more concrete and more complete information about the.missing or mutilated assets.
Key words: collectionism; education; cultural heritage.

[1] Cultural Heritage/D.S.C. Municipal Council of Montemor-o-Novo.

INVENTARIAÇÃO E TRATAMENTO MUSEOGRÁFICO DA ESCOLA EB 1 DE CASA BRANCA

Catarina Oliveira[*] e Elisabete Alves[**]

RESUMO

A selecção das fichas foi feita através de um critério preciso, um exemplar por cada grupo do inventário. A ideia de as divulgar equivale ao desejo de dar a entrever, a quem está menos familiarizado, aquilo que caracteriza, e como processa, uma das fases preliminares da metodologia expositiva – museográfica. Sequente à colecta ou à aquisição, esta actividade envolve o recurso a fontes com tipologias diversificadas, pois necessita de fazer valer dados informativos múltiplos, no sentido de uma melhor proximidade com cada caso singular. É neste sentido que o esforço envolvido na construção de uma ficha exige o recurso a consultas bibliográficas e iconográficas aturadas, com destaque para a investigação e o método comparativos. Munidos destes requisitos, a consulta permite localizar os itens estipulados para a identificação, através de preenchimentos e de lacunas. Com os conhecimentos e as ignorâncias respectivas, naturalmente. De facto, já pelo olhar imediato, é possível alcançar quanto a peça tem uma identidade bem delimitada, ou corresponde a uma individualidade, quase ou muito desconhecida. Tal como num bilhete de identidade, cada objecto pressupõe mais do que o nome, precisando de outros elementos que sirvam a sua especificidade. Casos havendo onde convém, até, conseguir uma arqueologia, que o situe no local de origem, com estratos e proximidades espaciais. Ou ir ainda mais longe e outorgar-lhe uma rede genealógica com paternidades, familiares e parentes. Para visualizar as fichas, favor consultar o CD-Rom anexo a esta revista.

Palavras-chave: museologia; educação; consulta.

[*] Mestrado em História Regional e Local. Técnica Superior de Património Cultural da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Coordenadora do projecto de Casa Branca. Presidente da Associação de Desenvolvimento Local com sede em Montemor-o-Novo. E-mail: pcultural@cm-montemornovo.pt

[**] Licenciatura em História. Professora de História do Ensino Básico e Secundário. Estagiária na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e responsável pelo inventário da colecção de Casa Branca (1999-2001).

INVENTORY AND MUSEOGRAPHIC TREATMENT OF THE EB1 SCHOOL OF CASA BRANCA

The selection of the forms was done using a precise criterion, one for each group of the inventory. The idea of disseminating them is the equivalent of the wish of rendering visible, to those who are less familiar with them, what characterizes and how one processes, one of the preliminary phases of the expositive methodology – museography. After collection or acquisition, this activity involves using sources with different typologies, since it is necessary to apply multiple informative data, to achieve greater proximity to each case. It is in this sense that the effort involved in constructing a form requires consulting detailed bibliography and iconography, highlighting investigation and the comparative method. Equipped with these pre-conditions, consultation allows one to locate the items stipulated for the identification, through filling out and gaps, with the respective knowledges and ignorances, of course. In fact, already at a first look it is possible to find to what extent the piece has a well-delimited identity, or corresponds to an almost or completely unknown individuality. Just as in an identity card, each object assumes more than a name, and needs other elements that will serve its specificity. If there are appropriate cases, it might even be useful to obtain an archaeology that will locate it at the site of origin, with strata and spatial proximities. Or else to go even further and give it a genealogical network with paternities and relatives. To see the forms, please, consult the CD-Rom enclosed.
Key words: museology; education; consultation.

ENTRONCAMENTOS DE MINAS CAMINHOS DE FERRO E ESCOLA

Catarina Oliveira*

> *"Todas as colecções estudadas cumprem uma mesma função, a de permitir aos objectos que as compõem desempenhar o papel de intermediários entre os espectadores, quaisquer que eles sejam, e os habitantes de um mundo ao qual eles são exteriores."*
>
> POMIAN, 1984, p. 67

RESUMO

No interior dos armários dos antigos vestíbulos da Escola Primária de Casa Branca acumulam-se maços de documentação escolar, manuais, mapas, painéis históricos, unidades e instrumentos de medida, figuras geométricas, globo terrestre, projector de lanterna com diapositivos de vidro, animais em éter, alfabetos em madeira… Uma colecção de restos, de objectos e de vivências, com ligações ao universo da escola, dos caminhos-de-ferro e da exploração mineira na zona, com quase um século de vida. Numa região de características marcadamente rurais, com uma população ligada à agricultura, a instalação do caminho-de-ferro a par da exploração mineira intensa na Serra do Monfurado, entre os finais do séc. XIX e inícios do XX, foi acompanhada pelo emergir de novas configurações no tecido social e na paisagem. O comboio, associado às minas de ferro nas mãos de companhias inglesas, antecipam na localidade de Casa Branca (Freguesia de Santiago do Escoural do Concelho de Montemor-o-Novo), no Alentejo, uma aproximação no plano físico e simbólico, aos ideais de progresso e educação que marcam o período da regeneração e a emergência dos valores republicanos, como evidenciam as preocupações que fundamentam a criação da escola de Casa Branca nos alvores do séc. XX. Nascida no entroncamento de minas e caminhos-de-ferro, é a primeira escola da Caixa

* Mestrado em História Regional e Local. Técnica Superior de Património Cultural da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Coordenadora do projecto de Casa Branca. Presidente da Associação de Desenvolvimento Local com sede em Montemor-o-Novo. *E-mail:* pcultural@cm-montemornovo.pt

de Aposentações e Socorros dos Caminhos-de-ferro do Estado, criada pelo Decreto do Governo n.260, de 17 de Novembro de 1902 “por forma que o seu beneficio influxo se estenda não só ao pessoal ferro-viario, mas ainda a todos os que, nas immediações do local onde é instituída, permanecem nas trevas da ignorância” porque “O que importa quanto antes é arrancar á ignorância o bando infantil que ali demora, pondo termo ás angustias dos empregados que a disciplina retem num local em que se vêem privados de meios de ministrar instrucção aos seus filhos ou de a adquirirem os que não lograram recebê-la na infância.”
Palavras-chave: escola; estrada de ferro; patrimônio cultural.

MINING AND RAILROAD JUNCTIONS AND THE SCHOOL

Inside the cupboards of the old entrance halls of Casa Branca Primary School there is an accumulation of packages of school documents, textbooks, maps, historical panels, measuring units and instruments, geometrical figures, terrestrial globe, slide lantern with glass slides, animals in ether, wooden alphabets... A collection of remains, objects and experiences, with connections to the universe of the school, the railroads and mining in the zone, almost one century old. In a region with markedly rural characteristics, and a population connected to agriculture, the inauguration of the railroad together with intense mining in the Monfurado Mountains between the end of the 19th century and the beginning of the 20th was accompanied by the emergence of new configurations in the social tissue and the landscape. The train, associated with the iron ore mines in the hands of English companies, anticipated, in the township of Casa Branca (Freguesia de Santiago do Escoural belonging to the Concelho of Montemor-o-Novo), in the Alentejo, an approach on the physical and symbolic plane to the ideals of progress and education that mark the period of regeneration and the rise of republican values, as shown by the concerns that led to establishing the school of Casa Branco in the early days of the 20th century. Placed at the junctions of the mines and railroads, it is the first school of the Railroad Social Security Association (Caixa de Aposentações e Socorros dos Caminhos-de-ferro do Estado) established by Government Decree n.260, 17th November, 1902 “so that its inflowing benefits will be extended not only to the railroad staff but also to all those who, near the place where it is instituted, still live in dark ignorance” because “What matters is that the children who live there should be torn from ignorance, ending the anguish of the employees whom discipline keeps in a place where they are deprived of the means to provide instruction

to their children, or of acquiring instruction if they did not manage to get it when they were children. “

Key words: school; railroad; cultural heritage.

Em 1854 foi publicada a primeira lei para a ligação do Barreiro com Setúbal, Évora e Beja. Em 1863 abriu à circulação o troço de caminho-de-ferro entre Vendas Novas e Évora e em 1864 entre Casa Branca e Beja.

CAMINHOS-DE-FERRO E EXPLORAÇÃO MINEIRA

A chegada do comboio trouxe novas dinâmicas à região, ao revolucionar os meios de transporte da época, fixar populações próximo das estações, criar bairros, escolas e outras estruturas que se prendiam com a satisfação das necessidades dos funcionários, suas famílias e dos passageiros. A linha do sul foi, logo no início da sua instalação, um importante meio de escoamento do minério da serra do Monfurado e de Santa Susana, assim como mais tarde, durante as grandes campanhas do trigo, o foi para o cereal.

Efectivamente, poucos anos depois em 1867, era concessionada a primeira exploração de minério – a mina da Serra dos Monges – na Serra do Monfurado. Seguiram-se-lhe as minas da Defesa, da Sala, e da Nogueirinha e Serrinha em 1873. No mesmo ano eram concessionadas igualmente as minas das Ferrarias (Herdade da Gamela), do Castelo e de Vale de Arca. Seguiram-se-lhe, em 1903, as do Carvalhal e Casas Novas, e em 1904 a ultima das concessões na região, a mina da Serra dos Monges nº2.

Há cem anos a paisagem física e social na Serra do Monfurado (Montemor-o-Novo) – na área compreendida entre S. Mateus e S. Brissos – diferenciava-se dos traços de ruralidade até aí dominantes: dez unidades de extracção mineira em funcionamento, cortas a céu aberto, galerias, vagões para o transporte do minério, rede ferroviária de acesso, centenas de pessoas, novos profissionais ligados à exploração mineira e caminhos-de-ferro, habitações para os operários, ….

Testemunhos arqueológicos e escoriais (resultantes da fundição) concentrados em determinadas zonas, atestam a exploração do ferro nas múltiplas cavidades que estão na origem do topónimo Monfurado (*Monte Furado*)[1] em épocas muito anteriores ao século XIX, nomeadamente no período

---

[1] O topónimo Monfurado (Monte Furado) terá origem nas inúmeras covas aí existentes – cavidades resultantes da exploração mineira que recua à época romana e determinou a criação

romano, facto confirmado pelas ânforas e lucerna do séc. I d.C. encontradas na mina dos Monges.

Porém, em meados de oitocentos e inícios do séc. XX, a exploração mineira na faixa mineralizada que compreende as minas das Ferrarias até à Nogueirinha na área de S. Mateus, Escoural e S. Brissos, assumiu proporções e intensidade até aí desconhecidas. Como afirma Paulo Guimarães (1986, p.115):

> O Alentejo participou activamente no processo de desenvolvimento mineiro desencadeado durante a regeneração. De facto, durante as décadas de 1860 e 1870 verificou-se uma autêntica febre mineira no sul, suscitada pela chegada do caminho-de-ferro, pela procura externa e pelo clima de optimismo alimentado pelo sucesso de alguns empreendimentos. Até finais de 1882, das 348 concessões atribuídas a particulares pelo governo ao abrigo da legislação fontista de 1852 e 1853, mais de 200 recaíram sobre a região transtagana.

A existência de jazigos aflorantes com altos teores de minério, a proximidade do Caminho-de-ferro do Sul e Sueste com as Estações do Escoural e Casa Branca permitindo o rápido escoamento do minério e a mão-de-obra barata estiveram na origem da proliferação destas pequenas unidades extractivas cujo desenvolvimento se baseou na esporádica alta do preço do minério na praça de Londres, extraído e exportado a custos reduzidos. A maior parte das minas no Monfurado, à semelhança de outras no Alentejo foi explorada por companhias inglesas – com melhor capacidade de execução e gestão do que as companhias nacionais – num contexto de escassez de minério de ferro nas minas de Inglaterra, acentuado por greves sucessivas dos mineiros exigindo menos horas de trabalho e melhores salários.

A viragem do século trouxe ao Alentejo uma paisagem mineira oitocentista que perdurou em Montemor-o-Novo, sensivelmente, até às primeiras décadas do séc. XX. Dimensão reduzida das explorações, grandes concentrações de gente, atracções tentaculares estendendo-se aos povoados vizinhos, tipologia habitacional, técnicas e gestos de trabalho, evidenciam uma sociedade pouco industrializada de matriz rural (vide Alves 2000, p.51).

---

de quase 4 km de galerias e respiradouros, a acrescentar às grutas naturais escavadas no calcário sob o efeito dissolvente a água. Elementos naturais que estimularam utilizações diversas ao longo dos tempos: utilitárias, como a exploração mineira de ferro ou abrigo de pessoas; religiosas quando transformadas em santuários e lugares de culto, como a gruta do Escoural e as covas na serra dos Monges, na origem do Mosteiro de Nossa Senhora do Castelo das Covas do Monfurado.

A implantação territorial das unidades extractivas foi acompanhada de uma grande mobilização de mão-de-obra. Em áreas onde predominava o proletariado rural sem habilitações, com trabalho sazonal, a simples existência de um salário fixo representava uma significativa melhoria no rendimento familiar.[2] No entanto, no Alentejo, nem sempre se encontrava mão-de-obra suficiente, disponível e especializada, sendo necessário recrutá-la noutras regiões. A maior parte das jazidas situadas em sítios ermos, obrigavam as companhias a criar as condições para a fixação da mão-de-obra através da construção de "quartéis" operários,[3] sendo a maior parte do pessoal constituído por comunidades de desenraizados alojados à boca da mina.

Coexistiram dois tipos de lavra nas minas do Monfurado: o desmonte do minério a céu aberto formando cortas e a lavra subterrânea através de poços e galerias com chaminés. Extraído o minério, era triado por homens e mulheres à mão ou com o auxílio de marretas nas frentes de desmonte ou já nos locais de embarque. Uma tecnologia rudimentar com limitações ao nível da extracção e aproveitamento do minério. O transporte era depois feito em vagões até ao ramal do caminho-de-ferro.

A mina dos Monges, durante os seus períodos de laboração, foi servida por um ramal de via reduzida, que entroncava na linha do sul ao km 81, com a extensão de 4,2 km. A mina da Nogueirinha foi igualmente servida por um ramal de via larga, que entroncava na linha do Sul ao km 91, Estação de Casa Branca. Ao contrário do que se verificava nas Minas dos Monges, eram as próprias locomotivas do Sul e Sueste que rebocavam os vagões até à mina, existindo ainda hoje a via, numa grande extensão. Era no cais da mina da Nogueirinha que convergiam os transportes de todas elas e ainda o *terminus* do ramal de caminho de ferro, servindo aquele cais também de depósito do minério proveniente das outras concessões. O minério tinha como destino o cais do Barreiro, onde embarcava para fora do país, em especial para Inglaterra.

A evolução dos preços nos mercados internacionais conjugada com a inexistência de um mercado interno, os elevados custos de transporte do minério para exportação,[4] a deficiente capacidade técnica e o esgotamento de jazidas,

---

[2] Embora um pouco mais elevados do que os dos trabalhadores rurais, os salários dos mineiros eram baixos e as condições de trabalho e de habitação nas proximidades da exploração precárias (como se pode ver na foto publicada que regista as habitações dos mineiros na Mina dos Monges).

[3] A tipologia das habitações reproduzia a hierarquia do pessoal. À medida que se descia na hierarquia social, diminuía o usufruto do espaço habitacional.

[4] Os preços a pagar ao caminho-de-ferro pelo transporte, aluguer de cais no porto do Barreiro, a baldeação sucessiva do minério, tornavam o processo lento e oneroso.

determinaram o abandono da maior parte das minas logo nas primeiras décadas do séc. XX. Realizaram-se a partir da década de 40 várias campanhas de reconhecimento e prospecção, da responsabilidade do Serviço de Fomento Mineiro, sem consequências na reactivação das unidades extractivas entretanto votadas ao abandono.[5]

Hoje dessa intensa actividade na região pouco resta. Alguns ecos na toponímia local (*Ferrarias*, *Escoural*[6]), vagas recordações na memória dos habitantes locais, vestígios da actividade mineira de então (galerias, poços, carris, casas) crescentemente encobertos pela densa vegetação da Serra.

CASA BRANCA – A ESTAÇÃO, A ALDEIA E A ESCOLA

Até 1863, data em que abre à circulação o troço de caminho de ferro entre Vendas Novas e Évora, Casa Branca designava a herdade onde veio a ser implantada a estação de caminho-de-ferro que se revelaria como um entroncamento de grande importância no sul do país. O núcleo genético da povoação remonta a esse período. Desde a origem ligada à Estação de Caminho de Ferro, constituiu-se então como aglomerado de residência de ferroviários, como o demonstram o traçado rectilíneo das ruas, paralelas à linha-férrea.

A construção e abertura da então “Escola Official Maria Amélia”,[7] mandada erigir pelos Caminhos-de-ferro Portugueses em 1902, integra-se neste contexto de crescimento populacional associado à instalação do caminho-de-ferro e à exploração mineira, como fica claro no Decreto do Governo n.260 de 17 de Novembro de 1902 que determina a sua criação.

[5] Em Montemor-o-Novo, a ausência de documentação sobre a actividade mineira, para além dos conhecidos relatórios de 1940 da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos (orientados para o conhecimento dos recursos geológicos e métodos e técnicas de prospecção e extracção), a par da inexistência de trabalhos de investigação sobre o tema, têm condenado ao esquecimento esta importante dimensão da história local, dificultando a compreensão do real impacto da actividade mineira na economia e sociedade da região.

[6] O topónimo Escoural parece derivar de escorial – terreno ou campo onde existem escórias de metais.

[7] “Permita Vossa Majestade, a cujo magnânimo e bondoso coração é de certo gratíssimo o espectáculo do bem realizado, que o seu Nome Augusto, symbolo do bem fazer, seja dado á primeira escola da caixa de aposentações, criada por forma que o seu beneficio influxo se estenda não só ao pessoal ferro-viario, mas ainda a todos os que, nas immediações do local onde é instituída, permanecem nas trevas da ignorância.”

Dignou-se Vossa Majestade, durante o curto período da sua regência em 1901, criar nos termos da lei de 14 de Julho de 1899 a Caixa de Aposentações e Soccorros dos Caminhos de Ferro do Estado, evocando á existência e fadando-o para bem tão benéfica instituição, a que foram attribuidos múltiplos fins de assistência e protecção ao pessoal ferro-viario e suas famílias.
Um dos meios previstos de tornar effectiva essa protecção é a da criação de escolas primarias para ensino dos empregados e operários, dos seus filhos, parentes e pupillos menores de ambos os sexos nas localidades em que faltarem os meios de instrucção.
Encontra-se nestas condições a estação de Casa Branca dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste. Longe de povoações, privada de recursos para a sua instrucção, residem ali e nas immediações sessenta crianças, sendo trinta e nove do sexo masculino e vinte e uma do feminino, das quaes trinta e cinco pertencem a famílias de empregados dos caminhos de ferro. Vae crescendo de importância e portanto em população aquella estação, onde em breve tempo terá de ser instituída uma officina de pequena reparação de material.
Não há nas linhas do Estado local em que mais necessário e urgente se torne a instituição de escolas.
Em vista, porem, da existência de numerosa população escolar estranha ao pessoal ferroviário, importa franquear-lhes o aproveitamento da instrucção que ali seja ministrada, cooperando a Direcção Geral da Instrucção Publica para a criação e sustentação da escola que a Caixa de Aposentações pretende instituir, nos termos do artigo 33.º do respectivo regulamento."
(…)
Attendendo ao que me representou o Ministro e Secretario de Estado dos Negócios das Obras Publicas, Comercio e Industria: hei por bem, em nome de El-Rei, decretar o seguinte:
Artigo 1.º É criada na estação de Casa Branca, dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, uma escola que se denominará Escola Maria Amélia, para instrucção dos empregados dos mesmos caminhos de ferro e dos seus filhos, parentes e pupillos menores.
§ Unico. Serão admittidos á frequência da escola as crianças e adultos residentes nas proximidades da estação, embora sejam estranhos ao serviço do caminho de ferro.
Art. 2.º Haverá na escola cursos diurnos com professores distinctos, para as crianças dos dois sexos, e um curso nocturno ou dominical para adultos do sexo masculino.
Art. 3.º O ensino abrangerá o primeiro e segundo grau da instrução primária, e será ministrado nos termos das leis e regulamentos em vigor.

Art. 4.º A escola será custeada e dirigida pela comissão administrativa da Caixa de Aposentações e Soccorros dos Caminhos de Ferro do Estado, nos termos dos artigos 33.º, 35.º e 37.º do regulamento respectivo, approvado por decreto de 31 de Janeiro de 1901, sob a inspecção das auctoridades escolares.
Art. 5.º A frequência da escola será gratuita e obrigatória, fornecendo-se gratuitamente livros e petrechos escolares aos alunos que não os puderem adquirir.
Art. 6.º Serão distribuídos annualmente prémios aos alumnos que mais se distinguirem pelo seu aproveitamento.
Art. 7.º Haverá junto da escola e a cargo do professor uma biblioteca para instrução e recreio do pessoal, nos termos do artigo 38.º do regulamento de 31 de Janeiro de 1901.
Art. 8.º É concedido á Caixa de Aposentações e Soccorros dos Caminhos de Ferro do Estado o subsidio de 200$000 reis annuaes para auxilio do custeio da escola, o qual será pago pelo fundo da instrucção primária, a cargo do qual ficará igualmente a construcção do edifício para funccionamento da escola e residência dos professores.
§ 1.º A construção será dirigida pela direcção technica respectiva, á qual prestará o necessário auxilio o pessoal do serviço de via e obras dos caminhos de ferro do Sul e Sueste.
§ 2.º O transporte no caminho de ferro e via fluvial do material e pessoal necessarios para a construcção será feito gratuitamente. Pela administração do caminho de ferro serão cedidos os materiaes usados que possam ser aproveitados na construção.
Art. 9º O mobilamento da escola constituirá encargo da administração dos caminhos de ferro do Estado.
Art.10.º Os professores serão requisitados pela administração dos caminhos de ferro do Estado á Direcção Geral de Instrucção Publica, sendo considerados para todos os effeitos professores officiaes e ficando sujeitos ás leis e regulamentos vigentes sobre o ensino primario.
O Conselheiro de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Reino, e o Ministro e Secretario de Estado dos Negócios das Obras Publicas, Commercio e Industria, assim o tenham entendido e façam execitar. Paço, em 13 de Novembro de 1902. = RAINHA REGENTE. = Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro = Manuel Francisco de Vargas.

A Escola de Casa Branca é uma Escola Tipo – Adães de Bermudes cujo projecto foi em 1898 vencedor do primeiro concurso público no "Programa para a elaboração de projectos de edifícios destinados a escolas de instrução

primária" e medalha de ouro da secção de arquitectura escolar na *Exposição Universal de Paris*. De facto, desde meados do sec. XIX que se vinham a projectar na sociedade portuguesa os ideais republicanos de educar para desenvolver, consubstanciados no projecto, a par de uma crescente preocupação com a falta de condições da maior parte dos edifícios escolares.

Num estudo de 1897 "A Escola Primária em Portugal", J. Simões Dias, nota que (Beja et al., 1990, p.74)

> Em Lisboa e no Porto, e porventura n'algum outros ponto que teve a fortuna de receber, do Conde de Ferreira, a esmola de uma casa para recolher creanças, não se imagina onde o professor tem de dar aula: na rua ou no quintal, já por mão lhe caberem os alumnos na pocilga que a autoridade lhe deu, já porque n'essa mesma pocilga se abafa no Verão e se tirita de frio no Inverno, mormente nos dias em que a ventania levou o telhado, abrindo largo caminho às chuvas. (…) A triste verdade é que não temos edifícios escolares e ninguém trata de os construir.

Seria em 1898 que se viria a perspectivar um grande incremento para a edificação de escolas primárias com *o concurso para apresentação de projectos de edifícios destinados a escolas de instrução primária*. Foi aprovado o trabalho da autoria do Arquitecto Adães de Bermudes, o único candidato a apresentar-se a concurso. Nos anos seguintes edificar-se-iam pelo país mais de uma centena de escolas de acordo com o projecto apresentado.

As escolas projectadas por Adães de Bermudes (Beja et al., 1990, p.77) eram

> escolas simples, mas que traduziam as necessidades da época quanto à pedagogia e higiene e que reflectiam alguns ideais republicanos. Nos vários tipos de edifícios, as salas de aula são térreas, abrindo três grandes janelas para a fachada principal, assegurando boa entrada de luz natural e arejamento suficiente; os sanitários articulam bem com a aula, sendo possível o acesso circulando pelo recreio coberto. O vestíbulo (que nalguns casos veio a ser adaptado e a ter utilização diferente) permitia que se organizasse uma zona para cuidados de higiene dos alunos. A casa do professor desenvolvia-se em dois pisos e sótão e localizava-se sempre com entrada e janelas sobre a fachada principal. No caso das escolas com duas salas, a habitação ocupava a parte central do conjunto.

A escola de Casa Branca, com abertura em 1907, destacava-se claramente das escolas existentes no concelho de Montemor-o-Novo. Na sede de concelho,

na altura, existia apenas uma escola construída de raiz para o efeito em 1871: a escola Conde Ferreira. Já em 1927, a recém construída Escola Central "*com salas espaçosas onde a luz entra a jorros, o largo páteo para as brincadeiras, o jardinzinho para compêndio de botânica*" continua a destacar-se no panorama local, onde como se descreve num artigo do periódico "Ilustração Alentejana" (Franco, 1927):

> estes templos de luz [as escolas] são quase sempre uns casarões escuros, lôbregos, ou antigos celeiros já considerados impróprios para o seu destino primitivo, ou velhas igrejas desmanteladas, ou restos de antigo convento, ou quando muito, uma casa arrendada (chega a ser num segundo andar), a que se rasgou mais um pouco uma janela, se deitou a baixo um tabique, e ficou pronta a albergar umas dezenas de petizes.

Na sede de freguesia, na vizinha Santiago do Escoural adaptava-se em 1912, por decisão das autoridades responsáveis da Sede do Concelho, a igreja mutilada nos alvores da República, para edifício escolar. Neste contexto, a escola de Casa Branca assume-se na região como um edifício exemplar para a época. Um modelo que muito foi beber às preocupações com a educação, pedagogia e higiene escolar em voga nos países europeus e nos Estados Unidos (Beja et al. , 1990, p.75).

Enquanto a maior parte das escolas eram criadas e geridas pelas Câmaras Municipais, a escola de Casa Branca foi instituída e gerida pelos Caminhos-de-ferro do Estado,[8] sendo a maior parte da correspondência relativa à gestão da escola, condições do edifício, solicitação de material, vencimento dos professores, dirigida ao Presidente da Comissão Administrativa da Caixa Geral de Aposentações e Socorros dos Caminhos-de-ferro do Estado, ao Chefe do Serviço de Armazéns Gerais do Barreiro e ao Director Caminhos-de-ferro do Sul e Sueste. No entanto, como previsto no Decreto do Governo, é assegurada cooperação com a Direcção Geral da Instrução Publica como atesta a correspondência, maioritariamente sobre recenseamento dos alunos e aproveitamento escolar, dirigida Inspector do Circulo Escolar de Évora.

---

[8] É significativa a ausência de documentação relativa à escola nos arquivos da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, que integram documentação das diversas escolas então existentes, sob a tutela da Câmara. No Cadastro das Escolas Públicas de 1917 (AHMMN, A1M15), entre as 23 escolas do concelho (nas localidades de Montemor-o-Novo, Cabrela, Vendas Novas, Lavre, Santiago do Escoural, S. Brissos, S. Cristóvão, Landeira, Santo Aleixo, S. Gens, S. Geraldo, S. Mateus, S. Romão, Safira, Santa Sofia) não se encontra referenciada a escola de Casa Branca, assim como também não é referida nas relações de despesas e requisições de artigos escolares e nos documentos de aproveitamento dos alunos.

Ainda que nos primeiros tempos de funcionamento da escola fossem frequentes as queixas de falta de condições e de materiais, mobiliário, por parte dos docentes, ao longo dos anos foi sendo devidamente apetrechada. Actualmente, o mobiliário e materiais educativos existentes permitem afirmar que funcionou durante muito tempo com condições muito superiores à das escolas geridas pela Câmara Municipal.

A colecção de Casa Branca assume características particulares quando comparada com colecções de outros estabelecimentos de ensino, pela riqueza, diversidade e estado de conservação dos objectos e mobiliário. Alguns dos materiais, de grande valor para a compreensão da história da educação em Portugal durante o século passado, testemunham metodologias de ensino eminentemente técnicas, certamente ligada à instrução dos filhos de trabalhadores da C.P.,[9] muito avançadas para a época. No pensamento pedagógico do fim do séc. XIX e a 1ª metade do séc. XX, a valorização do ensino técnico acompanha a industrialização, e favorece a ligação entre a escola / a formação e a vida, respondendo às exigências de uma profissão ou grupo profissional.

Desde a origem ligada à Estação de Caminhos-de-ferro situada a cerca de 100 metros, a escola teve como objectivo principal de instruir filhos de funcionários dos Caminhos-de-ferro, como se lavra no Artigo Primeiro do Decreto que determina a criação da escola: "É criada na estação de Casa Branca, dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, uma escola que se denominará Escola Maria Amélia, para instrucção dos empregados dos mesmos caminhos de ferro e dos seus filhos, parentes e pupillos menores."

Pela consulta de alguns dos Livros de Matrícula que ainda se conservam, confirma-se que a maior parte dos alunos eram filhos de ferroviários. A título de exemplo no *Recenseamento das Crianças em Idade Escolar – Feminino de Casa Branca* (Escoural, 6 de Agosto de 1916)[10] os pais das 24 alunas recenseadas tinham as seguintes profissões: Doméstica (3); Caldeireiro (2); Maquinista (2); Fogueiro (1); Capataz (4); Telegrafista (1); Agulheiro (4); Guarda (1); Trabalhador (2); Chefe (1); Comerciante (1); Proprietário (2).

No mais antigo livro de correspondência que compreende o período entre 1907 (ano de abertura da escola) e 1910, o Professor Francisco Pereira

---

[9] "Poderá mais tarde ser ampliado o programa do ensino addicionando-se-lhe um curso de francês, de desenho mecânico e de technologia elementar especial de caminhos de ferro." (Decreto do Governo n.260, de 17 de Novembro de 1902).

[10] Recenseamento das Crianças em Idade Escolar – Feminino de Casa Branca (Escoural, 6 de Agosto de 1916) (AHMMN, A1M5).

de Carvalho, o primeiro da escola masculina,[11] faz amiúdes e vivas referências aos pais dos alunos, na sua maioria funcionários do caminho-de-ferro, e ao ambiente da estação e do lugar.

Entre as décadas de 20 e 30 do séc. XX a escola passa a designar-se "Escola Almirante Reis, Estação de Casa Branca" e em 1949/50 é convertida em escola mista. Continuam, até à década de 80, a ser trocados ofícios entre os professores da escola e os serviços dos Caminhos-de-ferro Portugueses com pedidos de material escolar, obras de conservação do edifício e despesas de expediente.

DOS OBJECTOS ÀS VIVÊNCIAS

A aldeia de Casa Branca, na freguesia de Santiago do Escoural, concelho de Montemor-o-Novo, é actualmente um aglomerado populacional de pequena dimensão, com um efectivo populacional aproximado de 300 habitantes. A desactivação das minas nas primeiras décadas do séc. XX e o lento declínio do caminho-de-ferro, com o fecho, nos últimos anos, de diversas linhas e estações na região, fazem-se acompanhar, em Casa Branca, das transformações recentes no tecido social e paisagem alentejana: desertificação dos campos associada à diminuição da actividade agrícola, decréscimo demográfico e envelhecimento das populações.

Na escola, ainda em funcionamento contrariando a tendência geral para o fecho dos estabelecimentos de ensino em áreas rurais com pouca população, acolhe no presente ano lectivo (2004/2005) 7 alunos. No seu interior conservam-se materiais educativos antigos, de épocas distintas, que acompanham a história da escola e testemunham a sucessão de correntes pedagógicas ao longo do século XX. A colecção abrange um universo de 280 peças, aproximadamente, num estado de conservação satisfatório. Manuais, mapas, painéis históricos, unidades e instrumentos de medida, figuras geométricas, globo terrestre, projector de lanterna com daguerreótipos, animais em éter, alfabetos em madeira e maços de documentação escolar. Papéis e objectos que contam a história desta e de outras escolas durante o século passado e que despertam memórias sobre os antigos alunos e professores, os livros que manuseavam, os instrumentos com que aprendiam as diversas matérias.

[11] A sua docência na escola foi interrompida pouco tempo depois de ter sido chamado, por ter sido nomeado, pensionista do estado para estudos no estrangeiro em Gand (Bélgica) entre Novembro de 1907 e Março de 1909, por despacho publicado no Diário do Governo, tendo sido substituído durante esse período por um professor interino.

“Os objectos ao cristalizarem diferentes densidades – de uso e simbólicas – permitem um trabalho directo: desocultar diferentes mensagens, recuperando o passado vivido no momento presente.”(Janeirinho, 2002). Estes falam-nos de uma sucessão de tempos, mas evocam de forma muito viva os mais antigos, os primeiros. Passageiros a chegarem e a partirem, a azáfama dos trabalhadores na estação (maquinistas, telegrafistas, fogueiros, agulheiros, …), carregamentos de minério a chegarem das minas em vagões, e muitas crianças… Aquelas que, segundo reza a história, a Rainha D. Amélia terá visto quando seguia de comboio para Vila Viçosa, e que soube não irem à escola, porque não a havia em Casa Branca. Diz-se que pouco tempo a escola começou a ser construída… Um edifício imponente na época, onde, desde 1907, muitas dezenas de crianças da localidade se iniciaram nas aprendizagens das letras, dos números e da vida.

BIBLIOGRAFIA

FONTES
Arquivo do Ministério da Educação
Decreto do Governo n.º260, de 17 de Novembro de 1902.

Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo (AHMMN)
A1M15 – Edifícios escolares. Cadastro das Escolas Públicas de 1917

Arquivo da Escola Primária de Casa Branca (EPCB)
EPCB/004 – Matrículas

EPCB/004/Lv 001 – (1928/1929)
EPCB/004/Lv 002 – (1946/1947)
EPCB/004/Lv 003 – (1947/1948)
EPCB/004/Lv 004 – (1959/1960)
EPCB/004/Lv 005 – (1963/1964)

EPCB/010 – Correspondência

EPCB/010/Lv 001 – 1907
EPCB/010/Lv 002 – 1946
EPCB/010/Lv 003 – 1984
EPCB/010/Lv 004 – 1984

OUTROS
ALVES, Helena. Um século de mineração no Alentejo. In: *História*, n.31, 2000, pp.50-56.
BEJA, Filomena, et al. *Muitos anos de escolas; Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*, v.1. Lisboa: Ministério da Educação; Direcção-Geral da Administração Escolar, 1990.
CARVALHO, Rómulo de. *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. 2ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
DGMS. *Jazigo de Montemor-o-Novo*. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1943.
DGMS. *Minas de Ferro de Montemor-o-Novo*. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1949.
FRANCO, Júlia. As Escolas de Montemor. *Ilustração Alentejana*, Maio de 1927.
GAMEIRO, Fernando Luís. *Entre a Escola e a Lavoura. O Ensino e a Educação no Alentejo (1850-1910)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.
GUIMARÃES, Paulo. *Industria e Conflito no Meio Rural. Os Mineiros Alentejanos (1858-1938)*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.
GUIMARÃES, Paulo. O Alentejo e o Desenvolvimento Mineiro durante a Regeneração. Mineração *no Baixo Alentejo*, Castro Verde, C.M.C.V., pp.115-129, 1996.
JANEIRINHO, Luísa. (org.). *Museu da Escola. Um Património Comunitário*. Delegação Regional de Cultura do Alentejo, 2002.
NÓVOA, António. (coord.). *Instituto Histórico da Educação*. Lisboa: Ministério da Educação, 1998.
OLIVEIRA, Catarina & ALVES, Elisabete. Fazer a história da escola primária em Casa Branca. Projecto de inventário e musealização. In: Encontro de Museologia da Infância e Educação, Santarém, 21 e 22 de Abril 1999, *Actas*. Santarém: E.S.E.S., 1999
OLIVEIRA, Catarina. Minas de ferro e mineração no Monfurado. *Folha de Montemor*, Julho, p.3, 2001.
POMIAN, Krzysztof. Colecção. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Memória e História*. Lisboa: INCM, 1984, pp. 51-86.
VIDIGAL, Luís. *Os Testemunhos Orais na Escola. História Oral e Projectos Pedagógicos*. Porto: Asa, 1996.

COLORIDOS DE INFÂNCIA: FRAGMENTOS VIVIDOS NA ESCOLA PRIMÁRIA DE CASA BRANCA

*Susana Lavado**

RESUMO

Não sei quantos éramos. Entre os cinco e os nove anos, o pequeno nos parece grande, os poucos nos parecem muitos. Sei que as duas salas funcionavam: a primeira e a segunda classe na sala do ainda hoje chamado "sexo feminino", graças à inscrição existente no cimo da porta de entrada, a terceira e a quarta na sala do "sexo masculino". Obviamente, na década de 80, já sem o cumprimento desta distinção, que desconheço se alguma vez foi uma realidade. A intenção no entanto ainda hoje é notória, e não apenas nas inscrições gravadas em cada porta, mas também nas entradas distintas para as duas salas, nas residências existentes no centro do edifício acentuando a distância entre as duas salas de aula, nos pátios interiores ligados apenas por um pequeno e estreito portão e no extinto muro de separação do pátio fronteiriço. Esse, sim, comprovadamente utilizado para o rigoroso cumprimento das indicações inscritas na parede, rapazes de um lado, raparigas do outro, apesar do ensino ser misto, até finais da década de 60, como referem alunos que frequentaram a escola nessa época. A separação ocorria durante as horas de recreio, onde mais facilmente se fugia ao controle da única professora da escola.
Palavras-chave: educação; memória; escola.

CHILDHOOD COLORS, FRAGMENTS EXPERIENCED AT THE PRIMARY SCHOOL OF CASA BRANCA

I do not know how many we were. Between the age of five and nine, what is small seems big to us, and few seem like many. I know that there were two rooms: the first and second grade in the room which is still today called "females", thanks to the inscription over the entrance, the third and fourth in the room for "males". Obviously, in the 1980s, this distinction no

* Licenciatura em Ciências do Ambiente. Técnica Associação de Desenvolvimento Local de Montemor-o-Novo, onde trabalha em projectos de educação ambiental, desenvolvimento local e sócio-comunitário. *E-mail:* susanalavado@clix.pt

longer held, and I do not know whether it ever really was so. The intention however, is quite clear even today, and not only in the inscriptions engraved on each door, but also at the different entrances to the two rooms, in the residences at the center of the building, emphasizing the distance between the two classrooms, in the inner yards, connected only by a small, narrow gate, and in the no longer existing wall separating the front yard. This was indeed used to strictly carry out the indications inscribed on the wall, boys to one side, girls to the other, although education is co-ed, up to the end of the 1960s, as told by students who attended the school in those days. During the break there was a separation, but that is when it was easiest to escape the control of the school's only teacher.
Key words: education; memory; school.

As salas estavam repletas, e nas carteiras, que julgo ainda serem as mesmas, os alunos sentavam-se dois a dois. Cerca de quarenta alunos, talvez. Das 9 às 12.30, das 13.30 às 15.00.

Uma escola singular, em que os professores viviam literalmente na escola, em residências feitas propositadamente para o efeito, partes integrantes e centrais do edifício, com saída para o pátio interior, onde também dispunham de uma pequena horta, uma porta frontal para o pátio fronteiriço, e uma porta com ligação directa para a sala de aula, tornando a casa do professor e o local onde exercia a sua profissão num só.

A escola lotada de alunos traduzia-se numa aldeia alegre e agitada, com todas as casas habitadas, poucos sinais de envelhecimento da população, em contraste com a situação actual.

O comboio sempre presente em todas as situações, fazendo com que a população estabelecesse laços com a cidade de Évora mais fortes que com Montemor-o-Novo, a sede de concelho. Em Casa Branca ninguém ouve o comboio, a não ser que lhe seja necessário. É um som que pertence, faz parte do dia-a-dia e por isso passa despercebido.

Numa localidade onde tudo é perto e onde precisamos de apenas alguns, poucos, minutos para nos deslocarmos de e para qualquer local, a proximidade de casa não reduz o carácter intimidador que a escola detém para algumas crianças.

Pelo que a entrada para o primeiro ano pode ser traumatizante, quando não se está preparado. A escola é o local onde pela primeira vez a criança se vê sozinha, sem os pais, defronte de uma professora que, sabe de antemão, lhe vai fazer uma série de exigências dificilmente imagináveis, apesar dos pais já lhe

terem explicado vezes sem conta do que se trata, e ensinado algumas coisas para facilitar a sua adaptação. Não é fácil ignorar aquelas vezes, no passado, em que a mana voltou da escola a chorar porque a professora lhe bateu sem ela "ter culpa", ou as histórias do pai nos seus tempos de estudante, quando as reguadas eram assíduas. Não adianta que lhe digam que a professora não é a mesma e que nem sequer já lecciona nessa escola. Terá horários para cumprir e sabe que não se poderá refugiar em casa sempre que necessitar. Para além disso existem ali crianças mais velhas, maiores fisicamente, completamente integradas, que não costumam "perdoar" os alunos mais novos… Nem mesmo o facto de, naquele novo local, ninguém ser desconhecido alivia a situação.

E foi por isso que nos primeiros dias exigi a presença da minha protectora, a minha mãe, apelando na sua falta para um choro constante, que obrigava a minha irmã, muito a contra-gosto, a abandonar a sala da 4.ª classe para se sentar ao meu lado. Mas a adaptação à escola é rápida para quem tem vontade de aprender. A expectativa e a ansiedade pela novidade que se segue, quando tudo é novidade, combate todas as dúvidas e incertezas. Os progressos de aprendizagem são encarados como conquistas e não como obrigações, ou como vontades de outros.

"Minha senhora", por vezes, mais raro, "Senhora professora". O tratamento por vezes excessivamente cerimonioso, herança de tempos recentes e de professores que exerciam a sua profissão durante vários anos no mesmo local ou região, atravessando gerações. A primeira professora, D. Ricardina, foi um desses casos. Também esta escola vê passar gerações pelas suas salas de aula. Com a D. Ricardina rezava-se na aula, e cantava-se o hino nacional de pé, ao lado das secretárias. Professora de bata branca, acompanhada pelos alunos nesta tradicional indumentária, com os nomes bordados e impecavelmente cuidadas. Outros professores se seguiram, mais novos e, consequentemente, com novas mentalidades e metodologias.

Os alunos não dispunham de espaços próprios para se ocuparem depois das aulas, pelo que as brincadeiras de rua sempre foram as de eleição. Não raras vezes as professoras foram brindadas com rosas e outras flores colhidas nos jardins e quintais, bem como com espécies silvestres, mas igualmente belas, que crescem nos campos circundantes.

Estas últimas muita vezes utilizadas nas brincadeiras de recreio, para a produção de corantes ou outros materiais. A proximidade do campo não era ignorada. O dia da espiga, quinta-feira da Ascensão, era um dia dedicado a actividades campestres e as festas nos finais de ano também eram realizadas no campo com piqueniques e caminhadas divertidas e entusiasmantes. Estas celebrações apresentavam-se como alternativas importantes. Há duas décadas as solicitações e oportunidades oferecidas às escolas eram em número bastante

reduzido, quando comparadas com as actuais. Nos 4 anos de escola primária vivenciados em Casa Branca, apenas me é possível assinalar uma visita de estudo ao castelo de Palmela, ainda na primeira classe, e algumas visitas à Biblioteca Municipal de Montemor-o-Novo.

As brincadeiras do recreio eram, sem dúvida, o expoente máximo do período escolar diário. O "jogo do anel", os "reis e as rainhas", o "jogo do elástico" e a "corda", entre muitos outros animavam os intervalos e prolongavam-se para depois da escola, depois dos trabalhos de casa terminados. Era a vantagem de viver numa aldeia tão pequena. Os amigos nunca estavam longe. Mas existem coisas que não dependem da dimensão do lugar onde se vive. Com diferentes escalas, os sentimentos, as sensações, as atitudes são semelhantes. E os receios dos pais são os mesmos em qualquer lugar. Adaptam-se à realidade em que vivem. Mesmo num local como este, marcado em quase todos os mapas de Portugal, apenas e só, graças à sua estação ferroviária, lugar de cruzamento das linhas do Alentejo, motivo de existência da povoação. Os amigos por exemplo, estão relacionados, normalmente e enquanto se é criança, com a proximidade de residência.

Constituída por apenas duas ruas, um largo e mais algumas habitações, não foi excepção e até aqui se conseguiam identificar dois grupos de crianças. Os que brincavam na chamada "zona lá de cima" e os que brincavam na "zona lá de baixo".

Também nesta pequena aldeia se fazia sentir a descriminação entre as crianças residentes na aldeia, e as residentes nos montes isolados. Um género de aproximação entre o rural e o urbano. Porque morar na aldeia significava ter saneamento, electricidade, ou mais importante para uma criança, televisão, amigos para brincar depois das aulas, visitas frequentes à cidade de Évora, idas à praia, etc. experiências facultadas pela existência do comboio, determinante para esta população em todos os aspectos.

Também para os alunos era motivo de animação poder ir esperar a Profa. do 3º e 4º ano, vinda de Évora, à estação, sempre que o comboio vinha atrasado, levando as mochilas, feitas à medida para os livros de apoio, sem espaço para muito mais.

Todas as escolas têm particularidades estruturais que alimentam o imaginário das crianças que as frequentam. Os sinos da escola, um em cada uma das salas de aula, sempre representaram o inatingível, o fruto proibido, e a vontade de o ouvir tocar era imensa, mas o acesso estava vedado, e julgo que foi uma vontade que nunca pude ver satisfeita. A amoreira existente no pátio traduzia-se em contínuas recomendações dos pais. As nódoas difíceis de tirar eram o argumento. Mas as amoras doces e a moda dos bichos-da-seda, que também não agradavam aos pais, eram motivos maiores.

Numa escola com recursos limitados a partilha era incentivada. O maior exemplo era a biblioteca escolar, feita no início de cada ano. Constituída por livros cedidos pelos próprios alunos, e que no final do ano lectivo eram restituídos aos respectivos donos. Uma maneira eficaz de proporcionar uma maior oferta, em tempos que ela era mais limitada, e ao mesmo tempo incentivar a leitura. Identificados, catalogados e forrados a plástico transparente, a fim de assegurar a sua conservação. O responsável pela gestão deste material era um aluno eleito no início do ano. Localizada na entrada, na divisão do sino, onde se guardavam também alguns jogos, apenas utilizados mediante insistentes pedidos e caso o tempo obrigasse a ocupar os alunos no interior. Entre eles o "Sabichão", um palhaço que acertava todas as respostas, a todas as perguntas, e que nos era permitido jogar sentados no chão de madeira da sala de aula.

O material didáctico de que a escola dispunha, fazia a delicia dos alunos quando permitida a sua utilização. Os carimbos da sala do primeiro e segundo ano, que delimitavam contornos perfeitos de todo o tipo de animais que podiam posteriormente ser coloridos, era de todo o material aquele que mais fascinava quem, como eu, não possuía grande talento para a arte do desenho, e que via aí uma hipótese de atenuação dessa frustração.

A escola dispunha também de alguns instrumentos musicais. Lembro-me especialmente do xilofone. Os ferrinhos, fáceis de tocar, possuíam também muitos adeptos. Existia ainda uma colecção de sólidos de madeira: cubo, esfera, paralelepípedo, cilindro, prisma, etc. Auxiliares preciosos na compreensão dos conceitos de área e volume. Assim como os mapas da escola, pendurados na parede de modo a ser fácil a todos identificar distritos e suas capitais, rios e respectivas nascentes, serras, etc.

A homogeneidade do branco das batas, utilizadas apenas na 1.ª classe, contrastava com o dia-a-dia colorido de uma escola primária. Os lápis de cor e de cera, mas também os papéis de lustro, utilizados na construção dos artefactos de decoração da sala de aula nas épocas festivas. A escola possuía também uma colecção de imagens que, acompanhada pelo musgo colhido nas proximidades da escola, se traduzia na árdua mas recompensadora tarefa de construção do presépio.

As colecções faziam parte do quotidiano dos alunos. E não eram só as existentes na escola, mas as construídas pelos próprios, que aproveitavam os intervalos para a troca de elementos repetidos: de calendários, de folhas coloridas e perfumadas, adquirindo os alunos blocos de folhas diferentes e originais propositadamente para assegurar a troca, de postais, de cautelas fora do prazo, dos famosos bichos-da-seda, e até dos papéis, animados com ursinhos, cães, etc., que decoravam os chocolates de leite da Regina.

Uma das colecções da época estava directamente relacionada com a hora do lanche, e com o pacote de leite com chocolate fornecido diariamente pela escola. A hora da tortura para quem detesta leite. Apenas os desenhos e as mensagens que ilustravam cada pacote aligeiravam a situação com a ânsia de uma imagem diferente da anterior.

Hoje, apenas uma das salas é utilizada na primeira fase do percurso escolar das crianças residentes na localidade e arredores. Sobram carteiras, faltam alunos. O número diminuto de crianças leva a que os quatro anos do 1.º Ciclo do Ensino Básico decorram na mesma sala de aula, orientados por apenas um professor, que vê assim a sua tarefa dificultada. Na sala do "sexo masculino", onde anteriormente decorria a 3.ª e 4.ª Classes, como eram designadas na altura está hoje sedeada a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Casa Branca. Esta proximidade entre instituições favorece experiências intergeracionais que complementam ensinamentos teóricos apreendidos na sala de aula. Curiosamente, há cerca de 40 anos atrás, a situação era semelhante, e nesta mesma sala estava instalada a igreja local, que ainda hoje não tem instalações próprias, ocupando um espaço cedido pela CP para o efeito.

Numa aldeia assim, não isolada, mas desabrigada, o vento sopra mais forte. O cheiro da Primavera e do Outono é sentido com intensidade. Acompanha-se o passar do tempo com a mudança da cor dos campos, com o florir das plantas e o amadurecer dos frutos. Com a lama do Inverno e o pó do Verão. Com o cantarolar dos grilos, o rastejar dos caracóis e com a presença comum de animais domésticos de todos os tipos.

Há coisas que parecem ser únicas e irrepetíveis. E são-no. Para uma criança pode ser a melhor batata-doce assada que comeu numa manhã fria de Outono, e que nunca mais teve o mesmo sabor. A sensação de "já está vivido, passemos ao próximo!". Mas não é obrigatoriamente uma sensação má. São estas pequenas experiências que também justificam a existência. Confesso que não guardo tantas memórias destas vivências de criança como gostaria, embora continue a adorar batata-doce, mesmo que nunca mais tenha tido o mesmo sabor…

Foi curioso 20 anos depois voltar a entrar pela mesma porta, desta vez não como aluna, mas como profissional que tenta levar algo de novo àqueles alunos, alguma nova oportunidade que procura diminuir a distância e diferença de vivências que caracteriza a discrepância existente entre os alunos do mundo rural e os alunos do mundo urbano.

Mundos muito diferentes nas experiências, mas semelhantes nos afectos.

RESTOS DE COLECÇÃO, PROMOÇÕES NO TEMPO E SALDOS PELA HISTÓRIA

*Ana Luísa Janeira**

RESUMO

Qualquer espólio tem espaços e tempos determinados. Sendo assim, é imperativo tê-los bem presentes, para montar uma reflexão filosófica em torno dessa identidade ou do seu horizonte. Razão primeira para certas repetições, exigidas pela necessidade de começar por rever aspectos fundamentais da estrutura configurante. Ligada pela toponímia à herdade que a viu nascer, a aldeia de Casa Branca faz parte do horizonte, onde a citação precedente regista um processo histórico, com raízes no século XIX. A que o século XX associou factores de progresso (as vias férreas foram uma malha comunicativa primordial, o comboio foi durante décadas o grande transporte popular de longa distância, os terrenos em volta das estações foram surtos fundamentais de povoamento), vindo a retirar-lhe, depois, parte do estatuto. Chega-se lá, no termo de um desvio rápido, situado na estrada entre Santiago do Escoural e Alcáçovas. Mantida no interior do espectro estrutural que só o comboio poderia ter movimentado, mobilizada pela comunidade ferroviária que dele dependeu, o casario horizontal prossegue espalmado, ainda hoje, numa zona marcadamente rural. Pequena, a terra já teve melhores dias. Mas vem a resistir com altos e baixos, sempre marcados pelo destino que lhe foi permitido, através de interesses vindos de fora e decisões impostas pela rede nacional dos caminhos de ferro. Embelezada por pares de candeeiros antigos, colocados na área central de cada um dos cais, a Estação e o seu relógio bem conservado assumem, com elegância, o dever de marcar intervalos obrigatórios no tempo. O qual alarga a paragem, depois de Vendas Novas e antes de Alcáçovas ou Évora, para a medida dilatada dos espaços à volta. Predominantemente de

* Professora Associada do Departamento de Química e Bioquímica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, agregação em Filosofia das Ciências. Co-fundadora, primeira coordenadora e, actualmente, investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa (CICTSUL), Coordenadora, em Portugal, da Red de Intercambios de la Historia y la Epistemologia de las Ciencias Químicas e Biológicas, México, D.C. *E-mail:* janeira@fc.ul.pt e analuisajaneira@clix.pt

passagem, com poucas chegadas ou partidas, foi durante muitos anos um núcleo central para quem ficava, qual lugar simbólico de ganha-pão, merecendo o respeito das gentes. Dessa prerrogativa continua a retirar força para permanecer sobranceira, a dominar tudo e todos, enquanto exige o direito de ser anunciada pela cadência social, proposta desde a praça preambular.
Palavras-chave: estrada de ferro; patrimônio cultural; memória.

REMNANTS OF COLLECTION, PROMOTIONS IN TIME AND BALANCES THROUGH HISTORY

Any collection of property has established spaces and times. Thus, it is imperative to keep them clearly in mind, to assemble a philosophical reflection around this identity or its horizon. The main reason for certain repetitions required by the need to begin by reviewing fundamental aspects of the configuring structure. Connected by toponymy to the farm where it began, the village of Casa Branca is part of the horizon where the preceding citation records a historical process, with its roots in the 19th century, to which the 20th century associated factors of progress (the railroads where an essential communications network, the train was for many decades the great popular means of transportation over a long distance, the lands around the stations were essential sites of settlements), and this status was later partly removed. One gets there, at the end of a quick sidetrack located on the road between Santiago do Escoural and Alcaçovas. Kept within the interior of the structural spectrum which could only have been moved by the train, mobilized by the railroad community that depended on it, the horizontal ensemble of houses spreads out like a hand, even today, in a markedly rural area. .Small, the land has known better days. But it resists, with highs and lows, always marked by the destiny that was allowed to it, by outside interests and decisions imposed by the national railroad network. Embellished by pairs of old candelabra placed in the central area of each of the platforms, the station and its well-preserved clock elegantly perform the duty of marking the obligatory intervals in time. This enlarges the place after Vendas Novas and before Alcaçovas or Évora, to the increased measure of the surrounding spaces. Mainly a place of passage, with few arrivals or departures, for many years it was a central space for those who stayed, like a symbolic place for earning a living, deserving the respect of peoples. This prerogative continues to take strength to remain mighty, dominating everything and everyone, while it demands the right to be announced by the social rhythm, proposed from the frontal square.
Key words: railroad; cultural heritage; memory.

Assim, em 20 de Junho de 1860, funda a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses que se propõe explorar as Linhas do Norte e do Leste e as linhas de que posteriormente obtivesse concessão. De imediato a Companhia Real muda a bitola (1,44 metros) da linha já construída entre Lisboa e Asseca (68 Km), passando-a para a bitola ibérica, com 1,67 metros, sem haver qualquer interrupção no serviço ferroviário. Posteriormente o combóio [sic] chega a Elvas em 4 de Julho de 1863 e a Badajoz em 24 de Setembro do mesmo ano, ficando deste modo Portugal ligado à rede espanhola. A Linha do Norte fica unida até Vila Nova de Gaia em 7 de Julho de 1864.
Entretanto, para o Sul, dava também o Caminho de Ferro os seus primeiros passos. Nasce a Companhia dos Caminhos de Ferro ao Sul do Tejo que se propõe explorar uma linha entre Aldeia da Galega e Vendas Novas. Posteriormente a origem passa para o Barreiro e são previstas extensões para Setúbal, Évora e Beja. O concurso para a construção das linhas é aberto em 1854 e em Maio de 1858, com bitola de 1,44 metros, os combóios [sic] da Companhia já circulam até Bombel. Em 1859 abre o governo concurso para o prolongamento até Évora e Beja. Não havendo interessados, o governo contrata uma empresa para a construção e exploração dos prolongamentos. Esta empresa que se popularizou por Companhia Inglesa foi obrigada, por lei, a construir as suas linhas com bitola ibérica. Enquanto esta empresa inicia os seus trabalhos, a Companhia dos Caminhos de Ferro ao Sul do Tejo abre as suas linhas em 23 de Janeiro de 1861 à exploração, entre o Barreiro e Vendas Novas e do Pinhal Novo a Setúbal. A Companhia dos Ingleses faz chegar o combóio [sic] a Évora a 14 de Setembro de 1863 e a Beja a 15 de Fevereiro de 1864. Cria-se assim uma situação bem caricata em Vendas Novas: daí para o Alentejo existia uma bitola e daí para o Barreiro outra, ocasionando o inevitável transbordo, para já não falar na travessia do Tejo em vapor. Quis o governo resolver este problema e já em 1861 tem autorização para propôr [sic] o resgate à Companhia do Sul do Tejo. Resolvido o resgate o governo contrata em 1864 a Companhia dos Ingleses para a exploração das linhas resgatadas e para que mude a bitola entre Barreiro e Vendas Novas e Pinhal Novo e Setúbal, para além de prolongar as suas linhas de Évora à de Leste e de Beja à fronteira, na direcção de Sevilha e do Algarve. No entanto a Companhia do Sueste não conseguia fazer uma exploração que cumprisse os compromissos assumidos com o Estado, sendo as suas linhas em exploração postas em hasta pública em 1867. Não havendo ninguém na praça ficou o Estado de posse das Linhas do Sul e Sueste a partir de 13 de Março de 1869, passando a construir por sua conta e risco as linhas em direcção ao Algarve. O Estado apesar de alguns esforços na década de setenta não conseguiu atrair capitais nem empresas para a exploração e construção das linhas, mesmo com as

> subvenções que se propunha dar. Chegou assim a linha a Faro em 1 de Julho de 1889, já sob a jurisdição do Estado.
>
> (…) Em 14 de Janeiro de 1904 é inaugurada a Linha de Vendas Novas, ficando assim unida a rede do Sul e Sueste com a da Companhia Real, na estação de Vendas Novas. Esta linha tinha sido concessionada em 22 de Setembro de 1887, formando-se uma companhia para a sua construção e exploração denominada Companhia dos Caminhos de Ferro Meridionais. Por manifesta falta de capacidade a empresa socorreu-se da Companhia Real para a construção e exploração da Linha de Vendas Novas. Em 11 de Março de 1900 tinha sido dada a autorização governamental para que a Companhia Real assumisse, por contrato, a construção e exploração da linha. Só em 27 de Junho de 1928 a Companhia dos Caminhos de Ferro Meridionais transferiu para a CP a concessão da Linha de Vendas Novas (Lima, 2000).

Sendo este espólio feito de restos, louvem-se todos os agentes a quem cabe o mérito da conservação, sem deixar de lamentar tudo aquilo que o prejudicou, por desmazelo ou falta de educação patrimonial.

O conhecimento ingénuo ou a pouca consciência histórica terão tendência a associar o equipamento educativo – didáctico, pedagógico ou outro –, a situações ligadas à experimentação.

O espólio da Escola de Casa Branca, integrado num complexo nascido e mantido em função da Linha do Sul, ajuda a questionar esta evidência e mostra outras perspectivas, pois o seu modo de existir insere-se numa filosofia que foi comummente prosseguida até ao 25 de Abril: a escola ensina a ler, escrever e contar.

Pretende-se com estes trabalhos contribuir para despertar interesse por um conjunto, que merecerá um alargamento dos temas, por via de uma investigação futura.

Logo, à boa maneira dos comboios de província, com umas tantas voltas, antes de chegar ao destino.

Circunscrevam-se as estruturas e as conjunturas da Escola, onde o espólio continua guardado.

O acesso é feito a partir da Praça. Demarca-se por frondosas laranjeiras e algumas oliveiras, umas de lado, outras na frente, mas sempre paralelas às vias. Esta posição prefigura um diálogo centenário, que há uns bons anos era favorecido por carruagens e vagões a transportar trigo ou minério de ferro. Indicadores da riqueza da terra e dos senhores da terra, mas não do povo. Povo com famílias pobres e com filhos em idade escolar.

O edifício, mandado construir pela CP e sua propriedade particular, reflecte um estilo à margem do tipo singelo e longilíneo tipicamente alentejano. Por isso a arquitectura importada produz um certo exotismo: simetria calculada a partir de um corpo central com dois andares (casa da professora) e dois corpos laterais (sexo masculino e sexo feminino), cada um com um sino; fachada encimada por uma barra de azulejos, com amarelo, azul claro e castanho de gosto discutível faz lembrar casas de brasileiros; telhado com espigões bem lançados a servir de remates.

O interior do prédio está feito para acolher uma população escolar com alguma representatividade. Guardado em vários armários, o material, repita-se, é uma raridade a destacar, entre o muito mais perdido, em situações congéneres. Finalmente, e como o povo costuma dizer, as paredes falam de educadores com sensibilidade, mantendo-o em melhor ou pior conservação. Falam, também, do Projecto de Inventário da Colecção da Escola Primária de Casa Branca e Criação de um Núcleo Museológico sobre a Escola Antiga, que muito contribuiu para o seu estado actual.

Sólidos, objectos de medição ou mapas apresentam uma determinada realidade educativa, ao mesmo tempo que representam áreas diferentes de transmissão e de mediação no ensino.

E onde a aprendizagem inicial deveria preparar para: medir volumes e distâncias, pesar produtos, fazer desenhos com compasso, reconstituir cronologias históricas, compor palavras com letras móveis, localizar geograficamente.

Uns tantos materiais para caligrafia e desenho.

Umas tantas ferramentas.

Uns daguerreótipos estrangeiros (campanhas anti-alcoolismo, etc).

Situações que certas publicações – os cadernos de exercícios – intermediavam com problemas presos a um modelo tradicional, rural, distante da realidade urbana e das suas crianças.

Acontece, porém, que resolver problemas é diferente de observar e experimentar. Por isso mesmo, e apesar deste património pertencer ao mundo rural, permaneceria, por certo, um desajuste entre a realidade escolar e a realidade natural, humana e social, com necessidades práticas muito específicas. Ou seja, entre as vivências sentidas na vida quotidiana e as narrativas simbólicas propagadas pelo ensino primário.

Na verdade, os alunos eram confrontados com um quotidiano pesado, até de miséria, sendo-lhes exigidas tarefas práticas, em casa ou nos campos, que os despertavam para vivências à margem dos livros.

O estado actual do (des)conhecimento, que rodeia o património, pede que se enunciem facetas de dúvidas e incertezas, a acabarem em interrogações de fundo.

Uma das primeiras interrogações visará detectar as intencionalidades de quem foi fazendo as escolhas – algumas patrocinadas pela própria CP – de molde a delimitar gestos cruciais no acumulo. Só isso permitirá determinar a natureza específica do conjunto, ao longo das gerações. Aspectos que complicam o estudo, porquanto a instituição tem mais de cem anos, os objectos não estão datados e não se sabe o momento e o modo de aquisição.

Com ascendência remota na Direcção Geral de Instrução, criada por Fontes Pereira de Melo no Ministério do Reino (1859), e integrando-se num movimento favorável ao aumento do número de escolas e de professores (1870-1890), a Escola Primária de Casa Branca começou a existir numa época, onde os mais progressistas entoavam a importância do ensino primário, contra uma taxa de analfabetismo a rondar os 75% (Ministério da Educação, 1990, p.15-21).

A título de exemplo, lembre-se como era significativo o que o lente da Escola Politécnica de Lisboa, José Maria Ponte Horta, espírito actuante com largueza europeia, já tinha proclamado em 1881: "Para que um povo possa figurar no mundo, e ostentar-se modelo de grandeza e de prosperidade, é forçoso que seja um povo instruído, livre e moralizado" (Ministério da Educação, 1990, p. 18).

O espólio escolar está inscrito num ambiente alentejano concreto, como é óbvio.

Mas também em sistemas educativos nacionais e até internacionais.

O que não o desmerece, mas lhe acresce valor.

Tem fortes ligações locais, como pertença de uma aldeia que o marcou com dedadas ou mazelas de crianças e de professores, por mais de uma geração.

O que o humaniza, obviamente.

Mas também mantém nexos mais vastos, porque muitas outras escolas usaram exemplares iguais, no país e até no estrangeiro

Isto reduz-lhe a raridade, mas serve-o como forma de universalidade.

Na medida em que se enquadra numa região precisa, o acolheu como depositário, faz parte do património concelhio correspondente.

Mas também foi previamente seleccionado e adquirido por uma determinada direcção-geral de um ministério distante ou por uma repartição da CP, com sede na capital.

Concluindo: a montante resulta de diversas intervenções educativas actuando à distância; a jusante vai mantendo impacto, por via de antigos alunos espalhados pelo mundo

Qualquer instrução sempre vai semeando ao vento.

Concluindo igualmente: apesar de ter sofrido desvios ou perdas é, mesmo assim, digna e enriquecedora pertença desta comunidade e, por extensão, do país,

O facto de ser incompleto, não deixa de o fazer significativo.

Quando se diz que um espólio como este é pequeno, é importante que a afirmação não seja entendida com desmerecimento, mas como indicador da necessidade óbvia de lhe outorgar a sua medida real, ao mesmo tempo que se empreendem esforços para o fazer articular com outras realidades. Logo, ele fica obrigado ao imperativo de nunca ser considerado isolado dos demais.

Razões de sobra que motivam um horizonte de pistas, de demandas e até de perplexidades, a sugerirem hipóteses de trabalho desdobradas numas tantas vertentes, quando se conclui um livro sobre o mundo nas colecções dos nossos encantos.

Tendo como pano de fundo as características referidas, a que convém associar fenómenos de uma globalização com história, emerge uma configuração epistémica actual, onde existem patrimónios vastíssimos, valiosíssimos e muito estudados, ao lado de outros, mais pequenos e quase ignorados, como no presente caso.

Esse estudo significa uma mais-valia para as comunidades, do local ao global.

Esta ignorância representa uma redução na perspectiva histórica, ao mesmo tempo que anula elos de compreensão da e para a actualidade.

No meio, fica a falta de memória colectiva e individual corroendo o sentido de existência. Assim, é-se herdeiro, ou permite-se, muita destruição sem necessidade, só porque a ganância do novo ou os interesses imobiliários galopantes destroem os centros históricos e os prédios com tradição. Mas também porque o equipamento muda, o velho precisa de ceder lugar e aguarda-o o sótão do nosso esquecimento.

No meio, a tentação de musealizar ou de fazer um museu do nada, sem critérios teóricos rigorosos e sem conceitos distintivos.

No meio, a incapacidade de seleccionar patrimónios com a devida justeza, a ausência de uma aferição adequada para dimensões e proporções diminutas, nomeadamente nas periferias desprovidas de escalas.

Muita confusão entre museus, armazéns e reservas.

Efeitos negativos desmultiplicando-se (cf. Pierre Nora, 1984).

Anote-se, em abono da verdade, que a procura de um protagonismo pessoal ou colectivo, institucional ou autárquico, tem grande quota-parte de responsabilidade nisto tudo.

As confusões em jogo pedem esclarecimentos convincentes, mas ficam, muitas vezes nas ideias confusas, com contrastes indevidos e muito absurdo.

Desde 1902, os sistemas foram mudando, com base em teorias, ideologias e modas.

Como mudaram as instâncias decisórias, os professores em exercício, as crianças nas salas, os materiais didácticos e os métodos pedagógicos. Logo, como terão sido diferenciadas as envolvências objectivas e subjectivas, em sucessivas épocas.

Como diferenciados terão sido, também, os meios para selecção dos materiais e os docentes – discentes usando-os na aula. Nesse sentido, importará tentar definir épocas e grupos no património, associando-os a manuais em vigor e a uns tantos registos administrativos remanescentes.

Só depois disto, este pequeno espólio adquirirá a grandeza da sua dimensão, a promover-se num momento específico do tempo.

Porque receberá a individualidade do que permanece valorizado como resto.

E porque ficará integrado noutros conjuntos, bem maiores, como saldos históricos para o futuro.

BIBLIOGRAFIA

LIMA, Carlos Frias de. *Pequena História dos Caminhos de Ferro em Portugal*, APAC, www.apac.cp.pt/hist_cp.htm, 2000

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *O passado da escola, o futuro do ensino. Catálogo da exposição do Porto*. Mercado Ferreira Borges, 31 de Março a 15 de Abril de 1990. Lisboa: Ministério da Educação, 1990.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire de la République*. Paris: Gallimard, 1984.

NORMAS GERAIS DE PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS

1. ENCAMINHAMENTO — O autor encaminha seu texto em três vias à direção da Revista, mencionando, em carta, o título completo de seu trabalho, seu nome e sua posição na instituição em que trabalha, bem como os endereços e telefones para contato. Os trabalhos são aceitos para apreciação, supondo-se que sejam trabalhos inéditos e não encaminhados a outros periódicos.
2. APRESENTAÇÃO E EXTENSÃO — Os trabalhos devem ser digitados em folhas de papel de tamanho A4 (210x297mm) ou em folhas de formulário contínuo (220x280mm), numa única face e em espaço duplo. Os artigos devem ter no máximo 10.000 palavras e as resenhas, no máximo, 5 páginas.
3. TÍTULOS, RESUMO E PALAVRAS-CHAVE — EPISTEME recebe artigos em língua portuguesa, espanhola e, excepcionalmente, em língua inglesa. Os títulos dos artigos devem ser em português ou espanhol, conforme o caso, e também em inglês. Devem ser concisos e especificar claramente o assunto tratado no artigo. Cada artigo deve apresentar um resumo de 100/150 palavras em português ou espanhol, e em inglês. O autor deve indicar até cinco palavras-chave *(key words)*, em ambas as línguas, que permitam a adequada indexação do artigo.
4. DISQUETES E FORMATAÇÃO DO TEXTO — É necessário que as cópias de trabalhos em disquetes sejam acompanhadas de cópias impressas em papel. Solicita-se um uso moderado dos recursos de processamento de texto encontrados nos processadores eletrônicos de texto. Utilizar apenas a cor preta para todo o texto. As fontes utilizadas devem ser apenas a *Times*, *Arial* ou *Helvética*, em tamanho máximo 12 para o texto e 10 para as notas. Para os destaques, podem ser utilizados o negrito ou itálico. Evite indentações, tabulações e espaços; evite hifenizações manuais. A razão é que os textos serão padronizados em um único processador e, dadas as peculiaridades de cada processador, eventualmente não é possível recuperar um texto formatado em excesso. Indique no disquete o nome do arquivo, o processador utilizado e sua versão (se o seu processador possui recurso de contar palavras, use-o e indique estes dados).
5. CITAÇÕES E REFERÊNCIAS — As citações literais curtas (menos de 3 linhas) serão integradas no parágrafo, colocadas entre aspas e seguidas pelo sobrenome do autor referido no texto, ano de publicação e página(s) do texto citado, tudo entre parênteses e separado por vírgulas. Quando o nome do autor citado integra a frase, só o ano e o número da(s) página(s) serão colocados entre parênteses. As citações de mais de três linhas serão destacadas no texto em parágrafo especial e "indentadas" (quatro espaços à direita da margem esquerda). As referências sem citação literal devem ser incorporadas no texto, entre parênteses, indicando o sobrenome do autor e o ano da publicação.
6. ILUSTRAÇÕES, FIGURAS E TABELAS — As ilustrações, figuras e tabelas devem ser numeradas com algarismos arábicos na ordem em que serão inseridas no texto e apresentadas em folhas separadas no final do artigo. O texto indicará o lugar aproximado de inserção de cada elemento.
7. NOTAS EXPLICATIVAS — Se necessárias, serão numeradas consecutivamente dentro do texto e colocadas ao pé da página.
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS — No final do trabalho, devem ser incluídas, em ordem alfabética por sobrenome do autor, todas as referências citadas no texto, da seguinte forma:
Livros: sobrenome(s) do(s) autor(es) (em maiúsculas), nome(s) dos autores. Título e subtítulo do livro (em itálico). Lugar/Cidade da Editora: nome da Editora (sem constar a palavra "Editora"), ano da publicação.
Ex.: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do Estruturalismo e da Hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
Capítulos de livros: sobrenome(s) do(s) autor(es) (em maiúsculas), nome(s) dos autores. Título e subtítulo do capítulo. In: sobrenome(s) do(s) autor(es) (em maiúsculas), nome(s) dos autores (do livro). Título e subtítulo do livro (em itálico). Lugar/Cidade da Editora: nome da Editora (sem constar a palavra "Editora"), ano da publicação. Páginas.
Ex.: BORNHEIM, Gerd. Sobre o estatuto da razão. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: FUNDARTE, 1996. p. 97-110.
Artigos de periódicos/revistas: sobrenome(s) do(s) autor(es) (em maiúsculas), nome(s) do(s) autor(es). Título e subtítulo do artigo. Nome do Periódico/Revista (em itálico), Lugar/Cidade do Periódico/Revista, volume, número, páginas, mês(es) ano.
Ex.: VEIGA-NETO, Alfredo. Ciência, Ética e Educação Ambiental em um cenário pós-moderno. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 141-169, jul./dez. 1994.
Obs.: Em quaisquer desses casos acima, se houver mais de três autores, referir o nome do primeiro seguido de *et alii*.
9. PROCESSO DE AVALIAÇÃO — Coloque o nome do autor, título e instituição apenas na capa. Os artigos serão encaminhados para dois pareceristas. Após, encaminha-se ao autor uma resposta de aceitação, possíveis sugestões de modificações ou recusa do artigo. A avaliação é feita no sistema de duplo cego.
10. DIREITO DE RESPOSTA — Comentário de artigo ou réplica estão sujeitos à mesma regra de publicação e podem aparecer no mesmo ou em subseqüente número.
11. RESPONSABILIDADE IDEOLÓGICA — Os artigos cujos autores são identificados representam o ponto de vista de seus autores e não a posição oficial da Revista, do Conselho Editorial ou UFRGS.
12. REVISÃO — A correção lingüística dos textos em idioma estrangeiro é de responsabilidade do(s) autor(es).
13. A Comissão Editorial reserva-se o direito de publicar textos encomendados, reedições ou traduções que julgar pertinentes, no campo da Filosofia e História das Ciências.

Permuta / Exchange / Cambio / Échange

O Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em História e Filosofia da Ciência do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados interessa-se em estabelecer permuta de sua publicação EPISTEME com revistas congêneres nacionais e estrangeiras.